



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



PENSAMENTO
STRATÉGICO BRASILEIRO
projeção de nossa maritimidade
por Guernão Câmara

ATLÂNTICO SUL -
sua importância estratégica
Carlos de Meira Mattos

MAR/ABR-80
Nº 688



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

Págs.

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

O PENSAMENTO ESTRATÉGICO BRASILEIRO — Projeção de Nossa Maritimidade na Estratégia Nacional — <i>Vice-Almirante Ibsen Gusmão Câmara</i>	5
O BRASIL E A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA — <i>Gen Ex José Ferraz da Rocha</i>	19
O CONTINENTE AFRICANO — Espaço e Posição — <i>Ten Cel Cav Ramiro José Marcelino Mourato (Exército Português)</i>	47
AVALIAÇÃO DO PODER MUNDIAL — <i>Ray S. Cline</i>	59
O ATLÂNTICO SUL — SUA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA — <i>Gen Div Carlos de Meira Mattos</i>	73
DEMOCRACIA — GRANDEZAS E MISÉRIAS — <i>Dr Benjamin de Aguiar Me-deiros</i>	91
CONHECENDO O INIMIGO INTERNO — O Afeganistão — <i>A. de Lannes</i>	161

ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA, FINANÇAS

X OS CONTRATOS DE RISCO NO BRASIL — <i>Eng Remo Mannarino</i>	119
X A ESTRATÉGIA DO COMBATE À INFLAÇÃO — <i>Min Ernane Galvêas</i>	129
X A PROBLEMÁTICA DOS TRANSPORTES NO BRASIL — <i>CF (FN) Gerson da Silva Monteiro</i>	169
O MOMENTO NACIONAL — O QUE O BRASIL ESPERA DO EMPRESARIADO — <i>Prof José Alberto Assumpção, CMG (FN) Paulo de Oliveira Reis, e Prof Ubi-ratan Macedo</i>	175
BNH APLICA RECURSOS EM PROGRAMAS HABITACIONAIS PARA MI-LITARES	193

TÁTICA E TÉCNICA MILITARES

PRECURSOR PÁRA-QUEDISTA — <i>Cap Inf Urano T. da Mota Bacellar</i>	107
OPERACIONALIDADE DAS COMUNICAÇÕES DE CAMPANHA — <i>Ten Cel Com QEMA Enio Gomes Fontenelle</i>	151

EDUCAÇÃO, HISTÓRIA

O COMUNISMO E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS MILITARES, COM CONVICÇÕES DEMOCRÁTICAS — <i>Gen Ex Ariel Pacca da Fonseca</i>	31
DESFAZENDO INJÚRIAS CONTRA O PATRONO DO EXÉRCITO BRASI-LEIRO — Seção de Geografia e História do Estado-Maior do Exército	101
FLASHES COLHIDOS EM NOSSA MEMÓRIA — <i>Cel J. R. Miranda Carvalho</i> . .	135
MOBRAL — UMA ESTRUTURA PARA MUITAS MISSÕES — <i>Eng Arlindo Lo-pes Correa</i>	143
INFORMAÇÕES	197
LIVROS	203



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual
"A DEFESA NACIONAL".

DIRETOR-PRESIDENTE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo; DIRETOR-SECRETÁRIO: Cel Inf Edmar Eudócio Telesca; DIRETOR-ADMINISTRATIVO: Ten Cel Cav Lino Palha de Castro; DIRETOR-TE-SOUREIRO: Maj Int Luiz Carlos de Moura Simonetti.

Revista "A DEFESA NACIONAL"

REDATOR-CHEFE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo; REDATORES: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis; Cel Cav Edson Alves Mey; Desembargador Antonio Arruda; Ten Cel Art Luiz Paulo Macedo de Carvalho; Ten Cel Art Agenor Francisco Homem de Carvalho; Ten Cel Art Carlos Alfredo Pellegrino; Ten Cel Eng Rubens Esnarriaga; Ten Cel Eng R/1 Alcestes Guanabarrino de Oliveira; CF José Corrêa de Sá e Benevides; Ten Cel Av Antonio dos Santos Seixas; Maj Inf Marco Antonio Savio Costa; Maj Art Marcello Rufino dos Santos; Prof José Alberto Assumpção; EDITORAÇÃO: José Lívio Dantas; PUBLICIDADE: Floriano Serpa; SUCURSAIS: Alexandre von Baumgarten.

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura Anual — 6 (seis) números — Cr\$ 200,00
— Exterior — US\$ 35,00 — Número avulso — Cr\$ 50,00.
As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, s/n — Tel.: 243-0563 — CEP 20221 — Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Accepta-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Composição e Impressão:

Empresa Editora Carioca Ltda.
Rua Dona Isabel, 126 — Tel.: 230-7896
Rio de Janeiro — RJ.

AO LEITOR

Com este exemplar de A DEFESA NACIONAL chega-lhe às mãos uma pesquisa pela qual desejamos obter os dados que nos auxiliem a aprimorar a forma e o conteúdo da revista.

O seu auxílio nos será da maior importância e gostaríamos de utilizá-lo.

Nossa solicitação se estende também a contar com sua resposta, no prazo mais curto possível, para que possamos nos beneficiar dessas informações o quanto antes.

Buscamos com isso dar oportunidade a que nossa revista possa atingir, de forma mais ampla, os objetivos que lhe deram, há 67 anos, seus fundadores: Revista de Assuntos Militares e de Estudo de Problemas Brasileiros.

A REDAÇÃO



O PENSAMENTO ESTRATÉGICO BRASILEIRO-PROJEÇÃO DE NOSSA MARITIMIDADE NA ESTRATÉGIA NACIONAL

Ibsen Gusmão Câmara

Vice-Almirante, vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

A vocação marítima do Brasil

Tal como alguns outros Estados favorecidos por grandes áreas terrestres contínuas e fácil acesso aos oceanos, o Brasil exhibe, simultaneamente, características de continentalidade e maritimidade.

Sua caracterização continental se evidencia pela extensa superfície territorial terrestre, abrangendo mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, plenamente utilizáveis, embora não homogeneamente ocupados e aproveitados. Em número de países limítrofes, dez ao todo, somente é excedido pela URSS. A integração dessa área imensa em uma única unidade política e econômica é possibilitada por uma razoável rede viária, densa nas zonas mais povoadas, rarefeita em outras, porém suficientemente ramificada para interligar todos os principais centros populacionais do País e propiciar comunicações terrestres com as nações limítrofes, excetuado apenas o Suriname.

Se a continentalidade é evidente, não menos significativas, embora talvez mais obscurecidas, são as indicações de maritimidade. O próprio fato de ter sido o Brasil descoberto e colonizado através do mar as acentua. Durante séculos, a civilização brasileira concentrou-se em núcleos dispersos ao longo de um litoral com mais de 6.500 quilômetros, atuando como pontos de apoio e dispersão para a colonização das áreas interioranas mais próximas. A própria ocupação, esparsa e descontínua, das bacias do Amazonas e do Paraguai se fez, inicialmente, por via hidroviária, como extensão da navegação marítima. Ainda hoje, a calha principal da Bacia

Amazônica é trafegada regularmente por numerosas embarcações oceânicas de grande porte, como se fora um prolongamento da costa.

Mesmo à época da II Guerra Mundial, há pouco mais de três décadas, a comunidade nacional fraccionava-se em um arquipélago de regiões semi-isoladas, no qual, devido à precariedade prevaemente das ligações viárias terrestres, as comunicações se processavam quase exclusivamente através do mar.

Hoje, mercê de um vigoroso e persistente esforço de abertura de estradas e de interiorização, a situação alterou-se consideravelmente, e a velha idéia da "Marcha para o oeste" concretizou-se afinal. Levas populacionais consideráveis vêm ocupando, algo desordenadamente, os vazios demográficos do centro-oeste brasileiro e todas as regiões se encontram interligadas por vasta malha de vias interiores, faltando-lhes apenas adensamento para que todo o território nacional seja facilmente atingível. Mesmo assim, a dependência do mar não se reduziu e, paradoxalmente, hoje é ainda mais crítica e acentuada do que o foi no passado, quando as exigências de uma sociedade basicamente agrícola podiam ser atendidas mais facilmente com recursos e produtos locais.

Se analisarmos a situação geográfica do Brasil e seu relacionamento com as demais nações, constataremos que todo o país, sob o aspecto econômico, é virtualmente uma grande ilha. O próprio continente sul-americano, onde ele se engasta, é separado das outras massas terrestres por extensos oceanos e situa-se a grandes distâncias das demais áreas produtoras e consumidoras do planeta. No seu interior, as ligações terrestres do Brasil com os polos políticos e econômicos dos países vizinhos são precárias ou inexistentes em toda a imensa fronteira da Guiana Francesa ao Peru, posto que, nesses países, as comunidades fronteiriças são total ou parcialmente isoladas das suas áreas costeiras mais desenvolvidas. Nessa extensa região o comércio internacional realizado pelo Brasil, através de vias interiores, é meramente marginal. As ligações terrestres do Brasil com seus vizinhos, cruzando as fronteiras, melhoram ao sul de Corumbá e se tornam razoavelmente expressivas em relação à Bolívia, Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile, mas, ainda assim, o tráfego marítimo permanece como via de transporte essencial quanto aos três últimos.

Excetuando-se um desprezível percentual de trocas comerciais realizadas por via aérea, o comércio exterior do Brasil com todos os demais países do globo depende inteiramente do tráfego marítimo.

Sua expansão, nos três últimos lustros, vem-se mostrando notável, crescendo de 33 milhões de toneladas, em 1963, para 144 milhões em 1977. Desse último valor, a parcela de 137 milhões, ou seja, mais de 95%, corresponde a mercadorias transportadas pelo mar, que em sua quase totalidade não poderiam sê-lo de outra forma. Esse fato demonstra cabalmente a importância vital para o País das comunicações marítimas.

Por sua importância estratégica ímpar, o petróleo sobressai destacadamente nas importações brasileiras, participando com um total de 41,2 milhões de toneladas em 1977, cerca de 68% de todas as importações. Em conjunto, petróleo, carvão, fertilizantes, metais e produtos químicos, todos essenciais à economia nacio-

nal, correspondem a 90% das importações brasileiras. Em uma situação de emergência, na qual o tráfego marítimo fosse interrompido, apenas uma pequena proporção dessas importações vitais poderia ser compensada pela produção interna.

Das exportações brasileiras, em peso, 93% são realizadas por via marítima e as mercadorias dispersam-se pelos mais diversos portos de destino, em todos os continentes, destacando-se porém os da Comunidade Econômica Européia e do Japão, que importam em conjunto 64% do total.

Os países com os quais o Brasil faz trocas por via terrestre — Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia — representam apenas 4,4% do comércio exterior, neste montante incluída a parcela transportada por mar. O comércio terrestre com esses países, em termos relativos, é obviamente insignificante.

Tais dados demonstram, de forma irrefutável, a tese inicial de que, sob os aspectos econômicos, o Brasil é um país ilhado e completamente subordinado à manutenção do tráfego marítimo, que, caso interrompido, levaria a nação a rápido colapso. A dependência do mar assume novas conotações com a presente crise energética, a qual está a exigir um esforço redobrado de exportação, sem o que não se obterão as divisas indispensáveis para cobrir os crescentes e sucessivos aumentos do custo do petróleo, base de todo o sistema nacional de transporte e de parte ponderável da produção industrial.

Para uma mais adequada visualização do comércio exterior brasileiro, visto sob o prisma da dependência do mar, é conveniente examinar-se a densidade do fluxo de tráfego nas principais rotas marítimas. Os dados pesquisados, relativos aos anos de 1976, 1977 e 1978, mostram que, consideradas apenas as embarcações acima de mil toneladas, a quantidade de navios/dia nos trechos considerados, em termos percentuais é a indicada a seguir:

• Santos—Saliente do Nordeste	38,8%
• Saliente do Nordeste—África do Norte e Europa	25,8%
• Santos—Cabo da Boa Esperança	11,8%
• Santos—Rio da Prata	9,1%
• Foz do Amazonas—América Central e Norte	7,7%
• Saliente do Nordeste—Foz do Amazonas	6,8%

A análise evidencia, com nitidez, a importância primordial para o Brasil das rotas transoceânicas e a densidade do fluxo no tráfego interamericano costeiro, à exceção do trecho Santos—Saliente do Nordeste, no qual se concentra o maior número de navios. Essa constatação é interessante, porquanto os planejamentos para a defesa do tráfego marítimo feitos sob a égide do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) se referem precipuamente às rotas interamericanas, que não são as mais utilizadas pelo país. Vale realçar que a rota Santos—Cabo da Boa Esperança, representando cerca de 12% do total, tem peculiaridades importantes, porque através dela recebemos 70% de todo o petróleo por nós consumido e efetuamos o maior volume de trocas com o Extremo Oriente, equivalente estas, em peso, a 18% de todo o comércio exterior brasileiro. Acresce ainda, a peculiaridade

de ser essa rota de interesse quase exclusivo do Brasil e do Japão e, portanto, irrelevante para as demais Potências Ocidentais, fato esse muito significativo na eventualidade da ocorrência de conflitos bélicos que venham afetar o fluxo do tráfego marítimo brasileiro.

No estudo da vocação marítima do País, não deve ser desconsiderada a cabotagem e a exploração dos recursos do mar. Em valores comparativos, o transporte marítimo de cabotagem é pouco expressivo, cabendo-lhe apenas 7,6% do total das cargas movimentadas internamente, enquanto às rodovias tocam 78,8%, uma imensa e perigosa distorção, se for considerado que o país importa elevadíssima proporção do petróleo que utiliza. Não obstante essa baixa participação percentual da cabotagem no transporte interno, torna-se necessário lembrar seu importante papel na distribuição de grãos totalizando 17,6 milhões de toneladas em 1977, dos quais 68% correspondem ainda a petróleo e derivados, para os quais o transporte por outros meios, seria inteiramente antieconômico. Assim, todo o sistema interior de transportes do País é direta ou indiretamente dependente do mar, por ser acionado quase exclusivamente por derivados de petróleo, importado por via marítima ou redistribuído ao longo do litoral pela cabotagem. Apenas uma ínfima parcela desse petróleo é produzido em terras brasileiras e transportado, independentemente do mar, das refinarias para os pontos de distribuição, por via terrestre ou fluvial.

Quanto aos recursos do mar e sua influência na vocação marítima do País, somente merecem destaque especial a pesca e a exploração de petróleo na margem continental. Em relação à primeira, as águas circunvizinhas não são particularmente piscosas e a produção nacional de pescado é relativamente modesta, em termos econômicos e alimentares, restringindo-se essencialmente à pesca costeira, de caráter quase artesanal e que pouco significa quanto à dependência do mar. As jazidas submarinas de petróleo, contudo, crescem de importância de ano para ano e, no estágio atual do conhecimento geológico do País, tudo está a indicar que nelas repousam nossas maiores esperanças de uma redução substancial da enorme dependência petrolífera do exterior, que atingiu 84% das necessidades globais no ano de 1978. A complexa tecnologia marítima apresenta problemas vinculados à defesa militar dos alvos estáticos e valiosos que representam as estruturas de exploração submarina, problemas esses ainda não solucionados a contento, são aspectos importantes a considerar na análise de nossa sujeição às atividades marítimas.

Considerações estratégicas sobre o Brasil

A maritimidade do Brasil deve também ser pesquisada à luz de reflexões geopolíticas e das suas vulnerabilidades no mar.

Em relação ao tráfego marítimo mundial, considerada sua presente configuração, ocupamos um posicionamento geográfico de interesse excepcional. As crescentes necessidades de insumos básicos e de petróleo por parte dos países industrializados, o aumento das dimensões e do número de navios utilizados no comércio internacional, os repetidos conflitos ocorridos no Oriente Médio, a permanente instabilidade política dessa região, e as limitações quanto à navegabilidade dos canais

de Suez e Panamá, induziram, nos dois últimos decênios, uma ampla reformulação do tráfego marítimo mundial e do posicionamento, mas também algumas rotas, de importância secundária no passado, tornaram-se vitais em poucos anos. Entre elas, sobressaem particularmente aquelas que, contornando a África e o Cabo da Boa Esperança, dirigem-se à Europa e América do Norte. O Atlântico Sul, antes uma área marítima remota e de pouca relevância estratégica, passou a focalizar as preocupações das grandes potências marítimas, em paralelo com o Atlântico Norte e seus mares periféricos, já intensamente utilizados antes.

Com sua costa imensa, o Brasil é o único país cuja fronteira marítima se volta para os dois segmentos do Atlântico, fisicamente definidos pelo estreitamento existente entre os Salientes do Nordeste Brasileiro e do Nordeste Africano. A par dessa particularidade, de elevada significação estratégica, o Saliente do Nordeste constitui um trampolim para a África, tal como foi sobejamente comprovado na Segunda Guerra Mundial e controla a Ilha de Fernando de Noronha, situada a cerca de 350 quilômetros da costa, exatamente no cruzamento das rotas marítimas que ligam o Cabo da Boa Esperança à América do Norte e à América do Sul, ao Mediterrâneo e à Europa. A ilha, por seu posicionamento e condições topográficas, pode constituir-se em excelente base avançada para operações aeronavais e alarme antecipado. A importância do Saliente do Nordeste e de Fernando de Noronha avultar-se-á, na medida em que os países da Costa Oeste da África e as Ilhas de Cabo Verde tornarem-se politicamente pouco confiáveis para os estrategistas do Bloco Ocidental ou passarem efetivamente para a esfera de influência política e militar da URSS.

Dever-se-á também atentar para o fato de que o litoral brasileiro é particularmente bem dotado de portos com águas profundas e áreas de abrigo, o que raramente ocorre na orla oceânica dos outros países sul-americanos. Acresce a isso que a avançada indústria naval brasileira, associada às características supracitadas, oferece potencialidades de apoio inexistentes em todos os demais países atlânticos, à exceção dos EUA e os da Europa.

Sob todos os aspectos acima, o Brasil ocupa uma posição estratégica ímpar no Atlântico Sul. Pode-se admitir que, na eventualidade de um conflito de proporções amplas, no qual a defesa das linhas de comunicação marítima venha a tornar-se fundamental para o Bloco Ocidental, ações militares sejam por este desencadeadas nas costas africanas, para garantir seu uso e negá-lo ao inimigo; porém, mesmo considerando essa possibilidade, a importância do Brasil para o controle Sul permanecerá destacada e dever-se-á ter sempre presente que seu posicionamento estratégico poderá forçá-lo a envolver-se em conflitos de tal natureza, dos quais de início não participe, ainda que contrariando seus interesses nacionais. Em tais circunstâncias e, especialmente na eventualidade de a África escapar ao controle ocidental, a neutralidade brasileira estará sempre sob ameaça.

Envolvendo-se o País em um conflito desse tipo, seu condicionamento marítimo far-se-á sentir de várias formas. Há a considerar, primeiramente, as substanciais alterações ocorridas no quadro estratégico desde a II Guerra Mundial e o fato de que o Atlântico, ao Sul do Equador, provavelmente não mais será um teatro de guerra secundário, onde as operações submarinas e anti-submarinas sejam as únicas

de vulto. Na eventualidade de um estado de beligerância Leste-Oeste, a URSS poderia contar, a princípio, com algo em torno de 230 navios de superfície com porte igual ou superior a fragatas e cerca de 400 bombardeiros de longo alcance da aviação naval, além de 260 submarinos de ataque. Mesmo admitindo-se a necessidade de dividir esses navios por vários teatros de guerra e reconhecendo as dificuldades de natureza logística, que inevitavelmente ocorreriam, ações aeronavais e de superfície seriam prováveis no Atlântico Sul, além das submarinas. Existindo bases hostis em costas africanas, o Brasil tornar-se-ia particularmente vulnerável a ataques por forças aeronavais, em virtude de sua relativa proximidade da África, de seu extenso litoral, da dificuldade em patrulhá-lo e defendê-lo com meios escassos, da concentração próxima ao mar de objetivos de interesse militar praticamente desprotegidos, da possibilidade de minagem de quaisquer de seus portos pela aviação inimiga e, especialmente, devido às suas vias de comunicação muito longas e diversificadas. Quanto a estas, seria válido argüir que, numa situação de conflito Leste-Oeste, deverá ocorrer profunda reorganização no tráfego marítimo aliado; nossas necessidades básicas de importação e exportação, porém, não poderão ser substancialmente alteradas, sem que a economia nacional entre em crise acentuada.

De todas as vulnerabilidades do Brasil, em qualquer tipo de conflito, envolvendo um inimigo com capacidade naval expressiva, a maior é, sem dúvida, a extrema dependência da importação de petróleo proveniente de áreas distantes, particularmente dos países do Oriente Médio, via África do Sul, que suprem 70% das necessidades globais do País. A essa vulnerabilidade, já por si sumamente inquietante, soma-se a crônica instabilidade política dessas fontes supridoras, cujos destinos escapam às influências de nossa atuação possível.

Um panorama estratégico para o final do século

As considerações desenvolvidas até esse ponto, evidenciam fartamente a extrema dependência do mar com que o Brasil se defronta. Analisaremos, a seguir, algumas implicações dessa dependência no decorrer dos anos vindouros.

Não são alentadoras as previsões que podem ser feitas para o final do século, com base nos acontecimentos recentes e nas tendências observáveis. Esboçamos, com preocupante nitidez, perspectivas sombrias de crescente distanciamento entre os países ricos e pobres, aguda crise energética, carência progressiva de matérias-primas, explosão demográfica e desordem econômica. Sobre esse panorama quase caótico, verdadeiro caldo de cultura para graves tensões sociais e conflitos de intensidade variada, projeta-se a inflexível determinação dos Estados comunistas, particularmente a URSS, de estender seu regime político e econômico a toda a Humanidade, atendendo ao propósito mais remoto de conquistar liderança sobre a comunidade internacional, desígnios esses apenas timidamente contestados na atualidade pelos Estados não comunistas. É dentro desse ambiente internacional adverso que o Brasil deve crescer e, conseqüentemente, expandir suas atividades marítimas. Para isso, necessitará defendê-las a despeito de quaisquer óbices e atitudes hostis.

O quadro estratégico mundial contemporâneo, como um todo, está fundamentalmente condicionado pelo desenvolvimento dos artefatos bélicos nucleares e de seus vetores. Polarizado nos EUA e na URSS, em virtude da enorme disparidade de sua capacidade destruidora em comparação com a dos demais países nuclearizados, o equilíbrio nuclear e o temor da devastação mútua têm sido os grandes fatores impeditores da eclosão de um conflito de grandes proporções, após a II Guerra Mundial. Embora atuando como fatores de estabilização no relacionamento entre as grandes potências — e, em decorrência, entre as organizações de defesa coletiva remanescentes — o altíssimo custo de um conflito nuclear e o receio de reações imprevisíveis por parte do adversário têm, concomitantemente, atuado como fator desestabilizador em regiões periféricas, nas quais conflitos de inspiração local, vêm assumindo inusitadas proporções pela intervenção, direta ou indireta, de uma ou de ambas as superpotências. Na quase totalidade dos casos, a intervenção tem sido provocada pela vinculação a interesses de expansão comunista sobre outras nações, notadamente aquelas em que o fenômeno político da desnacionalização criou um vácuo de influências, ou propiciou a atuação de fações sob inspiração da filosofia marxista, nas lutas pela Libertação.

A intensa expansão comunista nos anos subsequentes à II Guerra Mundial foi inicialmente contida pela cadeia de pactos e acordos bilaterais, configurados nas organizações de defesa coletiva elaboradas por inspiração dos EUA. À exceção da OTAN e de alguns poucos pactos regionais, ainda válidos e significativos, toda essa estrutura defensiva desintegrou-se sob o impacto dos múltiplos conflitos regionais, das consequências do fenômeno de descolonização, das guerras “por procuração”, da proliferação de novas nações, do gradativo fortalecimento militar da URSS, da ousadia de seu jogo político, face a tibieza ocidental e da determinação com que ela busca alcançar seus objetivos nacionais, tudo constituindo em conjunto uma realidade para a qual as organizações de defesa coletiva ocidentais não foram concebidas.

Um retrospecto dos acontecimentos mundiais, a partir da década dos anos 50, evidencia à saciedade a expansão da influência soviética sobre regiões até então fora de seu controle. A partir do epílogo indefinido da Guerra da Coreia, assistiu-se sucessivamente ao surgimento do regime de Castro, verdadeiro arfete comunista introduzido nas Américas, o desastre militar e político do Vietnã, o estabelecimento da República Popular Democrática do Iêmen, as sucessivas tentativas de penetração mais ou menos bem sucedidas em áreas estratégicas da África, a infiltração nos países árabes do Oriente Médio e no Afeganistão, e as recentes tendências, ainda mal configuradas, de ampliação da influência cubano-soviética no Caribe. Conquanto algumas dessas áreas ou sucessos da expansão comunista não estejam consolidados e possam retroceder, a exemplo do que se verificou no Egito, Indonésia, Somália e Sudão, é interessante procurar analisá-los à luz de suas possíveis implicações quanto ao controle dos mares.

O Poder Naval de qualquer país assenta-se sobre dois pilares — os meios navais e o posicionamento geográfico de suas bases. Quanto ao primeiro, é notório o bem sucedido esforço soviético para a construção de uma marinha gigantesca e bem

equilibrada, hoje dotada de aproximadamente 800 navios com capacidade oceânica. No que se refere ao posicionamento, a Rússia sempre se ressentiu das dificuldades de acesso aos principais oceanos e da divisão de suas forças navais em áreas afastadas e isoladas entre si. A expansão de sua influência no mundo propiciar-lhe-á, afinal, condições favoráveis para exercer pressões políticas e efetuar operações aeronavais nas proximidades de áreas marítimas de alta importância estratégica: Caribe e Canal de Panamá (com base em Cuba), a parte mais estreita do Atlântico (Guiné, Guiné-Bissau, e Cabo Verde), a rota do Cabo (Angola e Moçambique), o golfo Pérsico (Síria, Afeganistão e Iêmen), Suez e Mar Vermelho (Etiópia, Iêmen e Síria), Gibraltar (Argélia) e o Estreito de Málaca e o Mar da China (Vietnã e Camboja).

É difícil aquilatar-se o verdadeiro grau de influência exercida sobre esses países, mas a simples possibilidade de utilização militar de portos e bases em seu litoral é sumamente inquietante, especialmente se for ponderado que o abastecimento de material pesado em grandes quantidades, por via aérea, é hoje uma realidade, tal como o demonstraram as ações militares em Angola e na Etiópia.

Outro aspecto relevante a considerar, no quadro da estratégia naval contemporânea, é a influência das inovações tecnológicas sobre a guerra naval. A moderna tecnologia gerou novas potencialidades que revolucionarão o desenrolar dos conflitos no mar. A par de uma eficácia global maior nos equipamentos convencionais, evidenciam-se como grandes inovações, cujo efeito combinado sobre as operações navais ainda não pode ser avaliado precisamente:

- os recursos modernos de detecção, inclusive por satélites;
- o armamento nuclear tático;
- a propulsão nuclear;
- os mísseis anti-navio de longo alcance;
- as armas guiadas com precisão; e
- a ampliação das possibilidades da aviação baseada em terra.

Até a II Guerra Mundial, os navios ocultavam-se na vastidão dos oceanos e quando eventualmente localizados, somente podiam ser hostilizados por navios de superfície, submarinos e aviões com possibilidades operativas limitadas e, dotados de armas imprecisas e de alcance relativamente curto. Na atualidade e nos conflitos futuros, os satélites, a aviação de reconhecimento de longo raio de ação, sensores sofisticados e recursos de computação poderão acompanhá-los continuamente; navios, submarinos nucleares e aviões supersônicos de alcance intercontinental terão condições de interceptá-los e atacá-los, a distâncias de dezenas ou mesmo centenas de milhas, com armas dotadas de alta probabilidade de acerto. Se a importância do alvo o justificar, artefatos nucleares táticos poderão ser empregados, sem que necessariamente promovam a escalada do conflito para um nível nuclear generalizado, porquanto serão usados em águas internacionais, longe dos centros urbanos e objetivos militares em terra.

A enorme gama de possibilidades dos armamentos já existentes e o contínuo aparecimento de novas armas confundem os estrategistas e não lhes permitem

uma percepção correta de suas conseqüências nos futuros conflitos no mar. No que pese a utilização intensiva de métodos analíticos de avaliação e de complexos equipamentos de simulação, do mesmo modo que o verdadeiro valor do navio-aeródromo só foi comprovado nas batalhas aeronavais da II Guerra Mundial, o efetivo valor dos modernos armamentos só será estimado precisamente com a eclosão de um grande conflito.

A imprecisão dos conhecimentos sobre a real eficácia do material bélico moderno, em confronto com os engenhos similares produzidos pelo inimigo, redonda em dificuldades adicionais para os estrategistas contemporâneos, já assoberbados com as complexidades e incertezas da situação internacional.

Projeção da maritimidade brasileira sobre a estratégia nacional

No turvo panorama do mundo nesse final de século, não é fácil posicionar o Brasil e concluir objetivamente sobre a influência de sua maritimidade na estratégia nacional. Apesar das dificuldades atuais, geradas em grande parte pelo problema energético, nosso País é um dos mais viáveis do mundo atual e suas potencialidades, se bem aproveitadas, permitir-lhe-ão projetar-se com considerável expressão na comunidade internacional.

Tudo leva a deduzir que, com o crescimento exagerado de sua população, um dinâmico processo de industrialização e o aproveitamento célere de seus recursos naturais, o Brasil necessitará continuar ampliando e diversificando ao máximo as trocas comerciais com o exterior. O desenvolvimento crescente do comércio exterior exigirá a expansão correspondente das atividades marítimas, única forma de viabilizá-lo. Os sucessivos planos governamentais de construção de navios mercantes refletem essa tendência incontornável e irreversível. Embora o fluxo de navios nas rotas principais por nós utilizadas deva provavelmente manter sua proporcionalidade relativa, novas rotas secundárias serão usadas, na medida em que as exportações se ampliem e diversifiquem. Algumas alterações sensíveis poderão ocorrer, como, por exemplo, uma alteração nas áreas supridoras de petróleo ou, mesmo, sua substituição parcial por fontes alternativas de energia. É possível também que, com o revigorecimento da ALALC e a melhoria das vias interiores, a quase insignificante participação do comércio intracontinental venha a assumir uma posição mais destacada. Contudo, nada na presente conjuntura permite antever um decréscimo da dependência das vias de comunicação marítimas. Ao contrário, a necessidade de intensificar as trocas de mercadorias, faz prever que o tráfego marítimo cresça, provavelmente em ritmo no mínimo comparável ao dos últimos anos.

Também quanto à exploração dos recursos do fundo do mar, particularmente o petróleo, nossas atividades marítimas deverão aumentar e, a não ser que, numa imprevisível reversão das expectativas, descubram-se vultosas jazidas em terra,

a dependência marítima desse produto tornar-se-á ainda maior, pelo decréscimo gradativo da produção terrestre e pelo pleno desenvolvimento dos campos submarinos, já conhecidos ou a descobrir.

Não é portanto admissível, nos próximos anos, qualquer redução relativa das atividades marítimas do País. Os prognósticos sensatos indicam, ao contrário, sua permanente intensificação e qualquer estudo estratégico envolvendo o relacionamento internacional do Brasil deverá considerá-la como premissa básica.

As múltiplas crises que se esboçam no mundo certamente nos atingirão, em maior ou menor grau, mas não pode ser previsto, na conjuntura presente, de que eventuais conflitos seremos compelidos a participar.

No âmbito latino-americano, não se configuram divergências ou animosidades suficientemente graves para justificar a eclosão de guerras envolvendo o Brasil. Consideramos nossas fronteiras plenamente consolidadas e excluimos de nossos objetivos nacionais qualquer intenção de expandi-las, não existindo também divergências sobre limites com os países vizinhos ou outras questões de vulto, que levem à previsão de conflitos armados prováveis. Conseqüentemente, em termos estritamente sul-americanos, qualquer cenário de guerra incluindo o Brasil apresenta baixa probabilidade de ocorrência.

Na área extracontinental, o nosso relacionamento com as demais nações não justifica também, na conjuntura presente, a previsão de conflitos, exceto se o País a eles for conduzido em decorrência de compromissos internacionais ou deles vier a participar por envolvimento inevitável, o que, como antes procuramos acentuar, seria uma conseqüência provável de um grande conflito Leste-Oeste. No que pesem as conseqüências apocalípticas de sua concretização, estrategistas há que admitem sua ocorrência; pelo menos, existem indicações fidedignas de que os soviéticos e chineses crêem em sua possibilidade e para ela se preparam cuidadosamente.

Um cenário não totalmente improvável seria uma acentuada deterioração da situação no Caribe, que exigisse a participação de países americanos, por direito de defesa ou fidelidade ao TIAR. Embora, nos últimos anos, o relacionamento dos EUA com os demais participantes do Tratado tenha sofrido indistigível arrefecimento, não pode ser desprezada a hipótese de ações bélicas localizadas, se os métodos de "intervenção consentida", vigentes na África, forem transplantados para o solo americano.

Em quaisquer dessas hipóteses de conflito, a participação naval do Brasil, seria muito provavelmente necessária e nossos interesses no mar poderiam vir a ser seriamente afetados. Na eventualidade de um grande conflito entre Blocos, eles certamente o seriam de forma muito intensa e com grande risco para a Nação.

No caso brasileiro, a inexistência de hipóteses de guerra com elevada probabilidade de ocorrência e a conseqüente indefinição dos possíveis inimigos acarreta, para o planejamento estratégico nacional, dificuldades de vulto quanto à caracterização das ações navais mais prováveis e a seleção dos meios necessários. Os nos-

os planejamentos estratégicos são obstaculizados, ainda, pelo custo altíssimo do equipamento bélico moderno, pela mutabilidade devido à sua evolução tecnológica excessivamente rápida e pelo desconhecimento das reais potencialidades dos meios militares à disposição dos eventuais inimigos.

A amplitude dos interesses econômicos do País e o extremo grau de dependência da utilização do tráfego marítimo aconselhariam, como uma medida de prudência, que o Brasil dispusesse de um Poder Naval condizente com essa realidade. Por uma opção política de governo, no entanto, o componente militar do Poder Marítimo brasileiro tem sido mantido em nível modesto e, simultaneamente, foi decidido dar ênfase à expansão do componente civil, particularmente à Marinha Mercante, sem a qual tornar-se-ia inexecutável o desejado ritmo de desenvolvimento nacional. Aceitou-se, assim, um risco calculado, ao se permitir que permaneça assimétrico o Poder Marítimo do País, com base na pressuposta improbabilidade de ocorrência de conflitos no mar, envolvendo o Brasil. O acerto dessa opção, feita certamente sob a influência da índole entranhadamente pacífica da Nação, somente o futuro poderá julgar.

A análise da conjuntura contemporânea e os ensinamentos dos conflitos recentes levaram os pensadores militares brasileiros a reconhecer, para a condução da estratégia naval do País, a existência de múltiplos fatores condicionantes.

As principais idéias neles contidas, podem ser assim resumidas:

- o equilíbrio militar entre as superpotências torna improvável uma guerra generalizada, embora favoreça o aparecimento de crises freqüentes e guerras limitadas periféricas, para as quais as organizações de defesa coletiva atuais não são adequadas;
- o Poder Militar, nas circunstâncias atuais, age precipuamente como fator de dissuasão de natureza política;
- o País apresenta grandes vulnerabilidades no mar, particularmente quanto à dependência de petróleo importado e à concentração de recursos econômicos próximos do litoral ou na margem continental;
- as guerras modernas tendem a ser violentas e rápidas, razão pela qual as Forças Armadas devem manter a capacidade de emprego imediato e eficaz; e
- o despreparo militar é um incentivo à agressão.

Considerando as limitações impostas pela opção governamental e com base nos fatores condicionantes acima sintetizados, o reaparelhamento naval brasileiro vem sendo planejado, programado e executado com o propósito de obterem-se, ainda que em pequeno número, meios flutuantes e aéreos modernos, de emprego flexível, adequados a um cenário de guerra limitada, mas capacitados também para atuação eficaz juntamente com aliados dotados de grande poder naval, na eventualidade de envolvimento numa guerra generalizada.

Deve, entretanto, ficar claramente entendido que tais meios, nas quantidades previstas nos planejamentos em execução, não serão suficientes para prover uma defesa adequada, ou mesmo apenas razoável, de todos os grandes interesses do Brasil no mar, exceto nas condições muito peculiares de um teatro de operações restrito e em ações de natureza limitada.

Na medida em que o País se fortalecer economicamente e a indústria bélica nacional se desenvolver, dever-se-á empenhar um grande esforço para reduzir a considerável margem de risco que prevalecerá nos próximos anos e construir um Poder Naval condizente com nossa dependência do mar.



O BRASIL E A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

José Ferraz da Rocha

General de Exército, Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

Foi com muita satisfação que recebi, na qualidade de Ministro Chefe do EMFA, o honroso convite para proferir a aula que inaugura o ano letivo desta Escola.

Apesar de reconhecer a enorme responsabilidade do empreendimento, alegro-me por retornar a esta Casa e a este auditório de tantas e tão agradáveis recordações, quando então, na posição em que hoje os senhores se colocam, tive a oportunidade rara de ampliar e aprofundar conhecimentos sobre os mais variados e importantes problemas brasileiros, além de reforçar ou erigir sólidas amizades.

A honrosa função que exerço há de me proporcionar outras oportunidades, nas quais, em companhia dos senhores, continuarei aprendendo e fazendo novos amigos.

Sejam de boas-vindas as primeiras palavras, boas-vindas àqueles que ingressam nesta Escola, animados dos melhores propósitos e dispostos a uma participação efetiva por todos os modos benéfica, seja para os Senhores, individualmente, seja para o engrandecimento da Escola Superior de Guerra.

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

A ESG é um instituto de altos estudos, subordinado ao Estado-Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessá-

rios para o exercício das funções de direção e para planejamento da Segurança Nacional.

Sua criação surgiu como decorrência da análise meditada de fenômenos políticos e sociais que se prenunciavam desde o início do século, mas que se projetaram na década de 30, de forma avassaladora, ultrapassando em sua voracidade todas as formas tradicionais de conduzir os problemas nacionais, deles decorrentes.

O fenômeno fundamental, por preocupar de perto as elites dirigentes, particularmente o segmento militar dessa elite, foi a Segunda Grande Guerra que inaugurou o conceito de guerra total. Aquilo que em 1918 ficara na mente dos estudiosos como possível de ocorrer, realizou-se a partir de 1939, colhendo os estadistas menos avisados, surpresos e perplexos, em plena improvisação de medidas político-administrativas com vistas a responder, com a totalidade dos recursos nacionais, a um engajamento que lhes era imposto de forma também total. Ultrapassava-se, desta forma, antigo conceito de que a preparação de uma Nação para a guerra se limitava ao aprestamento de suas Forças Armadas e à previsão dos recursos necessários para mantê-las enquanto durasse o conflito.

Ficava, assim perfeitamente caracterizada, a idéia da necessidade do preparo nacional, isto é, de toda a Nação para a Guerra, da mobilização de todos os seus recursos materiais e morais.

Compreenderam, então, os estadistas mais responsáveis e compreendemos nós, que algo mais abrangente devia ser feito, e mais, que essa ação devia ocorrer desde o tempo de Paz.

O outro fenômeno que também influiu de forma decisiva na criação da ESG, este mais de âmbito nacional, foi a consciência da imperiosa necessidade de ultrapassarmos, na nossa evolução político-administrativa, o longo período em que predominaram o personalismo e a improvisação. A eclosão desta consciência gerou, como ação resposta, a idéia de criar uma elite preparada para a missão de auscultar e interpretar as autênticas aspirações e legítimos interesses nacionais, e de formular um método de ação política que permitisse, de forma racional e científica, reunir os recursos nacionais e canalizá-los no sentido do atendimento daquelas aspirações e interesses.

Assim, na criação da ESG, ao invés de uma academia de altos estudos militares, optou-se por um instituto voltado para a formação de recursos humanos de alto-nível, destinados à direção, assessoramento e planejamento, e que, por outro lado, se constituísse, esse mesmo Instituto, em órgão de pesquisa e estudo de nossos problemas mais cruciais.

Desta forma vemos, com enorme satisfação, a integração que hoje aqui nós é dado observar, fruto de um recrutamento da responsabilidade do Estado-Maior das Forças Armadas, e que fazemos questão possa drenar, carreando para este centro de estudos e pesquisas, a vivência dos estagiários relativa aos problemas brasileiros que, de outra forma, tenderiam a circunscrever-se às diferentes regiões geográficas ou aos seus diversos setores de atividade. Desempenha assim a ESG uma ação

centrípeta, quando reúne aqui em suas instalações, como precioso legado, a experiência e o conhecimento que seu Corpo de Estagiários transmite.

Por outro lado, ela também exerce uma importante ação centrífuga, na medida em que difunde o resultado dos estudos aqui realizados, quando, ao final do curso, vê os seus estagiários partirem, enriquecidos pela aquisição de conhecimentos novos, confirmados em suas convicções e métodos de trabalho, inclusive convencidos da importância e necessidade do trabalho em equipe.

A ESG está indissolivelmente ligada à evolução político-administrativa da Nação, mercê de uma atuação profícua de mais de 30 anos. Nesse período foram examinados, debatidos e equacionados os mais palpitantes problemas nacionais, particularmente aqueles relacionados com a Segurança. É inegável que a elite civil e militar que por aqui tem passado vem deixando, nos próprios destinos da Nação, a marca indelével da influência Doutrinária desta Casa.

O EMFA E A ESG

Para melhor compreensão do relacionamento entre o EMFA e a ESG, cabe uma rápida explanação sobre o primeiro, no que diz respeito às suas atribuições básicas.

O Estado-Maior das Forças Armadas é um órgão de assessoramento do Presidente da República, a quem está diretamente subordinado.

Destina-se, precipuamente, a proceder aos estudos para a fixação da Política, da Estratégia e da Doutrina Militares, bem como a elaborar e coordenar os planos e programas decorrentes. A subordinação da ESG ao EMFA relaciona-se com esses objetivos.

Para os estudos realizados no EMFA e que, como já dissemos, têm em vista um assessoramento a nível presidencial, os trabalhos e estudos aqui realizados pelos Estagiários são e serão levados na devida conta, pelos numerosos e valiosos subsídios que oferecem.

Um elemento marcante do relacionamento EMFA/ESG é a Diretriz Anual.

Através desse instrumento de orientação, o EMFA estabelece os elementos fundamentais para o planejamento das atividades curriculares com base, tanto nas preocupações decorrentes do acompanhamento permanente, pelo EMFA, da conjuntura externa e interna, como na proposta de diretriz que a própria Escola submete ao EMFA.

Da diretriz para 1980 desejo destacar o aspecto de continuidade que se pretende manter com relação às atividades de pesquisa, voltadas para a estreita vinculação entre os processos da Segurança e do Desenvolvimento, e a importância dos estudos e pesquisas voltadas para a doutrina de emprego combinado e conjunto das Forças Armadas.

Cabe neste momento externarmos a convicção de que problemas de Segurança e Desenvolvimento, cada vez mais se interpenetram e cada vez mais se im-

põem à nossa consideração: que é necessário também ao dirigente ou administrador civil, em especial aqueles que ascendem à alta hierarquia governamental, um conhecimento amplo e profundo dos problemas relacionados com a Segurança Nacional, particularmente no aspecto da Segurança Externa.

Vale lembrar que há bem pouco tempo se realizou em São Paulo um simpósio sobre Relações Internacionais e Estratégia, onde foram proferidas excelentes exposições e realizados debates muito pertinentes, de autoria e por iniciativa de estudiosos civis. Esses assuntos são portanto de alto interesse para todos os cidadãos; por outro lado, é indispensável ao militar, que se destina às funções de assessoramento nos altos órgãos das Forças Armadas, o conhecimento amplo dos problemas nacionais situados na área dos ministérios civis e que guardem vinculação com a Segurança.

Destacamos ainda na Diretriz para este ano, os estudos no âmbito do Curso Superior, visando ao preparo e execução da Mobilização e à realização de exercícios de Operações Combinadas no âmbito do CEMCFA.

Em consonância com o seu papel de laboratório de idéias, a ESG executará trabalhos relacionados com temas atuais e de interesse do EMFA, além de trabalhos de sua livre iniciativa.

Esses temas deverão ser desenvolvidos nas conferências, palestras, viagens, monografias, nos estágios e estudos em grupo; os trabalhos devem guardar estreito relacionamento com a realidade, de vez que irão subsidiar estudos para assessoramento.

Assim, a ESG deverá desenvolver, além dos 26 temas previstos, outros de sua livre iniciativa.

A seguir apresentamos alguns dos temas previstos, pelo EMFA, apenas para dar aos Senhores uma idéia do nível das nossas necessidades.

- Estudos para determinar como poderão ter ampla divulgação os aspectos doutrinários da Segurança Nacional;
- Contribuição dos meios de Comunicação Social para o Desenvolvimento e a Segurança;
- Bases para uma política de ocupação dos vazios demográficos;
- Política Militar Brasileira.

Pode-se perfeitamente aquilatar a importância desses assuntos.

O BRASIL E A ESG

A Nação, por configurar uma coletividade altamente complexa, organiza-se para se ajustar internamente e se poder relacionar convenientemente com as demais, criando o Estado, instituição política básica. Por esta razão diz-se que o Estado é a Nação politicamente organizada.

O Estado, por sua vez, em permanente processo de auto aperfeiçoamento, cria novas instituições, adequando-se às exigências dos estímulos e motivações que lhe justificam a existência; isto é:

- o indivíduo, a família, a comunidade local, a comunidade regional e, por fim, a comunidade nacional apresentam, em crescente escala de complexidade, interesses e aspirações; por outro lado, essa mesma hierarquia grupal cria riquezas que, integradas a outros componentes, constituem em seu conjunto o Poder Nacional.

Caberá então ao Estado a responsabilidade de, através dos sucessivos governos, conduzir os negócios públicos por forma a proporcionar o bem-estar a todos os seus habitantes, propiciando as ligações necessárias a compatibilizar os interesses e aspirações, de um lado e de outro, a ampla participação nos benefícios advindos do aumento do Poder da respectiva Nação e portanto do seu desenvolvimento.

O Brasil-Estado, pela pujança de seus recursos humanos e materiais, e pelo seu posicionamento em relação ao globo terrestre, tem hoje, já reconhecido no concerto das nações, um lugar de destaque que lhe aumenta a responsabilidade, com grande peso específico nas relações com os demais povos e com o seu próprio povo, no atendimento de suas aspirações e na procura do bem estar comum.

Cabe então ao Governo estabelecer um programa — Política Governamental — que defina, com esse elevado propósito, os objetivos a serem alcançados, além das ações a realizar e os meios a empregar na conquista desses objetivos.

Do relacionamento com o exterior decorrem influências recíprocas, aconselhando a criteriosa definição dos interesses genuinamente nacionais, a fim de orientar nossa conduta particularizada, uma vez que temos, historicamente, mantido aqueles principais e justos postulados do relacionamento internacional:

- da igualdade soberana dos estados e
- da não-interferência em seus assuntos internos ou externos.

Essa atitude coerente, adotada em nossas relações internacionais, parece ter criado uma atmosfera de confiança e de sã curiosidade, por parte de outros países, o que se reflete na frequência das visitas de delegações estrangeiras à nossa terra e de convites para autoridades brasileiras realizarem visitas a outros países.

Os êxitos obtidos são conseqüentes da correta execução das atividades atinentes ao Itamaraty, que mantém, no Corpo Permanente desta Casa, uma representação que participa dos trabalhos aqui realizados, com inteira dedicação e, sobretudo, com conhecimento da realidade internacional e dos interesses nacionais no campo externo.

A convivência com todos os povos do mundo tem sido conduzida à luz dos interesses nacionais e pautada nas mais estritas regras do mútuo respeito.

Esses aspectos, de capital importância na condução dos destinos do país, têm influência direta ou indireta nos problemas internos, repercutindo com inten-

sidade variável na situação e no bem-estar do povo. O Brasil, país em desenvolvimento, enfrenta um sem-número de problemas cuja solução, no menor prazo, é necessária para que se possa estender à maior faixa possível da população brasileira, os benefícios do progresso, proporcionando-lhe o BEM COMUM tão desejável — objetivo síntese de qualquer Nação organizada.

Para atingir essa meta, tem o Governo enfrentado problemas de vulto, como a redução do analfabetismo, da deficiência de moradias, da carência em meios de transporte e bem assim a busca de novas fontes energéticas, o preparo de recursos humanos, a criação de empregos e a redução do subemprego, a ampliação da assistência médica e do saneamento básico, o reordenamento fundiário, o incremento das comunicações, além de outros. Eles constituem um volumoso elenco de necessidades a exigir dos responsáveis pelos destinos da Nação uma grande sensibilidade, para avaliar-lhes a importância relativa, já que o Brasil não dispõe ainda de recursos financeiros suficientes para atendê-las de forma completa e simultânea.

Aqui não estão todos os obstáculos: outros poderiam ser acrescentados:

- os desequilíbrios regionais
- a extensão territorial, ligada à rede de transportes e às comunicações
- a necessidade de definir o uso da terra.

Daí a importância da ação governamental eficaz, respaldada na operosidade de elementos capazes, habilitados por uma formação adequada a selecionar, nessa gama de problemas complexos e à luz de premissas básicas, qual a prioridade em que devam ser atacados e como fazê-lo.

O Desenvolvimento exige suportes físicos, tais como base territorial, recursos abundantes, extensas áreas férteis, clima ameno. Entretanto, não podemos considerá-lo um estágio que se possa atingir plenamente, argumentando apenas com a existência de alguns desses fatores físicos ou mesmo da totalidade deles, senão que esse desenvolvimento está fortemente condicionado à capacidade dos dirigentes, à disponibilidade de elites esclarecidas e amadurecidas, que saibam assessorar o Governo na escolha dos rumos a seguir, submetendo o acessório ao principal, o individual ao coletivo; enfim, que se obedeça o princípio democrático segundo o qual o BEM COMUM se sobre põe ao interesse individual.

Como se vê o trabalho fundamental da ESG é pesquisar, difundir e aperfeiçoar um método racional de ação política, capaz de contribuir para neutralizar o personalismo e a improvisação; um método que ofereça alternativas viáveis, por meio de um planejamento eficaz, e uma salutar continuidade, evitando-se o frequente reiniciar da "estaça zero". E a ESG deve não só pesquisar esse método, mas difundí-lo convenientemente à elite nacional.

É natural e até aconselhável, que na análise da forma ou do caminho a seguir para a conquista desse objetivo síntese, haja a possibilidade da discussão franca e do livre debate, em torno de alternativas exequíveis, como aliás ocorre nos trabalhos deste notável estabelecimento.

Como já foi dito, a Política Nacional define os objetivos a atingir, que representam as mais caras aspirações nacionais, legitimadas pelo consenso. Cabe às elites auscultarem a Nação e transformarem aquilo que está no plano abstrato das esperanças, dos interesses e aspirações, e em termos concretos, no plano das reivindicações, transformarem tudo em objetivos básicos, em objetivos nacionais, perfeitamente identificados e colocados em termos de realidade nacional. São objetivos elevados, claros e a rigor, à medida que atingidos, representam uma conquista nacional, uma conquista de todos e de cada um.

Tradicionalmente o povo brasileiro tem como anseio importante a manutenção da integridade do nosso imenso território. Todos os cidadãos, do Oiapoque ao Chuí, de João Pessoa a Cruzeiro do Sul, orgulham-se da grandeza de seu país e de serem todos brasileiros, numa integração conquistada por nossos antepassados.

O caráter nacional é marcado por uma índole tolerante e afetiva, com um forte sentido de solidariedade humana, uma razoável dose de alegria, de fé em seus destinos e preferência marcante pelo regime democrático; tudo isto somado a um sentido de amizade e carinho presente em nossos lares, leva-nos a afirmar que aqui no nosso país se anseia sempre pela paz social.

A unidade do idioma, o desejo imenso de aprender, dentro e fora do país, apurando ou observando novas técnicas, a busca e o crescente aproveitamento dos recursos naturais demonstram a presença de um forte desejo de progresso, com vistas ao BEM COMUM.

Como fecho de todas essas aspirações, vem a preocupação máxima de manter a intangibilidade nacional, e portanto assegurar a faculdade de autodeterminação, que também desejamos para os outros países soberanos, com quem queremos conviver em termos de igualdade de direitos.

Estes anseios nacionais evidentemente que se sobrepõem às divergências grupais ou regionais. Quanto à sua validade, não se supõe que possa haver contestação.

A forma de atingir os Objetivos Nacionais e, em consequência, o BEM COMUM, é que divide a Nação em grupos ou partidos, que através de programas, polarizam ponderáveis parcelas da população. As divergências, então, situam-se no COMO FAZER.

A responsabilidade de definir o COMO FAZER cabe ao Governo, que traz em seu programa a forma pela qual pretende utilizar os instrumentos à sua disposição, para a conquista ou a manutenção dos Objetivos Nacionais.

A Política Governamental e o Programa de Governo definem os objetivos a atingir e as ações básicas gerais a serem desenvolvidas com esse propósito.

Na atual conjuntura interna, vive o Brasil um momento histórico de transição política, em que o Governo, com a segurança necessária e com a maior honestidade de propósitos, busca o aperfeiçoamento do regime democrático, a despeito das dificuldades que enfrenta no campo econômico.

Nessa duplicidade, a transição política que era desejada foi meditada, planejada e vem sendo executada com firmeza; por outro lado, a economia, sob a ação convergente de vários fatores negativos, alguns imponderáveis, submete a duras provas a dedicação e a competência de seus operosos responsáveis.

Como era fácil de prever-se, as ocorrências, tanto no Campo Político, quanto no Econômico, determinam reflexos acentuados no Campo Psicossocial e também no Militar.

Impõe-se, no momento, a atitude solidária de todos, particularmente das elites nacionais, agindo no sentido de ampliar as opções, oferecer alternativas, somar esforços, enfim, uma sincera disposição de participar positivamente.

Aos Estagiários abrem-se variadas formas de participação e sabemos que terão a clarividência de aproveitá-las, colaborando, seja com o fulgor da inteligência e o respeito que a experiência confere, seja recolhendo idéias, equacionamentos e métodos, para emprego nas atividades e órgãos de onde procedem, com vistas a, se possível, aperfeiçoá-los e torná-los mais eficazes em benefício da Comunidade.

É bem possível que venham a contribuir para que as entidades onde atuem, na iniciativa privada ou na vida pública, possam cooperar para:

- atenuar as discrepâncias da distribuição de rendas;
- combater a violência e neutralizar a marginalidade;
- coibir a licenciosidade e resguardar a família;
- elevar o padrão ético do uso de alguns meios de comunicação social;
- estimular a formação de recursos humanos no campo da ciência e da tecnologia.

Temos a convicção de que assim agirão e por isso reforçamos nossa certeza de que a ESG traz, desde sua concepção original, a vocação de bem servir a esta grande comunidade que é o Brasil.

A conjuntura externa por seu turno mostra-se extremamente delicada e dinâmica. Do exame de suas principais componentes, destacamos a crise decorrente da nossa dependência em combustíveis derivados de petróleo; é sem dúvida um fator preponderante, em qualquer estudo sério e profundo, que se elabore com vistas a formulações políticas ou estratégicas, seja na área do Desenvolvimento, seja principalmente na área da Segurança.

Também preocupa as autoridades responsáveis e chamará a atenção dos que deverão estudar esses assuntos, a violência hoje presente no mundo, através de assaltos a representações diplomáticas, sequestro e morte de altas personalidades e intervenção armada de países poderosos em território de nações soberanas. Assim como estes, outros problemas surgem no domínio das relações internacionais, ensejando a que nos reportemos à importância capital da ação diplomática, abrindo os acessos e aplainando os caminhos a serem trilhados por aqueles que constroem o Desenvolvimento.

A necessidade de se dar atenção a essas questões vem crescendo em nosso país, tendo em vista a inegável importância internacional que ele vem alcançando, como consequência do formidável esforço que se faz no Brasil, para seu aperfeiçoamento político e seu desenvolvimento econômico social.

Não poderia, dentro do título "O Brasil e a ESG", deixar de apreciar o papel da ADESG, como extensão desta Escola e como divulgadora de sua doutrina.

Com este propósito, a ADESG promove Ciclos de Estudos por todo nosso território, através de suas Delegacias e ao longo de quase 30 anos de existência; já congregou em torno de assuntos do mais vivo interesse Nacional, mais de 30.000 brasileiros.

A valiosa e extremamente relevante contribuição da ADESG, não só à ESG, mas também ao Brasil, bem pode ser avaliada na projeção de seus objetivos, como por exemplo:

- Incentivar o estudo e a pesquisa de problemas brasileiros da atualidade;
- Congregar o maior número de integrantes da ADESG em preocupações intelectuais, doutrinárias e conjunturais relativamente ao Brasil;
- Difundir e, se for o caso, encaminhar a Instituições e Órgãos do Governo, o resultado dos trabalhos realizados.

Vimos até aqui a complexidade dos trabalhos realizados pelos Estagiários, chamados a estudar assuntos de alta importância para o nosso país, e apontamos a contribuição de seus conhecimentos e de sua inteligência para a resolução dos mesmos.

Mostramos a importância da ESG, como bem atesta a menção feita pelo Exmo Sr Presidente da República em sua mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da 2ª Sessão Legislativa da atual Legislatura:

"A Escola Superior de Guerra desempenhou com êxito importante tarefa na formação de novos quadros de assessoramento de alto nível, civis e militares, pertencentes aos principais setores representativos do país."

CONCLUSÃO

Estagiários de 1980.

Estamos certos de que os senhores iniciam hoje um ano de intensa e proveitosa atividade.

Esta Escola lhes permitirá que ergam os olhos das mesas de trabalho que lhes setORIZAM a atividade, que se elevem acima dos limitados horizontes regionais, para observar o conjunto de problemas a serem equacionados ou solucionados nas áreas das diversas expressões do Poder Nacional.

Esta Escola lhes há de proporcionar a visão panorâmica que, a uma distância adequada, permita vislumbrar o todo, oferecendo-lhes a oportunidade de

sentir o relacionamento entre as partes que compõem esse todo, sopesar-lhes a importância e a urgência, possibilitando a necessária atribuição de prioridades.

Da mesma forma, ela lhes há de colocar na mão a lupa que aproximará os problemas prioritários, para um indispensável exame em profundidade.

Ao encerrar esta aula, reitero uma observação feita em seu início, de que a Doutrina de Segurança Nacional é perfeitamente compatível com a nossa formação democrática e o exercício amplo da Democracia.

Como consta de nossa Constituição: "toda pessoa é responsável pela Segurança Nacional"; estudem-na com o interesse desapassionado do cientista e, como uma valiosa contribuição, que permita aperfeiçoá-la, ofereçam a crítica fundamentada no conhecimento; irão constatar que as questões relativas à Segurança estão intimamente ligadas às do Desenvolvimento.

Para finalizar, renovo a convicção de que o momento histórico que vivemos exige de todos uma atitude solidária e uma inteira comunhão de esforços.

Sejam felizes, na caminhada que hoje iniciam.

(Aula inaugural do ano letivo de 1980, da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro)



O COMUNISMO E A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS MILITARES COM CONVICÇÕES DEMOCRÁTICAS

Ariel Pacca da Fonseca

General de Exército R/1, ex-Chefe do Estado-Maior do Exército.

É com muita honra que aqui me encontro atendendo a um convite do digno Comandante desta Escola e nosso prezado companheiro, General Diogo de Oliveira Figueiredo.

Inicialmente quero apresentar as minhas saudações aos companheiros das nações amigas e de nosso Exército, que ora iniciam ou reiniciam seus cursos, aos oficiais do corpo permanente da Escola, aos graduados e pessoal civil de todos os níveis que cooperaram no cumprimento de sua missão, e aos demais chefes e companheiros do Exército ativo que prestigiam este ato com suas presenças.

Confesso minha surpresa ao ser convidado e, por conseguinte, minha dúvida inicial em aceitá-lo; porquanto, encontrando-me já na reserva há um ano, dois meses e oito dias exatamente, julgava que as missões desta natureza — aula inaugural — devessem ser atribuídas, normalmente, a companheiros dos últimos postos do Exército ativo, capazes, como o são todos, de, neste tablado de tanta responsabilidade, darem aos mais jovens e futuros chefes mais um exemplo de procedimento nestas circunstâncias — independentemente do tema abordado. Faço tal afirmativa porque exemplo é possível e deve ser dado em todas as ocasiões e em todos os atos da vida profissional, na paz como na guerra.

Conseqüentemente, considero este convite como traduzindo mais a intenção de homenagear um ex-Chefe que passou para a reserva após muitos anos, como assinalaremos mais adiante, de serviços dedicados ao ensino nos diversos níveis e em todos os postos da hierarquia militar.

Penso haver dado o máximo de minhas possibilidades ao Brasil, esforçando-me por tudo dar ao Exército; porém, meu tempo como profissional militar já

passou, apesar de em meu espírito e em minha personalidade continuarem vibrando os mesmos entusiasmos profissional e convicções cívicas.

Serei, entretanto, um preocupado permanente com a eficiência de nosso Exército, para que esteja sempre pronto a bem cumprir sua nobre missão, apesar das dificuldades normais, que ainda existirão por longo tempo, no que se refere, principalmente, à disponibilidade de meios mais modernos e em quantidade suficiente — particularmente em momentos como este que o mundo está vivendo, em que o comunismo se expande impune e ousadamente, invadindo países despreparados e indefesos, em formações compactas pela falta de resistências organizadas capazes de a ele se oporem.

Serei, assim, um eterno preocupado com o contágio ou a expansão do vírus comunista no mundo e, particularmente, em nossos vizinhos do continente americano e em nosso povo ordeiro; porquanto creio na possibilidade, não para os meus dias — mas creio —, de ser construída, sobre este território continental, que tivemos o privilégio de herdar de nossos antepassados a custa de muito suor e sangue, uma pátria grandiosa, livre, soberana e democrática, abrigando um povo feliz, um povo sem fome, um povo com prazer de viver.

Para que isso ocorra no mais curto prazo só conheço uma receita: é todos nós, brasileiros de todas as classes, gerações e profissões, darmos os braços e cada qual esforçar-se o máximo no desempenho daquilo que lhe compete fazer, partindo do princípio de que todas as profissões, cargos ou funções são úteis, porquanto ninguém paga a outrem para nada produzir. Considerando, também, que em todas as organizações há necessidade do diálogo e dos que discordam na fase de estudos dos assuntos ou problemas, desde que, disciplinadamente, com educação e respeito, em busca de sua melhor solução. Assim, em política, também devem agir as oposições, preocupadas com o Município, o Estado ou a Federação, conforme o nível de sua atuação. Vejam bem: não se trata de uma carneirada, de dizer amém a tudo, parta de onde partir, mas de uma colaboração útil voltada para a melhor produção da organização a que se pertence, que, em seu aspecto maior e mais nobre, chama-se Brasil. Considerando inclusive que, conseqüentemente, se a organização melhorar, aqueles que para isso contribuíram também deverão ser beneficiados. É lógico que um apelo ou doutrinação neste sentido não pode visar àqueles que já vivem com o cinto apertado e que, apesar disso, ainda dão muito, mas, sim, aos que já têm um padrão de vida aceitável.

Mas para que tudo isso aconteça, sou apenas um espectador — apesar de continuar a manter aquelas preocupações, com as vistas e o pensamento voltados para este povo bom e sofrido, que tanto tem sabido esperar. Preocupo-me, assim, muito com o êxito do Governo, para o progresso ou o desenvolvimento, se possível, mais acelerado do Brasil, única solução para o problema social, criando mais e melhores empregos capazes de proporcionar melhores salários e, conseqüentemente, melhores padrões de vida para as classes menos favorecidas.

Abordarei no desenrolar desta palestra diversos assuntos ou aspectos ligados às conjunturas mundial e interna, do passado e do presente, ou relacionados

com o fim desejado, de modo que todos possam chegar à conclusão que é o seu título.

OS TOTALITARISMOS DE DIREITA E DE ESQUERDA

Considero a ameaça comunista no presente mais grave do que a nazista que motivou a 2ª Guerra Mundial.

Posso dizê-lo sem o receio de me qualificarem como direitista, nazista ou fascista; porquanto, além de haver participado da FEB no posto de Capitão, como integrante do Grupo de 155 (1.º/1 RAP ou 4.º Grupo da 1.ª DIE), em minhas saudações como Chefe do Estado-Maior do Exército, aos Generais de Brigada promovidos de 25 de Novembro de 1977 a 25 de novembro de 1978 — em quatro datas de promoção — sempre procurei colocar em relevo o espírito democrático das Forças Armadas.

Afirmo-o com a convicção de quem acompanhou e continua acompanhando a evolução do mundo e suas crises, além dos 44 anos de Oficial da ativa, tendo participado, inclusive, de diversos movimentos internos — desde a Intentona Comunista de 27 de novembro de 1935, em que atiramos com os canhões do Grupo Escola, onde servia como 2.º Tenente em meu primeiro ano de Oficial, contra a Escola de Aviação Militar no Campo dos Afonsos, até a revolução democrática de 31 de março de 1964.

Cheguei a tal conclusão com base:

- no exame das razões que motivaram o expansionismo nazista e nos processos, métodos ou conduta adotados, baseados no emprego imediato e ostensivo da força total para atingir seus objetivos maiores;
- no motivo fundamentalmente ideológico do comunismo internacional e processos de conquista paulatina das nações, iniciando pelas vizinhas, e por elas prosseguindo, com o emprego parcial ou não da força, com a instalação de governos títeres liderados por elementos nacionais previamente conquistados e preparados ideologicamente. Em algumas nações não vizinhas, tem conseguido, também, implantar a ideologia pela conquista de minorias mais afoitas ou agressivas que se deixam influenciar pelas falsas promessas de liberdade, melhoria dos padrões de vida e, até de democracia, aliadas contra um suposto imperialismo norteamericano (que já vai longe) ou explorando a miséria ou a falta de liberdade do povo.

As razões que fundamentaram a ação expansionista de Hitler foram duas:

- a necessidade de ampliação territorial da Alemanha — ao assumir o poder a Alemanha possuía uma população de 80.000.000 de habitantes;
- a convicção de que o povo germânico era formado por uma raça superior (uma super raça).

Isso pode ser perfeitamente observado em seu livro "Minha Luta" escrito no presídio militar de Landsberg sobre o "lech", onde se achava cumprindo pena por força de sentença do Tribunal de Munique, a partir de 1º de abril de 1924, já em consequência de agitações do Movimento Nacional Socialista dos Trabalhadores que se transformou mais tarde em grande partido. Entre outras coisas normalmente convergindo nas mesmas idéias, Hitler afirma:

"Ninguém contesta que, hoje em dia, ainda há neste mundo solo em extensão formidável e que só espera quem o queira cultivar. Da mesma forma também é certo que esse solo não foi reservado pela própria natureza para uma determinada nação ou raça, como superfície de reserva para o futuro. Trata-se, sim, de terra e solo destinados ao povo que possua a energia de o conquistar e a diligência de o cultivar.

A natureza não conhece limites políticos — preliminarmente ela coloca os seres neste globo terrestre e fica apreciando o jogo livre das forças. O mais forte em coragem e em diligência recebe o prêmio da existência, sempre atribuído ao mais resistente."

"Todas as alianças deveriam ser examinadas exclusivamente sob esse ponto de vista e apreciadas quanto à sua utilidade nesse objetivo. Houvesse o desejo de adquirir território na Europa e isso teria de dar-se de um modo geral à custa da Rússia. O novo Reich teria de novamente por-se em marcha na estrada dos guerreiros de outrora, a fim de, com a espada alemã, dar ao arado alemão a gleba e à nação o pão de cada dia."

Mais adiante, no mesmo livro, Hitler afirma:

"... a condição essencial para a formação de uma humanidade superior não é o estado mas a raça."

Essas idéias o acompanharam por toda vida. Mas com a entrada da França e da Inglaterra na guerra, em consequência da invasão da Polônia, com as vitórias fulminantes conseguidas na Europa continental, exceto a Rússia que ficou neutralizada pelo pacto de não agressão, com um protocolo secreto, assinado na noite de 23 para 24 de agosto de 1939, que "dava liberdade à Rússia para agir na Finlândia, Estônia, Letônia, Bessarábia, Romênia e Polônia, a leste dos rios Narev, Vístula e San", a megalomania cresceu-lhe mais ainda, subindo-lhe à cabeça como um impulso irresistível que levou-o a conquistas que havia planejado com a mesma antecendência, estendendo, por demais, suas frentes.

Hitler tinha pressa, parecia querer realizar seus planos de domínio sob sua própria liderança e após conquistar toda a Europa continental, mantendo a União Soviética neutralizada, como já salientamos, esqueceu-se dos ensinamentos da História, a que ele mesmo se referiu, lançando-se, de surpresa, sobre a Rússia. À meia-noite de 21 de junho de 1941, Molotov, Ministro das Relações Exteriores da União

Soviética, solicita uma audiência do Embaixador do Reich, recebendo, deste, a seguinte declaração nos primeiros instantes do novo dia:

"Em virtude da pressão insuportável exercida pelas tropas russas sobre a linha fronteiriça, que as separa das tropas alemãs, estas últimas receberam ordem de penetrar em território soviético."

Às 3 horas e trinta minutos desse 22 de junho, o acordo de Moscou chegara ao fim.

Superestimando a capacidade de seus exércitos e subestimando demasiadamente o novo adversário, é que Hitler cometeu o erro mais grave. As forças e os recursos da União Soviética ultrapassaram o horizonte de sua imaginação. Assim,

"No dia 14 de setembro de 1812, após 86 dias de marcha, os infantes de Napoleão deram entrada em Moscou, enquanto a 14 de setembro de 1941, as tropas motorizadas de Hitler, após haverem caminhado dois dias a mais, estavam ainda, a 300 quilômetros da capital soviética, cujos subúrbios não ultrapassariam jamais."

Ao alongamento das distâncias e, conseqüentemente, das linhas de suprimento veio aliar-se o inverno, surgindo dois meses antes da data prevista pelo calendário. A neve que caiu desde 10 de outubro de 1941, acompanhada do frio, transformou, radicalmente, a paisagem e as condições do meio ambiente. A temperatura oscilava entre 5 e 15 graus abaixo de zero, chegava, mesmo a descer a 30, 40 e até 50 graus, quando o vento soprava.

"Com 129 anos de intervalo, a mesma aventura marca o começo do fim de dois conquistadores até então invencíveis."

Ainda se diz na Rússia, referindo-se às tropas de Napoleão, que conseguiram ir bem mais longe do que as de Hitler:

"Não foi Kutusoff que matou ou dispersou os franceses; foi o General Morosov (o gelo)."

Então, tratava-se de um megalomaníaco que pretendia ter grande parte do mundo sob o domínio da "super raça germânica" e, ainda, com sua liderança pessoal, repito.

Conseguiu conquistar os países relativamente despreparados da Europa continental com o mais poderoso Exército que alguém já conseguira organizar no mundo até aquela época, apesar das limitações impostas pelo Tratado de Versalhes; mas, o que ele mais ambicionava, o vasto território de uma Rússia cujo preparo e vontade subestimou, levou-o ao grande revés, que seria o início de sua derrocada.

A Rússia atual, com recursos bem mais poderosos do que os existentes na 2ª Grande Guerra — além de bombas atômicas, bombas de hidrogênio e outras muito mais potentes, material para uma guerra convencional mais sofisticado e, também, mais potente do que os usados por Hitler, cujos efetivos disponíveis são ignorados, mesmo sem incluir os de seus aliados do Pacto de Varsóvia — faz suas con-

quistas ideológicas quando as oportunidades se apresentam favoráveis, com o auxílio da 5ª Coluna Infiltrada, muito mais intensamente, em todos os países do mundo. Seus líderes não ignoram que a paz favorece sua expansão ideológica com menores riscos; assim, após abocanhar uma nova vítima por invasão, frequentemente procura justificar que foi atendendo a solicitação do próprio povo, representado no caso por minorias já comunizadas.

Ela pretende impor sua ideologia ao mundo, não sob a liderança de Brejnev que passará como já passaram: Lenine, Stalin e Kruchev; este último preocupou-se em destruir o mito de seu antecessor depois de morto e acabou morrendo no desterro.

Então, a vontade russa de dominar o mundo ideologicamente, mesmo que os países continuem a ser governados por minorias nativas já comunizadas, não é comandada por um só homem, mas por um grupo de homens que integram o Kremlin, com as mesmas convicções ideológicas e que se sucedem na liderança do conjunto por morte, incapacidade física ou por haver o Chefe, em exercício, sido condenado ao desterro pelos próprios camaradas, por algum erro por eles admitido (para provar aos adeptos do comunismo sua infalibilidade):

O comunismo tornou-se, assim, uma ameaça que só poderá deixar de existir por uma revolução interna, de seu próprio povo, muito pouco provável de ocorrer devido aos métodos empregados para governá-lo e pela fase de êxitos sucessivos que está vivendo ou se acontecer uma 3ª Guerra Mundial em que venha a ser derrotado, probabilidade que cada dia vai se tornando aparentemente menor pelo aumento de seu poderio.

GUERRA — UMA PREOCUPAÇÃO CONSTANTE

As idéias que passo a apresentar, complementam o que acabei de expor sobre a expansão comunista.

Aliás já externei o pensamento que se segue em aula inaugural que aqui ministrei em fevereiro de 1977, bem como o introduzi na Diretriz Setorial de Ensino que baixei com portaria de 10 de novembro do mesmo ano, como Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, para o biênio 1978/1979; mas por julgá-lo oportuno, face à conjuntura mundial presente, estou repetindo com a indispensável complementação.

Em todas as organizações militares e, em particular, nas escolas, não podemos deixar de ter sempre presente em nossas mentes que as Forças Armadas existem por haver possibilidades de guerras no mundo; se este mundo fosse de paz e compreensão entre as nações, bastariam as organizações policiais, desde que melhor aparelhadas e adestradas (inclusive selecionadas), para manterem a ordem pública interna — pois não haveria a preocupação ideológica, nem com as próprias fronteiras.

Assim, as Forças Armadas são instituições de extremada responsabilidade — sua missão figura de maneira explícita na própria Constituição da República:

“... destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem...”, como é do conhecimento de todos.

É fora de dúvida que, em caso de guerra, todo cidadão válido poderá ser convocado, mas os Oficiais e Sargentos dos quadros permanentes têm a responsabilidade de prepará-los, com todo o rigor, desde a paz, para a reserva ou como integrantes do Exército ativo e de enquadrá-los e comandá-los, inclusive aos Oficiais da reserva convocados, se a guerra nos for imposta.

Não falo para alarmar ou inquietar; afirmo coisas como estas, repito, porque não podemos, como profissionais, deixar de ter sempre esta preocupação. E podem estar certos, agora mais do que nunca, de que vem aumentando a probabilidade de uma guerra ideológica — como evolui o mundo, cada dia ela está mais próxima das fronteiras terrestres, marítimas, aéreas e, mesmo, internas; isto considerando todos e cada um dos países, cujos povos escolheram uma filosofia de vida baseada na independência, no respeito mútuo e na liberdade interna, entre os quais nos incluímos, sempre repito.

Nós da América levamos a vantagem de estarmos distantes do foco principal de irradiação da comunização, de modo que a maior preocupação dos países latino-americanos ainda é com a frente interna, particularmente considerando os respectivos padrões de vida, por enquanto.

A conjuntura mundial tem mudado de alguma forma de fevereiro de 1977 para cá.

Naquela aula e na mesma diretriz ainda ressaltei:

“E nos dias que correm, pelo que temos presenciado, nem sempre um país poderá esperar que outros, mesmo possuindo afinidades democráticas, acorram para cooperar em sua defesa contra um ataque externo ou contra uma infiltração externa armada. Cada qual deverá estar suficientemente preparado para sua autodefesa, se pretender preservar sua filosofia de vida”.

Corroboram com o pensamento acima as palavras do escritor soviético dissidente Alexander Soljenitsin, em artigo transcrito em nossa imprensa a 12 de fevereiro onde, entre outras alternativas, ressalta:

“Entre 1945 e 1975 houve uma outra guerra mundial, quando o Ocidente foi derrotado sem disputar uma só batalha e perdendo para o comunismo dezenas de países.”

Desde 1972 o recrutamento, ou melhor o serviço militar obrigatório, foi abolido pelo, então, Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, que passou a contar apenas com Forças Armadas integradas por profissionais — voluntários; deixando, assim, desde então, de haver a formação de reservas.

Após uma relativamente grande expansão soviética nos últimos 30 anos, como referido por aquele escritor, e com a conquista, principalmente, agora do Afe-

ganistão — avançando em direção ao Golfo Pérsico onde se localizam os grandes produtores de petróleo, tais como Irã, Iraque, Arábia Saudita (maior exportador de petróleo do mundo), Kuwait etc., o Presidente dos Estados Unidos preocupou-se e sentiu-se forçado a enviar mensagem ao Congresso, com data de 8 de fevereiro, solicitando aprovação para o alistamento compulsório para rapazes e moças que já tenham completado 19 e 20 anos de idade, alegando, entre outras coisas, que:

“A invasão soviética do Afeganistão constitui uma séria ameaça vital aos interesses a longo prazo dos Estados Unidos e seus aliados.”

De acordo com a proposta do Presidente, acrescenta o correspondente da imprensa (caso a proposta venha a ser aprovada, é claro): “Ainda neste ano 4 milhões de homens e 4 milhões de mulheres serão registrados para prestarem serviço militar em caso de convocação.”

Ainda acrescenta o noticiário: “O alistamento compulsório poderá agilizar uma mobilização em até 100 dias”.

“Uma fonte da Casa Branca salientou, entretanto, que a decisão presidencial não afasta o país do atual serviço militar voluntário” — é claro que não há qualquer incompatibilidade. Disse mais: “que este foi um gesto para reafirmar à União Soviética a determinação norte-americana no caso de os russos invadirem outro país”.

Apesar do Presidente haver proposto somente o alistamento que implica, apenas, em enviar pelo correio para o serviço militar: nome, idade e identidade (logicamente o endereço também), sua iniciativa provocou protestos, partidos não só dos jovens enquadrados na faixa etária fixada, como das universidades, associações diversas etc.

Convém ressaltar que há certas decisões que, depois de tomadas, são difíceis de serem anuladas, particularmente quando atingem os jovens que, nos dias presentes, constituem u’a massa bastante numerosa e organizada e, por isso, predisposta a reações de toda natureza sem medir suas conseqüências e sem pretender, sequer, entrar no mérito dos problemas.

Segundo notícia de Nova York, publicada a 3 do corrente no Rio, o Exército norte-americano conta presentemente com uma força de 759 mil pessoas, inclusive 61 mil mulheres — abatendo estas que não participam de ações de combate, resta um efetivo de 598 mil homens, sendo que boa parte desse efetivo deve estar integrando as forças da OTAN na Europa, de onde naturalmente não poderá ser retirada.

Há uma grande boa fé dos líderes aliados ao se assentarem com líderes soviéticos em torno de mesas, para debaterem acordos sobre desarmamento, limitações de bombas, efetivos etc. O russo, como o alemão antes da 2ª Guerra Mundial, só visa a ganhar tempo com isso, enquanto intensifica a ação em outros aspectos ou no próprio que está sendo debatido. Isto já foi comprovado em várias oportunidades, e de nada adianta firmar compromissos no papel se não forem admitidas inspeções, honestamente autorizadas e orientadas.

O comunismo internacional é falso e traiçoeiro, como já demonstrou ao longo da História, inclusive no Brasil na Intentona de novembro de 1935, e seu grande objetivo ideológico é inalterável por meios pacíficos.

Convém salientar que o Afeganistão, em si, é um país pobre em recursos naturais — sua única importância internacional reside em sua situação geográfica, estrategicamente falando.

IMPORTÂNCIA DAS ESCOLAS

Por que assim falo aos futuros assessores imediatos dos Chefes maiores ou aos próprios futuros Chefes do Exército brasileiro, que ainda vestem e vestirão por muitos anos esse uniforme e que têm e continuarão a ter como atribuições participar no cumprimento de missões cujas origens se encontram fundamentalmente na honrosa "destinação constitucional das Forças Armadas"?

Porque considero e sempre considere, com grande preocupação nesse sentido, que as Forças Armadas deverão, em conformidade com sua "destinação", manter-se altamente preparadas e atentas à evolução das conjunturas interna e mundial; prontas para acionarem, se necessário, os seus meios disponíveis de toda natureza, mesmo que considerados menos atualizados para outros países, para cumprirem a missão que lhes cabe — convictas de que a improvisação e a surpresa se incluem entre os elementos altamente negativos a serem por elas constantemente considerados, quer se trate do inimigo interno quer do externo.

O valor de um país está ligado diretamente ao valor de sua gente. Em função de sua filosofia de vida, de sua organização e da vontade nacional, vale dizer, globalmente, de sua cultura, uma nação poderá traçar seus destinos, estabelecer seus objetivos, persegui-los e alcançá-los. E isso se consegue principalmente pela educação; por outro lado, o caminho mais válido e rápido que conduz à educação do povo é aquele que passa pela escola.

O mesmo ocorre com o Exército, ao qual, além da importante missão de preparar os efetivos incorporados anualmente, cabe a essencial formação de seus quadros e tanto melhores e mais aptos serão os quadros, quanto mais eficientes o forem os estabelecimentos de ensino, pois, em todos os seus níveis, suas finalidades gerais são sempre as mesmas: formar os chefes dos respectivos escalões.

Assim, considero que as escolas, fundamental e genericamente, exercem grande influência na formação da personalidade do profissional militar, particularmente dos mais jovens, e que, somente por intermédio delas, em qualquer nível, poder-se-á inocular novas idéias e preocupações comuns, e modificar até mentalidades, em curto prazo, nos quadros permanentes em busca de uma padronização, quando desejada, não de personalidades, mas de comportamentos ou condutas.

Proporcionando os conhecimentos básicos indispensáveis aos chefes dos diversos níveis da hierarquia, devem, também, as escolas estar capacitadas a transmitir-lhes uma mensagem de convicção e responsabilidade profissionais, capazes de

motivá-los ou de mantê-los motivados, inclusive, para uma atualização continuada e permanente de seus conhecimentos. Atualização essa indispensável a qualquer profissional, particularmente de nível superior, nos dias presentes — para bem situar-se não só na respectiva profissão — como na evolução acelerada que o mundo experimenta em todos os campos de atividades e, de alguma forma, poder prever para poder prover com oportunidade.

Para isso, é preciso que cada um de nós tenha a convicção de que a perfeição é o ideal inatingível, que ninguém é dono da verdade, que todos e cada um têm suas deficiências e, por conseguinte, somos capazes de cometer erros e até injustiças involuntárias; nunca é tarde para que modifiquemos alguns hábitos ou aspectos de nossa conduta ou, mesmo, de nossa personalidade, se for o caso. A busca da perfeição ou do aperfeiçoamento próprio deve constituir uma preocupação constante no profissional honesto, desde que seja um homem equilibrado, desprovido de vaidade e despretensioso, e um preocupado em produzir o melhor dentro de suas possibilidades.

Por tudo isso, sempre julguei e continuo julgando que as escolas são a origem de tudo quanto teremos ou viermos a querer para o nosso Exército, uma vez que nelas se origina a nossa formação profissional e a elas voltamos periodicamente para a especialização (quando é o caso) e para o aperfeiçoamento, bem como para a complementação final de conhecimentos indispensáveis ao prosseguimento na carreira; constituindo-se, até algumas, em requisitos para o acesso aos diversos postos da hierarquia, inclusive ao generalato como ocorre com este curso.

Tive oportunidade, como poucos, de melhor sentir essa influência, por quanto tornei-me bastante conhecedor da linha do ensino de nosso Exército e, se isto só bastasse, poderia considerar-me em situação privilegiada para afirmá-lo, pois que:

- desempenhei as funções de instrutor na antiga Escola Militar do Realengo (EMR) nos postos de 1º Tenente e Capitão;
- exerci idênticas funções na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) — nesta Escola — como Major e Tenente Coronel;
- no posto de Coronel chefei o gabinete da antiga Diretoria de Ensino de Formação (DEF) — onde estava quando da revolução de 31 de março de 1964;
- Ainda no posto de Coronel comandeí a Escola de Material Bélico (EsMB);
- Já como General-de-Brigada exerci os comandos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e desta Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) onde fui promovido a General-de-Divisão;
- Neste posto exerci o cargo de Diretor de Formação e Aperfeiçoamento (DFA);

- Finalmente, antes de assumir a chefia do Estado-Maior do Exército (EME), onde completei os 12 anos como General, desempenhei o cargo de Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP).

Perfazendo, assim um total de 16 anos e 4 meses em organizações propriamente de ensino, sem considerar os tempos passados na situação de aluno e como Chefe do Estado-Maior do Exército, que a tudo orienta em suas linhas gerais ou, mesmo, em certos detalhes, num total de 44 anos de Oficial menos 7 dias.

Considero muito importante e por isto saliento nesta oportunidade que, apesar das componentes do processo educativo serem os cursos, os currículos, os métodos e processos de ensino e a avaliação da aprendizagem, os que servem nessa linha precisam estar convictos de que o padrão do ensino estará, fundamentalmente, na dependência direta da competência e do valor moral dos quadros de instrutores e professores e da vontade dos alunos que devem, como mais jovens, possuir um espírito evolutivo, voltado para o futuro e preocupado, inclusive, em cooperar com uma participação positiva e honesta em busca da maior aprendizagem, além de uma dedicação exclusiva capaz de lhe proporcionar o melhor aproveitamento em benefício próprio e, conseqüentemente, para o Exército.

Em outras palavras, tenham sempre presente que o militar é formado com vistas a encarar a profissão como um sacerdócio no sentido de uma dedicação máxima e exclusiva ao serviço da pátria. Por isso, a formação e o aperfeiçoamento em qualquer nível do profissional militar constitui-se em responsabilidade incomparável e merecedora de todo desvelo e atenção, inclusive no que tange à responsabilidade do aluno.

Faço essas afirmações perante este auditório tão seletto, apesar de estar suficientemente a par da cuidadosa e, mesmo, rigorosa seleção de instrutores e alunos (todos voluntários, inclusive), porquanto é fácil concluir os reflexos negativos que poderiam advir se não houvesse essa seleção.

Sei que discussões e trabalhos em grupo constituem uma parte importante do ensino nesta escola; penso que tais exercícios têm seu valor acrescido se estiverem sujeitos a um acompanhamento cerrado pelos instrutores, devendo ser freqüentemente seguidos de uma crítica, em que a "solução da casa" deve ser sempre apresentada.

Aos que optaram pela carreira das armas deve ser sempre incutido como, a cada dia, cresce a importância de sua participação de salvaguarda incontestada da nação brasileira, particularmente após a conclusão deste curso.

Lamento que o ensino em geral, na área civil, não tenha evoluído como desejável nestes quase 16 anos de revolução, proporcionando um melhor preparo cultural em todos os níveis. Com o grande crescimento do número de vagas, a partir de 1964, não houve, paralelamente, a preocupação com o preparo de um magistério suficientemente capacitado para suas responsabilidades básicas, particularmente nos níveis médio e superior, o que vem preocupando seriamente o Governo.

CHEFIA E LIDERANÇA

Esta escola, que olhamos com um misto de carinho e respeito, exerce um papel muito importante — ela deve ser, sobretudo, uma escola de líderes; porquanto ela prepara os futuros assessores dos chefes maiores e, mesmo, os futuros chefes dos mais elevados escalões de nosso Exército, complementando seu aperfeiçoamento cultural. É a última oportunidade para uma complementação em grupo. Conseqüentemente, a ECEME é uma partícula de nosso Exército, destinada a exercer em seu organismo uma função importantíssima, indispensável à sua plena vitalidade.

Todos sabem que estamos longe de possuir um Exército ideal ou, mesmo, suficiente para um país de dimensões continentais; porquanto existem muitos outros problemas, particularmente relacionados com o desenvolvimento e de natureza social, que devem ter tratamento prioritário pelos governantes. Entretanto, jamais o nosso Exército deixou de cumprir sua missão, graças ao espírito de responsabilidade e à convicção profissional de seus quadros permanentes, de Oficiais e Sargentos, com a participação dos companheiros da reserva que colaboram em nossos quartéis.

Tenham sempre presente que uma tropa bem preparada ou adestrada é a maior fiadora do bom cumprimento da missão — da segurança essencial à contenção e à superação de antagonismos e pressões a ordem interna e a paz externa.

Assim, a aplicação dos quadros e da tropa na instrução e em intensos e bem orientados exercícios no terreno, utilizando nossa doutrina militar como a grande diretriz e, ao mesmo tempo, estimulando criatividade e espírito de iniciativa, é indispensável.

Quando voltarem aos quartéis ou ao assessoramento dos comandos superiores, de qualquer nível, procurem fazer com que a tropa se exercite o mais possível no terreno, mesmo que as dificuldades com transportes venham a acentuar-se. Lembrem-se de que nosso Exército iniciou sua motorização após a 2ª Guerra Mundial, e, nem por isso, deixou de realizar exercícios no campo com frequência — pelo contrário.

Alguém já disse que:

“Liderança é o termo usado para descrever aquela combinação de atributos que nos habilita a fazer com que outros, por nós influenciados, realizem alguma coisa” e eu acrescento: com espontaneidade.

A liderança traduz uma auto-exigência continuada e espontânea, caracterizada por austeridade e simplicidade, capacidade e eficiência, firmeza e respeito humano, equilíbrio e espírito de justiça, capacidade de ouvir e dialogar, segurança e espírito de decisão, bondade e camaradagem, enfim, exemplo.

Para isso, é preciso, acima de tudo, saber o que somos e o que queremos, enfim por que existimos como Força Armada e termos convicção quanto à beleza da profissão, que repousa mais no que ela de nós exige do que nas benesses que dela possamos esperar.

A vida do profissional militar é árdua, particularmente pela maneira como encara os deveres e responsabilidades. É plena de lutas e de rígida autodisciplina por eles mesmos compreendidas como essenciais. É plena de dificuldades, na perseguição constante, com todas as forças, do melhor desempenho no cumprimento da missão, com isenção de qualquer outro interesse que não seja o de bem servir ao Exército para melhor servir ao Brasil, num trabalho anônimo, sem alarde nos quartéis.

Devem ter sempre presente que a falta de meios jamais justificará perante o povo o não cumprimento da missão — assim, a tropa deverá estar sempre convenientemente adestrada para bem empregar os meios existentes — aqueles que a nação pode proporcionar.

Procurem, nos exercícios em sala e no terreno, fazer com que em todos os trabalhos sejam bem empregados princípios, doutrina e técnica em vigor e difundidas por nossas escolas, inclusive o método de raciocínio conhecido como "estudo da situação". Tenham sempre presente, quando concluírem seus cursos, que esse método de raciocínio pode e deve ser aplicado em estudo de qualquer natureza, desde que variem, obviamente, os fatores da decisão.

Lembrem-se de que para manter um Exército permanentemente eficiente, é preciso, acima de tudo, de chefias, em todos os escalões — de Sargento a General — altamente capacitadas e atualizadas.

Tenham a convicção de que, à proporção que subirem na hierarquia, mais numerosos serão os subordinados a lhes observar, direta ou indiretamente, e que só pelo exemplo, inclusive no cotidiano, e por um equilibrado espírito de justiça, pode o chefe de qualquer escalão, transformar-se num verdadeiro líder militar — aquele que:

- é capaz de infundir respeito como consequência de uma admiração;
- não precisa coagir para induzir seus subordinados ao cumprimento do dever, e finalmente,
- é seguido em quaisquer circunstâncias, na paz como na guerra, por esses mesmos subordinados.

Procurem incutir esse espírito também em seus subordinados, Oficiais e Sargentos, dos quadros permanentes ou não, e contarão com seus efetivos para qualquer missão.

Lembrem-se de que a autoridade, hoje mais do que nunca, repousa principalmente na razão e na persuasão e façam com que seus subordinados, em função de chefia, tenham, também, essa compreensão e esse procedimento, salientando-lhes que na razão e na persuasão fala mais alto o exemplo.

A profissionalização é meio eficaz e indispensável ao preparo do poder militar; a segurança de nosso povo é a finalidade maior, senão exclusiva, do emprego desse mesmo poder militar — assim, o Exército deve estar sempre pronto para empregá-lo, se, onde, como e quando for necessário.

Sim, o Exército deve procurar se profissionalizar, mais e mais, para poder garantir, a qualquer preço, essa segurança. É ela indispensável à tranquilidade de nosso povo para que este possa, trabalhando ombro a ombro com as Forças Armadas, construir a pátria grandiosa que queremos — mais forte, mais rica, mais justa, mais feliz e sempre livre.

E devem as Forças Armadas continuar a garantir a segurança, como até agora o têm feito, antes por medidas preventivas do que por medidas repressivas. Desse modo, estarão impedindo que a luta armada se instale em qualquer rincão de nossa pátria, seja ela estimulada interna ou externamente. Porque a luta armada e a guerra são como os incêndios, mas fáceis de prevenir do que debelar.

Quero, a esta altura, salientar que a profissionalização se coroa na busca incessante da operacionalidade, que é a capacidade de receber a missão e de nela durar o tempo necessário para o seu bom cumprimento.

Mas um Exército, por mais bem equipado que esteja, só estará em condições de cumprir sua missão se for uno e tranqüilo, consciente e com uma única vontade fruto de convicções democráticas inabaláveis.

Para isso, deverá ser, em todos os seus escalões da hierarquia, impermeável à doutrinação marxista e à infiltração comunista — para o que considero altamente prioritária, no caso do Exército brasileiro, uma continuada conscientização, capaz de assegurar uma convicção sempre presente, pelo menos nos quadros de Oficiais (inclusive da reserva convocados) e de graduados, quanto às causas imediatas que motivaram o desencadeamento da revolução de 31 de março de 1964, mostrando, inclusive como atuavam certos líderes de então, hoje no Brasil desfrutando de modo pleno de todos os direitos, inclusive políticos. Não porque discordemos da anistia que a todos beneficiou, mas para que os militares, pelo menos, não se deixem iludir por esses mesmos homens que em 1964 conseguiram dividir as Forças Armadas, comprometendo vários companheiros que aceitavam ou partilhavam daquela situação — mais por comodismo, carreirismo ou suposta legalidade, apesar de haver alguns poucos graduados e oficiais, particularmente, de postos mais elevados comprometidos ideologicamente.

As ordens do dia e os boletins alusivos ao 31 de março, apesar de serem sempre oportunos, não são suficientemente esclarecedores para manter a convicção de que a volta ao passado, ao estado de coisas reinante naquela época, jamais poderá ser admitida sob qualquer disfarce.

Essa necessidade se impõe não só porque a "memória humana é muito fraca", como porque aqueles fatos não foram presenciados por muitos que hoje integram, inclusive, os quadros permanentes do Exército.

Apesar de levar em consideração, é lógico, a diferença de situações geográficas, vou ler para vocês trechos de um noticiário, oriundo da própria região, transcrito na imprensa do Rio a 17 de fevereiro:

"Segundo o jornal, pelos menos 50 aviões estão participando dos bombardeios conjugados com uma ofensiva do Exército afegão contra os rebeldes."

"Em Peshawar, no Paquistão, membros do grupo rebelde Hizbi Islami anunciaram que surpreenderam numa emboscada uma unidade do Exército afegão na província de Nimruz."

Donde se conclui que o Exército afegão, no todo ou em parte, admitiu o domínio soviético e está operando sob suas ordens ou do Governo títere presidido pelo afegão imposto pelos comunistas invasores. Tal conduta, no caso, pode ter sido consequência do medo (grande inferioridade), do comodismo ou da própria convicção — aceito como mais provável esta última hipótese pela localização geográfica do Afeganistão, vizinho ao sul da União Soviética, tornando fáceis, assim, a infiltração e a doutrinação ideológicas.

Encerrando esta palestra quero transmitir-lhes uma última mensagem, que nunca é demais repetir porque julgo que talvez seja a melhor receita na formação que se pretende de verdadeiros chefes:

Que todos e cada um de vocês, sejam de que Exército forem, se esforcem por serem aquilo que julgam que seus superiores deveriam ser — mas, esforcem-se mesmo.

Aqueles que assim procederem, desde já e sempre, atingirão o aperfeiçoamento que os conduzirá aos demais postos da hierarquia como verdadeiros chefes — líderes de seus comandados.

Só me resta agradecer ao Comandante da Escola a confiança em mim depositada, desculpar-me por alguma falha, pois as condições pessoais variam muito quando se passa para reserva após tantos anos de serviço ativo, e formular votos de felicidades nos cursos que ora iniciam ou reiniciam, e aos demais companheiros presentes, extensivos às respectivas famílias.

(Aula inaugural do ano letivo de 1980, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro).



O CONTINENTE AFRICANO: ESPAÇO E POSIÇÃO

Ramiro José Marcelino Mourato

Ten Cel Cav (Exército Português)

CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE

O Continente Africano, embora aparentemente contínuo, apresenta elementos separadores que o caracterizam por uma considerável descontinuidade e que lhe dificultam não só a mobilidade estratégica mas também a circulação, a integração das atividades humanas e a unidade e organização do espaço. Nele podemos distinguir:

- O deserto do SAARA, dividindo o Continente em duas partes: a do Norte, mais associada à EUROPA e a do Sul, também chamada "Ilha Africana".

A importância do SAARA como elemento separador, é bem superior à do Mar Mediterrâneo.

- A grande Fossa Africana (RIFT VALLEY): CHIRE L. NIASSA-L. TANGANICA—L. ALBERTO—MACIÇO ETÍOPE—M. QUÊNIA—KILIMANDJARO.

É um elemento de descontinuidade no sentido E—O, a nível continental, apresentando uma barreira de rebordo alcantilado que dificulta o acesso à região dos lagos, de margens montanhosas (com exceção do Lago VITÓRIA). No entanto, não se constitui como um obstáculo contínuo.

- Mais ao Sul o deserto de NAMIB e o semi-deserto de KALAARI oferecem sérias dificuldades à circulação entre ANGOLA e a REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL.

— Na região Equatorial a floresta densa e úmida do GABÃO, do CONGO e da CABINDA, representa também um elemento separador de valor, dificultando os movimentos e a organização do espaço.

— É de referir ainda, não propriamente como aspecto de descontinuidade mas de dificuldade de acesso a partir do mar, a existência do rebordo montanhoso do planalto Africano. A Norte as cadeias do ATLAS e do RIFE e a Sul um escarpamento contínuo, mais elevado a SE, onde se destacam as elevações do KAROO e do DRAKENSBERG.

FORMA

A forma geral do Continente Africano é a de um trapézio unido pela base a um triângulo, penetrando profundamente no Oceano Atlântico e estreitando à medida que se afasta da EUROPA. É um continente compacto e maciço com um elevado grau de continentalidade (*Fig. 1*).

Aparenta uma forma bastante regular de costas, normalmente retilíneas, sem recortes de valor: não há nenhuma grande península, nem nenhum grande mar. As ilhas são em número reduzido e de pequena superfície, com exceção de MADAGASCAR, cuja menor distância do Continente é contudo de 400 km.

De todos os continentes é o que tem menor extensão de costas relativamente à sua superfície.

Aliando a estes fatores a pouca navegabilidade dos rios, a existência de cordões litorais junto à costa ("restingas") e de rebentação alterosa ("barra"), concluiremos não só da difícil acessibilidade por mar, com todos os seus inconvenientes, mas também das vantagens que proporciona quanto à defesa.

FRONTEIRAS

Apenas uma referência quanto à maior vulnerabilidade a Norte e, em especial, a NE, onde o Mediterrâneo e o Mar Vermelho são mais elementos unificadores que separadores.

EXTENSÃO

O Continente Africano é muito extenso: com uma área de 30 milhões de km², o triplo da EUROPA e que corresponde a cerca de 1/4 da totalidade das terras emersas.

— O espaço para manobra é, portanto, grande mas prejudicado pela descontinuidade.

— Apresenta grandes possibilidades de dispersão dos centros vitais.

— A sua extensão garante-lhe uma riqueza natural diversificada em especial quanto ao subsolo, com recursos minerais importantes pela quantidade, valor e variedade. Em contrapartida, a maior parte dos solos não são propícios à agricultura.

— Tem possibilidades de comportar grandes efetivos populacionais o que, em parte, é contrariado pelas condições climáticas que são pouco favoráveis.

São pois de realçar a falta de coesão e a difícil organização do espaço, para o que contribui não só a sua enorme extensão, como também o clima adverso e a descontinuidade territorial.

PROFUNDIDADE

O Continente Africano apresenta grande profundidade, maior no sentido N/S e menor no sentido E/O, a qual diminui à medida que se caminha para Sul.

A grande profundidade, associada à compacidade e à existência do rebordo montanhoso, acentua ainda mais o grau de interioridade das regiões centrais.

POSIÇÃO

Em relação ao meio físico

Limitado a Ocidente pelo Oceano Atlântico, a Oriente pelo Oceano Índico e Mar Vermelho e separado, ou melhor, ligado à EUROPA pelo Mar Mediterrâneo, o Continente Africano apresenta uma Posição Marítima.

Dada a sua grande extensão auferir ainda das vantagens invejáveis de uma Posição Continental. Assim o Continente apresenta:

- um acesso direto ao mar, o que facilita o comércio internacional;
- um fácil contato com os outros continentes, nomeadamente com a EUROPA e a ÁSIA.

Em relação à latitude

A África situa-se a cavaleiro do Equador, quase simétrica a ele, pois dispõe-se entre as latitudes 37° N e 34° S (Fig. 1), embora a área do hemisfério Norte seja quase dupla da do hemisfério Sul. Três quartos do seu território encontram-se na zona intertropical sendo, portanto, um continente tropical por excelência.

O clima, com altas temperaturas e forte umidade, é pouco favorável à vida humana e se atentarmos na existência da floresta densa e úmida, característica de algumas regiões, concluiremos por uma difícil organização humana do espaço, a que não é estranho a existência de doenças como a malária, a febre amarela e a doença do sono. O clima constitui fator importante, responsável pelo fraco desenvolvimento, sendo imperioso criar condições de vida favoráveis que compensem os efeitos do meio ambiente.

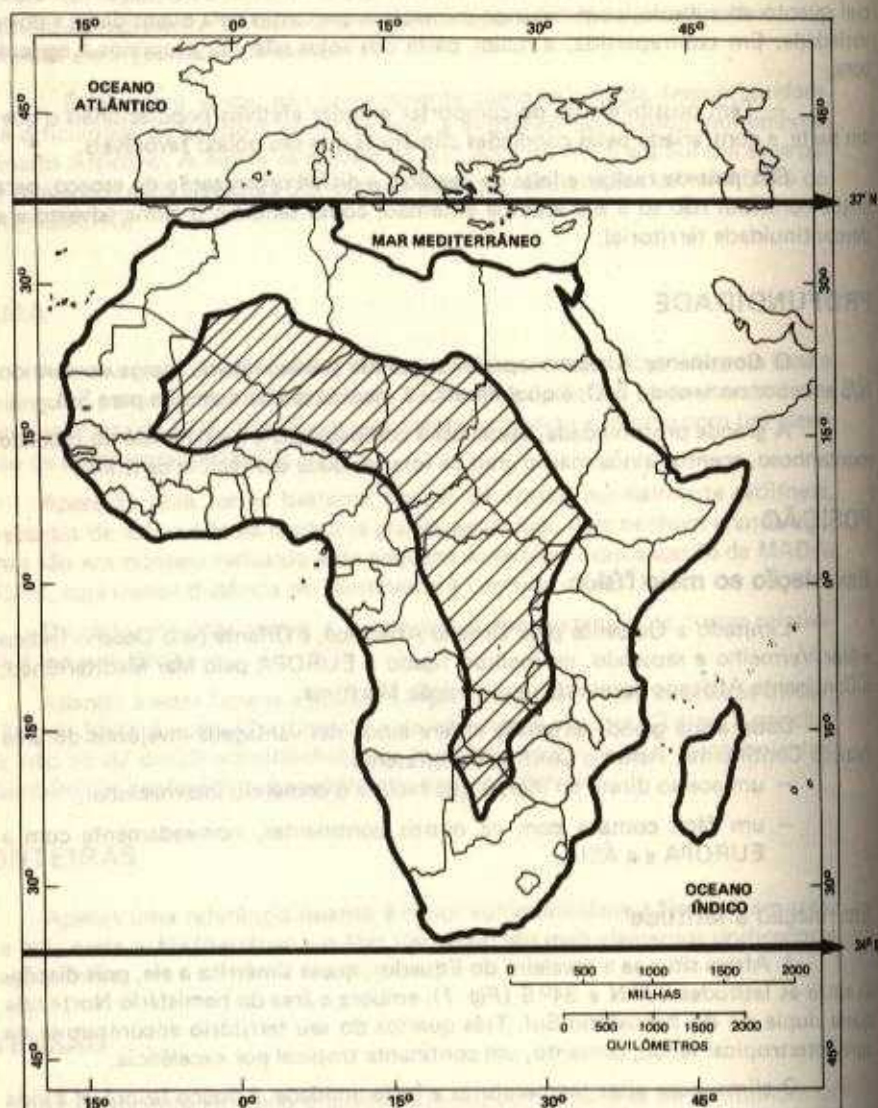


Fig. 1 – Zona Interior Afastada do Litoral mais de 1.000 Km

Em relação a outras regiões

O Continente Africano ocupa uma Posição Central em relação à EUROPA, ÁSIA, AMÉRICA, OCEANIA e ANTÁRTIDA, portanto em face à totalidade das terras emersas; também a sua posição é central em relação aos oceanos Atlântico e Índico.

Se se considerar porém a posição da ÁFRICA em relação às zonas de maior potencial estratégico: EUROPA, EUA, URSS e CHINA, que se encontram na zona Temperada do Norte, pode-se concluir que apresenta uma Posição Excêntrica, pois a sua extremidade sul, por sinal a região mais desenvolvida do Continente, está separada dos principais núcleos mundiais por distâncias da ordem da dezena de milhar de quilômetros (Fig. 2).

Pode-se concluir que, pelo menos a parte meridional do Continente, auffer de uma certa segurança face a uma confrontação entre as grandes potências.

Uma luta direta entre os EUA e a URSS, em que certamente a rota polar desempenhará um papel de importância fundamental, deixará a ÁFRICA em situação de vantagem relativa.

Considerando apenas a "Ilha Mundial" constata-se que o Continente Africano ocupa uma Posição Limítrofe, envolvendo a EUROPA pelo Sul, situação que tem vindo a servir de base à visão da expansão comunista: alcançar a EUROPA através do Continente Africano.

Em relação às rotas marítimas internacionais

Rotas marítimas internacionais

Ao Continente Africano estão associadas duas das mais importantes rotas mundiais: a do SUEZ e a do CABO.

A primeira liga a *EUROPA OCIDENTAL*, pelo Mediterrâneo e Mar Vermelho, à África do Norte e Oriental e depois pelo Índico ao Golfo Pérsico, Ásia Meridional e Oriental, e ainda à Austrália e à Nova Zelândia.

A segunda, estabelece a ligação *EUROPA OCIDENTAL* com o Golfo Pérsico, Indonésia, Austrália e Nova Zelândia. Da Europa Ocidental os transportes marítimos, passando pelo arquipélago de Cabo Verde, seguem até ao CABO, contornam esta região e entram no Oceano Índico.

Durante o encerramento do Canal de Suez, a rota do CABO adquiriu uma enorme importância devido ao rendimento alcançado com a construção de petroleiros de grande tonelagem, que devido às suas grandes dimensões não poderão jamais utilizar aquela importante passagem marítima.

Em caso de conflito a rota do CABO ganha também maior importância pela sua excentricidade relativamente ao hemisfério Norte, a uma possível região de confronto entre as principais potências mundiais, tornando-se assim uma rota menos vulnerável.

Áreas e pontos de importância estratégica

Vejamos as áreas e os pontos existentes neste Continente, ou próximo, que pela sua posição dominam o trânsito, facilitam o controle e garantem apoios e que, pelo seu valor, bem podem denominar-se "encruzilhadas do mundo".

— A área marítima e o litoral que abrange o Golfo de Áden, o Estreito de Bab-el-Mandeb e o Sul do Mar Vermelho, e compreende as Ilhas Socotra e Perim, o Porto e o Aeródromo de Áden (antigas bases britânicas), o Porto de Berbera, o Porto e o Aeródromo de Djibouti.

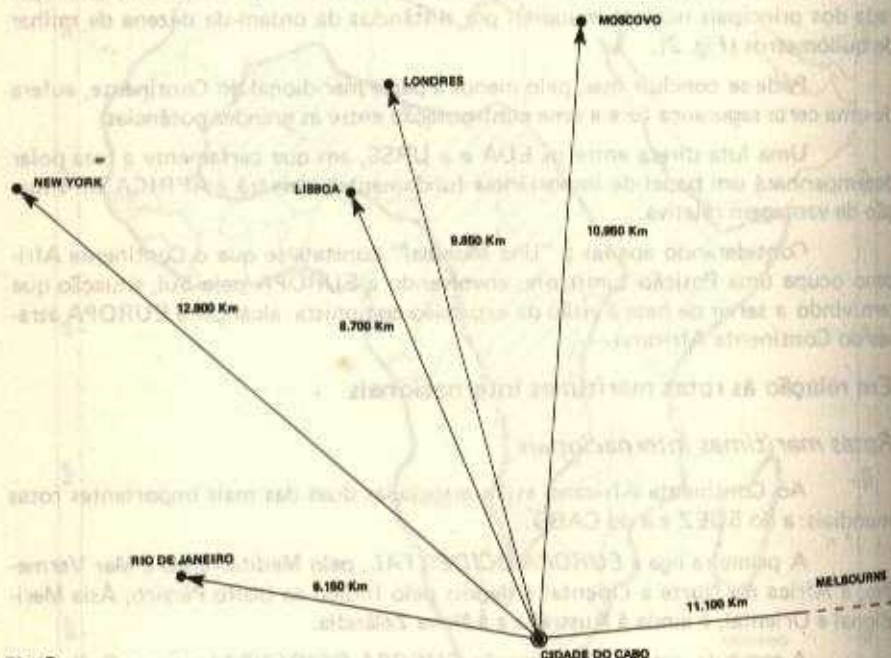


Fig. 2

— O Canal de Suez e suas terras ribeirinhas, bem como os seus acessos Sul e Norte, os Portos de Suez e Port Said e os aeródromos adjacentes.

— A área marítima insular e costeira compreendendo: o Arquipélago de Cabo Verde, com o Porto de São Vicente e o aeródromo da ilha do Sal; e a Cidade de Dakar, com seu excelente porto comercial, a base naval francesa ainda ali existente e o aeródromo civil e militar de Yof.

— A área marítima insular e o litoral do Canal de Moçambique, compreendendo a ex-base naval francesa de Diego Suarez, em Madagascar, os portos moçambicanos de Beira, Nacala e Moçambique, os aeródromos malgaxes de Tananarive e Majunga e os aeródromos das Ilhas Comoro.

- A área marítima e o litoral de Gibraltar, compreendendo o estreito, as bases aéreas e naval britânicas de mesmo nome, a ex-base naval francesa de Mers-el-Kebir (próximo a Oran), e a Base Naval e Aeronaval hispano-americana de Rota/Cádiz.
- A área marítima e insular do Arquipélago das Canárias, compreendendo os Portos de Las Palmas e Santa Cruz de Tenerife, e os grandes aeródromos dessas ilhas.
- A área marítima e o litoral do Sul da África, compreendendo a base naval de Simonstown, e os complexos portuários e aeroportuários de Capetown, Port Elizabeth, East London e Durban na República Sul-Africana.
- O grande porto natural de Freetown em Serra Leoa.
- As áreas petrolíferas do Egito, Líbia, Argélia, delta do Rio Niger, Gabão e Cabinda.
- As áreas de grande riqueza mineral do Sul do Zaire (Shadanga), da Zâmbia e do Transvaal.
- Os centros industriais sul-africanos de Johannesburg, Capetown e Durban.

INFLUÊNCIAS EXTERNAS

Os territórios africanos desde o século passado, na sua quase totalidade, foram partilhados pelas grandes potências europeias: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Portugal, Espanha e Bélgica.

O seu domínio por aqueles países sofreu a influência e os resultados dos últimos conflitos mundiais e as suas fronteiras foram em grande parte ditadas por conveniências políticas sem que fossem devidamente consideradas as diferenças étnicas, lingüísticas e religiosas dos povos africanos. Assim se permitiu que, após as recentes independências, se constituíssem fatores de desequilíbrio e de conflitos, que naturalmente irão se acentuar à medida que estes novos países cresçam e possam então dedicar-se com maior atenção à resolução definitiva destes problemas. São consequências da época colonial, de tal forma importantes, que a principal preocupação dos EUA e da URSS, pelo menos até ao momento presente, tem sido a preservação das fronteiras de então, a fim de que não sejam abertos precedentes perigosos.

A independência política do Continente tem vindo a ocorrer desde 1950, sofrendo a influência das grandes potências mundiais, ciosas de um fácil acesso às riquezas africanas e ao domínio de áreas geográficas importantíssimas. Mais recentemente, as antigas metrópoles e as grandes potências têm procurado alcançar influência política, quer por intermédio de ações indiretas quer diretas, de apoio financeiro, técnico e militar.

As antigas metrópoles usufruem de algum prestígio junto dos países africanos e, naturalmente, da vantagem de uma língua e de uma história comuns e de um contato processado ao longo de muitos anos, o que faz criar sempre raízes de amiza-

de e compreensão difíceis de desaparecerem. No entanto como a ajuda que podem proporcionar é, na maioria dos casos, bem reduzida, a luta pelo continente africano processa-se principalmente ao nível das grandes potências mundiais: EUA, URSS, CHINA.

Vejam pois alguns aspectos dos esforços desenvolvidos por estes países:

Quanto aos EUA, altamente traumatizados pelo desfecho da guerra do Vietnã, parecem ter-se isolado no seu território, abstendo-se de uma "ação direta" na conduta da sua política externa. Não se empenham diretamente nos acontecimentos em curso, antes os acompanham cuidadosamente para posteriormente procurar retirar, diplomaticamente, o máximo de proveitos possíveis, voltando a ocupar posições anteriores ou substituindo as anteriormente em poder de outrem. Assim sucedeu no Egito, no Zaire e mais recentemente parece estar a suceder em Angola.

Os EUA estão demasiado preocupados com a sua segurança e talvez só voltem a empenhar-se militarmente se se sentirem ameaçados em áreas que afetem visivelmente o seu prestígio de país democrático ou o seu próprio território.

O seu isolamento e o abandono de alguns aliados assim parece querer mostrar.

Na África, os EUA e os países ocidentais têm no entanto perspectivas de bom relacionamento porquanto, no campo das idéias, a estrutura social e as características dos povos daquele continente opõem sérios obstáculos à implantação duradoura de regimes totalitários de esquerda, assunto que abordaremos quando da apreciação da ação da URSS nesse continente.

Quanto à URSS a sua atuação na África obedece claramente a uma política externa de há muito conhecida e sempre afirmada. Consta até da sua Constituição que "a política externa da URSS visa a manter os povos em luta pela sua libertação e progresso social".

No entanto a sua ação direta quase nunca se tem feito sentir, procurando antes atuar indiretamente quer por intermédio de Cuba quer da República Democrática Alemã. Esta forma de atuação, mesmo quando implicando no emprego de forças militares, tem sido aceita, embora com relutância, pelos países ocidentais, e sido apoiada por uma intensa e ativa cobertura feita pelos órgãos de comunicação social, em escala mundial e que tem alcançado os seus objetivos.

A influência da URSS neste continente tem conhecido alguns sucessos sustentando não só as afirmações de SOUSLOV, o ideólogo do partido, ao anunciar em 1974 "o triunfo, em todo o mundo do marxismo-leninismo, do socialismo e do comunismo" e que "o processo revolucionário mundial é irreversível", como também as de L. BREJNEV, em 1976, quando declarou, no Plenário do Comitê Central que "os EUA deviam tomar consciência da relação real de forças no mundo a fim de decidirem a sua política, nomeadamente na África, onde a evolução recente dos acontecimentos reforçou as posições do socialismo".

A URSS tem, no entanto, sofrido também alguns insucessos, porquanto defronta grandes dificuldades face à organização social na África, quer ao Norte quer ao Sul do SAARA, de características eminentemente patriarcais. As grandes decisões são tomadas pelos chefes locais após ouvirem os conselhos dos mais velhos e serem admitidas contestações dos mais jovens. Este tipo de estrutura aliado à religiosidade tanto islâmica como fetichista, não tem favorecido a ideologia marxista podendo-se afirmar que, no presente momento, elas se apresentam como incompatíveis com o comunismo. Não há um só partido comunista forte em todo o continente africano e, em grande parte dos países, esse partido nem existe.

Concorrentemente a URSS também se defronta com a influência das antigas metrópoles, as de maior poder econômico, França e Grã-Bretanha, no campo do apoio tecnológico e financeiro e no acesso aos mercados e sistemas de comercialização ocidentais.

No entanto, hoje, esta potência, mercê de territórios anteriormente pertencentes a Portugal desfruta de muito boas posições estratégicas na África, quer na costa oriental, em Moçambique, dominando praticamente quase todo o Oceano Índico, quer na costa ocidental, com possibilidades de se instalar em Cabo Verde, dominando as passagens entre o Atlântico Sul e o Atlântico Norte e em Angola, com grande influência sobre a parte mais a sul do Oceano Atlântico, que passa assim a constituir o único obstáculo a vencer antes de se alcançar o Continente Americano.

A África sem deixar de continuar a desempenhar papel de grande importância face à Europa adquire agora valor bem mais significativo perante as Américas.

Quanto à República Popular da China, embora sem descurar de uma boa posição na África, ela parece, por enquanto, mais interessada em contrabalançar a presença da URSS e em aumentar as suas possibilidades comerciais.

Desta forma, e muito especialmente a partir de 1965, tem vindo a apoiar os movimentos de libertação contra aqueles que são apoiados pela URSS. Os seus sucessos têm sido muito reduzidos, não só porque há uma imperfeita compreensão das características religiosas, da estrutura social e das qualidades anímicas dos povos africanos, quer também porque o africano ainda não está preparado para aceitar facilmente conselhos, ensinamentos ou determinações de elementos oriundos de povos asiáticos.

O africano é muito orgulhoso das suas condições de vida, muito especialmente face aos orientais.

CONCLUSÕES

A descontinuidade, o elevado grau de continentalidade e a grande extensão e profundidade, aliadas ao relevo periférico discordante, acentuam o caráter de interioridade da região central do Continente Africano, dificultando a unidade e a or-

ganização do espaço, bem como a circulação e a integração das atividades econômicas.

Embora dispondo de uma excelente Posição Marítima, o fato de apresentar-se uma estreita plataforma continental, costas retilíneas, com "barras" e "restingas", relevo periférico discordante, em especial ao Sul, e ausência de rios navegáveis, caracterizam-no por uma deficiente acessibilidade ao interior, a partir do mar, o que tem reflexos importantes no desenvolvimento do Continente.

Haverá também a salientar que cerca de 75% do espaço africano é intertropical, sendo o mais quente de todos os continentes, o que dificulta uma fácil fixação do homem.

Como resultante do período colonial, as fronteiras políticas dos recentes países africanos constituem possíveis focos de conflito, que podem ser desencadeados sempre que permitam ou facilitem a influência de determinadas potências neste continente.

Desfruta de uma posição central em relação às terras emersas e aos Oceanos Atlântico e Índico; de uma posição excêntrica relativamente às Grandes Potências; e de uma posição limítrofe em relação à Europa, ao Sudeste Asiático e à América do Sul.

Relativamente às rotas marítimas do Suez e do Cabo representa uma importante Posição Estratégica.

Pelas razões apresentadas, nomeadamente quanto à importância da sua "posição", será de prever um interesse cada vez maior das grandes potências por este Continente.

Os EUA, a Europa e os demais países de cultura ocidental certamente terão que criar intensas relações de verdadeira amizade e cooperação em toda a África, porque o seu domínio pelo Bloco Comunista causará o cerco e a asfixia econômica da Europa e permitirá a possibilidade de se estabelecerem bases de ação mais próximas para atuação no Continente Sul-Americano.

Assim será possível evitar o isolamento da América do Norte e o estabelecimento de uma nova e grande ameaça sobre o Oceano Pacífico.

BIBLIOGRAFIA

- SÍNTESE GEOGRÁFICA DE ÁFRICA — IAEM.
- Artigo da "AFRIQUE 69" — Edição Especial da JEUNE AFRIQUE.
- Ciclo de Conferências de 1966-1967 — IAEM — Bríg Kaulza de Arriaga.
- East Asian Review — Vol IV, nº 1 — 1977.
- Defense Nationale — Mai 78.
- A Defesa Nacional — Mar-Abr 78 e Jan-Fev 79.



AVALIAÇÃO DO PODER MUNDIAL

Ray S. Cline

Diretor-executivo de Estudos Estratégicos do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown, EUA. Professor-adjunto de Relações Internacionais da School of Foreign Service, Georgetown, e da Defense Intelligence School, um instituto de estudos avançados do Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

O tema sobre o qual me proponho a discorrer trata da Avaliação do Poder Mundial. Para tanto, desejo antes expor meu conceito de **politectônica**, que é um auxílio à apreciação do poder num mundo onde as percepções deste são fugazes, transitórias e confusas; e a seguir, esboçar um plano de uma "nova Liga Ateniense" de cooperação entre aliados destinada a assegurar a liberdade dos mares e o acesso dos grandes Estados de comércio internacional às regiões de onde provêm os minerais e o petróleo essenciais às suas indústrias. Minha ponderada opinião é a de que a União Soviética já se encontra engajada numa guerra global de baixa intensidade pelo controle dos recursos econômicos e que as sociedades livres e pluralistas do hemisfério ocidental precisam enfrentar imediatamente tal desafio, porque, doutra forma, o esforço soviético será estrategicamente decisivo, embora esteja ocorrendo num período que, em termos militares, é tecnicamente chamado de paz.

Começando pelos fatos fundamentais, como a geografia — tantas vezes negligenciada em estudos sobre assuntos internacionais — desejo lembrá-los das conclusões de Alfred Thayer Mahan, que, por sinal, pesquisou sua tese numa biblioteca sul-americana. Mahan afirmou que a América do Norte e, na verdade, todo o hemisfério ocidental, é uma ilha cercada pelos oceanos mundiais, e que o poder naval destinado a proteger o comércio transoceânico já foi um ingrediente-chave da prosperidade e da influência dos países marítimos situados na orla eurásica do hemisfério ocidental. Devemos igualmente lembrar que, em 1904, o grande geógrafo britânico Sir Halford Mackinder, frisou o significado do controle político sobre os recursos materiais e humanos da massa terrestre central eurásiana em seu ensaio: "O pivô

geopolítico da história". Mackinder anteviu que o comando do "heartland" eurasiático (essencialmente, a Europa Central e a Rússia, dos Urais ao Reno) levaria ao comando, em primeiro lugar, da Eurásia, de longe a maior de todas as massas terrestres continentais, e, eventualmente, ao domínio de todos os recursos e povos do mundo. Mackinder considerou a Eurásia e a África, a ela ligada por terra, como sendo a "ilha mundial", compreendendo dois terços da superfície terrestre do planeta. Para ele, havia uma diferença fundamental entre as potências terrestres da ilha mundial e as nações insulares, entre as quais incluía as Américas, e receava o dia em que Eurásia e África, juntas, formassem uma base única de poder marítimo capaz de superar em termos navais o hemisfério ocidental e seus aliados insulares.

Partindo desses conceitos básicos de geopolítica, adotei uma palavra nova, "politectônica" — literalmente, estruturação política — com a finalidade de descrever a metodologia fundamentalmente geográfica, mas também essencialmente política, que desenvolvi para fazer a análise estratégica das relações internacionais de poder. Ao utilizar o termo, minha intenção foi denotar a formação e o esfacelamento dos grupos internacionais de poder, principalmente regionais, mas também conformados por forças culturais, políticas, econômicas e militares que determinam o equilíbrio verdadeiro das inter-relações atuais das nações.

Segundo observei em meu livro, *Avaliação do Poder Mundial*, há uma notável analogia entre as tendências políticas e estratégicas, de um lado, e a terminologia das descobertas científicas no campo da geologia, do outro. A superfície da terra é feita de certo número de "plataformas tectônicas" que contêm continentes inteiros e imensas extensões de leitos marítimos e oceanos circundantes. Essas plataformas continentais flutuam sobre um núcleo interno mais fluído e vêm deslocando-se muito lentamente, de um lado para outro, através dos milênios. Notável paralelo do que acontece quando essas plataformas se encontram e se separam pode ser visto na estrutura muito mais rápida de tempo dos deslocamentos das tendências internacionais de poder. A força das nações e dos conglomerados de nações aliadas cresce e esmorece de acordo com os ritmos das mudanças econômicas, militares e políticas, produzindo ou o crescimento e a estabilidade, ou o conflito, o desgaste e a destruição.

A força de uma nação determina até que ponto ela pode exercer sua política sem levar em consideração, ou mesmo contrariando, os interesses de outras nações. Um país forte pode impor a sua vontade sobre outros governos através da persuasão, da coação ou da força militar direta.

É importante compreender que são as percepções de poder, embora inexas, que decidem o jogo de xadrez internacional. O estudo do poder internacional diz respeito não somente à capacidade de fazer guerra, mas também à capacidade de impor uma vontade dentro de um contexto político e econômico.

Todo país que deseje manter um equilíbrio estratégico favorável no mundo deve saber calcular a capacidade e as intenções dos possíveis amigos e inimigos e reconhecer quando uma nação, por sua afinidade e sua força, pode representar uma ajuda. Portanto, as considerações morais e políticas desempenham importante papel

na política e na estratégia exteriores. As alianças entre as nações podem ser forçadas ou voluntárias, mas representam uma faceta importante do poder e, por vezes, uma limitação do poder nacional.

Na terminologia soviética, a década de 80 será uma era de "coexistência pacífica", quer dizer, toda espécie de guerra ideológica, política, económica e revolucionária será travada contra as sociedades capitalistas sob o guarda-chuva da paridade militar em armas estratégicas. À medida que a Rússia se estender pela Eurásia, África, Américas Central e do Sul, as principais distinções políticas já não serão mais as tradicionais, entre esquerda e direita, mas entre as sociedades pluralistas ou abertas e os Estados totalitários, como a República Popular da China e a União Soviética. Os Estados organizados segundo o modelo leninista-stalinista são irreconciliavelmente contrários à própria existência das sociedades abertas. Não buscam a liberdade política para seus povos, mas pretendem destruir ou cooperar para a destruição das sociedades abertas do mundo.

A maioria dos Estados não-comunistas inclina-se para um modelo pluralista, mas os mais autoritários dentre eles são nacionalistas, antes que totalitários, à medida que procuram combater o perigo do ataque externo ou o colapso social interno. As sociedades pluralistas beneficiam-se da produtividade e da elevação do padrão de vida que resultam do exercício da empresa privada com fins lucrativos. Sobreretudo devido a um excesso de centralização de decisões, em cima, e à falta de incentivos adequados, em baixo, o sistema comunista não conseguiu até hoje alcançar vantagens económicas semelhantes.

Apesar da camuflagem de sua retórica, a estratégia soviética é clara e coerente — e de carácter fundamentalmente económico. Stalin proclamou que a esfera de exploração dos recursos mundiais dos principais países capitalistas não se expandiria mais, contraindo-se e deteriorando-se para esses países as condições dos mercados mundiais. Sob os sucessores de Stalin, as intenções dos soviéticos não mudaram, somente o campo de acção ampliou-se com o surgimento do Japão e da Alemanha como centros dominantes de poderio económico, com a escassez do petróleo da região do Golfo Pérsico que, ao mesmo tempo, tornou-se indispensável às nações industriais do mundo, e à medida que a maioria das nações costeiras dos oceanos meridionais ganharam importância na luta pelo acesso às matérias-primas críticas. Não somente tais recursos, mas grande parte da tecnologia avançada por eles possibilitada, deverão ser absorvidos pela esfera soviética de influência, ou cairão directamente sob seu controle, no decénio de 80.

Exige-se uma visão clara do mundo e uma estratégia coerente e cooperativa, se quisermos frustrar o plano comunista de obter "uma vantagem irreversível na correlação das forças", isto é, uma mudança decisiva no equilíbrio mundial do poder. Num mundo onde os conflitos de baixa intensidade são endémicos sob o guarda-chuva da dissuasão nuclear, precisamos saber avaliar as várias modalidades de poderio militar, se desejarmos combater com êxito as manobras de nações-Estados e os atos de terrorismo de grupos revolucionários não-estatais, inimigos dos interesses do mundo livre.

Ao analisar a distribuição do poder mundial, dividi o mundo em 11 zonas diferentes, afetadas pelos fatores constantes da geografia e pelas condições constantemente mutáveis da situação política, econômica e militar.

As zonas primordiais, como se pode ver, são: 1) as Américas do Norte e Central, cujo cerne principal está nos EUA; 2) a URSS, *heartland* da Eurásia; e 3) a República Popular da China e os regimes comunistas asiáticos da Coreia do Norte e da Indochina, que juntos ocupam a maioria do continente na Ásia Central.

Na periferia, encontram-se cinco grandes zonas peninsulares ou insulares, as terras periféricas (*rimland*) que podem ser dominadas do centro da massa continental, mas que também estão ligadas intimamente por elos transoceânicos a outras regiões do mundo, especialmente aos EUA. Essas cinco zonas são: 4) a Europa Ocidental, área crucial, há muito disputada, que se estende da Grécia ao Reino Unido, uma península eurásiana, do ponto de vista do *heartland* soviético; 5) o Oriente Médio, um longo cinturão de nações que vai do Irã, passando pela Ásia Menor e pela Península Árabe, até o litoral árabe da África do Norte; 6) o subcontinente do Sul da Ásia; 7) o Sudeste da Ásia, além da Indochina, o vasto arquipélago oceânico que contém a Indonésia, as Filipinas, Cingapura, a Malásia, a Tailândia e a Birmânia; e 8) o Nordeste da Ásia, o triângulo Japão—Coreia do Sul—China/Formosa.

Essas zonas, a orla da Eurásia, estão cercadas por um círculo exterior de continentes e povos, principalmente as terras do hemisfério sul, que se agrupam em três zonas: 9) a América do Sul; 10) a África Central e do Sul; 11) a Austrália e a Nova Zelândia.

Acredito que o foco esteja passando ao círculo externo de continentes e povos que compreende principalmente as terras do hemisfério sul — América do Sul (zona 9), África Central e Meridional (zona 10), Austrália e Nova Zelândia (zona 11). Elas constituem, não a presa final, mas a área de conflito imediato na qual vem sendo travada, neste justo momento, a guerra de baixa intensidade para modificar o equilíbrio do poder que, com o tempo, determinará as batalhas globais maiores. No entanto, é preciso não esquecer que, embora todas as tentativas de medir o poder e os equilíbrios de poder globais e regionais sejam difíceis e inexatas, mais difícil ainda é emitir juízos sobre as tendências das relações de poder.

O poderio nacional, descrito em termos realistas, é uma mistura de debilidades estratégicas, econômicas e políticas. É determinado, em parte, pelas forças militares e pela organização militar de um país, mas mais ainda pelo tamanho e localização do território, a natureza de suas fronteiras, as populações, os recursos de matérias-primas, a estrutura econômica, o desenvolvimento tecnológico, a força financeira, a composição étnica, a coesão social, a estabilidade dos processos políticos e decisório e, por último, a qualidade intangível geralmente chamada de espírito nacional.

Elaborei uma fórmula, uma notação taquigráfica ou sistema de índices, relacionando tais fatores, que é a seguinte:

$$P_p = (C + E + M) \times (S + W)$$

Seus termos estão definidos da seguinte maneira:

P_p = Poder Percebido

C = Massa Crítica: População + Território

E = Capacidade Econômica

M = Capacidade Militar

S = Objetivo Estratégico

W = Vontade de Executar a Estratégia Nacional

O crescimento militar dinâmico dos soviéticos leva-nos a perguntar que poder político poderá nascer dos canhões soviéticos quando se aproximar, em 1982, um período de perigosa vulnerabilidade estratégica. Hoje, as forças não-nucleares de combate tornam-se importantes nas percepções do poder militar que pode ser utilizado em conflitos menores do que a guerra total. Sendo esse o caso, devemos evitar que venhamos a cair numa inferioridade estratégica geral e precisamos trabalhar juntos para defender as vias marítimas em que se move o comércio internacional de mercadorias.

Consideramos por um momento os componentes da fórmula, tomando em primeiro lugar a população. Existem mais ou menos 4 e 1/3 bilhões de habitantes no mundo e, aproximadamente, a metade de toda a população do planeta reside na República Popular da China, na Índia, na URSS e nos EUA. As 16 nações com populações acima de 50 milhões incluem a maioria dos países geralmente considerados potências mundiais. Contudo, alguns países de pequena população podem, apesar disso, exercer uma influência desproporcional nos assuntos internacionais devido a alguma vantagem especial, como uma localização estratégica. É o caso, por exemplo, de Israel e Cingapura.

No que diz respeito ao território, um país grande geralmente dispõe de amplos recursos primários para seu povo explorar economicamente. Existem 135 milhões de quilômetros quadrados de terra habitáveis na superfície do globo, e os primeiros seis países em tamanho, a URSS, a RPC, os EUA, o Brasil e a Austrália estão mais ou menos equilibrados entre si, cada um ocupando cerca de 7 milhões de quilômetros quadrados. As terras inúteis são um fator a ser considerado na apreciação da massa crítica, mas recursos minerais importantes podem encontrar-se sob os desertos e nações pequenas podem controlar corredores marítimos ou terrestres de importância, como o Canal de Suez ou o Estreito de Málaca. A massa crítica realmente equaciona-se a uma imagem de poder: não se pode negar que os oito maiores países em tamanho geográfico são considerados nações de consequência.

O tempo é escasso para explicar as correções de peso de minha apreciação e procurarei apenas esboçar minha avaliação em traços gerais. A força econômica é imensamente importante nas percepções de poder. Tal força satisfaz as necessidades de bens e de serviços e suporta as capacidades militares organizadas, a manufatura de armas e o apoio logístico e técnico das Forças Armadas. O investimento e o comércio enriquecem mutuamente as nações, ao mesmo tempo em que o comércio

internacional dá acesso a recursos e mercados e o potencial para exercer influência além-mar. O poderio econômico e a potencialidade econômica são particularmente difíceis de avaliar, mas as nações relativamente auto-suficientes — sobretudo em matérias-primas para a indústria e alimentos — são geralmente tidas como mais poderosas do que outras com o mesmo nível coerente da capacidade econômica. Acresce que, ao utilizarmos medidas quantitativas de capacidade econômica, devemos temperar nosso julgamento com uma compreensão dos vários estágios do desenvolvimento econômico. A medida-padrão da força econômica mobilizada é o produto nacional bruto (PNB).

Em 1978, os EUA dispunham de um pouco mais que um quarto do produto mundial, enquanto que as outras nove nações com os maiores PNBs respondiam por cerca de três quartos da produção mundial. Vale a pena observar que todas, com exceção da URSS e da RPC, eram aliadas muito próximas dos EUA. Estou ciente de que a utilização do PNB encobre muitas feições especiais de uma economia, de modo que preferi modificar minhas classificações baseadas no PNB, através de 5 grandes fatores: energia, minerais críticos, poderio industrial, produção de alimentos e comércio exterior.

Todos nós conhecemos os resultados do embargo petrolífero de 1973 — 1974. Nos EUA, o suprimento suficiente de óleo é um dos problemas mais difíceis, dos pontos de vista econômico e estratégico. Embora sejam um dos maiores produtores de petróleo do mundo, os EUA são, entre os grandes produtores, os únicos que necessitam fazer importações maciças para atender suas necessidades econômicas. Em poucos anos, a URSS também poderá atingir esse estágio, o que torna o óleo de produção barata da Península Árabe do Golfo Pérsico uma presa valiosa até o momento em que sejam encontrados combustíveis alternativos em quantidade suficiente para suprir a demanda mundial. Atualmente, mais de 2 milhões de toneladas métricas de óleo passam por mês no Estreito de Hormuz.

Considero cinco minerais não-combustíveis como de importância crítica devido à sua utilização generalizada na indústria moderna. O minério de ferro é um caso especial por causa de sua importância na indústria pesada e na manufatura de armas. Os outros são o cobre, a bauxita, a cromita e o urânio. Na produção industrial, o aço, o alumínio e o cimento — especialmente importante para a capacidade industrial, inicialmente são os indicadores escolhidos.

A década de 70 demonstrou repetidas vezes que a capacidade agrícola poderá vir a ser um dos componentes mais críticos do poder econômico: as nações que produzem excedentes de mercadorias alimentícias estão, em certa medida, insuladas das variações climáticas e das flutuações de mercado. É necessário considerar o seguinte: toda medida de produção agrícola deve ser relacionada ao número de habitantes do país. Por exemplo, a RPC emprega a maioria de sua força de trabalho para alimentar a população a um nível de mera subsistência.

Todas as nações, grandes ou pequenas, estão ficando cada vez mais envolvidas nos assuntos umas das outras, dos pontos de vista econômico, político, cultural e em termos de segurança militar. Portanto, não é de surpreender que o comércio

exterior seja um bom índice de poder ou influência exercida nas relações econômicas internacionais. A reputação de grande nação comercial contribuiu para uma imagem do poder relacionada não somente com a produtividade econômica, mas também com a capacidade de acesso a recursos, mercados e vias de comércio ao redor do globo.

Nosso próximo grande fator de poder, a capacidade militar, consiste de forças estratégicas e convencionais. A sanção final nas disputas entre nações é o uso da força militar. Quando ocorre a ameaça do uso da força militar, a capacidade de mobilização dessa força torna-se da máxima importância, ou porque a prontidão da força superior decide a questão sem luta, ou, no caso da deflagração de uma guerra, porque a arbitragem vai ter lugar no campo de batalha.

O predomínio esmagador da força nuclear estratégica dos soviéticos e dos norte-americanos é o fator dominante da vida internacional. Contudo, certa aura de poder vem do fato de ser membro do "clube nuclear", e até mesmo nações como o Japão, a Suécia, a Argentina, a África do Sul, o Paquistão e a China/Formosa, vistos como possuidores da capacidade de fabricar armas nucleares, desfrutam, entre seus vizinhos, de certa vantagem marginal de respeito ou temor. É a ameaça do uso de bombas ou mísseis nucleares — como chantagem ou escudo — que exerce enorme pressão sobre as situações internacionais de conflito. Quanto menos responsável é a liderança de uma nação, maior será a ameaça nuclear, pois sua efetivação torna-se mais verossímil para as possíveis vítimas.

Em circunstâncias normais, a força militar convencional é decisiva para os confrontos que ainda não chegaram à guerra. Essa força assegurará certa medida de defesa a uma nação atacada por um vizinho agressivo, até o momento em que as grandes potências possam deter o conflito para julgá-lo ou arbitrá-lo. Até certo ponto, um país que possua forças militares convencionais eficientes poderá desafiar a influência moderadora das potências nucleares, chegando a triunfar sobre Estados menos bem armados. A tomada do Vietnã do Sul, Kampuchea e Laos pelas forças convencionais comunistas, apesar dos esforços norte-americanos para impedi-la, é uma demonstração eloqüente desse ponto. O fator determinante esteve nos diferentes níveis de vontade nacional.

As percepções de poderio são altamente subjetivas, no entanto, o "poder percebido" de uma nação fica incomensuravelmente ressaltado se sua força de armas nucleares for suficiente para enfrentar um desafio convencional até as últimas consequências, antes de recorrer à guerra nuclear. Provavelmente, a maioria dos conflitos futuros será com forças convencionais não-nucleares, sendo percebida uma capacidade em todos os sentidos, para fins gerais de combate, vigiando os degraus inferiores da escalada que leva à guerra nuclear. A dissuasão depende do equilíbrio total das forças, especialmente quando é percebido que, em certas circunstâncias, torna-se plausível um intercâmbio nuclear limitado. Hoje, a pressão político-psicológica exercida pela mera existência das armas nucleares é o elemento predominante dos cálculos internacionais de poder.

As estimativas padronizadas de poderio militar convencional, baseadas principalmente em número de tropas, de unidades de combate e inventários de equi-

pamento, são reconhecidamente pouco dignas de confiança. Os "intangíveis" do poderio militar — a habilidade e o moral das tropas, a qualidade de liderança militar, a coerência das estratégias operacionais, a flexibilidade, mobilidade e alcance das forças e até mesmo o moral político são muitas vezes ignorados porque não podem ser expressos em números e listas. No entanto, as estimativas de poderio militar que excluem tais intangíveis são enganadoras e inadequadas. Além de considerar os dados numéricos de força humana em minha análise do poder, levei também em conta a qualidade dessa força — a eficácia operacional das tropas em tempo de guerra — a eficiência das armas, a infra-estrutura e o apoio logístico e a qualidade da organização isto é, a qualidade da burocracia das Forças Armadas.

Assim, construímos um guia aproximativo da distribuição do poder no mundo atual. Passamos então ao dois fatores mais críticos de minha fórmula de medida do poder. Em nível nacional, a **estratégia** é a parte do processo decisório que conceitua e estabelece metas destinadas a proteger e valorizar os interesses nacionais dentro do ambiente internacional circundante. **Vontade Nacional** é o grau de resolução que pode ser mobilizada entre os cidadãos de uma nação em apoio às decisões governamentais sobre defesa e política exterior. A vontade nacional é a base sobre a qual a estratégia nacional é formulada e executada com êxito. Enquanto que os elementos de poder anteriores foram tratados, em bruto, como aditivos, o uso do sinal de multiplicação na fórmula, a essa altura, significativa que o valor de toda a equação pode ser alterado substancialmente pelos fatores que constituem o coeficiente de $S + W$.

Somente a URSS, os EUA e a RPC vêm tendo, nestes últimos tempos, um conceito estratégico integrado, verdadeiramente global, na conduta de seus assuntos internacionais. Hoje, várias nações novas de importância regional, como a Nigéria, o Brasil e a Indonésia estão se lançando nas fileiras das potências com envolvimento globais. Contudo, em termos amplos de estratégia internacional, o número dos países que desempenham papéis importantes continua pequeno e deverá permanecer assim durante a década de 80.

De modo geral, uma estratégia nacional evoca um nível de resposta apropriado ao grau de interesse que parece representar para a população, definido esse interesse como o agregado dos interesses individuais percebidos.

Seja qual for a estratégia, uma nação pode ser eficiente ou inepta para executá-la, dependendo da solidez da vontade política do povo, expressada no processo decisório nacional. A firmeza daquela vontade dependerá, em parte, de uma formulação sábia e de uma explicação bem feita das metas estratégicas, em termos dos interesses nacionais. Essa função explicativa é de importância crucial num governo representativo, baseado no consentimento dos governados. Nos Estados comunistas, o mesmo objetivo é atingido pela doutrinação constante, de cima para baixo, ao longo da linha de comando. A meu ver, os principais componentes da vontade de uma nação são a integração nacional, a força da liderança e a relevância da estratégia.

Em resumo, é esse o meu conceito de "politectônica" e o meu método de avaliar o poder das nações.

A África Central e Meridional é uma das principais arenas do conflito estratégico subterrâneo entre a URSS e seus aliados — especialmente Cuba — e as nações industriais da Europa Ocidental, que dependem da região meridional da África para a obtenção de minerais não-combustíveis essenciais. O sistema de alianças dos EUA acha-se diretamente desafiado pelos avanços e sondagens dos soviéticos na África, posto que pelos avanços e sondagens dos soviéticos na África, posto que a África do Sul detém a posição estratégica primordial nas rotas comerciais de importância vital que ligam o mar da Arábia e o Oceano Índico à Europa Ocidental, às costas marítimas das Américas e ao leste da Ásia.

A África Central e Meridional ocupa uma posição média entre as zonas geoestratégicas, com 17 milhões de quilômetros quadrados e 330 milhões de habitantes. Suas frágeis relações tribais e regionais, junto às dificuldades de desenvolvimento de suas economias primitivas e de estabelecimento de novos sistemas de governo tornaram a região particularmente vulnerável. Num período de relativa escassez de recursos, as vastas reservas de cromo, cobalto, manganês, vanádio e outras ligas valiosas, ouro, diamantes, carvão e urânio da África Meridional ressaltam seu valor como parceiro comercial do mundo livre e tornam-na um alvo primordial da intervenção da URSS. Sob a bandeira do apoio marxista-leninista às guerras de libertação nacional, a União Soviética, Cuba e a Alemanha Oriental buscam explorar essa riqueza e atingir a meta estratégica de cortar os elos entre as regiões centrais e meridionais da África e os EUA e seus principais aliados.

Entre as 60 principais nações do mundo em poder percebido constam as seis nações africanas mais populosas. Somente a África do Sul é considerada possuidora de poder militar (não-nuclear); a África do Sul e o Zaire têm minerais críticos; a Tanzânia, a Etiópia e o Quênia combinam extensão territorial, população numerosa e liderança atualmente vigorosas; a Nigéria tem petróleo em abundância, e a África do Sul, uma extraordinária variedade de minerais e uma produção agrícola diversificada. O Zimbabwe/Rodésia é uma das principais fontes de cromita do mundo, fora da União Soviética, e tem grande significação estratégica dentro da luta dos soviéticos para isolar a economia adiantada da África do Sul do resto da região. Se o regime de orientação européia da África do Sul vier a ser substituída por um governo hostil aos interesses ocidentais, o comércio internacional poderia vir a ser privado daqueles minerais, criando um vasto problema para as nações industriais do mundo livre.

A presença soviética em Angola, Zâmbia, Moçambique e Etiópia ameaça as rotas marítimas do Cabo da Boa Esperança, nas quais a cada 24 horas passam 55 navios a caminho entre o Oceano Índico e o Atlântico Sul.

Toda a comunidade do comércio internacional sofreria caso houvesse uma interrupção prolongada do tráfego marítimo naquela região do Atlântico.

O hemisfério ocidental é uma zona estável em comparação com a África, da qual Recife dista apenas 1.700 — 1.800 milhas náuticas. Mas existe a necessidade urgente de reviver o sentido comunitário entre as nações americanas que havia durante a Segunda Guerra Mundial e na crise dos mísseis cubanos de 1962. A Amé-

rica Latina está ameaçada pela presença militar soviética em Cuba e pelas atividades dos cubanos na Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Granada e Jamaica.

Na região do Caribe, o México, o 13º país do Mundo em extensão territorial, com 1.978.760 quilômetros quadrados, tem mais de 10 milhões de habitantes. Cuba tem 10 milhões, e somente a Guatemala, o Haiti e a República Dominicana têm populações acima de 5 milhões. Os 12 países do continente sul-americano têm cerca de 235 milhões de habitantes e 17,6 milhões de quilômetros quadrados de superfície terrestre — pouco mais que a África Central e Meridional. Além da nação gigante do Brasil, há cinco nações de tamanho médio da América do Sul: Argentina, Colômbia, Peru, Venezuela e Chile.

A segurança do Caribe é vital para o livre fluxo de matérias-primas a todos os países do hemisfério ocidental. As atividades cubano-soviéticas nessa área ameaçam a segurança do tráfego através do Canal do Panamá ou aquele que passa entre os portos norte-americanos do Golfo do México e a Europa ou a África. Na eventualidade de uma guerra, a maioria dos reforços de tropas para os países da NATO sairia dos portos norte-americanos do golfo.

Seguindo a linha da teoria marxista-leninista, estão sendo feitas tentativas para acentuar os males econômicos da América Central com atividades terroristas, greves, sabotagem, seqüestros e assassinios políticos, até que seja possível desligar estrategicamente a América do Norte da do Sul. A década de 80 trará problemas a todas as Américas, senão cooperarmos numa "negativa estratégica", impedindo o acesso de potências hostis às áreas terrestres e criando juntos uma política com reservas de poder, durabilidade e flexibilidade para superar os fatores limitadores.

Muitos países da América do Sul acham-se à beira de entrar na esfera economicamente dinâmica e industrializada no Primeiro Mundo. Vários deles possuem uma estabilidade e um sentido de decência política que ultrapassam, de longe, a maioria dos países do chamado Terceiro Mundo, digam o que quiserem os estereótipos da imprensa norte-americana. Os problemas sociais que acompanham o desenvolvimento urbano são acentuados na América Latina pela superposição das etapas do processo de industrialização, fase pela qual já passaram todos os países desenvolvidos. Sem dúvida, os EUA e as repúblicas livres da América do Sul podem resolver suas diferenças com uma compreensão maior dos sistemas internos de cada um, protegendo assim seus interesses vitais mútuos de estabilidade política e comércio internacional.

Apesar dos problemas da inflação dos países em desenvolvimento, a América do Sul deu grandes passos no desenvolvimento e no comércio. Tem ainda potenciais inexplorados no campo da energia e muitos países dão prioridade à meta da auto-suficiência em minerais, produtos petroquímicos básicos, produtos florestais, fertilizantes, inseticidas e os principais minerais não-metálicos. Ao mesmo tempo, o comércio exterior está sendo estimulado por uma diversificação de produção. Os desequilíbrios comerciais estão sendo reduzidos por controles rigorosos que dão prioridade às matérias-primas para a indústria existente e ao equipamento para projetos destinados à manufatura de substituições de importações. Dentro dos padrões

de vida atuais, a América Latina e os mares que a rodeiam serão um dos principais reservatórios de alimentos do mundo.

Os países pouco povoados da América do Sul demonstraram seu potencial para o desenvolvimento num mundo faminto: a expansão e o melhoramento da produção de carne, soja e frutas cítricas ilustram esse fato. A Venezuela é um grande país exportador de petróleo, que produz um pouco mais do que a Nigéria. Tanto o Brasil quanto a Argentina são exportadores de alimentos em grande escala que estão desenvolvendo vigorosamente exportações não-tradicionais. Existem valiosos minerais comercializados internacionalmente no Chile e em muitos outros países latino-americanos: cobre, estanho, manganês, bauxita, molibdênio, ferro e nitratos são os mais importantes. A América do Sul tem em reserva as mesmas matérias-primas hoje buscadas na África. Além disso, muitos países possuem tecnologias modernas e uma força de trabalho altamente especializada.

O comércio através do Pacífico com o Extremo Oriente, a Austrália e a Nova Zelândia está aumentando numa época em que a crescente escassez mundial de recursos alimentares e combustíveis tornou o "krill" (palavras norueguesas que significa "peixe minúsculo"), rico em proteínas, e os recursos energéticos potenciais da Antártida, objetos de interesse para muitas nações. Uma aliança de todos os oceanos faz-se imperativa para que os peixes, os combustíveis e os nódulos de manganês do Pacífico possam ser explorados em paz.

Apesar de suas pequenas populações, a Austrália e a Nova Zelândia estão ficando cada vez mais importantes. A Austrália é muito rica em recursos minerais — tem aproximadamente 20% do urânio conhecido e facilmente extraído do mundo não-comunista — e seus vários minerais são absolutamente essenciais à indústria japonesa. A Austrália e a Nova Zelândia estão fazendo grandes esforços para expandir a industrialização e ampliar as exportações. Têm um interesse constante e crescente em expandir o comércio com a América do Sul, sobretudo no campo dos produtos agrícolas ou relacionados à agricultura. Ambos os países têm altos padrões de vida e estão capacitados a contribuir para a criação das necessárias infra-estruturas nos países que carecem delas.

Na década de 80, os EUA necessitam de uma política exterior coerente, baseada numa estratégia que os norte-americanos e seus amigos possam entender — uma ênfase renovada da segurança coletiva ou mútua, com 20 ou mais aliados participando dos encargos econômicos, militares e políticos. Meu modelo para a "Aliança de Todos os Oceanos", pacífica e voluntária, é a Liga Ateniense do Século V a C. ... Essa aliança tem de ser suficientemente forte para contrabalançar as manobras hostis de potenciais adversários totalitários. Seu objetivo não deve ser a hegemonia imperial, mas a dedicação a assegurar a segurança e o modo de vida político, econômico e social que os respectivos cidadãos de cada nação desejam.

A aliança proposta refletiria os interesses globais dos grandes Estados mercantis. Não substituiria quaisquer compromissos políticos multilaterais ou garantias de segurança existentes, mas restauraria a credibilidade destes e aumentaria seu escopo geográfico. A aliança não se limitaria ao planejamento militar, mas

incluiria uma política econômica e a participação nas informações de interesses comuns. A tarefa estratégica central dessa nova e informal liga de Estados seria a cooperação para proteger, em tempo de paz ou de guerra, as rotas marítimas que ligam as grandes nações comerciantes do mundo livre entre si, em três grandes oceanos, o Atlântico, o Pacífico e o Índico, através dos quais os recursos de matérias-primas são transferidos dos fornecedores aos usuários. Por uma questão de oportunidade, os compromissos de cooperação voluntária e os acordos informais de funcionamento para as patrulhas navais e patrulhas aéreas integradas de base terrestres poderiam ser estabelecidos através da diplomacia normal.

Os aliados partilhariam dos encargos navais e aéreos para a proteção coletiva das novas e aumentadas zonas marítimas territoriais e, com a cooperação deles, os EUA dividiriam suas forças numa Marinha de três oceanos, com apoio aéreo, mantendo uma superioridade no mar contra qualquer ameaça pelo fato de estar na vanguarda da tecnologia naval e aérea. As nações liderantes do mundo livre devem unir-se firmemente para garantir a passagem segura e inocente, a qualquer momento, através de todas as vias marítimas internacionais, especialmente os pontos de estrangulamento, onde o bloqueio ou os embaraços causados ao tráfego são eventualidades possíveis.

É urgente que os EUA protejam seus elos com seus aliados-chaves da Europa Ocidental, da orla da Eurásia e das regiões do círculo exterior do globo, e que participam da formação dos destinos das nações espalhadas pelas zonas "politéctônicas". **Nossos principais aliados no comércio internacional devem ajudar a definir os planos de cooperação para a Aliança dos Oceanos.** A política deve entretecer os fios dos interesses militares, políticos e econômicos que se ajudam mutuamente. Os elos cooperativos entre os membros da aliança e seus entendimentos bilaterais sobre segurança política coletiva devem tornar-se parte de um "interesse em andamento", para utilizar a expressão de Sir Halford Mackinder sobre uma entidade de caráter geopolítico que, levada por seu próprio impulso, transforma-se num valor estratégico.

A estratégia da Aliança de Todos os Oceanos, por nós sugerida, recomprometeria os EUA com os ideais políticos e econômicos nos quais a maioria do povo norte-americano acredita: é um conceito estratégico coerente, em torno do qual os norte-americanos e seus verdadeiros amigos no exterior podem congregar-se.

Diante das desordens revolucionárias do mundo, devemos dar prioridade máxima à preservação da saúde e do vigor das sociedades abertas do Ocidente. Não há simpatia nem diplomacia, nem concessões, por maiores que sejam, que possam, dentro de um futuro previsível, alterar substancialmente, a meu ver, a hostilidade básica de Pequim ou Moscou contra as sociedades abertas e pluralistas. Mas a estratégia que esbocei aqui poderá manter, em bruto, o presente equilíbrio entre as relações internacionais de poder percebido. Juntos, teremos a capacidade de atingir essa meta. Quinze ou vinte nações marítimas e comerciais, trabalhando junto com os EUA numa "nova Liga Ateniense" voluntária uma Aliança de Todos os Oceanos — terão abundante poder político, econômico e militar para repelir abusos contra

sua independência política e sua segurança, de onde quer que vierem. O Brasil certamente estaria entre esses países que se juntariam aos EUA para formar a liga marítima que descrevi. Os outros deveriam ser, no mínimo, a Grã-Bretanha, a França, o Canadá, o México, a África do Sul, o Japão e a Austrália. Será que temos a clareza de visão e a força de vontade para enfrentar os desafios da década de 80? Espero que sim. Pelo menos, espero que os EUA e o Brasil saibam mostrar-se à altura desse imperativo estratégico.

(Conferência proferida no Seminário Internacional de Política e Estratégia, promovido pela Organização CONVÍVIO, em novembro de 1979, em São Paulo. A DEFESA NACIONAL agradece à Organização CONVÍVIO a cessão dos direitos de publicação).



ATLÂNTICO SUL — SUA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

Carlos de Meira Mattos

General de Divisão R/1, autor de numerosos trabalhos no campo da Geopolítica, destacando-se "A Geopolítica e as Projeções do Poder" e "Projeção Mundial do Brasil". Ex-Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, DC, EUA.

A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO OCEANO ATLÂNTICO

Os estudos realizados pelo Prof. Lewis Tambs, da Universidade do Estado do Arizona, concluem que a maior parte do comércio marítimo do globo passa através de 14 pontos de estrangulamento:

- 5 mares interiores (Mediterrâneo, do Norte, da Noruega, Caribe e Sul da China);
- 2 canais interoceânicos (Suez e Panamá);
- 7 passagens marítimas críticas (Moçambique, "chifre da África", Gibraltar, Magalhães, Cabo da Boa Esperança, Sri Lanka e Málaca).

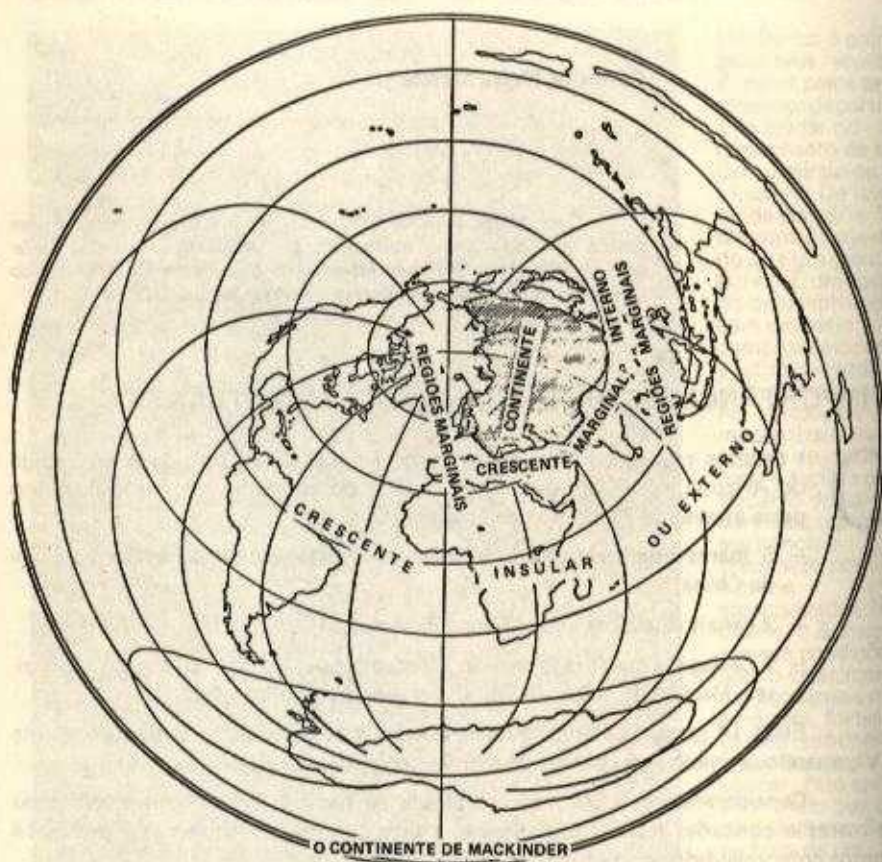
Esses 14 pontos de estrangulamento têm sido palco de lutas desde o século XVI, quando se iniciou a expansão marítima das potências europeias.

Considerando-se a abrangência ampla da bacia atlântica, compreendendo os mares e conexões ligados diretamente a este oceano, encontramos 9 desses 14 pontos compreendidos nesta bacia, como:

- no Atlântico Sul — estreito de Magalhães, Cabo da Boa Esperança, e a passagem de Moçambique (conexão);
- no Atlântico Norte — os estreitos de Gibraltar e Panamá, os mares interiores Caribe, Mediterrâneo, do Norte e da Noruega.

Esta predominância de áreas de controle do comércio marítimo destaca a importância do Oceano Atlântico no contexto da estratégia marítima mundial.

Antes de iniciarmos nossas considerações sobre a estratégia particular do Atlântico Sul queremos deixar claro o nosso ponto de vista de que o Oceano Atlântico é uma grande unidade geoestratégica, e não se pode, sem grandes riscos, em termos de conflito global, pensar-se em estratégias isoladas nesta área. As estratégias, do Atlântico Norte e do Atlântico Sul, devem se completar e se apoiar reciprocamente.



O ATLÂNTICO SUL NO CONTEXTO GLOBAL

O Almirante Ibsen de Gusmão Câmara em Conferência pronunciada em setembro de 1978 trata deste tema com amplos conhecimentos e grande clarividência. Vamos aproveitar as idéias básicas e muitos gráficos que ele apresenta nesse seu trabalho.

Três são os aspectos a se considerar sobre a importância estratégica de uma área marítima:

- seu valor como rota de comércio e para o uso das forças militares;
- sua relevância para a projeção do poder militar sobre determinadas áreas terrestres;
- seu destaque como fonte de recursos.

Em face desses três aspectos relevantes pode-se dizer que o objetivo visado pelo poder naval de um determinado Estado ou grupo de Estados é assegurar a utilização das vantagens deles inerentes e negá-las ao inimigo. Será dentro desse conceito que vamos examinar a importância estratégica do Atlântico Sul.

A primeira dificuldade que se nos depara é estabelecer os limites do Atlântico Sul. O limite geográfico natural seria o paralelo do Equador. A OTAN estabelece como linde do Atlântico Norte estratégico, no conceito desse Tratado de segurança coletiva, o paralelo do Trópico de Câncer. O citado Almirante Ibsen, em seu trabalho, propõe que se considere como limite Norte o estreito do Atlântico entre o saliente do Nordeste brasileiro e o saliente do Nordeste da África. Quanto ao limite Sul não há discordância em considerar-se a Antártica. Comparando-se os limites Norte acima apresentados, verifica-se que o primeiro, a linha do Equador, é o que mais se aproxima da linha do estreito Natal-Dakar; o segundo, o Trópico de Câncer, incluiria no Atlântico Sul vasta área ao Norte do Equador; o terceiro obedeceria a um critério mais coerente abrangendo uma área marítima menor e estrategicamente mais bem articulada. Do ponto de vista brasileiro, também quer nos parecer que o critério de limites proposto pelo Almirante Ibsen, — ao Norte a linha Natal-Dakar e ao Sul a Antártica — é o que melhor satisfaz, uma vez que se ajusta à projeção de nosso litoral, com o segmento Natal-Chui voltado para o Atlântico Sul, e o segmento Natal-Oiapoque orientado para o Atlântico Norte. Os acessos ao Atlântico Sul, estrategicamente mais importantes são: ao Norte, o mar das Caraíbas (incluindo o Canal do Panamá), e o estreito de Gibraltar; ao Sul, o cabo de Boa Esperança em conexão com o Oceano Índico e as passagens do extremo meridional do Continente (estreito de Magalhães, Cabo de Hornos, estreito de Drake). Todos esses acessos, exceto o último, sujeito a geleiras parte do ano, são completamente livres a navegação.

Quanto à Antártica, sua importância estratégica na perspectiva do século XXI não pode deixar de ser avaliada. As limitações oferecidas pelas regiões geladas, deverão ser superadas dentro de algumas dezenas de anos, face ao avanço da tecnologia. Nessa ocasião a Antártica proporcionará bem posicionadas bases estratégicas do extremo Sul do Atlântico e do Pacífico, verdadeira placa de manobras articulada em volta de todo o Hemisfério Meridional. Isto sem se considerar os riquíssimos recursos em minerais estratégicos que o território antártico abriga.

Examinando-se o tráfico marítimo no Atlântico Sul, a previsão para 1979 é que de 28.000 para 29.000 navios mercantes e de guerra deverão navegar pelos mares do globo. Enquanto a circulação mais intensa no sentido leste-oeste, no Atlântico Norte e no Pacífico, se faz afastada das costas, no Atlântico Sul, onde

predomina o tráfego de sentido Norte-Sul a tendência dessa navegação é se fazer nas proximidades do litoral. Dessas linhas de circulação marítima, a mais importante, indubitavelmente, é a chamada rota do Cabo, por onde passa o maior volume do petróleo do Oriente Médio, destinado à Europa Ocidental, aos Estados Unidos e Brasil. Esta via, para chegar ao seu destino, passa por sucessivos estrangulamentos marítimos, no Mar Vermelho, no Golfo Pérsico, no Oceano Índico e no Atlântico. O quadro estratégico atual dessa rota de importância crítica para a segurança do Ocidente, pois uma vez cortada inviabilizaria a defesa da Europa Ocidental no contexto da OTAN, é da maior vulnerabilidade. Preferimos, aqui, passar a palavra ao Presidente do Comitê Militar da Assembléia da OTAN, o britânico Mr. Patrick Wall:

MAPA 1 — OS MARES DO SUL EM 1965



"Até o final da 2ª Guerra Mundial o Oceano Atlântico e o Índico estavam na área de influência anglo-americana. A África não havia alcançado ainda o fim da sua era colonial, tão desejado pelos norte-americanos, que não conseguiram ver que a substituição inevitável dos regimes coloniais europeus não poderia se processar tão abruptamente.

Hoje, a Europa e mesmo os Estados Unidos estão mais dependentes do Atlântico e do Oceano Índico do que estavam nos anos 50. A crise de energia apresenta-se atualmente como fato dominante, que poderá ser seguida da crise de matérias primas essenciais para a Europa Ocidental, e mais tarde, talvez nos primórdios do ano 2000, acompanhada da crise de alimentos. Os últimos anos foram marcados pelo dramático crescimento da influência comunista nas saídas do Mar Vermelho e

do Golfo Pérsico, no Oceano Índico e na África, bordejando a rota marítima do Cabo da Boa Esperança. Os soviéticos têm hoje presença oficial em 35 países africanos. Os soviéticos criaram em poucos anos a segunda maior e mais moderna Marinha de Guerra do mundo. Uma parte da força de submarinos soviéticos (conhecidos por caçadores-matadores) está apta, atualmente, a atacar navios e comboios transportando petróleo ou matérias primas através da rota do Cabo, apoiada de bases instaladas no Yemen (antiga base britânica de Aden) na saída do Mar Vermelho, em Moçambique no Oceano Índico, em Conakry e Luanda no Atlântico Sul. Os comboios de petroleiros vindos do Golfo Pérsico oferecem enorme vulnerabilidade ao cruzarem os estreitos de Ormuz e o Canal de Madagascar."

MAPA 2. OS MARES DO SUL EM 1976



Projeção Equidistante Azimutal centralizada na Cidade do Cabo, África do Sul. Todas as distâncias a partir do centro de projeção estão corretas.

Não resta dúvida é que, neste após-guerra, enquanto os soviéticos atraem e fixam a atenção de Washington e de outras capitais do Ocidente para os perigos da guerra nuclear, forçando a negociação e a renegociação dos acordos SALT I e SALT II de limitação de mísseis balísticos, simultânea e sorrateiramente desenvolvem a maior ofensiva estratégica de todos os tempos, ocupando as áreas de onde poderão, em qualquer eventualidade, controlar o tráfego marítimo e ameaçar econômica e militarmente aqueles que a eles se opuserem.

O intenso tráfego em torno da África, próximo à costa, resultante das importações maciças de petróleo do Oriente Médio pelos Estados Unidos e Europa Ocidental, transformou o Cabo da Boa Esperança em terceira área estratégica de importância mundial, superada apenas pelo Canal da Mancha e Gibraltar.

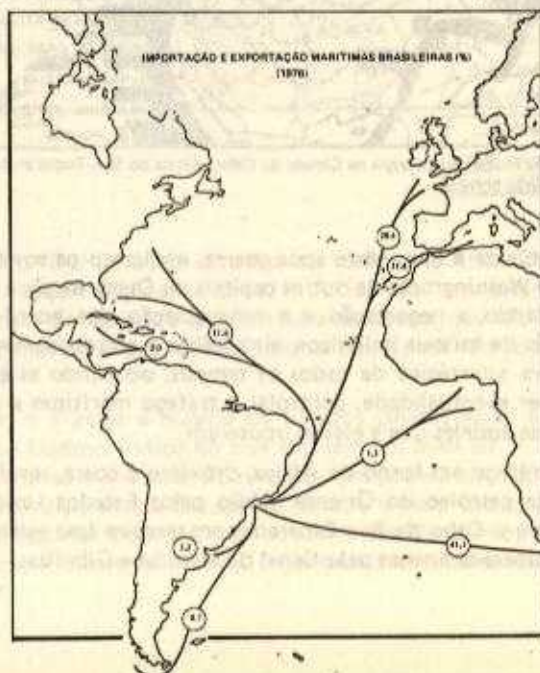
No que respeita ao Brasil, observa-se que 95% do volume total do comércio exterior é transportado pela via marítima. O aumento da carga marítima elevou-se substancialmente nestes últimos 15 anos, de 33 milhões de toneladas em 1963 para 160 milhões de toneladas em 1978.

A rota do petróleo, saindo do Oriente Médio e costeando o continente africano no Oceano Índico e Atlântico, onde em 1965 não havia uma só base soviética, hoje está ocupada, em todos os pontos críticos de passagem, exceto o Cabo da Boa Esperança e o Estreito Natal-Dakar, pelos seus gendarmes cubanos ou por governos dominados por Moscou que aí mantêm os famosos assessores técnicos.

O quadro abaixo nos mostra no tocante ao tráfico marítimo, a distribuição do comércio exterior brasileiro:

Importação e Exportação (1976)
(Total 145 milhões de toneladas)

Regiões	Porcentagem
Norte da Europa	28,4%
Oriente Médio	23,3%
Extremo Oriente	17,7%
América do Norte	11,8%
Mediterrâneo	11,4%
Rio da Prata	3,3%
Caribe	2,0%
África Ocidental	1,3%
América do Sul (Pacífico)	0,7%
África do Sul	0,1%



Verificamos que as rotas marítimas que cruzam o Atlântico no sentido leste-oeste transportam 82,2% do nosso comércio exterior, dos quais 42,4% passam pela vulnerável rota do Cabo que costeia o Sul da África, o Estreito de Moçambique e o Oceano Índico.

CONEXÕES MARÍTIMAS DO BRASIL COM O CARIBE

Analisamos anteriormente a importância da região do Caribe, assinalada pelo Prof. Lewis Tams, mostrando que nesse pequeno mar encontram-se duas importantes áreas de estrangulamento da navegação mundial — o próprio mar fechado por um cordão de ilhas e o Canal do Panamá. Deve-se destacar, também, que por sua localização, o Caribe é crítico para a estratégia naval da OTAN, cujos limites o abrangem e onde se encontram importantes bases norte-americanas vinculadas ao sistema defensivo desse Pacto. Em consequência, na região do Caribe está a passagem obrigatória para importante parte da Esquadra norte-americana, vinculada ou não ao comando da OTAN, que tenha que atuar na proteção da rota do petróleo no Atlântico Sul. Há que se considerar, ainda, estar contida nessa região o Canal do Panamá, por onde ainda hoje se faz a grande parte do tráfego marítimo Pacífico-Atlântico e particularmente o tráfego costa a costa da América do Norte e América do Sul.

Para o Brasil, em particular, pelo Caribe circula 14% de nosso comércio exterior, com uma tendência para aumentar agora que estamos intensificando nossas relações comerciais com o México, Venezuela e Colômbia. Por outro lado, o Canal do Panamá é hoje em dia a única via por onde circula nosso comércio com as nações do Pacto Andino situadas na vertente do Pacífico.

Sendo o Brasil um país cujo desenvolvimento depende tão angustiosamente da expansão de suas exportações, não pode ignorar o significado político e econômico do Caribe. Deveras, aí convivem, com seus litorais beirando esse mar fechado, 12 das tradicionais nações americanas — Estados Unidos, México, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Porto Rico, Panamá, Colômbia, Venezuela, Cuba, Haiti e República Dominicana; várias novas mini-repúblicas oriundas da desvinculação recente do regime colonial: Barbados, Granada, Jamaica, Trinidad-Tobago, Guiana e Suriname; outras em curso de emancipação: Santa Lúcia, Dominica, etc. Numa área relativamente pequena para o convívio de tantas nacionalidades e tão diversificados interesses, já se vem espalhando, perigosamente, a influência maléfica do comunismo soviético através de sua agência cubana. Será difícil dizer-se até quando uma nação declaradamente socialista, como a Guiana, Jamaica e hoje a Nicarágua, não venha a ser uma base estratégica soviética, como é o caso de Cuba que até hoje tem o desfrute de defender para si posição de "não alinhado".

Vale a pena ressaltar-se aqui que a região do Caribe, grande centro de convergência de interesses internacionais múltiplos, considerando-se a área total dos países cujas praias aí se confinam, cobre 2/5 partes da área de todo o Continente Americano e 3/5 de sua população.

Em um passado recente, anterior à época em que o Presidente Franklin Delano Roosevelt inaugurou a política da Boa Vizinhança, a região do Caribe figurava nos planos políticos e estratégicos de Washington sob o título de "lago americano". Não se compreenderia mais, hoje em dia, tal qualificação. Não deve, entretanto, a comunidade americana permitir que esta área se desintegre, afastando-se dos ideais continentais, agitada por ideologias forâneas insufladas por profissionais da subversão a serviço da União Soviética.

AS FORÇAS NAVAIS EM POSSÍVEL CONFRONTO NO ATLÂNTICO SUL

Os compromissos internacionais e tratados de segurança coletiva não prevêem nenhum dispositivo defensivo que proteja a região do Atlântico Sul.

Os artigos 42 e 43 da Carta da ONU tratam de maneira vaga de um desejo geral de segurança.

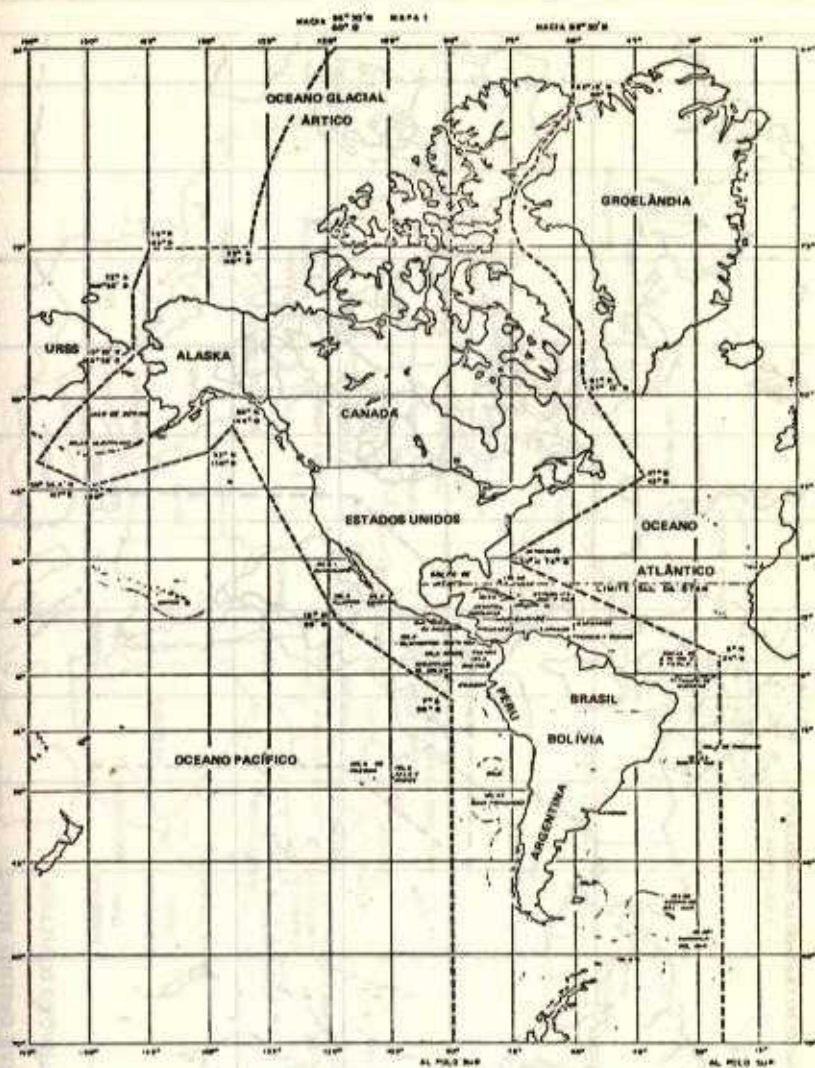
O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) estabelece um limite de segurança que acompanha a costa marítima continental no sentido Norte-Sul mas que não abrange a maior parte das águas oceânicas (vide mapa).

O Tratado do Atlântico Norte limita sua área de segurança à parte ao Norte do Trópico de Câncer (vide mapa).

Duas principais vulnerabilidades ficam a descoberto de qualquer proteção: nenhum tratado protege a parte leste do Atlântico Sul; o compromisso defensivo do TIAR não é mandatório. O TIAR não é uma aliança militar, não possui estrutura militar permanente, após a agressão de um dos estados-membros é que o sistema dá início a um processo político que depende de aprovação de 2/3 de seus membros para começar a organizar uma resposta militar. As características da guerra moderna mostram-nos de sobejo o obsoletismo de um tal sistema em termos de defesa coletiva.

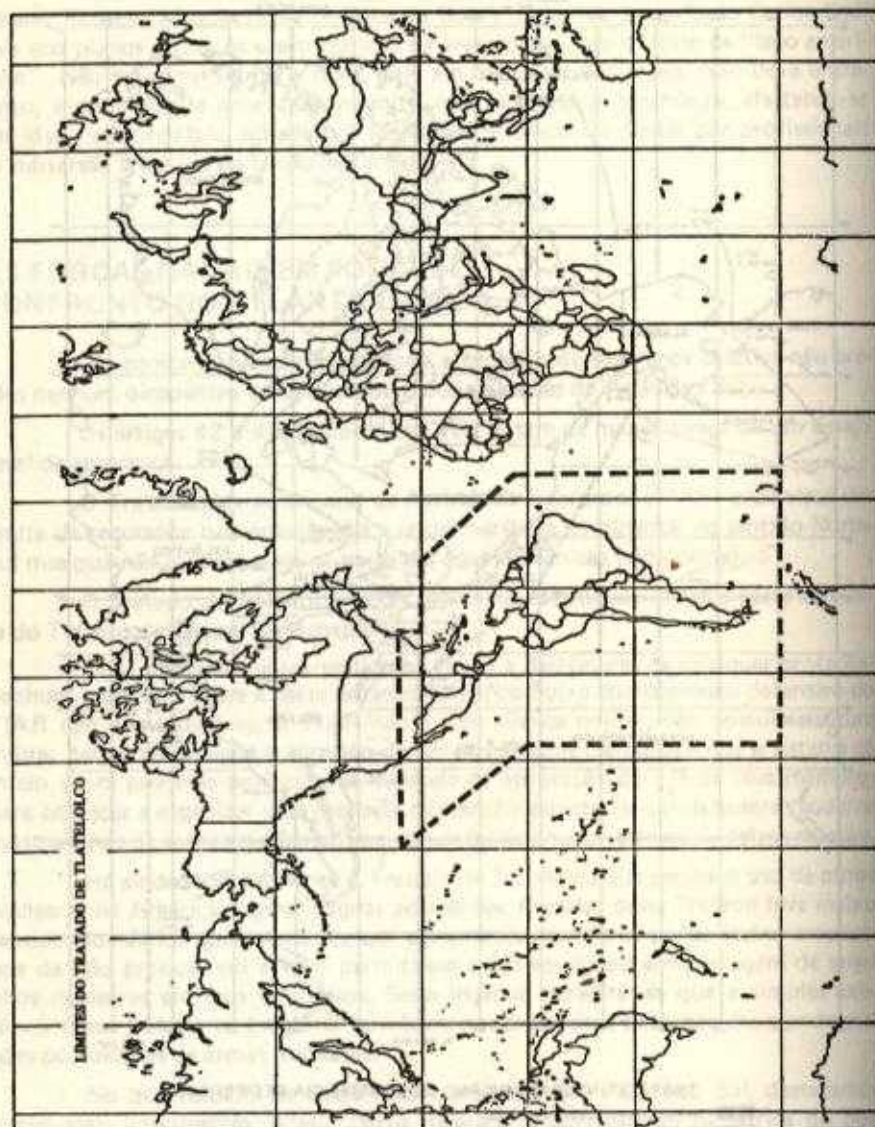
Há ainda a considerar-se o Tratado de Tlatelolco que proíbe o uso de armas nucleares na América Latina e águas adjacentes. O efeito desse Tratado teve mais o sentido doméstico continental de um compromisso entre os países latino americanos de não produzirem e nem permitirem a fabricação ou armazenagem de engenhos nucleares em seus territórios. Seria ingênuo acreditar-se que a simples existência desse tratado terá alguma influência nos propósitos belicosos das grandes nações possuidoras de armas nucleares.

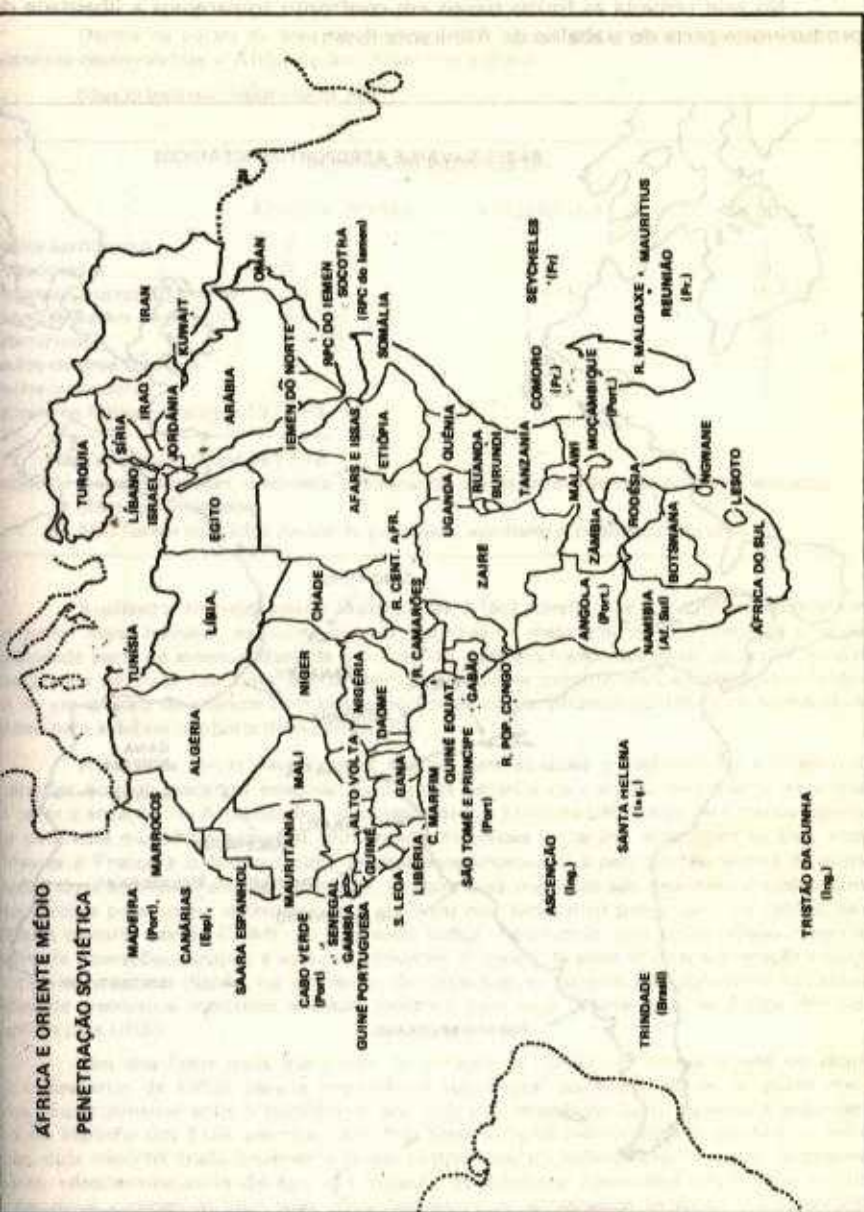
No que respeita às bases navais existentes no Atlântico Sul, destacamos como mais importantes: Aratú, Porto Belgrano e Simonstown na África do Sul. Bases menores existem no Brasil, Argentina, Nigéria e Ghana. Conakry na Guiné e Luanda em Angola têm servido de pontos de apoio aos submarinos e navios de superfície da União Soviética. Entre as ilhas oceânicas, Fernando de Noronha, Cabo Verde e Assunção possuem aeroportos e podem oferecer algum apoio logístico às Esquadras. A ilha de Trindade deverá vir a ter o seu aeroporto.



TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA

- ÁREAS DOS PAÍSES SIGNATÁRIOS
- ÁREA COMPREENDIDA DENTRO DAS 200 MILHAS NÁUTICAS
- - - LIMITES GEOGRÁFICOS TENTATIVOS DA ZONA DE SEGURANÇA
- PONTO DE DEMARCAÇÃO





No que respeita às forças navais em confronto tomaremos a liberdade de reproduzir esta parte do trabalho do Almirante Ibsen:



Dentre os países da área do Atlântico Sul, apenas três possuem marinhas comparativamente desenvolvidas — África do Sul, Argentina e Brasil.

Seus principais meios navais são¹:

Marinhas do Atlântico Sul

	ÁFRICA DO SUL	ARGENTINA	BRASIL
Navios-aeródromo	0	1	1
Cruzadores	0	2	0
Fragatas/Contratorpedeiros	6 + (2)	8 + (1)	16 + (2)
Corvetas/Navios-de-patrolha	5 + (6)	4	10
Submarinos	3 + (2)	4 + (2)	8
Navios-de-desembarque	0	5	2
Navios-Varredores	10	6	6

Fonte: The Military Balance 1977-78

Jane's Fighting Ships 1977-78

Notas: a) Entre parênteses, o número adicional de navios em construção ou encomendados, além dos indicados.

b) Não foram incluídos navios de pesquisas, auxiliares e pequenos patrulheiros.

Analisados os meios navais desses países, é fácil constatar-se que, embora representem um poder naval razoável, nenhuma de suas marinhas ou mesmo as três em conjunto possuem capacidade para, na eventualidade de um conflito, fazerem frente, sozinhas, ao poder naval de uma grande potência marítima. Ainda assim, em qualquer conflito mais amplo, operando dentro de um quadro de alianças com outras potências navais, poderão contribuir de forma muito valiosa para a defesa conjunta do Atlântico Sul.

Além das forças navais dessas nações, para as quais o Atlântico Sul é o teatro de operações normal, podemos imaginar dentro dos cenários de conflito delimitados na análise do tema a atuação, no Atlântico Sul, das marinhas dos EUA, da URSS e de pelo menos algumas das potências marítimas européias com grandes interesses de caráter estratégico na área, notadamente a França e o Reino Unido. É altamente improvável a participação efetiva de outras nações do Pacto de Varsóvia na região, porque suas marinhas são pequenas e basicamente estruturadas para operar defensivamente em áreas marítimas mais próximas. Tais nações, bem como a maioria das da OTAN, ao que tudo indica, restringirão suas ações bélicas navais ao teatro de operações europeu e suas proximidades. O mesmo se pode afirmar em relação a Cuba, cuja Marinha apenas dispõe, no momento, de forças ligeiras, para atuação defensiva. As necessidades de transporte marítimo e apoio logístico para suas intervenções na África têm sido supridas pela URSS.

Um dos fatos mais marcantes da conjuntura militar no último quarto do século foi o despertar da URSS para a importância econômica, política e militar do poder marítimo. Especialmente após o humilhante episódio dos mísseis de Cuba, quando a ação decisiva da Marinha dos EUA permitiu que lhes fosse infligida penosa derrota política, os soviéticos, cuja Marinha tradicionalmente quase sempre operara defensivamente, junto às próprias costas, conscientizaram-se de que sua atuação no além-mar necessitava respaldar-se em um poder naval competível com suas ambições políticas. Voltaram-se então para a construção

(1) Os dados referentes às diversas marinhas variam segundo as fontes consultadas. Nesta palestra, procura-se equilibrar as discordâncias, embora possam ainda existir algumas incorreções.

de uma colossal e moderna marinha oceânica, aparentemente determinados a tornarem-se a primeira potência naval do mundo. Provida de navios e aeronaves de concepção própria e avançada, pesadamente armados e dotados de equipamentos sofisticados, hoje é permanente a presença da Marinha Soviética em todos os oceanos. Em linhas gerais, essa Marinha é particularmente poderosa em mísseis antinavio de grande alcance, submarinos de ataque e aviação naval de longo ralo de ação, baseada em terra. Sua última grande desvantagem em relação à Marinha dos EUA, a carência de aviação naval embarcada, começa a ser corrigida com a construção de seus primeiros navios providos de aeronaves a reação, os navios-aeródromo de classe MINSK.

A principal vantagem da Marinha dos EUA em relação à soviética é sua insuperável aviação naval (3.300 aviões e helicópteros de combate), seus 13 enormes navios-aeródromo e a poderosíssima Força Anfíbia. Ela é nitidamente inferiorizada, entretanto, em mísseis táticos antinavio e submarinos.

A tabela abaixo permite comparar numericamente as duas marinhas:

Comparação entre as Marinhas dos EUA e URSS		
FORÇAS	EUA	URSS
Navios-aeródromo	13	2
Porta-helicópteros (anti-submarino)	0	2
Cruzadores c/mísseis	26	25
Navios de escolta (fragatas, contratorpedeiros e corvetas)	136	211
Navios-de-desembarque	62	100
Submarinos-de-ataque (nucleares e diesel)	78	234
Aviões navais (de combate)	1.200	662
Efetivos (homens)	536.000	450.000

Fonte: *The Military Balance 1977-78*

Nota: Os navios menos significativos em poder militar foram excluídos.

Em um conflito de proporções amplas, envolvendo forças do TIAR e da OTAN, contra a URSS isoladamente ou aliada às demais nações do Pacto de Varsóvia, poderíamos admitir que pelo menos as nações com grandes interesses atlânticos somariam suas forças às dos EUA. Nesse caso, admitindo a inclusão das marinhas do Reino Unido, França, Brasil, Argentina e África do Sul, a tabela passaria a ser:

Comparação entre as Marinhas Aliadas e URSS		
FORÇAS	ALIADOS	URSS
Navios-aeródromo	18	2
Porta-helicópteros (anti-submarino)	5	2
Cruzadores c/mísseis	35	25
Navios de escolta (fragatas, contratorpedeiros e corvetas)	283	211
Navios-de-desembarque	77	100
Submarinos de ataque	144	234
Aviões navais (de combate)	1.364	662

Fonte: *The Military Balance 1977-78*

Jane's Fighting Ships 1977-78

Vemos que, mesmo assim, a superioridade numérica da URSS ainda se faz sentir acen-
tuadamente quanto a submarinos de ataque.

Mesmo assim, é inegável que a vasta frota de combate soviética é uma ameaça colossal
para o Ocidente, tanto como suporte de suas ações políticas em tempo de paz, modalidade de
emprego na qual já vem atuando com sucesso, quanto como fator de força na eventualidade de
conflito armado de qualquer tipo, limitado ou não.

Esta análise das principais marinhas que poderão vir a confrontar-se no Atlântico Sul,
embora superficial, estaria incompleta se não mencionássemos os submarinos lançadores de mís-
seis estratégicos. A comparação de forças quanto a esses navios pode ser resumida como:

PAÍS	Submarinos Estratégicos		Nº TOTAL MÍSSEIS	ALVO PRINCIPAL
	SUBM. EST. NUCLEARES	SUBM. EST. DIESEL		
EUA	41	0	656	URSS
URSS	62	20	909	EUA
França	4	0	96	URSS
Reino Unido	4	0	64	URSS
R.P. China	7	1	?	URSS

Fonte: *The Military Balance 1977-78*

Tais submarinos, peças fundamentais das estratégias de dissuasão nuclear devem ser
consideradas armas navais atípicas, destinadas exclusivamente a permitir uma forma extrema,
mas extraordinariamente eficaz, de projeção do poder naval sobre terra, qual seja, o bombar-
deio nuclear de alvos distantes. Voltados precipuamente contra os EUA e a URSS, sua atuação
no Atlântico Sul é pouco provável, embora os 21 submarinos soviéticos das classes DELTA-I
e DELTA-II possam facilmente alcançar os EUA, lançando seus mísseis desse oceano.

CONCLUSÕES

Não resta dúvida, observando-se o panorama estratégico da atualidade, que
estamos diante de uma situação de confronto militar contido, no que se refere ao
quadro de guerra nuclear. Os progressos alcançados pelos norte-americanos e sovié-
ticos no campo da fabricação de engenhos nucleares no aperfeiçoamento dos meios
de lançamento por mísseis balísticos de terra (ICBM) e de submarinos (SLBM) são
tão expressivos que, no dizer do antigo Secretário de Defesa Schlesinger, que cada
um desses países possui em megatonagem acumulada a capacidade de "destruir vá-
rias vezes" o adversário. Ora, de nada valeria assassinar várias vezes o mesmo inimigo.
O terror provocado pelas consequências dantescas de um conflito nuclear e esta
saturação de meios a que nos referimos acima, provocaram o interesse em limitar a
ascensão do confronto. Daí os planos SALT I E SALT II.

Enquanto se manifesta esse chamado "impasse nuclear", esse "equilíbrio
do terror", no campo da guerra convencional e da guerra revolucionária a expansão
geo-estratégica soviética se vem fazendo a olhos vistos nestes últimos 10 anos — no
Extremo Oriente, no Oriente Médio, na África, e agora ameaça a América Central
e Caribe.

É impressionante a comparação, no mapa do posicionamento estratégico do Ocidente democrático e da União Soviética, há 10 anos passados e hoje. Trata-se da mais ofensiva a curto prazo em termos de conquista de posições geo-estratégicas.

No que se refere ao Atlântico Sul em particular, e áreas de acesso, dois pontos agudos de vulnerabilidade estratégica surgiram e passam a ameaçar a defesa do Ocidente e a tranqüilidade do Continente Americano; 1) a ameaça sobre a rota do petróleo, essencial ao suprimento das forças da OTAN, e dos Estados Unidos e Brasil em particular; 2) a expansão da ameaça comunista no Caribe e na América Central.

Vimos no gráfico que apresentamos que, em 1967, não havia outra base soviética além de Cuba em toda a área envolvida na estratégia do Atlântico Sul. Hoje, a rota do petróleo começa a ser ameaçada na própria fonte onde o regime iraniano não oferece a menor segurança; as saídas do Mar Vermelho e Golfo Pérsico estão ocupadas por governos pró-soviéticos; os estrangulamentos da rota do petróleo no Oceano Índico também; na costa africana do Atlântico os submarinos, navios de superfície e força aérea soviética já têm "territórios" aliados ou amigos onde se abrigar e abastecer. Excluindo-se a África do Sul, nenhuma outra base do Ocidente subsiste em terras que costeam a rota do petróleo. Em dez anos, como que por milagre, desapareceram as bases inglesas, francesas e norte-americanas e surgiram as soviéticas. Enquanto isto, Washington, Londres, Paris, Bonn discutem se no arsenal já exageradamente saturado das armas nucleares, se deve considerar ou não, mais alguns aviões Backfire, mais alguns Blinder.

Embora reconheçamos que a presença de forças aeronavais soviéticas no Atlântico Sul e seus acessos ainda não seja quantitativamente expressiva, seria cegueira não ver que a conquista sucessiva de posições geo-estratégicas, de melhoria das instalações portuárias em vários países asiáticos e africanos representa uma ameaça potencial inadmissível. Hoje, já, segundo a opinião do Almirante Ibsen no trabalho citado, "operando de bases africanas, com submarinos e aviões, auxiliados por forças de superfície e sofisticados processos de reconhecimento (inclusive satélites), os soviéticos poderão perturbar todo o tráfego marítimo em torno da África, estendendo-se também às costas americanas, e à parte substancial do Atlântico Norte".

O objetivo estratégico mínimo do Ocidente para o Atlântico Sul deverá cobrir duas necessidades vitais: manter o tráfego marítimo de seu interesse e preservar a capacidade de operar de suas forças aeronavais.

O Brasil ocupa posição estratégica ímpar no Atlântico Sul, por projetar-se nesse oceano na sua parte mais estreita, chamada por Roosevelt de "ponte estratégica Natal-Dakar" e além disso por ter sua imensa costa voltada tanto para o Atlântico Sul, como para o Atlântico Norte.

Nas avaliações que fizemos quando confrontamos as forças em presença, verificamos que a ameaça que paira sobre o Atlântico Sul não é de molde a ser respondida pelas forças aeronavais regionais — Brasil, Argentina e África do Sul. As

potências médias da área, juntas, estarão muito longe de reunir os meios militares necessários para fazer face à natureza dessa ameaça. A ameaça que paira sobre essa região, particularmente sobre a rota do petróleo, se concretizada, paralisará a estratégia ocidental, imobilizará a OTAN. Nós, Brasil e Argentina, na proporção desse desastre potencial, seríamos talvez os menos atingidos.

Em termos de segurança militar não devemos insistir no erro de querer separar o Atlântico Norte do Atlântico Sul. Trata-se de *uma unidade estratégica*. Um não poderá ser defendido sem que o outro o seja. No presente estágio de desenvolvimento militar das nações da América do Sul e da África, entre as quais se destacam o Brasil, Argentina e África do Sul, não se poderá pedir a elas mais do que uma participação no conjunto de forças do Ocidente que deverão se encarregar de sua defesa. Não se deve perder de vista o quadro estratégico do Atlântico Sul, que será o palco do confronto global preliminar entre as superpotências e seus aliados europeus, *pela manutenção ou obstrução da rota do petróleo do Oriente Médio*.

A defesa do Atlântico Sul pelo Ocidente (inserida na defesa do Atlântico como um todo), na paz ou na guerra, só se nos afigura exequível dentro do quadro de um sistema de alianças militares eficazes, bem concebidas e solidamente estruturadas. Nenhuma das marinhas regionais, isoladas ou em conjunto com as demais, poderá hoje exercer nessa área influência suficientemente poderosa. Aachamos que, caso existisse uma organização militar coletiva envolvendo algumas das potências militares ocidentais mais expressivas, o *efeito de dissuasão* sobre a área seria efetivo; seria uma forma de tentar-se conter a expansão livre e desenfreada do poderio soviético no Atlântico Sul e seus acessos.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — GUSMÃO CÂMARA, Ibsen de, Vice Almirante, — "A Importância Estratégica do Atlântico Sul" — Conference, September, 1978.
- 2 — CASTRO, Therezinha de, Prof., "Vocação Atlântica da América do Sul", revista A Defesa Nacional, nº 681, Janeiro/Fevereiro 1979.
- 3 — MAGALHÃES, Gualter Maria Menezes de, Almirante de Esquadra, "As Missões da Marinha/Um Panorama Geral", revista A Defesa Nacional, nº 676, Março/Abril 1978.
- 4 — GAHERY, Jean Louis, "Estratégia Soviética em 1978", revista Defense Nationale, França, Maio 1978.
- 5 — TAMBS, Lewis, Prof. "Estratégia, Poder Naval e Sobrevivência", tradução pela revista A Defesa Nacional, nº 682, Março/Abril 1979.
- 6 — JANE'S FIGHTING SHIPS, 1978/1979.
- 7 — THE MILITARY BALANCE, 1978/1979 — I.I.S.S.
- 8 — KEMP, Geoffrey and ULLMAN, Harlan, "Toward a New Order of US Maritime Policy" Naval War College Review, USA, 1978.

- 9 —QUAGLIOTTI DE BELLIS, Bernardo, "Estrategia y Geopolítica en el Atlantico Sur", revista Geopolítica, Uruguai, nº 5, Agosto 1978.
- 10 —SPYKMAN, Nicholas, "Estados frente al mundo", México, Fondo de Cultura Económica, 1944.
- 11 —SCHNEIDER, Ronald M., "Brazil, Foreign Policy of Future World Power", Colorado, Westview, Press Boulder, 1977.
- 12 —MAHAN, Alfred Thayer, "The Influence of Sea Power Upon History", Little, Brown and Co, USA.
- 13 —MEIRA MATTOS, Carlos de, "A Geopolítica e as Projeções do Poder", Livraria José Olympio Editora, 1977.
- 14 —HART, Liddel, "La Defensa del Occidente", Buenos Aires, Biblioteca del Oficial.
- 15 —FLORES, Mário Cesar (Coordenador) — "Panorama do Poder Marítimo Brasileiro", Biblioteca do Exército, 1972.
- 16 —GRIFFITH, William, "Soviet Power Policies in the Third World: The Case of Africa — Prospects of Soviet Power in the 1980s" — Adolph Papers, nr 152.
- 17 —WALL, Patrick, "The Security of the Atlantic Ocean — A British View", trabalho apresentado no "Symposium" da Univ. Católica de Washington, Agosto 1978.



DEMOCRACIA — GRANDEZAS E MISÉRIAS

Benjamin de Aguiar Medeiros

Engenheiro Civil e Eletricista, formado pela Escola Nacional de Engenharia (RJ) em 1937. Membro da Diretoria da empresa Fonseca Almeida Comércio e Indústria S.A.

Algumas palavras podem entrar, em épocas da história, em ressonância com profundos anseios do homem e adquirir um estado que se poderia chamar de *alta energia*. Abrasam os homens; povos inteiros. Agigantam-se; perdem as ligações com suas origens. Por elas torturam-se e matam-se os homens, sem que parem para pensar, para restituir-lhes as dimensões próprias, para reancorá-las às origens, para exorcizá-las da demoníaca energia que nelas se alojou.

Assim foi com a palavra DEMOCRACIA nos anos de quarenta, quando os discursos de Churchill e Roosevelt elevaram esta palavra ao cume da curva de ressonância e imprimiram-lhe energia comparável à dos megatons de TNT necessários para derrubar Hitler e sua horda. Ainda hoje esta palavra, se bem que algo arrefecida e desgastada, ainda tem tremendo potencial energético e impulsiona grande parte da atividade política do mundo. Mal compreendida, raramente analisada, está na boca de todos, de esquerda, centro e direita, servindo por vezes de escudo e cobertura a ações as mais antidemocráticas e tirânicas. A real ou imaginária, total ou parcial, ausência de democracia numa sociedade passou a ser o seu maior opróbrio diante do mundo e não pouco tem sido o Brasil vilipendiado nos últimos anos pelo seu relativo afastamento daquilo que se considera a via clássica da plena democracia liberal por pessoas e instituições que visivelmente estão sob a hipnose da palavra DEMOCRACIA e há muito esqueceram sua essência e suas limitações.

O que é, afinal, a Democracia? Merece ela esse imenso crédito, essa imensa reverência?

No consenso geral é o governo do povo, pelo povo e para o povo através de representantes por ele escolhidos. Sistema pelo qual o povo é governado segundo os

modelos político e econômico de sua preferência, por homens que respeita e em que confia. A fórmula simples, espontânea, que dá aos grupos humanos o comando de seu próprio destino, que previne a tomada do poder por homens divorciados do interesse comum, incompatíveis com as aspirações populares. Eleições livres e periódicas. Os eleitos que se revelam indignos da escolha podem ser removidos, substituídos. Sem armas, sem sangue, apenas com papéis depositados em caixinhas invioláveis, por mãozinhas não identificadas, imunes, assim, às represálias dos caídos.

O processo capaz de se autocorrigir através o mecanismo cibernético da aprendizagem pelo observado, vivido e sofrido em cada ciclo. O processo que se deveria beneficiar da propriedade calmante e depuradora dos grandes números, que o escudaria da influência das idéias extremadas, afastadas da média geral. O sistema em que a minoria governada tem a sua voz nas resoluções, o seu poder de crítica, a sua chance de vir a ser maioria governante.

O sistema que tem tudo para funcionar bem e fazer todos felizes; que pela sua lógica natural e simples, e pela sua inerente justiça deveria originar sucessões de governos submissos à vontade do povo, chegando carregados de programas do mais genuíno interesse coletivo e partindo mansamente, carregados da gratidão de todos.

Mas não é assim. A Democracia, por motivos alguns derivados de sua própria essência, outros derivados da natureza do homem, físico individualizado, tal como é, funciona passavelmente bem em alguns países, precariamente na maioria, mal ou de todo não em muitos outros. Não é o sistema natural na maioria dos países. Seu bom funcionamento é, antes, a exceção.

Mesmo naqueles países em que, no consenso geral, funciona passavelmente bem, esse bem não resiste a um exame exigente. O jogo democrático é estrito a pequenos círculos, é evado de falsificações, limitações, etc., que prejudicam a sua natureza e espontaneidade.

Existia, realmente, a Democracia como delineada acima na época em que era defendida a ferro e fogo contra a fúria nazista? Existia na terra de Roosevelt onde o racismo e a exclusão dos negros do eleitorado, numa época em que lutavam pela América nos campos de batalha da Europa, eram feições da cena americana? E no império britânico de Churchill? Talvez existisse no restrito círculo do *chá das cinco* das ilhas britânicas. Mas nos imensos domínios, colônias e protetorados onde a regra era o mando britânico e a submissão dos nativos?

A democracia tem inegáveis méritos e é razoável admitir-se que para as condições que prevalecem em muitas regiões da terra, é o melhor sistema de governo já imaginado pelo homem. Mas isto não quer dizer que seja "fool-proof", que necessariamente proporcione a cada povo o melhor governo em cada época, nem que suas virtudes sejam tanto maiores quanto maior for a liberdade e a universalidade do sistema. A democracia, como todos os fenômenos, tem a sua zona de funcionamento ótimo, e no Brasil a experiência tem demonstrado que esta zona não se situa no extremo da curva, na região da máxima liberalidade e universalidade. Não é antidemocrático reconhecer isto. Antidemocrático é a aplicação irrefletida e

imensurada dos princípios democráticos, é o fanatismo cego à palavra, não mais do que à palavra DEMOCRACIA e, no desnorteamento desta cegueira, a condução do país a situações de desordens, miséria e desesperança causadoras de sofrimento a todos, ricos e pobres, poderosos e humildes.

Não devem os brasileiros impressionar-se com as ásperas acusações que vêm de fora. Devem, sim, pensar criticamente na Democracia, compreendê-la a fundo, despi-la das mil demãos de tinta cor de rosa sobrepostas pela demagogia universal, para que apareça como é, e, tendo-a conhecido, usá-la, não como uma fórmula miraculosa, mas pensada e medidamente, até que algo melhor seja inventado pelos homens.

Quais então as causas de um sistema, à primeira vista tão perfeito, funcionar tão imperfeitamente?

A dificuldade começa com a semântica. Democracia, povo, governo pelo povo, soberania do povo. As palavras democracia e povo se interpenetram. O povo é a origem, o meio e o fim da democracia. Mas o que é povo? Sabemos que é um *universal*, um coletivo que só tem existência no mundo real, na medida em que se realiza em cada homem concreto, individualizado. Mas são os homens suscetíveis de ser abrangidos por um coletivo, como os carneiros ou os peixes? O homem tem, além da existência material, a existência espiritual. Na sua existência material exhibe, como qualquer espécie animal, um grau de homogeneidade elevado, suficiente para justificar um coletivo. No aspecto espiritual porém sua heterogeneidade é imensa e extravasa qualquer coletivo em que se o queira conter. Não há dois homens iguais. Seus pensamentos, seus conhecimentos, suas ambições, sua fé, variam infinitamente, transcendem o universo, chegam aos pés de Deus. O coletivo *povo* não é, assim, um coletivo como *rebanho* ou *cardume*. É um coletivo defectivo, truncado, que só parcialmente pode abrigar os indivíduos que o constituem; que só se realiza na medida em que se refere àquilo em que o homem se assemelha aos carneiros e aos peixes, isto é, à existência material. É coletivo quando se refere ao número de indivíduos, à localização geográfica, à fome, de um grupamento humano. É ainda coletivo quando se refere a aspectos imateriais comuns dos grupamentos humanos governados pela razão particular (instintiva) e resultantes da luta pela sobrevivência, das condições do "habitat", da necessidade da existência em grupo, das experiências passadas, como os costumes de paz e de guerra, a língua, a cultura como experiência acumulada, a história, etc. Mas quando se tenta ir mais longe e compreender na palavra *povo* os aspectos mais intelectuais e livres do homem, aqueles que realmente o caracterizam, nota-se que é impossível. Topa-se com um conflito entre a *compreensão* e a *extensão* do conceito de *povo*, em que a singularidade se rebela contra o coletivo, recusa-se a fazer parte dele. Que coletivo, aliás, poderia designar um grupamento de seres singulares? Não é isso contra a essência do coletivo? Quando se fala assim em vontade do povo, anseios populares, felicidade do povo e finalmente *governo do povo, pelo povo e para o povo* está-se lançando no ar expressões que não fecham, que tem insuficiência estrutural, que pecam contra o primeiro dos Primeiros Princípios, o da não contradição.

Esta insuficiência da palavra *povo*, congênita, irremediável, projeta-se em toda a sua extensão sobre a DEMOCRACIA e faz dela a Grande Promessa jamais cumprida, incumprível.

Essas considerações em torno de uma palavra e as ilações tiradas podem parecer distantes da realidade, sem nada ter a ver com as tentativas de democracia praticadas pelos homens de carne e osso que por aí andam. Mas não é assim. Do momento em que a democracia começa a coalescer das idéias teóricas para a realização prática, começa a emergir o conflito interno da palavra *povo*, começam a se delinear as diferenças e as divergências entre os homens, primeiro nas diferentes idéias sobre como deve ser conduzida a sociedade, depois na divisão e aglomerações dos homens em torno das idéias, ou seja, na formação dos partidos, em seguida no duelo entre as múltiplas personalidades que se propõem implementar as idéias ou "programas", de cada partido", e assim por diante. Torna-se logo visível que a democracia não é nem pode ser um sistema inerentemente justo. Há sempre nos processos de escolha de idéias e de homens, isto é, nas eleições, ganhadores e perdedores e estes últimos, que podem constituir grande parte de uma população, não serão governados segundo o programa de sua escolha, pelos homens em que confiam e que respeitam. Pode-se dizer pois que a Democracia é o governo da minoria pela maioria e, em muitos casos de pluralidade de partidos, como no Chile de Allende, o governo da maioria pela minoria. É a satisfação de uns à custa da insatisfação de outros. É, não infreqüentemente, a vitória da quantidade sobre a qualidade. Há, assim, uma dose de injustiça inevitável, *essencial*, na Democracia. Uma parte da população será sempre injustificada. Não se estenderá a ela a dádiva máxima da democracia: o governo por aqueles que julga capazes de conduzir o país segundo suas próprias convicções, de realizar as suas aspirações. A injustiça que daí deriva tem gradações. Se a população é razoavelmente homogênea em sua cultura e em suas aspirações, os sucessivos governos extraídos desse meio em pouco diferirão. Discordarão em detalhes de política fiscal ou trabalhista, de assistência social e outras questões *leves* no sentido sócio-político. É o caso dos democratas e republicanos nos EUA. Os perdedores não ficarão exasperados ou oprimidos. Poderão esperar sem grandes rancores e sofrimentos a sua vez, "abanando-se com a Revista do Rádio", como diria Nelson Rodrigues.

É também o caso da Inglaterra. A nacionalização das indústrias pelos trabalhistas nesse país constituiu uma violentação das convicções dos conservadores, que vieram depois a governar e que tiveram que conformar-se com a nacionalização, pois não seria possível uma reviravolta a cada mudança de governo. Mas o caso dos EUA não é grave, nem o caso da Inglaterra é ainda de desastre.

Mas, geralmente, não é assim. Se os diferenciais de cultura e aspirações são grandes, situações de aguda injustiça, de exasperação profunda e de deprimente opressão podem resultar. Em países com predominância de eleitorado de baixo nível cultural, mal informado e indefeso contra a demagogia, exposto a influências

* Ford e Reagan, republicanos nos EUA.

Giscard versus Chaban, ambos Gaullistas, na França pós-Pompidou.

políticas extremadas, a situação pode ser de desastre, e no Brasil sentimo-la na carne, dolorosamente, alguns anos atrás. O espetáculo do desmoronamento da autoridade e da ordem, da agitação caótica, o amargor da paralisação e do retrocesso, a humilhação da opressão pelo primarismo e pela ignorância. Mais ainda sofreram os chilenos.

O mais belo prato da democracia nunca é assim servido a todos. Em cada ciclo uma parte do povo "come da banda podre". É possível, em teoria, a alternância de partidos no governo, mas isso na prática nem sempre se realiza e se se realizasse não eliminaria a injustiça *essencial* da democracia, apenas alteraria os injustiçados.

Se a curva da justiça, referida ao tempo, fosse traçada, teria o aspecto, provavelmente, de uma senoide, com lobos um tanto irregulares e a soma algébrica da justiça ao fim de algum tempo seria possivelmente zero.

As misérias até aqui enumeradas são da *essência* da democracia e, assim, inevitáveis, exceto no caso totalmente improvável da unanimidade na escolha dos governos. A elas somam-se as falhas não estruturais, não aparentes no modelo teórico, mas tão inevitáveis e persistentes quanto as primeiras. Resultam da impossibilidade prática da realização do modelo teórico, devido às limitações dos processos humanos e às falhas do próprio homem.

Programas há, bons e maus, para o gosto de cada cidadão e, pela predominância de uns ou outros, já a sociedade se divide em satisfeitos e insatisfeitos. Mas a longa experiência tem mostrado em todo o mundo que bons programas não bastam. Tão ou mais importantes que eles são os homens que os vão interpretar e fazer cumprir. E como aparecem esses homens que chamamos de *representantes e governantes do povo* e que deveriam ser, como sugere a idéia de democracia, da genuína escolha do povo? É realmente o *povo* que os escolhe? Não. A *emergência* dos candidatos a representantes e governantes é um processo obscuro e imprevisível. Resulta da convergência aleatória de impulsos e ambições pessoais do candidato, de simpatias e de idiossincrasias, de conchavos nos recessos inacessíveis dos partidos, de potencialidades de retribuição, de poderio econômico. De todo esse processo só uma coisa pode ser dita, com segurança: o *povo* pouca ou nenhuma participação tem nele. A certa altura desse processo o *povo* é confrontado com os candidatos, muitos dos quais, não raro, notórios pela falta de qualificações e pela carência de integridade moral. Mas lá estão, e só neles o *povo* pode votar, enquanto, conhecidos de todos, andam pelas ruas da comunidade, à margem do processo democrático, inacessíveis ao voto, cidadãos mais dignos e capazes de representá-lo e governá-lo.

E sobrevem a situação tão conhecida de nós brasileiros: votar *no menos mau*, no que "rouba mas faz", votar em branco ou no Cacareco. Como num concurso para "misses". As candidatas lá estão, algumas com falta, outras com excesso de polegadas, pernas arqueadas, celulite, etc., mas só nelas se pode votar, embora a filha do vizinho seja um tipo físico perfeito.

Os insatisfeitos de nossa época parecem não se dar conta dessas realidades. Caberia perguntar-lhes: em que tempo houve no Brasil eleições *diretas* pelo *povo* para presidente da república?

É possível numa sociedade de dimensão maior do que a tribal a escolha *genuinamente direta* dos representantes e governantes? Em qualquer sociedade maior que uma tribo, em algum ponto do processo, tem que haver delegação e, a partir deste ponto em que surgem os partidos e os "cabos eleitorais", desaparece a escolha direta.

Uma vez lançados os candidatos, a imprensa do papel e do elétron que, como dizia Spiro Agnew, não foi eleita por ninguém, nem tem delegação de poderes de ninguém, faz dos candidatos e do povo o que quer*. E dentro da imprensa as tendências são, novamente, de origem obscura, não necessariamente orientadas para o bem comum. Resultam muitas vezes de preferências dos proprietários dos "meia", de interesses econômicos, de tradições de oposição ou situacionismo e outras causas que pouco têm a ver com o interesse do *povo*. E, ao sabor dessas forças e de torrentes de dinheiro, *imagens* são construídas e destruídas, candidatos capazes aniquilados, candidatos inaceitáveis conduzidos às portas do poder.

E não terminam aí os problemas: outros tão grandes ou maiores, que resultam não mais da ontologia da democracia ou dos métodos de praticá-la, mas das condições do nosso tempo, existem.

A democracia que inda hoje tentamos praticar vem dos tempos da velha Grécia. Tempos em que os problemas de uma nação eram os de uma aldeia de hoje, onde os diferenciais de educação eram mínimos, onde para a resolução dos problemas das comunidades todos os cidadãos podiam opinar*; não sendo para isso necessário muito mais do que bom senso e coragem.

Passaram-se mais de dois milênios. A democracia que objetivamos ainda é a mesma na sua *essência*, tal como descrita no início deste artigo. E os problemas?

No tempo da Grécia antiga menos de cem milhões de homens habitavam a terra, muitos em comunidades isoladas e longínquas. Os indivíduos das populações politicamente organizadas (Estados) contavam-se em números de cinco ou seis dígitos. O homem vivia no que se poderia chamar de *escala do homem*; suas distâncias expressas em passos, as alturas em braças, os pesos em grãos ou pedras. O *próximo* estava ao alcance do gesto e da voz e não nos antípodas ou na lua. O *povo* era ainda constituído por indivíduos de certo grau de similaridade. Os utensílios mais avançados o arco e a flecha.

* Em recente inquérito promovido pela revista U. S. News & World Report (edição de 22-4-1974) nos EUA, alinharam-se na seguinte ordem decrescente as 18 instituições de maior influência sobre a vida da nação americana: 1 — Televisão, 2 — Casa Branca, 3 — Corte Suprema, 4 — Imprensa, 5 — Sindicatos, Indústria e Senado (empatados), 6 — Burocracia governamental e Câmara dos Representantes (empatados), 7 — Instituições financeiras, 8 — Magazines, 9 — Educandários, 10 — Rádio, 11 — Partido Democrático, 12 — Agências de Publicidade, 13 — Gabinete do Presidente, 14 — Partido Republicano, 15 — Religião.

** Se bem que o voto fosse privilégio das elites e se praticasse a escravidão.

O mundo de hoje transporta pelo espaço quatro bilhões de homens. Trinta e três habitantes por km quadrado de terra habitável ou não*. Solo empobrecido, recursos minerais e fontes de energia conhecidos caminhando para a extinção, recursos vegetais e animais em rápido declínio. Um mundo com problemas para a resolução dos quais o bom senso, a força e a coragem, se bem que ainda preciosos, já não bastam; em que os melhores e mais educados cérebros e os mais sofisticados engenhos são necessários para conduzir e suprir as sociedades humanas. Sem que se tenha que subscrever o elitismo de tantas doutrinas políticas, não há como negar que, no que tange ao governo dos povos, esta é, ou pelo menos deveria ser, a época da **COMPETÊNCIA**, competência no sentido global, multidirecional do conhecimento humanístico, do conhecimento técnico, da agilidade mental, da flexibilidade, da temperança, da paciência.

Existe algo no processo democrático, mesmo nos países "jóia" do mundo, que leve em conta esse "ululante" requisito, cuja inobservância é causa suficiente e certa para o degastre social?

Não. Num tempo em que, mesmo num país do 3º mundo, como é o Brasil considerado por muitos, não se cava uma fundação sem um estudo de viabilidade e um projeto, onde se formam anualmente ondas de engenheiros, economistas, administradores de empresas, onde especialistas são chamados cada vez mais a dirigir as pequenas e grandes empresas e os órgãos apolíticos do governo, nada é exigido *explicitamente* dos representantes e governantes. A corrida é livre. Boa conversa, ambição, habilidade política, tinturas de conhecimentos são, grande número de vezes, suficientes. Cidades, municípios, estados, maiores e mais complexos que as mais vastas empresas ou instituições, são confiados a homens sem nenhum preparo específico para administração ou planejamento. O bem-estar físico e moral, os bens, a vida, enfim, de populações inteiras em mãos sem qualificações.

E novamente aparece a questão; numa população homogênea de elevado nível cultural, boa probabilidade de escolha de homens competentes; numa população heterogênea de alto grau de diferenciação cultural, baixa probabilidade de boa escolha. Sucesso ou insucesso: questão de sorte; situação intolerável mesmo numa pequena empresa nos tempos de hoje.

É costume dizer-se, como excusa para a falta de habilitações dos homens para os cargos, que tais e tais cargos são "políticos". Por quê? Para favorecer o jogo de favores e retribuições? Essa idéia, que é "self-serving" na boca de muitos que a externam, repugna à razão, e quando substanciada pelo ocupante do cargo é sinal certo de dano à sociedade.

Os problemas não param aí, outros poderiam ser lembrados, isto porém tornaria a leitura deste ensaio extenuante ou impossível.

Desnudada, assim, pelo menos parcialmente, a democracia, expostas suas grandezas e misérias, onde ficamos? Que alternativas restam ao homem? A monar-

* Excluída a Antártida.

quia, a ditadura totalitária? O poder hereditário, o poder à revelia do povo, ambos aterrozantes, ainda que capazes de, eventualmente, gerar bons governos; riscos de males imprevisíveis quer na duração quer na intensidade, inaceitáveis para a maioria dos países impregnados do racionalismo ocidental.

Incrivelmente o homem que descobriu os neutrinos, o DNA, os computadores e que agora tira "close-ups" de Mercúrio e de "Júpiter", ainda não se decidiu a aplicar as suas maravilhosas faculdades e todo o seu conhecimento à descoberta de uma quarta alternativa, e, como parece ser seu destino, vê-se reduzido, como nas eleições, a escolher a solução menos má; a democracia. Tomando esse mecanismo político de uso universal, defeituoso de nascença, cheio de alavancas ajustáveis e de opções, só lhe resta ajustá-lo à comunidade em que vive, ao seu estado de diferenciação cultural e econômico, ao seu grau de imunidade contra o deslizando para outras formas piores de governo, aos grandes objetivos visados.

No Brasil, depois de experimentarmos ajustes os mais variados, de olhos voltados mais para as condições de outros povos do que para as nossas próprias, tivemos a fortuna de encontrar um que nos tem servido razoavelmente bem. Leva em conta os nossos enormes desníveis culturais e econômicos, étnicos e regionais. Reconhece o fato de que sobre um terreno tão irregular não é possível fazer caminhar um mecanismo de equilíbrio tão delicado quanto uma democracia altamente liberal. Tem gerado condições para a ordem e o trabalho produtivo de cada dia, que são ingredientes básicos da justiça e do bem comum. Tem posto no governo homens como, em termos de aptidões, nossa antiga e desajustada democracia liberal jamais conseguira pôr.

Tem sido alvo das mais cruéis acusações, mas, na verdade, do que nos acusam é de não praticarmos a democracia como nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra ou, até — na Rússia. Há insatisfeitos e injustiçados, mas, enquanto praticarmos qualquer das formas de governo conhecidas, estes existirão. É o preço que o homem paga pela sua unicidade, por sua proximidade aos anjos. Sabedores disto não seremos tão infelizes como se acreditássemos na existência de uma forma de democracia justa e perfeita que forças tiránicas não nos permitissem praticar.



DESFAZENDO INJÚRIAS CONTRA O PATRONO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

(Colaboração da seção de Geografia e História, do Estado-Maior do Exército)

A Seção de Geografia e História foi recriada pelo atual Regulamento do Estado-Maior do Exército, aprovado pelo Decreto nº 82.952, de 27 de dezembro de 1978. É uma das três Seções integrantes da 4ª Subchefia do EME.

Não é de estranhar que, de tempos em tempos, sejam assacadas injúrias contra notáveis heróis de diferentes nacionalidades, tentando a deturpação da verdade histórica com finalidade, ao que tudo indica, subversiva.

Assim é que, recentemente, com base em fonte de consulta apócrifa e sem o mínimo fundamento histórico, obtida no estrangeiro, foram publicadas inverdades altamente ofensivas à memória de vultos do passado, inclusive do grande LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, Patrono do Exército.

Entre tais inverdades consta a seguinte:

CAXIAS e MITRE, perfeitamente acordados, previram o lançamento de coléricos nas águas do rio Paraná, durante a Guerra do Paraguai, para que fossem contaminados os argentinos de Corrientes, Entre Rios e Santa Fé, contrários ao General MITRE.

Segundo os divulgadores, a afirmativa acima foi extraída de carta que o então MARQUÊS DE CAXIAS teria escrito ao Imperador D. PEDRO II, durante aquele conflito, presentemente arquivada em museu argentino.

O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como não podia deixar de ser, decidiram pesquisar o assunto e o fizeram através do ilustre General-de-Divisão Reformado JONAS CORREIA, atual Presidente do IGHMB, e do não menos ilustre Doutor AMÉRICO JACOBINA LACOMBE, membro de ambos os Institutos e Vice-Presidente do IHGB. O General JONAS CORREIA, por conta própria, viajou à ARGENTINA em sua investigação, onde obteve, para tal fim, apoio integral e muito

importante do Adido do Exército Brasileiro naquele país amigo — Coronel NEY DA GAMA ROSA CARDOSO. O Doutor AMÉRICO JACOBINA LACOMBE no decurso de sua tarefa buscou e recebeu esclarecedoras informações de BUENOS AIRES, através de contato mantido com diplomata brasileiro em serviço na capital argentina.

Importantes conclusões com relação à patriótica pesquisa histórica realizada pelas duas autoridades mencionadas, e relatada pelas mesmas ao Chefe da Seção de Geografia e História, do Estado-Maior do Exército, podem ser assim sintetizadas:

— Os divulgadores das calúnias contra CAXIAS e MITRE usaram o artifício da meia-verdade;

— Assim, foi utilizada fonte de consulta realmente existente (porém apócrifa) no Museu MITRE, órgão subordinado ao Ministério de Cultura e Educação, da República Argentina, localizado em BUENOS AIRES;

— Tal fonte faz parte de um volume encadernado, de caráter ostensivo (e não confidencial como maldosamente divulgado, pois que essa classificação sigilosa está perfeitamente descaracterizada), contendo vários folhetos relativos à Guerra do Paraguai;

— Meio perdido na segunda metade do referido volume está um folheto impresso (portanto não se trata de trabalho manuscrito) em língua espanhola, sem assinatura, com o título "Despacho privado del MARQUÊS DE CAXIAS, Mariscal de Ejército en la guerra contra el Gobierno del Paraguay, à S.M. el Emperador del Brasil Don PEDRO II". Está assinalado ainda que essa missiva teria sido escrita em Tuiucú, em novembro de 1867;

— Na página 11 do referido impresso (possui 13 páginas) está o parágrafo sobre a suposta propagação de cólera planejada pelos chefes militares brasileiro e argentino, abaixo transcrito:

"Y en cuanto al General Mitre, despues de su obstinado empeño en hacer prevalecer su personalidad acordada por el tratado de 1º de Mayo, se ha convenido, que sin publeo y sin soldados debe no solamente someterse á quanto V. Magestad halle por bien disponer, sino mas aún, de ser las armas imperiales á las armas que debe acogerse buscando el único amparo que debe buscar. El General Mitre está resignado de lleno y sin reserve á las órdenes; el hace quanto yo le indico, como ha estado muy de acuerdo conmigo, en todo aún en quanto á que los cadáveres coléricos, se atrojen ya de la escuadra como de Itapiru á las aguas del Paraná para llevar el contagio á las poblaciones revereñas, principalmente á las de Corrientes, Entre Rios y Santa Fé que le son opuestas;".

— Como já dito, nenhuma assinatura, e nem mesmo qualquer rubrica ou outra autenticação existe no folheto anteriormente mencionado. Em vista dessa circunstância não pode aquele impresso ser considerado fonte histórica, ou seja, peça hábil para dela se emitir qualquer parecer sobre o comportamento de consagrados chefes militares do passado;

— O Museu MITRE, de BUENOS AIRES, não tem conhecimento de qualquer confirmação da autenticidade da carta considerada.

O Doutor JORGE MITRE, atual Diretor do Museu MITRE, foi uma personalidade argentina que muito facilitou a pesquisa em pauta e teve a elogiável preocupação de deixar registrado seu ponto-de-vista sobre o fato em questão, endereçando ao Presidente do IGHMB a carta abaixo transcrita na íntegra (o original foi gentilmente cedido ao EME pelo destinatário, com autorização para sua divulgação. Acha-se arquivado na Seção de Geografia e História daquele órgão), que vem comprovar a improcedência das impatrióticas injúrias lançadas contra o DUQUE DE CAXIAS e BARTOLOMEU MITRE:

"MINISTERIO DE CULTURA Y EDUCACION

Secretaría de Estado de Cultura

MUSEO MITRE
San Martín 336

Buenos Aires, 6 de noviembre de 1979

Señor Presidente
del Instituto de Geografía e Historia
Militar do Brasil
General Jonas Correia

Distinguido General:

Verdadera satisfacción ha causado entre todo el personal de este Museo la visita de tan alta personalidad a la vez que profundo conocer de la historia de Argentina y Brasil.

Con respecto al motivo concreto de su investigación en nuestro archivo, es decir, el titulado "Despacho privado del Marqués de Caxias, Mariscal del Ejército en la guerra contra el Gobierno del Paraguay, á S.M. el Emperador del Brasil Don Pedro II" (Traducción), le recuerdo que dicho folheto está encuadrado en un volumen que contiene otros, sobre la Guerra del Paraguay. El primeiro de ellos es titulado "La Correspondencia Confidencial", denominación que induce a error si no se aclara que se trata de la cursada entre "el Excmo. Señor Presidente de la República del Paraguay, y el de la Confederación Argentina em 1863 y 1864".

Ud. podrá apreciar, Señor General, que dicho folheto, ni por su inverosímil contenido, ni por su forma, siendo un impreso sin firma, puede ser considerado un documento histórico.

Destaco especialmente que el trabajo en cuestión está impreso y no manuscrito y que la firma puesta al pie del mismo ni siquiera es un facsímil de la del Marqués de Caxias, nombre que figura impreso también al pie del trabajo.

Finalmente quiero señalar que la Provincia de Corrientes siempre fue muy adicta a la política del General Mitre y que aún hoy el Partido Liberal de Corrientes tiene un estrecho vínculo espiritual con el General Mitre de tal manera que resulta increíble que Bartolomé Mitre haya pensado en provocar males sobre esa provincia.

Acompaño junto con la presente fotocopia de dicho folheto como de algunas cartas del Marqués de Caxias que se encuentran en nuestro Archivo y cuya redacción podrá compararse con el trabajo referido, que por las conclusiones a que he alcanzado debe considerarse apócrifo.

Lo saluda con distinguida consideración

**Assinado: JORGE CARLOS MITRE
DIRECTOR"**



PRECURSOR PÁRA-QUEDISTA

Urano T. da Matta Bacellar

Capitão de Infantaria, Instrutor do Curso de Precursor Pára-quedista, do Centro de Instrução "General Penha Brasil", na Brigada Pára-quedista.

"UMA EQUIPE DEDICADA À TAREFA DE PRECEDER, GUIAR E LIDERAR"

"Uma operação aero-terrestre nasce e cresce no campo da batalha como se fora um edifício imenso; seus tijolos são vidas, vidas de bravos... e sua base, a massa granítica do trabalho divino da equipe que nos precede, a EQUIPE DE PRECURSORES. Após muito tempo no comando da 82ª Divisão Aeroterrestre, aprendi a amar e respeitar o trabalho daqueles homens que a todo instante oferecem suas próprias vidas em holocausto à segurança de milhares de pára-quedistas."

GEN MATTHEW B. RIDGWAY (USA)

As operações conjuntas Exército — Força Aérea Brasileira, com a envergadura compatível aos nossos meios aéreos e terrestres, contam praticamente trinta anos de atividades na Brigada Pára-quedista, remontando a pouco tempo após a criação da Escola de Pára-quedistas, em 1945. Isto corresponde a mais de 600.000 saltos de pessoal realizados de bordo das aeronaves da FAB, sem que os acidentes fatais ocorridos — menos de 0,003% — se devessem a erros ou impropriedades na forma, processo ou local escolhidos para o lançamento da tropa, apesar dos mínimos erros que possam ser atribuídos a fatores humanos.

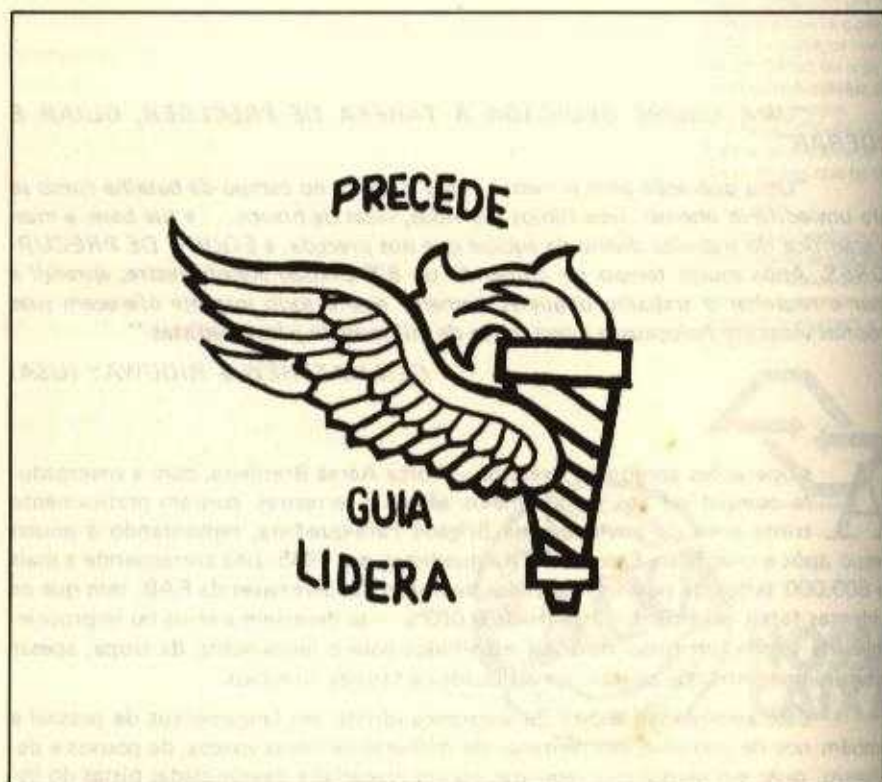
Este assombroso índice de segurança obtido em lançamentos de pessoal e também nos de material, em centenas de milhares de horas voadas, de pousos e decolagens, quer em aeroportos regulares ou em precárias e desequipadas pistas do in-

terior de todos os estados do Brasil, se deve à seriedade operacional das forças terrestres e aéreas, à perícia de pára-quedistas e pilotos, mas, também ao trabalho contínuo, firme e dedicado das suas equipes precursoras.

Essas equipes, com o poderoso amálgama de seu profissionalismo e dedicação à operação a ser realizada, tem se constituído no principal traço de união entre a FAB e a Brigada Pára-quedista, nas operações de lançamento, aerotransporte, embarque e desembarque de tropas e na tomada do destino certo para a missão a ser realizada.

Conhecendo as operações de sua força singular e também a forma de atuar, as necessidades e as limitações das aeronaves e falando com desembaraço o jargão dos pilotos e mecânicos, os Precursores têm sido o principal elo terrestre capaz de levar a bom termo e em perfeita segurança as operações aeroterrestres e aeromóveis.

Para isso um longo caminho tem sido percorrido desde que, na então Escola de Pára-quedistas, decidiu-se assimilar as técnicas empregadas pelas unidades "Pathfinder do Exército dos EUA e formar os nossos Precursores.



RESUMO HISTÓRICO

Para situarmos o momento em que passamos a utilizar técnicas precursoras no Brasil é necessário dizer algumas palavras sobre como surgiu esta atividade.

Nos primeiros meses da 2ª Guerra Mundial, após a queda da França, os ingleses necessitaram de auxílio à orientação de seus bombardeiros para atacar, com precisão, alvos selecionados. Treinaram, então, alguns elementos em comunicação a longa distância e terra-avião e os infiltravam em território inimigo para guiar os aviões aos alvos balizados, muitas vezes, apenas por archotes acesos na noite.

Com o aperfeiçoamento dos visores de bombardeio e dos métodos utilizados os balizadores foram sendo abandonados. No entanto, nos desembarques aliados no Norte da África e Sicília, apesar dos resultados obtidos, houve vários fracassos no emprego de tropas aeroterrestres, devido às grandes dispersões e erros de navegação a que estavam sujeitas as aeronaves de transporte, para o lançamento das unidades pára-quedistas e planadoristas americanas e inglesas.

Sentiram, então, os comandantes a necessidade de auxílio à orientação dos pilotos para as zonas de lançamento e na reorganização dos elementos que saltavam, desembarcavam dos planadores ou mesmo para o pouso dos aviões. Os balizadores de alvos foram então lembrados, não se sabe bem por quem, mas o fato é que passaram a utilizar sua experiência já adquirida, transformando suas técnicas e equipamentos para que pudessem, precedendo as tropas, guiar as aeronaves para os locais desejados e auxiliar a reorganização das mesmas no solo. No final da guerra já existiam unidades especialmente treinadas e equipadas para tal fim, os Destacamentos Precursores, em todos os principais exércitos vencedores.

Nos primórdios das atividades da Escola de Pára-quedistas no Brasil os lançamentos eram feitos com uma equipe que se deslocava por terra, sob a chefia de um Mestre de Salto, para estabelecer o ponto de lançamento no solo, o conhecido "T", e proporcionar segurança para o salto.

Em 1948 o então 1º Tenente de Engenharia, Celso Nathan Guaraná de Barros foi enviado aos EUA para freqüentar, em Fort Benning, o curso de "Pathfinder" e em 1951 foi realizado o primeiro curso de precursor no Brasil, sendo formados seis percursoros, três oficiais e três sargentos.

Em 21 de fevereiro de 1951 entrou em vigor um quadro de organização da Escola de Pára-quedistas Precursor, pertencendo à Companhia de Comando do Grupamento Escola Pára-quedista, constituído de um grupo de comando a dois homens e dois grupos de precursoros a quatro homens. Estavam previstos, então, três sargentos e sete cabos, apenas onze homens ao todo, efetivo este, ainda a ser formado e treinado.

Com a criação do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, o Pel Pqdt Prec, veio a ser enquadrado pela Cia. do Quartel General, a partir de 1953, já agora com os grupos compostos por treze homens, conforme a doutrina norte-americana então utilizada.

O curso de precursor ficou a cargo do Centro de Instrução Especializada e constituído de dois oficiais instrutores e dois sargentos monitores. Na época, existiam apenas sete precursores formados.

Posteriormente o Pel Pqdt Prec foi transformado no Destacamento Precursor, passando a constituir-se em unidade independente, subordinada ao QG do Núcleo da Divisão e, atualmente, da Brigada Pára-quedista.

Muito pouco tempo após a implantação, pelo então Cap Inf Roberto de Pessoa, do páraquedismo militar no Brasil, os precursores nascidos por imposição da técnica e da necessidade operacional, para o emprego de unidades aeroterrestres, constituíram-se, pelos aspectos de sua formação, em elementos altamente treinados, com acentuado espírito de equipe e intensa dedicação às missões recebidas.

Data dessa época verdadeiramente heróica um registro que não pode ser esquecido: o das atividades de busca e salvamento, abertura de campos de pouso em plena amazônia inexplorada, cooperando mais uma vez com a FAB, já que inexistia o Pára-Sar. Missões que fizeram voltar à tona a saga dos balizadores de alvos, constituindo-se, na realidade, em capítulo à parte, ainda por ser escrito, mas bem presente na memória dos que dela participaram, muitos ainda em serviço na Bda Pqdt.

O emprego dos precursores nas mais variadas missões, do Exército ou em cooperação com a FAB, é o testemunho vivo da vasta gama de conhecimentos que são necessários às suas atividades principais nas operações conjuntas com a força aérea, pelo tipo de formação e treinamento que são ministrados aos seus elementos, tornando múltipla sua capacidade operacional.





FORMAÇÃO

Para o cumprimento das missões atribuídas aos precursores o Manual Técnico T 57-260, Precursor Aeroterrestre, define: "Este pessoal é selecionado entre os elementos combatentes e treinado a fim de somar os seus conhecimentos básicos outros que permitam, além dos deveres principais, estabelecer e operar meios auxiliares à navegação aérea e à reorganização de pessoal e material lançado de pára-quedas ou desembarcado". O veículo deste objetivo é o Curso de Precursor Pára-quedista, ministrado pelo Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil, que visa habilitar oficiais e sargentos pára-quedistas a:

- Assessorar o Comando no emprego de precursores
- Operar Zona de Lançamento (ZL)
- Operar Zona de Pouso para Aviões (ZP)
- Operar Zona de Pouso para Helicópteros (ZPH)
- Auxiliar na reorganização da tropa
- Auxiliar a navegação aérea
- Realizar ligação com a Força Aérea em operações de zonas
- Cooperar no lançamento de material pesado (PLA)

Atualmente o curso desenvolve-se com a duração de 24 semanas, podendo candidatar-se a ele oficiais e sargentos servindo na Bda Pqdt possuidores do Curso de Mestre de Salto, em regime de voluntariado.

De acordo com a evolução das técnicas operacionais, as equipes precursoras destinadas a operar zonas de lançamento ou de pouso, só poderão alcançar essas zonas, em território inimigo, através de processos de infiltração. Tendo em vista esta necessidade, desde cedo procurou-se treinar os precursores em perfeitas técnicas de infiltração.

Nos primeiros cursos os conhecimentos ligados diretamente a infiltração e instrução básica do combatente constituíram uma fase básica, que àquela época, era comum ao Curso de Precursor e ao Curso de Operações Especiais. Mais tarde surgiu o Curso de Comandos, envolvendo os assuntos da primeira fase, sendo esta abolida do Curso de Precursor. Àquela época, por determinação do Comando da Bda Pqdt, só poderiam candidatar-se ao Curso de Precursor oficiais e sargentos possuidores do Curso de Comandos, com a passagem deste para o âmbito do Centro de Operações na Selva e Ação de Comandos (COSAC) e da necessidade de formar precursores com a soma de conhecimentos adequados, voltou-se à situação inicial, incorporando-se uma fase básica em que é dado ênfase às técnicas de infiltração a par da manutenção da instrução básica do combatente.

Este estágio inicial compõe-se dos assuntos: patrulhas, armamento e tiro, explosivos e destruições, montanhismo, orientação, topografia, comunicações, chefia e liderança, infiltração e treinamento físico.

Fruto de uma série de posições e fatos que regulamentaram, criaram e extinguíram currículos, o Curso de Precursor sofreu várias evoluções, tendo, no en-

tanto, se firmado o conceito das necessidades em termos de técnicas operacionais, ao cumprimento de suas missões.

O salto livre, em seus primórdios na Bda Pqdt, pertenceu ao currículo do curso, mas se encontra hoje, sob regulamentação específica, constituindo-se, entretanto, em um veículo útil ao cumprimento das Missões específicas das equipes precursoras, como meio de infiltração, através da execução do Salto Livre Operacional (SLOP), que vem sendo realizado, apesar da maior demanda de tempo até que um elemento recém formado precursor atinja todos os estágios dessas especializações.

O currículo que cumpre os objetivos principais da formação dos precursores vem se mantendo coerente às habilitações necessárias, constituindo-se numa gama muito ampla de conhecimentos que envolvem os aspectos terrestres das operações: Topografia, Foto-Informações, Comunicações Rádioroteleônicas e telegráficas, Organização e Emprego dos Precursores e Operações de Zonas; e os aspectos ligados às operações aéreas, como: Meteorologia, Proteção ao Voo, Navegação Aérea, Lançamento sem ponto materializado no terreno e Ponto de Lançamento no Ar.

Para cumprir um espectro tão complexo de habilitações, conta o curso, além da experiência dos precursores em atividades na Brigada Pára-quedista, com a cooperação de outros estabelecimentos de ensino do Exército, como a EsAO, a Escom e a EsLE, e, fazendo parte do processo de integração com a Força Aérea, são ministrados estágios pelo 1º Grupo de Transporte de Tropa, da V FATA, no Campo dos Afonsos e pela Seção de Instrução do Serviço Regional de Proteção ao Voo, no Aeroporto Santos Dumont.

Para tornar operacionais as Equipes do Destacamento Precursor, é ministrado aos cabos e soldados engajados, que se destinam ao mesmo, o Treinamento Específico de Auxiliar de Precursor, a fim de torná-los aptos a operar no âmbito de suas equipes, percorrendo, a seu nível, os assuntos relativos à infiltração das equipes e trabalho peculiar às operações de zonas. Este treinamento é planejado e executado pelo Destacamento para suprir as suas necessidades e manter elementos na OOMM Pqdt, como reserva adicional de pessoal, sendo supervisionado pela 3ª Seção da GU Pqdt.

Durante toda a formação e treinamento dos precursores e seus auxiliares, a principal habilidade procurada e desenvolvida, além das técnicas operacionais, é a flexibilidade nos planejamentos e procedimentos a executar, para que venham a ajustar-se à rapidez da evolução das situações nas operações aéreas, sempre a exigir uma constante reavaliação das condições, seja na condução das aeronaves aos locais desejados ou na alteração dos planos táticos, exigindo contínuo estabelecimento de alternativas que conduzam ao melhor cumprimento da missão.

Os precursores formados, quando não estão em serviço no Destacamento Precursor, mas classificados nas OOMM Pqdt, participam das missões de lançamento para adestramento da tropa ou são requisitados para compor as equipes nas manobras ou outras missões que assim o exijam, como uma forma de manter atualizados seus conhecimentos e possibilidade de emprego.

ORGANIZAÇÃO, POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

A unidade que enquadra os nossos precursores, para emprego operacional, é o Destacamento Precursor, orgânico da Bda Pqdt, as frações que o constituem e são empregadas normalmente, são as Equipes, compostas por dezoito homens, um primeiro tenente, seis sargentos, cinco cabos e seis soldados.

A equipe tem capacidade para operar uma zona de lançamento ou zona de pouso de assalto para aviões ou helicópteros, podendo ser reforçada ou reduzida de acordo com as peculiaridades da missão, efetivo a ser lançado ou desembarcado, número de aeronaves, condições, localização e número das ZL, situação do inimigo, etc. Seja qual for a missão atribuída, a principal característica será sempre o trabalho em equipe, pois tendo em vista as condições da operação que se estiver desenvolvendo, da infiltração realizada e das condições da equipe na chegada à área de operações, as funções de um determinado elemento poderão ter que ser acumuladas ou divididas por outros, sendo, para isso, especificamente treinados os oficiais, sargentos precursores e seus cabos auxiliares.

Na instalação e operação de uma zona de lançamento para unidades pára-quedistas as principais funções a serem desempenhadas pelos membros da equipe serão as de: Operador da Rede Terra-avião, que manterá contato com as aeronaves, as orientará para a zona de lançamento, instalará os meios auxiliares visuais de identificação da ZL, transmitirá as instruções finais e comandará o lançamento, pelo rádio ou através de sinalização; o Operador da Rede Terrestre manterá, durante toda a operação, a ligação entre os diversos setores da ZL e poderá iniciar o contato entre o chefe da equipe e os primeiros elementos da tropa durante a reorganização; o Operador da Rede de Longo Alcance estabelecerá e manterá o contato em caráter permanente e contínuo com a base de operações; o Meteorologista fará a observação à superfície e confeccionará os boletins meteorológicos necessários à transmissão às bases e às aeronaves; o Operador de Meios Auxiliares Eletrônicos a Navegação Aérea executará a instalação e operação de radares portáteis, rádio-faróis e outros meios disponíveis; o Chefe da Reorganização instalará, operará os meios auxiliares visuais, sonoros ou eletrônicos a reorganização da tropa e a coordenará encaminhando frações ou extraviados a seus locais de reunião, mantendo ligação entre os comandantes da tropa e chefe da equipe precursora, se necessário.

Nas operações de zona de pouso para aviões ou helicópteros existirão basicamente as mesmas funções, adequadas à peculiaridade de cada operação, como por exemplo: o centro de controle, que operará como uma torre de aeródromo; as turmas de balizamento e estacionamento, que farão o balizamento das pistas e operação o estacionamento das aeronaves, o embarque e o desembarque das tropas, respectivamente; nas zonas de pouso para helicópteros, operarão os locais ou pontos de aterragem e sinalização, além da reorganização da tropa.

Para essas missões as possibilidades atribuídas ao Destacamento Precursor da Bda Pqdt são:

- Realizar o auxílio à navegação aérea nos lançamentos de pessoal e material ou nos pousos e decolagens de aeronaves.
- Auxiliar a reorganização da tropa, após os lançamentos.
- Proporcionar, quando reforçado, a segurança inicial das zonas de lançamento ou pouso.
- Estabelecer e manter, em bases permanentes, a ligação com as Bases Aéreas.
- Trabalhar em benefício das Unidades Aéreas de transporte de Tropa.

O pequeno efetivo das equipes e sua capacidade limitada de conduzir equipamento, faz com que seu emprego e processo de infiltração sejam cuidadosamente planejados e destinados primordialmente à tarefa de guiar as aeronaves para as zonas de lançamento ou pouso e marcar os locais de reorganização. Caso seja necessário prover segurança, remover grande quantidade de obstáculos, recolher material lançado, fazer extensos reconhecimentos, sinalizar muitos pontos de reorganização (mais de 4 ou 5), operar rede rádio muito extensa, ou fazer reconhecimento QBR a equipe terá de ser reforçada. Neste caso o terreno, o processo de infiltração e a situação do inimigo poderão trazer graves limitações.

Quando for necessário utilizar mais de uma zona de lançamento ou de pouso, outras equipes, sempre com o menor efetivo possível, terão de ser desdobradas para cada zona a ser utilizada.

Durante a operação de zonas de pouso para aviões os precursores não serão controladores de tráfego aéreo, como em aeródromos regulares, muito embora noções disso lhes tenham sido ministradas no curso de precursor, mas visam, apenas, estar capacitados a controlar, com segurança, os pousos de assalto ou decolagens em pistas avançadas, em aeródromos civis ou militares capturados, até que elementos da Força Aérea possam assumir essas funções em caráter permanente, se isto fizer parte dos planos do escalão superior.

A operação de zonas de pouso para helicópteros é um assunto que até hoje não chegou a ser completamente desenvolvido, em nosso país, tendo em vista, principalmente, os meios aéreos disponíveis, no entanto, os precursores têm os conhecimentos e o treinamento necessários para operar uma zona de pouso para uma força helitransportada, maior que a seção de helicópteros (duas aeronaves), normalmente utilizados na instrução elementar da tropa.

O equipamento a ser transportado constitui-se numa séria limitação em combate, principalmente o material de comunicações que é um ponto vital em qualquer operação precursora. O rádio terá de ser extensamente utilizado, o material em uso que mais se presta a essas operações são: O EB11/ERC-110, para as redes terrestres; o EB11/ERC-130, para a rede terra-avião e o EB11/ERC-191, para longa distância, devida ao seu peso, volume, fonte de alimentação e modulação.

O equipamento individual de nylon, que está em uso, veio preencher uma importante lacuna quanto a possibilidade do homem conduzir seu material com

economia de peso, menos desgaste físico e do próprio material, principalmente porque, na maioria dos casos, em uma infiltração, a equipe só contará com seus próprios meios para percorrer grandes distâncias a pé.

CONCLUSÃO

— Como um resumo do trabalho desenvolvido até hoje pelos precursores avulta sempre o nível de cooperação conseguido entre a Bda Pqdt e a FAB.

Nas manobras realizadas, nos exercícios efetuados pelas diversas unidades da Bda e nos cursos, um aspecto tem ficado bem patente: mesmo a existência de modernos equipamentos eletrônicos de auxílio à navegação aérea, o emprego de tropas aeroterrestres não pode prescindir do trabalho de equipes precursoras para que um lançamento de pára-quedistas ou um pouso de helicópteros de assalto seja feito no local exato, com segurança e com o mínimo de dispersão e conseqüente economia de tempo para a reorganização da tropa.

Devido aos conhecimentos que são portadores os elementos precursores e a experiência adquirida nas atividades cotidianas, eles podem servir como consultores e assessores a todos os comandos de GU e unidades não pára-quedistas do Exército, nas operações que envolvam unidades aéreas, seja treinando ou assessorando o emprego de frações aerotransportadas, seja treinando ou auxiliando a instrução da tropa para operações helitransportadas.

De acordo com a doutrina atual o Destacamento Precursor é orgânico da Bda Pqdt, sendo treinado e equipado para unir à operação terrestre a da Força Aérea, o que vem realizando de forma esplendida por 27 anos.

Devido a sua missão e efetivo atuais, o Destacamento Precursor não pode ser empenhado em proveito de unidades não pára-quedistas, sem prejuízo de suas atuais funções. Mas em caso de necessidade operacional, se aumentado, pode contribuir com a experiência já adquirida, para que nas operações aeromóveis existam elementos do Exército com conhecimento suficiente das operações das aeronaves, suas características, possibilidades e limitações, para colocar no devido lugar as necessidades dos elementos empenhados, aumentando a rapidez e a eficácia das operações e evitando desgaste desnecessário à tropa.

Este trabalho não tem a pretensão de discutir doutrina ou criar polêmica, mas, principalmente, tem como objetivo trazer ao domínio de um número maior de companheiros o conhecimento da capacidade de operação dos elementos precursores, na intenção de que todos os soldados do ar, ao verem, no solo, homens de gorro vermelho, saibam que encontrarão informações e sinalização precisas, por estarem preocupados com a segurança do lançamento, do pouso ou da decolagem, e que os militares do Exército saibam com o que podem contar quando tiverem entre si elementos conduzindo como emblema a TOCHA ALADA.



OS CONTRATOS DE RISCO NO BRASIL

Remo Mannarino

Engenheiro Eletricista, com especialização em Engenharia Econômica, pela Escola de Engenharia da UFRJ; Engenheiro de Petróleo pela Universidade Federal da Bahia; Mestre em Engenharia de Petróleo pela Louisiana State University, EUA. Atual assistente para assuntos de economia e produção de petróleo da Superintendência dos Contratos de Exploração, da Petrobrás.

A PESQUISA E A LAVRA DE PETRÓLEO

A Lei nº 2004, de 3 de outubro de 1953, estabeleceu o monopólio estatal de petróleo no Brasil. A União exerce o monopólio por meio da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. Dentre as atribuições que lhe conferiu a Lei 2004, figuram a "pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos e gases raros, existentes no território nacional". A pesquisa e a lavra do petróleo desdobram-se em quatro etapas:

1. Exploração
2. Avaliação
3. Desenvolvimento
4. Produção

A Exploração é a etapa inicial e nela há duas fases: a seleção de áreas potenciais, através dos métodos de superfície (Gravimetria, Magnetometria, Sísmica de Refração, Sísmica de Reflexão, Geoquímica e outros) e o teste das áreas potenciais selecionadas, com a perfuração dos chamados poços pioneiros. A Exploração é onerosa e arriscada. Um poço pioneiro, perfurado no mar numa situação de lâmina de água de 150 m e que alcance a profundidade final de 5.000 m, hoje tão comum na exploração offshore do Brasil, custa em torno de 10 milhões de dólares. Além disso, o risco geológico (isto é, o risco de nada encontrar na área testada) é muito elevado, haja vista que, pelas estatísticas mundiais, de cada cem poços pioneiros perfurados, apenas dez resultam descobridores de petróleo. Vale a seguinte imagem: se 100 em-

presas fossem organizadas, com um capital de algumas dezenas de milhões de dólares, para testar 100 áreas dentro de uma bacia sedimentar de potencialidade normal, ao fim da exploração 90 destas empresas já estariam no vermelho e apenas 10 passariam para a etapa seguinte, a Avaliação.

A avaliação de uma descoberta de petróleo faz-se nas áreas em que o poço pioneiro revelou presença de petróleo. Furam-se, nesta fase, poços de extensão e de delimitação, tomando por base o poço pioneiro que conduziu à descoberta. Tais poços permitem recolher dados sobre o volume, propriedades das rochas contenedoras de petróleo e propriedades dos fluidos presentes na descoberta, isto é, óleo, gás e água. Com estes dados, processa-se um intenso trabalho laboratorial, computacional e de gabinete, que permite caracterizar se a descoberta é comercial ou não. De fato, ao fim do trabalho de avaliação, os técnicos apresentam dois tipos de previsões: previsões de produções de petróleo com o tempo e previsões de despesas necessárias para obter aquelas produções. Um campo será considerado comercial se as receitas obtidas com as produções superarem as despesas necessárias para a obtenção destas produções. Somente o campo que a Avaliação caracterizou como comercial passará à etapa seguinte, o Desenvolvimento. Pelas estatísticas mundiais, apenas 3 das 10 descobertas passam para a fase do Desenvolvimento.

O Desenvolvimento dos Campos Comerciais inicia-se após a caracterização da comercialidade que resulta dos trabalhos de Avaliação. No Desenvolvimento, perfuram-se os poços de produção e constrõem-se as instalações de produção, coleta, tratamento, armazenamento, transporte e entrega de petróleo. O Desenvolvimento faz-se a um baixo risco geológico porque, por hipótese, o Campo foi convenientemente avaliado na fase de Avaliação. Porém, os investimentos de Desenvolvimento são muito mais importantes que nas fases de Exploração e Avaliação. O Desenvolvimento de um Campo no mar, na situação de 150 m de lâmina de água e a 100 km da costa, custa em torno de 10.000 dólares por barril por dia de capacidade de produção. Por exemplo, se um campo na situação apontada tiver capacidade e for projetado para produzir 100.000 barris por dia, seu custo deverá alcançar qualquer coisa em torno de 1 bilhão de dólares...

Terminado o Desenvolvimento, inicia-se a fase da Produção, onde os custos limitam-se normalmente às despesas correntes de funcionamento e é quando se obtêm as receitas necessárias ao reembolso e à remuneração dos investimentos feitos nas fases anteriores de Exploração, Avaliação e Desenvolvimento.

FORMAS DE EXERCER O MONOPÓLIO

A pesquisa e a lavra do petróleo no Brasil representam monopólio da União, com execução atribuída à PETROBRÁS. Portanto, a Exploração, a Avaliação, o Desenvolvimento e a Produção de petróleo são atividades a serem exercidas no Brasil pela PETROBRÁS, em caráter exclusivo.

A Lei 2004, no entanto, não estabelece a forma pela qual a PETROBRÁS deverá exercer o monopólio. Até 9 de outubro de 1975, a PETROBRÁS adotou

exclusivamente a forma da ação direta, sempre subcontratando vários tipos de serviços exploratórios especiais, porém tomando a si todos os encargos relacionados com a Exploração, Avaliação, Desenvolvimento e Produção de petróleo no Brasil. Porém, naquela data a PETROBRÁS recebeu do Governo Brasileiro a determinação de, paralelamente às suas atividades diretas normais, adotar uma modalidade operacional que permitisse a colaboração de empresas de petróleo privadas, sem quebra de regime de monopólio. Entendeu o Governo Brasileiro que a nova modalidade operacional, exercida através de instrumentos contratuais adequados, não implicaria em reduzir ou violar o monopólio, pois se constituiria, de fato, numa modalidade de contratação global dos serviços especiais de Exploração, caracterizando uma execução indireta, realizada no âmbito da Empresa, sob a sua jurisdição e pleno controle. Nasceram assim os contratos de risco no Brasil.

O MODELO BRASILEIRO

O modelo brasileiro de contratos de risco, como não podia deixar de ser, foi elaborado em estrita observância daquilo que se estabelece na Lei 2004. De fato, os contratos de risco no Brasil são contratos de serviços mediante os quais uma empresa de petróleo, brasileira ou estrangeira, presta serviços técnicos, operacionais e financeiros, e, em certas circunstâncias, recebe pagamentos pelos serviços prestados.

Convém entrar em detalhes. A PETROBRÁS escolhe certas áreas prospectáveis das bacias sedimentares brasileiras e as oferece para contratos de risco em licitações internacionais. A concorrente que apresentar a melhor oferta é chamada a negociar com a PETROBRÁS e se as negociações chegarem a bom termo, o contrato é assinado. A contratante — assim se chama a empresa que assina contrato de risco com a PETROBRÁS — executará trabalhos de Exploração na área que lhe coube por contrato, cumprindo um programa mínimo de exploração, no qual deverá despende, pelo menos, uma quantia mínima, garantida por uma carta de fiança bancária. Se não houver descoberta comercial de petróleo, a contratante, ao fim do período exploração (3 anos no mar, e 5 anos em terra), retira-se da área, o contrato se encerra, sem que lhe assista qualquer pagamento, remuneração ou direito, a que título for. Nisto consiste o “risco” da contratante...

Se houver descoberta de petróleo, a contratante executará os trabalhos de Avaliação, ainda à sua conta e risco. Caracterizada a comercialidade de uma descoberta, a contratante efetuará o Desenvolvimento do campo comercial assim descoberto e avaliado, segundo um plano de desenvolvimento técnica e economicamente otimizado, acordado pelas partes, isto é, emendado e aprovado pela PETROBRÁS.

Terminado o Desenvolvimento, a PETROBRÁS assume as operações de Produção em caráter exclusivo. A contratante já prestou o seu serviço e retira-se da área. A produção dos campos, assim descobertos e desenvolvidos, obedecerá aos critérios técnicos que visam à conservação do petróleo, sem nenhuma dissipação de energia ou perda de hidrocarbonetos recuperáveis.

A PETROBRÁS, ao fim de cada trimestre, efetuará o pagamento à Contratante das seguintes prestações (em dólares, se a empresa for estrangeira e em cruzeiros, se nacional):

- uma prestação para amortização das despesas de Exploração e Avaliação, sem juros acrescidos;
- uma prestação para as despesas de Desenvolvimento, acrescidas de juros calculados com uma taxa efetiva anual contratual (esta taxa é sempre menor ou igual ao Prime Rate do Bank of America, acrescido de 1 ponto percentual anual);
- uma prestação de remuneração, calculada através da fórmula

$$R = (Q_1 X_1 + Q_2 X_2 + Q_3 X_3) P.$$

Q_1 — parte da produção trimestral entre 0 e 600.000 m³

Q_2 — parte da produção trimestral entre 600.000 e 1.200.000 m³

Q_3 — parte da produção trimestral acima de 1.200.000 m³

P — preço internacional do petróleo, corrigido para levar em conta as diferenças de frete e qualidade, trimestralmente estabelecido pela PETROBRÁS;

X_1, X_2, X_3 — frações negociadas em cada contrato.

Os pagamentos à contratante ficam porém condicionados à disponibilidade de receitas líquidas geradas pelo próprio campo descoberto e desenvolvido pela contratante. Isto merece uma explicação. Ao fim do Trimestre, a PETROBRÁS apura as receitas brutas obtidas através da produção do campo considerado e destas receitas brutas deduz os chamados encargos de produção (custos diretos de operação e de seguros, "overhead", de 15% sobre os custos diretos, e indenização sobre a lavra, devida aos governos estaduais e municipais ou ao Conselho Nacional do Petróleo), sendo a diferença a receita líquida do trimestre. Os pagamentos efetuados à contratante não ultrapassarão, em nenhuma hipótese, a receita líquida do trimestre, sendo contratualmente certo que a PETROBRÁS não lançará mão de recursos externos ao projeto para fazer face aos compromissos por ele acarretados.

Os pagamentos a empresas estrangeiras serão efetuados em dólares, através de remessas para bancos no exterior, indicados pela contratante. Ao efetuar tais remessas, a PETROBRÁS desconta o imposto de renda legal que se aplica sobre a remuneração e os juros remetidos.

Conforme se viu, todos os pagamentos são em dinheiro e nunca em espécie. Porém, há um dispositivo contratual que dá à contratante o direito de comprar óleo do campo por ela descoberto e desenvolvido, no trimestre subsequente ao dos pagamentos recebidos, até o limite do pagamento de remuneração por ela recebido. Este será total ou parcialmente suspenso se houver uma crise no abastecimento de petróleo no Brasil reconhecida por ato do Governo Brasileiro.

Outros aspectos interessantes do Contrato de Risco no Brasil são:

- todas as informações obtidas pela contratante, todos os seus ativos e o petróleo descoberto pertencem à PETROBRÁS;
- aplicam-se exclusivamente as leis brasileiras, sendo o "forum" o da Cidade do Rio de Janeiro, excluindo-se todos os demais; o idioma do contrato é o português;
- proteção à mão-de-obra e à indústria nacional;
- proteção ao meio ambiente;
- a contratante se obriga à confidencialidade total sobre todas as informações obtidas em decorrência de suas atividades contratuais.

O QUE O CONTRATO DE RISCO BRASILEIRO NÃO É

O modelo brasileiro de contrato de risco tem muitos aspectos originais e tem sido, muitas vezes, elogiado por sua objetividade, simplicidade e clareza. Várias missões estrangeiras (como as da China Continental e da Nigéria) têm procurado a PETROBRÁS para se inteirar dos seus detalhes. Muitos contratos de outros países têm aparecido com soluções que foram primeiramente elaboradas dentro da PETROBRÁS. Nas reuniões dos organismos internacionais, como a ARPEL e a OLADE, o modelo brasileiro de contratos de risco é apontado como um modelo eficiente e eqânime, que reflete o avanço contratual e tecnológico da PETROBRÁS.

Muita gente boa combate os contratos de risco da PETROBRÁS porque desconhece o seu caráter de contrato de serviço. Muito vagamente pensam em qualquer coisa como "concessão", ou "production sharin", ou "joint venture". Vamos aclarar também estes pontos?

Não é "Concessão"...

A concessão é uma forma de contratação que prevaleceu de 1901 a 1935. Por ela, a companhia privada (geralmente estrangeira) recebia uma área e nela executava trabalhos de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção, sempre à sua conta e risco, com as seguintes características:

- a) a estrangeira era dona de todos os ativos, inclusive do petróleo produzido;
- b) a remuneração paga aos governos era baixa, sempre inferior a 20% do lucro líquido (sob a forma de "royalties" ou aluguel das áreas efetivamente ocupadas dentro da concessão);
- c) as áreas dadas em concessão eram muito extensas, abrangendo, às vezes, a quase totalidade do país;
- d) os tempos das concessões eram muito longos, qualquer coisa entre 75 e 100 anos;

- e) o excessivo poder político e econômico das estrangeiras no país produtor era invariavelmente utilizado como arma de corrupção contra os interesses nacionais.

Os contratos de concessão foram assinados entre 1901 e 1935 (Venezuela, México, Oriente Médio) e eram, na verdade, contratos outorgados pelos respectivos governos, pois não havia nestes países legislação específica para o petróleo. A partir de 1940, os termos destes contratos começaram a ser renegociados, num processo dinâmico em que as contratantes iam cedendo sucessivas parcelas das suas vantagens iniciais, até a total nacionalização das concessões (Venezuela, Iraque, Irã, etc.).

Os contratos de concessão não são mais utilizados, havendo ainda algumas reminiscências no próprio Oriente Médio e na América Latina, com termos renegociados e diametralmente opostos aos dos contratos originais. Na América Latina ainda subsistem na Argentina (concessões insignificantes), Guatemala, Nicarágua e Trinidad y Tobago.

Agora que já sabe o que é um contrato de concessão, o leitor é convidado a compará-lo com a forma contratual vigente no Brasil. E verá que não existe semelhança nenhuma entre o modelo brasileiro e a concessão...

Não Seria Então um Contrato de "Production Sharing"?

O contrato de "production sharing", também chamado de contrato indonésio ou contrato peruano, é adotado por muitos países, como a Indonésia, o Peru, o Equador, Guatemala, El Salvador, Bolívia, Uruguai e outros.

Por este tipo de contrato, a contratante, como na concessão, opera, à sua conta e risco, a exploração, a avaliação, o desenvolvimento e a produção. Há, porém, uma dupla diferença:

- a) os ativos pertencem ao país produtor e não à contratante;
- b) a produção de petróleo é dividida entre o país produtor e a contratante, segundo proporções estabelecidas no contrato. Por exemplo, nos contratos peruanos, 50% cabem ao Peru (através da PETROPERU) e 50% cabem à contratante, cujo imposto é pago pela PETROPERU. Na Indonésia, a contratante retira o petróleo correspondente às suas despesas e o saldo é dividido, de maneira que 65% caibam à PERTAMINA (estatal indonésia) e 35% à contratante, a qual pagará o correspondente imposto sobre a renda.

Como exercício, o leitor atento deverá comparar o contrato de "production sharing" e o modelo brasileiro, anotando e divulgando as principais diferenças.

Seria, Afinal, uma "Joint-Venture"?

Não. O contrato de "joint-venture" é um tipo de contrato em que a estrangeira se associa com uma empresa local, em geral estatal, para juntas efetuarem os

trabalhos de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo. Os investimentos e a participação no petróleo produzido se fazem segundo proporções estabelecidas no contrato. Em 1957, a AGIP (estatal italiana) e a NIOC (estatal iraniana) assinaram um contrato de "joint-venture", com 50% para cada parte nos investimentos necessários. O produto era dividido de maneira que 75% dos benefícios seriam da NIOC e 25%, da estatal italiana.

O leitor já percebeu também que o modelo brasileiro não é uma "joint-venture"...

Outros Tipos de Contratos de Serviço

Vimos que o modelo brasileiro de contrato de risco não é concessão, "production sharing" ou "joint-venture". É, antes, um contrato de serviço.

Há outros tipos de contratos de serviço, com cláusula de risco, diferentes do tipo brasileiro, cada país procurando modelos compatíveis com a respectiva legislação petrolífera. Nos contratos de serviço do Iraque, a contratante executa a exploração, a avaliação, o desenvolvimento e, em princípio, também a produção; a contratante será reembolsada das suas despesas em caso de descoberta comercial, além de ter, como remuneração, o direito de adquirir uma parcela do petróleo produzido a preços favorecidos. Nos contratos de serviço argentinos, a contratante opera todas as fases, desde a exploração até a produção, cujo produto é vendido integralmente ao governo argentino, a um preço estabelecido no contrato. Esses tipos de contrato não correspondem, também, em essência, ao modelo brasileiro.

RECAPITULANDO...

Recapitulemos. O nosso contrato é, como já vimos, um contrato de serviço, com cláusula de risco, feito em obediência ao regime de monopólio, estabelecido pela Lei nº 2004. Convém recordar:

- A exploração, avaliação e desenvolvimento são efetuados e financiados pela contratante de risco;
- A produção é conduzida pela PETROBRÁS;
- Os pagamentos à contratante são devidos apenas em caso de produção comercial e até o limite da receita líquida do campo de petróleo por ela descoberto e desenvolvido; tais pagamentos são efetuados em dólares, de maneira a reembolsar a contratante dos seus gastos, auditados e aprovados pela PETROBRÁS, além de remunerá-la com uma quantia em dólares proporcional à produção alcançada;
- Todos os dados técnicos, os ativos e o petróleo pertencem à PETROBRÁS.

Para maiores detalhes, releia o capítulo intitulado de "O Modelo Brasileiro"...

CONTRATOS ASSINADOS

Dissemos que a contratação de áreas é feita mediante licitação internacional, ficando a área com a contratante que oferecer as melhores condições para a PETROBRÁS.

Até agora, fevereiro de 1980, a PETROBRÁS promoveu 3 licitações internacionais de áreas, de que resultou a assinatura de 49 contratos de risco, 32 com empresas estrangeiras e 17 com o consórcio IPT/CESP, da administração indireta do Governo de São Paulo.

RESULTADOS OBTIDOS

Após dois anos do início das atividades operacionais, as Contratantes de Risco apresentam o seguinte resultado: foram levantados e processados 52.450 km de linhas sísmicas a um custo aproximado de US\$ 20,625 milhões e perfurados 27 poços sendo 15 na Bacia de Santos (4 pela British Petroleum, 5 pela Pennzoil, 3 pelos grupos Pecten/Marathon/Union/Enserch, Pecten/Shell/Marathon e Pecten/Chevron/Marathon e 3 pela Esso) e 12 na Bacia da Fôz do Amazonas (5 pela Esso, 3 pela Shell, 2 pelo grupo Elf/Agip/Canam/Norcen, 1 pela Hispanoil e 1 pelo grupo Cities/Union).

Os poços concluídos totalizaram 113.793 metros perfurados, com custo global da ordem de US\$ 282,5 milhões.

Vários poços (BP, Pennzoil, Esso e os Grupos Pecten) deram indícios de óleo ou gás, sem interesse comercial. Os resultados mais significativos, até o momento, foram obtidos pela British Petroleum, no poço 1-SPS-9, que, embora não comercial, revelou pela primeira vez condições de geração de hidrocarbonetos na Bacia de Santos; pela Esso, cujo poço 1-SPS-6 fluíu óleo até a superfície, em vazão subcomercial; e pelo grupo Pecten/Chevron/Marathon, no poço 1-SCS-6, que em teste de formação recuperou óleo muito leve e gás, ainda de característica subcomercial devido ao reduzido volume de petróleo existente em reservatório a mais de 5.000 m de profundidade.

Embora o objetivo dos contratos de risco seja prioritariamente a descoberta de novos campos comerciais de petróleo, o resultado negativo das Contratantes de Risco é capitalizado positivamente pela PETROBRÁS, pois áreas importantes estão sendo avaliadas, sem interferir nas prioridades do Departamento de Exploração e sem nenhum ônus para a PETROBRÁS ou para o Brasil. O Brasil e a PETROBRÁS economizaram todos os investimentos efetuados pelas contratantes na avaliação, agora, de áreas que teriam de ser avaliadas diretamente pelo Departamento de Exploração no seu quadro de prioridades. Economizou também as milhares de horas de trabalho interpretativo técnico e operacional ditado pela experiência de companhias tradicionais na exploração de petróleo. Subsidiariamente, a PETROBRÁS já recebeu cerca de vinte milhões de dólares, a título de taxa de participação nas licitações e bônus contratual.



A ESTRATÉGIA DO COMBATE À INFLAÇÃO

Ernane Galvêas

Ministro da Fazenda

A pesar de habituados a conviver com um processo inflacionário crônico, não há registro, a não ser no período de 1963/65, de inflação tão acelerada como a que vimos presenciando nos últimos tempos, sobretudo a registrada em 1979.

Vários são os fatores que contribuíram para elevar a inflação até o patamar alcançado em 1979: alta de preços de produtos importados, principalmente petróleo, frustrações de safras agrícolas decorrentes de problemas climáticos, crescimento acelerado da procura global de bens e serviços, proporcionado pela demarcação simultânea de grandes programas e projetos, tanto do setor público, quanto do setor privado.

Algumas dessas causas estiveram fora do controle do Governo, como são os casos da elevação dos preços de produtos cuja importação não podemos dispensar e da escassez de alimentos básicos gerada por adversidades climáticas sobre as atividades rurais. Esta última contribuiu para a importação de produtos agrícolas no valor de US\$ 1,5 bilhão, além de perdas estimadas em US\$ 1 bilhão, do lado das exportações.

Além disso, as pressões por reajustes salariais, acima do que seria mais coerente com os objetivos de controle da inflação, contribuíram também para que se gerassem pressões inflacionárias de custo e demanda, além de criar expectativas alistas em todo o sistema.

A política adotada pelo Governo com vistas a reverter o processo inflacionário busca compatibilizar objetivos que, à primeira vista, parecem conflitantes, tais

como: manter uma taxa razoável de crescimento da economia e do emprego, reduzir a taxa de inflação e reequilibrar o balanço de pagamentos — via aumento das exportações e contenção das importações, ao mesmo tempo em que procura resolver o problema energético.

A estratégia desenvolvida, para que esses objetivos sejam harmonicamente atingidos, está sendo implementada através de medidas básicas que visam:

- a) dinamização da produção agrícola, como meio de reduzir as pressões do item alimentação do custo de vida e de gerar excedentes exportáveis em níveis que possam complementar o esforço geral de atingir US\$ 20 bilhões de exportações, ainda em 1980; e
- b) redução do desequilíbrio financeiro da União, cujos déficits têm-se constituído em uma das principais causas da inflação no Brasil. Esse objetivo será atingido, entre outras, com as seguintes providências:
 - b.1) redução e eliminação, em alguns setores, dos subsídios creditícios a fim de diminuir a pressão sobre a demanda de recursos inflacionários, ao mesmo tempo em que se estimula uma alocação mais racional dos recursos;
 - b.2) eliminação de incentivos fiscais com elevado peso sobre as receitas da União, de que é exemplo mais marcante o crédito-prêmio de IPI, cujo papel de incentivo às exportações foi substituído por uma taxa de câmbio mais realista;
 - b.3) absorção paulatina, pelo Orçamento da União, de dispêndios com os subsídios ainda indispensáveis, que até 1979 eram suportados basicamente pelo Orçamento Monetário, o que funcionava como canal implícito de geração de déficit público, dificultando também a execução da política monetária ;
 - b.4) compatibilização dos orçamentos das empresas estatais com a efetiva disponibilidade de recursos não inflacionários, eliminando-se a possibilidade de realização de dispêndios com base em recursos a definir.

Além dessas medidas, as políticas fiscal e tributária, monetária e de controle de preços desempenharão um importante papel nessa estratégia.

Através da política fiscal e tributária, buscar-se-á maior equidade na distribuição da carga fiscal entre os diversos segmentos da sociedade e a melhoria da receita pública, inclusive através do aumento da eficiência do sistema de arrecadação, permitindo que a geração de recursos não inflacionários possa complementar o esforço de financiamento dos investimentos e atividades prioritários ao nosso desenvolvimento.

No campo específico da política monetária e creditícia, a preocupação básica será a de fazer com que a disponibilidade de crédito bancário seja suficiente para dar suporte ao desenvolvimento normal dos negócios, mas não abundante a ponto de funcionar como fator de alimentação da inflação.

Assim, a taxa de aumento do estoque de moeda na economia deverá ser decrescente nos próximos meses, a fim de que se possa consolidar a tendência declinante na taxa de inflação, evitando-se, porém, qualquer efeito recessivo na economia.

O Governo atuará gerenciando as variáveis condicionantes de oferta de moeda, quais sejam: volume de crédito do Banco Central e Banco do Brasil; nível do resultado de caixa do Tesouro Nacional; nível do financiamento dos dispêndios através da emissão de títulos da dívida pública; nível das reservas cambiais, além dos elementos clássicos de controle monetário, como as operações de mercado aberto, os recolhimentos compulsórios dos bancos e as taxas de desconto.

Com relação ao mercado financeiro, as medidas tomadas objetivam quebrar a rigidez das taxas nominais de juros, fator que tanto contribuiu para exacerbar a procura de crédito subsidiado e para realimentação contínua das expectativas inflacionárias.

A fim de reverter totalmente essas expectativas, o Governo decidiu também fixar tetos para as correções cambial e monetária a vigorar este ano, além de executar programa integrado e coerente de controle de preços de setores e atividades considerados críticos.

O teto de correção monetária, afora o seu papel de inibidor de expectativas inflacionárias, representa, também, importante elemento de referência e, principalmente, de confiança, para os agentes econômicos, que, em outras circunstâncias, teriam grandes dificuldades em definir seus planos de ação e tomar decisões em horizontes de prazos mais longos.

Quanto à correção cambial, a fixação do teto de 40% evidencia, de igual modo, a firme decisão do Governo em reduzir a inflação, pois, do contrário, o descompasso entre a inflação interna e a externa poderá colocar em risco o objetivo de reequilibrar nossas contas externas.

Na política de controle de preços, o Governo leva em conta o seu papel decisivo e estratégico nesta etapa de reversão do ritmo inflacionário. Seu funcionamento adequado ajuda a prevenir reajustes de preços derivados de expectativas pessimistas sobre a inflação futura e a coibir manobras especulativas, especialmente de setores monopolistas ou oligopolistas. É, também, importante instrumento de melhor distribuição dos encargos da política de combate à inflação que, de outra forma, tenderiam a se concentrar nos segmentos mais frágeis da sociedade.

Nesse contexto, medida de elevada importância consistiu na centralização, em um só órgão, da responsabilidade pela formulação e execução da política de preços e abastecimento, permitindo que os objetivos a alcançar nessas duas áreas, às vezes conflitantes, possam ser harmoniosamente compatibilizados.

Passada a fase mais árdua da política de combate à inflação, os controles diretos poderão se limitar a alguns setores estratégicos. Será possível, então, devolver ao mercado o papel primordial na formação dos preços.

Em meio a todo esse quadro de dificuldades, não se pode esquecer a importância de adequar as variáveis de natureza econômica com as de cunho político-

social resultantes do momento em que vive a Nação, o que torna, sem dúvida, o processo de tomada de decisões mais delicado.

Assim, como afirmamos inicialmente, o problema não é apenas o de reduzir o ritmo inflacionário, mas o de fazê-lo dentro de uma estratégia que permita compatibilizar dinamicamente todas essas variáveis.

O Governo tem plena consciência de que a inflação deve ser combatida em todos os flancos, tendo em vista as distorções e desequilíbrios que provoca sobre a economia em geral e sobre a vida dos cidadãos em particular. Também se acha convicto de que possuímos as condições para superar os grandes desafios que o País defronta, principalmente porque conta com a solidariedade e a cooperação da classe empresarial e de todos os segmentos da Nação, sem o que, naturalmente, todos os esforços seriam frustrados.



FLASHES COLHIDOS EM NOSSA MEMÓRIA

J. R. de Miranda Carvalho

Cel. Art. R/1, ex-Instrutor da ECEME.

Trinta e cinco anos depois... estamos a escrever, a pedido de um companheiro, "alguma coisa sobre nossa experiência na FEB". Não poderíamos nos furtar à solicitação, em atenção, inclusive, aos companheiros que conosco viveram essa experiência memorável e aos que hoje pesquisam os ensinamentos do passado, fonte perene de luz apta a guiar os acertos do futuro.

Perdoem-nos se focalizamos mais os erros vividos — que são órfãos — pois os sucessos já são muito divulgados: a eles nunca faltam progenitores... E, não há dúvida, os erros ensinam muito mais que os acertos.

Passemos, então, a relembrar alguns episódios de modo singelo e, a não ser excepcionalmente, sem nomear os personagens que, para nós, são todos homônimos: "Brasileiro na Campanha da Itália".

Recebida a missão, a partir de agosto de 1943, os responsáveis pela organização da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária se atiravam, com orgulho, amor e zelo à consecução da sua tarefa. Mas, apesar da exiguidade do objetivo previsto (não mais de 25.000 homens), começaram a defrontar obstáculos quase insuperáveis:

- Tinham de criar a Divisão praticamente do nada, apesar do Brasil já estar em guerra desde agosto de 1942: recebiam unidades incompletas, sediadas distantes umas das outras, desconhecedoras do material e da técnica com que deveriam operar;

- Quanto ao material, nunca dele se dispôs em quantidades suficientes durante o preparo para a guerra e, quanto ao pessoal, realmente se viveu um drama kafkiano, ininteligível. Salvo honrosas exceções, as unidades, designadas para ceder

pessoal, aproveitavam a oportunidade para fazer um expurgo interno e mandavam para a FEB seus elementos deficientes: os "maus elementos", os fisicamente incapazes, os falhos de instrução, em suma, os indesejáveis. Isto no início, durante e depois, a ponto de, no final da campanha, ainda chegarem homens que nunca haviam pegado em um fuzil para "tripular" um "faz-hole", cara a cara com o inimigo, ou para participar de um ataque a uma posição fortificada...

— Além disso, muita gente que engrossara e incentivara os comícios e passeatas pró-guerra, na hora em que se defrontou com a perspectiva de ir para a luta, tratou de recorrer a expedientes, tais como uma blenorragia providencial ou um milagroso "pistolão". Cabe aqui, no entanto, recordar as exceções reconfortantes daqueles que, cheios de influências poderosas, delas se valeram, ao contrário, para participar voluntariamente da FEB.

Os obstáculos foram transpostos. O Comando organizou tudo da melhor forma possível, mediante esforços infinitamente superiores ao que era lícito esperar, pois se tratava, tão só, de formar uma Divisão num país de 40 milhões de habitantes. Pouco conseguiu no tocante à recomendável convivência das unidades destinadas a formar os "Combat-Teams". Só após o embarque, isso pôde ser concretizado.

É inacreditável, mas eis, em pálidos tons, o que enfrentaram os que se dedicaram à honrosa tarefa de selecionar e preparar nossos homens para a guerra.

Não seria de espantar uma oficialidade (formada à sombra da doutrina francesa) ver com inquietação os companheiros que voltavam dos Estados Unidos, após se reciclarem à base da doutrina americana... A recepção não se caracterizava por uma calorosa acolhida...

Nessa conjuntura, ressalta um fato ocorrido: o Comandante da Unidade reuniu seus oficiais numa Sala de Instrução, chamou um 1º Tenente chegado nas vésperas, que por sinal desconhecia inteiramente, e diz apresentando-o: "Meus senhores, o Tenente acaba de chegar dos Estados Unidos onde se aperfeiçoou na técnica americana, que teremos de empregar. A partir deste momento ele fica encarregado de nos transmitir todos os conhecimentos que adquiriu. Tenente, a palavra agora é sua". E munido de lápis e papel, sentou-se atento na sua carteira para o início da instrução.

A grandeza da humildade com que sempre agiu este CHEFE deve ter tocado a Deus, que proporcionou à sua Unidade um desempenho invejável em todas as operações de que participou. Seus comandados até hoje demonstram sentir um orgulho invulgar pelo fato de haverem sido seus subordinados. Com um CHEFE desse quilate ninguém poderia pensar em posar o "luminar": todos tratavam de cumprir suas tarefas com amor e, a cooperação, para os lados, para acima e para baixo era um fato! A unidade sempre funcionou sem atritos.

Finalmente reunira-se no Rio a 1ª DI Expedicionária: embarque esperado para qualquer momento, mas continuava nas Unidades a dança do Reacompletamento. Homens saem, homens chegam. Não havia a possibilidade de exercícios de envigadura: não se dispunha de material suficiente nem área adequada ao desdobra-

mento dos efetivos para testar no terreno a combinação das Armas no ataque, na defesa, a articulação com o apoio aéreo-tático... isso tudo ficaria para depois, talvez no destino final, ignorado pela tropa.



O Quartelão de TORRE DI NERONE visto da região dos observatórios de SOPRASSASSO (foto de 1974). A linha pontilhada indica o contorno das posições do Batalhão.

A 28 de junho de 1944, foi montado um "Exercício de Despistamento" na direção de CAMPO GRANDE, dele participando toda a 1ª DIE, no decurso do qual o Grupamento à base do 6º RI demandou o cais do porto e embarcou no transporte americano "General W. A. MANN" com destino à ITÁLIA. Seguiram somente os homens e suas bagagens.

O material deveria ser recebido no Teatro de Operações. Para os que ficaram, inicialmente ignorantes do destino dos companheiros, muita expectativa e especulação a respeito dos riscos da viagem, por causa dos submarinos e sobre quando chegaria a nossa vez.

Partindo a 22 de setembro de 1944 o 2º Escalão da FEB (à base dos 1º e 11º RI) chegou a NÁPOLES a 6 de outubro. Daí transportado em embarcações de desembarque foi para a região LIVORNO-PISA onde começou a receber o tão esperado material. E o treinamento que faltava? Ficou para depois... depois da guerra! Não teve a oportunidade de, pelo menos, realizar um exercício de ataque como o grupamento do 6º RI fez em 10 de setembro, três dias antes de ser engajado nas operações ao longo da costa do Tirreno na direção de CASTELNUOVO DI GARGAGNANA, pelo vale do rio SERCHIO.

Nos primeiros dias de novembro a carência de tropas no V Exército Americano impôs ao 4º C Ex a necessidade de lançar mão de toda a FEB no vale do rio RENO (afluente do rio PO) por onde a Rodovia nº 64, vindo de PISTOIA, demandava BOLONHA.

Sob o império da LAMA e do FRIO forte que chegava, cabia agora aos nossos homens, precariamente preparados, ainda bisonhos, enfrentar o inimigo veterano de 5 anos de guerra.

A frente de atuação, onde inicialmente iríamos cumprir uma missão de defensiva-agressiva, estendia-se por 15 km de terreno montanhoso, com grandes desníveis a nosso desfavor (100 a 200 metros em geral, mas até 600 metros em certas regiões). Os alemães haviam se estabelecido firmemente em uma posição ao longo de uma cadeia de montanhas M. BELVEDERE — M. CASTELO — SOPRASSASSO — CASTELNUOVO, poderíamos dizer, transversal à Rodovia nº 64.

Na crista de toda essa cadeia, recebêramos de herança dos americanos um único ponto: a TORRE DI NERONE. O Batalhão, cujo Quartelão defensivo englobava esse ponto, ocupava uma posição "sui-generis": o inimigo estava à sua frente, à direita, à esquerda, à retaguarda e, também, por cima, em vista dos desníveis existentes entre as nossas posições e as do inimigo, do feitio de cunha das nossas linhas e da presença dos observatórios alemães no SOPRASSASSO, espigão-penhasco que as montanhas lançavam adentrando nosso dispositivo.

O Batalhão, encarapitado nessa região, como que cercado, só encontrara local para o seu Posto de Comando em um velho casarão de pedra situado, talvez, a menos de 200 metros do "fox-hole" mais avançado da TORRE DI NERONE. O local tinha como vantagem dificultar o bombardeio de artilharia sobre ele, mas os morteiros o castigavam com seus tiros precisos dia e noite.

Pois bem, essa posição amplamente devassada, cujas linhas avançadas, em determinados pontos, eram tão coladas que se ouvia a conversa do inimigo, sofrendo as agruras da neve, sob temperaturas de 20 graus abaixo de zero e permanentemente ameaçada pela infiltração de patrulhas, essa posição foi sustentada por um dos nossos Batalhões por cerca de *100 dias, sem substituição*. Nossa Divisão "estica-da" como estava, sem reservas, via-se impossibilitada de atender ao reclamo natural de proporcionar descanso a esses homens.

Assim aqueles "maus elementos", aqueles indesejáveis de outras unidades do Brasil, aqueles carentes de estado físico, souberam nessas circunstâncias se agigantar e dar uma demonstração inquestionável da grande capacidade da sofrida gente brasileira.

Nunca foi cedido ao inimigo um centímetro de terreno no Quartelão da TORRE DI NERONE.

A FEB, a par de defender uma frente de 15 km, recebia simultaneamente missões ofensivas importantes como ataques a posições fortificadas, amplamente dominantes e flanqueadas por potentes fogos vizinhos: era o caso dos ataques ao Monte Castelo, garupão antipático que vigiava a Rodovia nº 64 no vale do Limentra.

Os "pica-fumo" e os pracinhas, ou talvez, a maioria esmagadora da FEB ignoraram sempre que esses ataques, meio suicidas, visavam, principalmente, a aliviar a pressão alemã sobre as unidades do vizinho II C Ex, que operava no eixo FLORENÇA-BOLONHA.

Admitimos como inevitáveis muitas das faltas que podem ser apontadas nas montagens desses ataques, no entanto, seria impositivo atacar sempre com uma "colcha de retalhos" de batalhões ladeira acima? Ainda mais, era imperioso nunca haver tempo para os reconhecimentos e adequada reunião e montagem do dispositivo de ataque? Será que Escalão Superior era insensível a essas necessidades tão comensais? O fato do MONTE CASTELO ser atacado sempre por unidades heterogêneas não insinua o receio injustificado de que um dos Regimentos pudesse, de repente, ficar sozinho com as glórias de um possível sucesso?

Acompanhado por um de seus tenentes, o Comandante de uma unidade de apoio, em reconhecimento para um dos ataques ao MONTE CASTELO visita o Posto de Comando de um dos Batalhões no seu Quartirão. Seu Comandante, a certa altura, discretamente, puxa os visitantes para um canto e lhes confidencia, com lágrimas nos olhos: "Soube, verbalmente, que meu Batalhão participará, na próxima madrugada, do ataque em região fora do seu Quartirão. Nada me foi dito dos detalhes, até agora nenhuma ordem escrita chegou, não sei onde será a linha de partida, nada. Já estamos próximos do meio-dia e vocês sabem que às 16 horas começa a escurer, não terei tempo de reconhecer nada..."

No dia seguinte esse Batalhão sangrou inutilmente nos acessos ao MONTE CASTELO...

Essa tônica era comum, tanto que os ataques iniciais apresentavam um número assustador de "baixas" até que começavam a aparecer as frações de tropa que haviam se perdido, algumas sem mesmo ter localizado sua linha de partida...

O episódio lamentável no qual um dos nossos Batalhões "despencou" de sua posição defensiva e veio ladeira abaixo foi maldosa, cáustica e injustamente gozado como "Laurindo desceu o morro" e chegou ao âmbito da Justiça Militar, contudo merece uma consideração especial:

- a Tropa fora organizada da maneira que vimos, seu treinamento paupérrimo como o de todas as outras unidades; lá deveriam estar homens que nunca haviam dado um tiro, verdes mesmo;
- um dia antes entrara em posição, pela primeira vez, vinda diretamente do Brasil, para substituir um Batalhão que saía de linha após um ataque fracassado ao MONTE CASTELO;
- o terreno montanhoso permitia ao inimigo, seu conhecedor profundo, infiltrar patrulhas, durante a noite gelada e logo vir a assustar nossos homens já sob o efeito de fogos intensos de artilharia e morteiros, e dar-lhes a sensação de que estavam cercados, principalmente quando os fios dos telefones foram cortados e, na certa, os rádios, inabilmente usados, não respondiam como seria de desejar;

- seria justo estranhar que os quadros, também inexperientes, não saibam ou não poderem “segurar” os seus homens?
- o próprio medo e o conseqüente pânico devem ser analisados: o medo é normal e o remédio é saber dominá-lo, graças ao treinamento, à confiança na capacidade própria, dos companheiros e dos chefes. Será que alguém nessa tropa tinha razões sólidas para confiar em alguém?
- os seus quadros também estavam recebendo seu “batismo de fogo”. Não havia sido possível, até então, aparecer a ARISTOCRACIA DA BRAVURA que Caxias dizia que se formava *após* as primeiras batalhas. Dificilmente antes.

— Se analisarmos a fundo este mesmo episódio desagradável, veremos que, meio à confusão, os bravos despontaram, muita gente manteve posição e agiu sem sintomas de pânico e tentou resolver os graves problemas emergentes.

— Finalmente vale aqui lembrar que entre os homens assustados desse mesmo Batalhão, deveriam estar certamente três soldados: ARLINDO LÚCIO DA SILVA, GERALDO BAETA DA CRUZ e GERALDO RODRIGUES DE SOUZA que depois, já veteranos, lutaram em MONTESE e praticaram atos que fizeram com que os alemães que os presenciaram lhes dessem uma sepultura rasa encimada por uma inscrição: “DREI BRASILIANISCHE HELDEN” (Três heróis brasileiros).

Se alinharmos nossos erros e os nossos acertos, principalmente após o momento em que os nossos homens tiveram condições de se tornarem realmente soldados verdadeiros, veremos que o brasileiro não atravessou o ATLÂNTICO em vão. Na Itália ele reafirmou como um combatente capaz de ombrear com os melhores.



MOBRAL — UMA ESTRUTURA PARA MUITAS MISSÕES

Arlindo Lopes Corrêa

Engenheiro Civil especializado em Engenharia Econômica pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. Em 1974 assumiu a presidência do MOBRAL, cargo que exerce atualmente.

Criado por lei de 1967 que lhe atribuiu a "alfabetização e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos", o MOBRAL entrou em operação a 8 de setembro de 1970. Foi atribuída prioridade à alfabetização, pois o Censo Demográfico de 1970, também de setembro, assinalava a existência de 18,1 milhões de iletrados, representando 33,6% da população de 15 e mais anos de idade, e o Brasil resolveu enfrentar esse problema, alvo de muitos e retumbantes fracassos nacionais e internacionais. O Censo de 1980 dará o testemunho histórico dos resultados dessa cruzada, revelando um índice entre 10 a 15% de analfabetismo, apesar do ingresso estimativo anual de 500 mil novos analfabetos na idade de 15 anos, como decorrência dos deficits de escolarização do sistema de ensino formal.

Mas agora esse aspecto mais conhecido e de fundamental importância da atuação do MOBRAL — a alfabetização — é preciso enfatizar que a instituição desde logo deu cumprimento integral aos demais objetivos fixados pela sua lei de criação, trabalhando profundamente na educação continuada ou educação permanente, da qual a alfabetização foi tomada apenas como um primeiro momento. E esse espírito de que nunca é tarde para aprender foi bem aceito e está definitivamente vitorioso no Brasil.

Em 1971 foi lançado experimentalmente o Programa de Educação Integrada, equivalente às quatro primeiras séries do ensino fundamental. No ano seguinte, aprovada pela experiência, a Educação Integrada firmou-se definitivamente, vindo a ser alterada em seu conteúdo e material didático em 1977.

Ainda em 1972, o Programa de Desenvolvimento Comunitário deu seus primeiros passos, sob a forma de cursos que sofreram alterações em 1973. Desativado, deu lugar ao Programa Diversificado de Ação Comunitária (PRODAC) em 1975. Desde 1976 o PRODAC é associado à ACISO do Exército, a partir de experiências realizadas nas 11ª e 12ª Brigada (II Exército).

Em 1973 teve início o Programa Cultural do MOBRAL, primeiramente dando ênfase à literatura, para atender aos recém-alfabetizados, mas gradualmente se expandindo para as demais manifestações artístico-culturais.

Em 1974 foi a vez do Programa de Profissionalização, começando pelas atividades de treinamento para o trabalho, a seguir ampliadas pela colocação no emprego e pela informação e orientação profissional.

Em 1975, afora o PRODAC, já mencionado, iniciou-se experimentalmente o Programa de Autodidatismo, com o mesmo nível da Educação Integrada, dando preferência ao atendimento dos próprios alfabetizadores do MOBRAL, muitos dos quais necessitados de maior conteúdo cultural.

Em 1976 lançou-se o Programa de Educação Comunitária para a Saúde (PES), inicialmente para o Nordeste, a seguir também para o Norte e agora já em todo o território nacional.

Em 1977 começou a Campanha "Esporte para Todos", com eventos nacionais e atividades permanentes ao nível local. Ainda em 1977, para valorizar e divulgar a cultura técnica do povo, o MOBRAL iniciou o Programa Tecnologia da Escassez.

Em 1978, o Programa de Educação Comunitária para o Trabalho (PETRA) principiou sua atividade de usar trabalhadores para treinar outras pessoas.

Em 1979, ágil e flexível para atender às exigências conjunturais, o MOBRAL deu os primeiros passos de seu Programa de Educação do Consumidor, com ênfase em energia.

Todos esses programas — exceção feita ao PRODAC — estão implantados e disponíveis em todo o território nacional, dependendo apenas da sua aceitação pelas Comissões Municipais (COMUN) do MOBRAL.

Eles consubstanciam a filosofia pedagógica do MOBRAL: a educação permanente — educação para todos, durante toda a vida —, permitindo o contínuo crescimento do indivíduo. E marcam o dinamismo do órgão que, além de cumprir seu objetivo ambicioso de erradicar o analfabetismo, ainda tem lançado em média um programa por ano.

Nessa trajetória o MOBRAL caracterizou-se por algumas facetas sempre presentes em sua atuação:

- a) Compromisso com a pobreza — a instituição sempre esteve com suas atenções exclusivamente voltadas para a população carente, jamais se deixando seduzir pelos dividendos promocionais da atuação mais intensa nas megalópoles, onde se "fabrica a opinião pública" ou por progra-

mas elitistas, para pequenos grupos que acabam por se tornar, de certa forma, privilegiados;

- b) Compromisso com a inovação — ao longo de sua curta vida o MOBREAL já realizou um sem número de inovações pedagógicas, administrativas e organizacionais, copiadas em inúmeros países aos quais deu assistência técnica;
- c) Compromisso com a comunidade — descentralizando desde logo a operação e a administração de seus programas, o MOBREAL apoiou-se nas comunidades em todos os sentidos, tornando possível uma atuação gigantesca, com recursos relativos exíguos (Cr\$ 1,7 bilhões em 1979, para atender a um mínimo de 8,5 milhões de pessoas diretamente, por ano), graças à união de esforços de empresários, militares, estudantes, professores, autoridades municipais, religiosos e do povo em geral;
- d) Compromisso com a economicidade — tendo conseguido credibilidade junto à população, o MOBREAL opera a custos baixíssimos, principalmente graças ao uso intenso do trabalho voluntário e semi-voluntário (o treinamento profissional do PETRA, com o mínimo de 45 horas de duração, custou Cr\$ 80/pessoa em 1979; nesse mesmo ano o PES, com quatro meses de duração, custou Cr\$ 110/participante; ainda em 1979, a alfabetização apresentou o custo direto de Cr\$ 200/aluno atendido);
- e) Compromisso com a política do Governo — todo esse trabalho do MOBREAL foi sempre gerido, sem desvios, pelos princípios e diretrizes governamentais, tendo em mente os objetivos permanentes e atuais da Nação. O MOBREAL, em termos partidários, sempre se manteve isento e alheio às disputas eleitorais.

Em 1979 o MOBREAL contou com mais de 260 mil colaboradores, assim distribuídos:

- 900 — Administração Central
- 1.300 — Coordenações Estaduais e Territoriais (Capitais)
- 1.000 — Supervisores Móveis (Municípios — Polo do Interior)
- 35.000 — Membros das COMUN, Grupos de Apoio, Voluntários Esportivos, Supervisores Municipais, etc.
- 150.000 — Alfabetizadores
- 20.000 — Professores de Educação Integrada
- 26.000 — Monitores do Programa de Educação Comunitária para a Saúde
- 30.000 — Monitores do Programa de Educação Comunitária para o Trabalho

Além desses, cumpre assinalar ainda os participantes de 1.467 Grupos Comunitários que, a exemplo dos 35 mil membros das COMUN, trabalham gratuitamente para o MOBREAL.

Esses recursos humanos são responsáveis por programas que beneficiam a cada ano, diretamente, milhões de pessoas. Os dados de 1979 servem como exemplo:

- Programa de Alfabetização Funcional — 3.053.000 conveniados;
- Programa de Educação Integrada — 600.000 alunos (dos quais 181.000 novos);
- Programa de Autodidatismo — 145.000 inscritos;
- Programa de Educação Comunitária para a Saúde — 589.000 participantes;
- Programa de Educação Comunitária para o Trabalho — 398.000 treinados;
- Eventos Nacionais e Locais de Esporte para Todos (estimativa) — 2.000.000 participantes;
- Pessoas empregadas pelos 570 Balcões de Emprego — 23.000;
- Eventos do Programa Cultural das 27 MOBREALTECAS e 4 Tendas da Cultura (Unidades Móveis) — 2.000.000 assistentes;
- Artesãos cadastrados nos Postos Culturais — 13.000;
- Grupos Teatrais vinculados aos Postos Culturais — 306;
- Jornais editados pelos Postos Culturais — 195;
- Grupos Folclóricos vinculados aos Postos Culturais — 325;
- Beneficiados pelas Atividades dos Grupos de Ação Comunitária — 700.000 pessoas.

O gráfico dá uma idéia do atingimento quantitativo do MOBREAL e mostra o ano de lançamento dos seus diversos programas.

O MOBREAL não tem capacidade ociosa, mas dispõe de excepcionais condições de adaptação a novas tarefas, a custos baixíssimos, com base na capilaridade de sua rede, presente na totalidade dos municípios brasileiros, bem como na experiência de sua infra-estrutura humana, adquirida nos trabalhos que realiza na área da ação comunitária.

De acordo com as Diretrizes do Presidente João Figueiredo, transmitidas na 1ª Reunião Ministerial, a 19 de março de 1979, o MOBREAL deverá aprofundar seu trabalho comunitário, que é básico para aumentar a eficiência e eficácia de inúmeros programas sociais (habitação, alimentação, saúde, saneamento, lazer) e econômicos (aumento do nível de emprego, da produção agrícola, etc.). Esse objetivo deve ser atingido pelo trabalho do MOBREAL com a comunidade, visando facilitar o trabalho setorial de outras entidades. Dentro dessa ótica, as seguintes tarefas adicionais poderiam ser atribuídas ao MOBREAL, em auxílio a outras instituições:

RESULTADOS DOS PROGRAMAS DO MOBRAL — PERÍODO 1970 A 1979

PEC	***									
PETRA	182.438 398.040									
Tec. Esc.	*** *** ***									
C. Esp.	5.313.019 2.569.419 697.012									
PES	198.800 343.000 661.182 688.901									
Autod.	* 3.000 60.000 70.000 56.900									
PRODAC	84 99 144 246 360									
PPF	30.665 40.916 50.978 61.416 54.344 15.423									
	— 7.645 19.940 22.190 26.273 22.369									
PC	1 1.075 2.075 2.199 2.300 3.060 3.060									
PDC	153.175 82.300 27.137 ** ** ** ** ** ** ** ** *									
PEI	33.462 511.509 649.805 380.802 513.479 440.521 627.614 500.868 181.241									
PAF	507.567 2.590.061 4.234.871 4.931.100 4.738.131 4.373.859 3.923.365 3.893.388 3.932.726 3.063.117									
	172.089 1.081.320 2.042.683 1.784.397 1.923.922 1.656.502 1.416.687 1.203.268 1.262.405 960.000									
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979

Programas do MOBRAL

PAF	— Programa de Alfabetização Funcional
PEI	— Programa de Educação Integrada
PDC	— Programa de Desenvolvimento Comunitário
PC	— Programa Cultural
PPF	— Programa de Profissionalização
PRODAC	— Programa Diversificado de Ação Comunitária
PES	— Programa de Educação Comunitária para Saúde
Autod.	— Programa de Autodidatismo
PETRA	— Programa de Ed. Comunitária para o Trabalho
C. Esp.	— Campanha "Esporte para Todos"
Tec. Esc.	— Projeto Tecnologia da Escassez
PEC	— Programa de Educação do Consumidor

Resultados

PAF	— NP de alunos conveniados/alunos alfabetizados
PEI	— NP de novos alunos atendidos
PDC	— NP de alunos conveniados
PC	— NP de Postos Culturais em funcionamento
PPF	— NP de pessoas treinadas/candidatos colocados em empregos
PRODAC	— NP de municípios atingidos
PES	— NP de participantes do programa
Autod.	— NP de participantes do programa (potencial de atendi.)
PETRA	— NP de pessoas treinadas
C. Esp.	— NP de participantes dos eventos nacionais
*	— Experimental
**	— Desativado
***	— Resultados qualitativos

Habitação

- Treinamento de pessoas que se dedicariam à construção de suas próprias casas, em regime de mutirão;
- organização desses mutirões para a auto-construção;
- organização de cooperativas de favelados a remover, formação de bancos de materiais (das habitações originais) etc.;
- organização de mutirões para a construção e manutenção do equipamento comunitário dos novos conjuntos;
- organização de Postos Culturais, Postos de Emprego, Creches, Classes de alfabetização, educação integrada, educação sanitária, treinamento profissional, áreas de lazer esportivo, etc. nos novos conjuntos e nas áreas a remover (nestas o que couber, pelo caráter transitório);
- difusão das técnicas populares, de baixo custo, para facilitar a auto-construção das casas e a construção do equipamento comunitário.

Alimentação

- a) Associação aos programas existentes, dando-lhes uma tonalidade comunitária, não paternalista, através de promoção de cursos para a produção de alimentos (onde couber — embora mesmo na zona urbana seja possível estimular a horta familiar ou comunitária), cursos de técnicas de preparação de alimentos, cursos de educação alimentar (ou mais amplos, de educação sanitária). Esses cursos seriam complementados pela mobilização para a realização de atividades práticas;
- b) colaboração para ampliar o atingimento da extensão agrícola, influenciando sobre a produção de alimentos, especialmente os de consumo popular, deslocados pelas culturas para exportação;
- c) a difusão de receitas e hábitos alimentares com aproveitamento de matérias-primas atualmente desprezadas;
- d) preservação de alimentos abundantes em certas épocas (através de salga, defumação, fabricação de doces, compotas e conservas) evitando sua perda por falta de conservação;
- e) constituição de cooperativas ou associações mais simples, para consumo e produção de alimentos;
- f) levantamento de hábitos alimentares regionais, permitindo adaptação dos programas existentes à cultura do povo.

Saúde e Saneamento

- a) Auxílio na mobilização para vacinação, eliminação de vetores, destinação adequada para o lixo, tratamento de água, construção de fossas, campanhas de filtro, remodelação de casas (combate à Doença de Chagas), etc.;
- b) mobilização para a constituição de farmácias comunitárias;
- c) treinamento de pessoal para desempenho de atividades primárias de atendimento em saúde nas áreas rurais;
- d) conscientização/informação da população nas áreas de endemias e, eventualmente, na época de epidemias;
- e) organização de mutirões, para construção de mini-postos de saúde.

Trabalho

- a) Com a possível reformulação da regulamentação da lei de incentivos para a profissionalização (que os restringiu apenas ao treinamento de empregados das empresas), estendendo-os para candidatos a emprego e

- estagiários, o MOBRAL poderia conseguir que produtores de equipamentos treinassem mão-de-obra para a operação e manutenção;
- b) mobilização de idosos aposentados para treinar adolescentes e jovens, à base de remuneração quase simbólica, por parte das instituições específicas que atendem a essas faixas etárias, resolvendo dois problemas (do idoso e do menor);
 - c) treinamento das mulheres que, nos grandes centros, tomam conta dos filhos das que trabalham. Haveria certa institucionalização dessas "mães substitutas", com vantagem para as crianças e suas mães. Dentro desse esquema informal são atendidas mais crianças que nas creches governamentais existentes;
 - d) promoção da produção de artesanato, sua organização e comercialização, criando empregos em grande número e meios de subsistência para parte da população carente.

Finalmente, o MOBRAL ainda tem condições de distribuir documentação, a exemplo do que já realizou em 1978/79, em trabalho com o Exército e a SUCAM.

Além dessas atividades o MOBRAL pode colaborar em campanhas de conscientização e disseminação de conhecimentos em geral e recolher informações simples em todo o País. Isso sem falar na já usual comemoração de datas cívicas, realização de festividades culturais, etc., atividades que podem ser intensificadas.

Para possibilitar a realização das tarefas adicionais descritas acima, o MOBRAL poderia valer-se dos milhares de jovens que deixam de prestar serviço militar e que, voluntariamente, sem qualquer ônus, estariam desejosos de participar de trabalhos comunitários, conforme já se colheu em pesquisa realizada junto à VI Região Militar.

Esse valioso contingente poderia ser treinado pelo MOBRAL, através da estrutura de que o Órgão dispõe, presente em todo o território brasileiro, e já preparada para realizar trabalhos de treinamento.

Aspecto pouco conhecido, e, no entanto, muito expressivo é a atuação do MOBRAL ao nível internacional. A instituição presta assistência técnica a países e organismos diversos, podendo ampliar sua atuação nesse sentido, com reflexos positivos para a imagem do Brasil e até para a balança comercial (venda de material didático, programas de rádio e TV).

O MOBRAL ainda tem um vasto potencial na sua vocação para servir ao Brasil e seu povo.



OPERACIONALIDADE DAS COMUNICAÇÕES DE CAMPANHA

Enio Gomes Fontenelle

Tenente-Coronel QEMA de Engenharia. Possui os cursos de AMAN, EsAO, Escola de Comunicações, ECEME e de Comunicações Avançadas em Fort Monmouth, Nova Jersey, EUA.

Considerações Iniciais

Baseadas tradicionalmente em materiais importados, e nunca em quantidades compatíveis com as reais necessidades de emprego, principalmente por motivos de ordem econômica, as comunicações do nosso Exército têm estado desde sempre defasadas de sua situação ideal, gerando através dos tempos toda uma série de conceitos e preconceitos com relação ao seu emprego e funcionalidade. Tal situação se aplicava, e de forma talvez mais ampla, às comunicações civis, secularmente tidas como insatisfatórias e, por vezes, inoperantes.

A revolução de 1964, ao penetrar fundo nas reais necessidades da nação brasileira, atribuiu alta prioridade às telecomunicações, respondendo com realizações até então julgadas impossíveis à demanda reprimida e gerando um fator de progresso hoje considerado incontestável. O nosso parque industrial do setor, praticamente inexistente até então, rapidamente evoluiu para atender às novas necessidades, e o binômio serviços-indústria ainda hoje não parou de crescer, deixando mostra cabal de que a potencialidade sempre existira. Se tal foi verdadeiro para as telecomunicações civis, não o foi para as militares — a nação inteira reclamava da Revolução medidas no sentido do desenvolvimento nacional e as prioridades atribuídas o foram com muito acerto e justeza. Treze anos são passados, e a fenda que nos separava do campo civil transformou-se, no tempo, em grande abismo; se por um lado, como brasileiros, vemos com satisfação e orgulho a bola de neve de realizações em que se transformou o Ministério das Comunicações e suas empresas, por outro, como militares, assistimos contristados o lento desenrolar das comunicações do Exército, que sabe-

mos ser ponto vital da operacionalidade da nossa instituição. É verdade que muito já foi conseguido nestes últimos anos, graças a esforço e abnegação imensos, reduzindo a dependência externa em equipamentos e componentes; o ritmo de tais realizações, no entanto, é ainda muito pequeno, bastante aquém das reais necessidades, uma vez que a carência de recursos para a finalidade tem representado obstáculo constante à execução do que se pretende. Hoje, novas tendências indicam e aconselham uma nova tomada de posição com relação às comunicações militares, e o parque industrial brasileiro, dinamizado pelos empreendimentos civis, parece hoje apto a corresponder à evolução que breve, tudo indica, se operará nas comunicações do Exército.

As Tendências Atuais

A concepção de organização das comunicações em sistema não é nova, mas recentemente vem recebendo prioridades absolutas nos principais Exércitos do mundo que, além de já estarem, nos dias atuais, perfeitamente equipados com bases sistêmicas, já prevêem, para curto prazo, a introdução de características altamente sofisticadas, quais sejam integração, digitalização, automação, sigilo eletrônico e estrutura modular. São exemplos de tal tendência os sistemas TRITAC (EUA), AKN-100 (Alemanha), RITA (França) e PTARMIGAN (Inglaterra).

As causas desta sofisticação desejada são várias, mas algumas se sobrepõem sobre as demais e merecem particular exame:

— O sistema de informações

Uma informação só tem validade na medida em que a sua posse, pelo Chefe, lhe permite utilizá-la em seu benefício. De nada adianta ao comandante saber que o inimigo atacará se o som dos primeiros combates já se fizer ouvir. Nos dias de hoje, com o advento das armas estratégicas e táticas de longa distância, quando a artilharia se desloca com grande facilidade e expõe com rapidez quantidades enormes de explosivos, quando a velocidade das aeronaves aumenta na razão direta da sua probabilidade de atingir o alvo, quando o avanço noturno é feito através de visores que tudo clareiam, a informação de combate precisa ser veloz, ou mais que isto, instantânea, para ser eficaz. E como o Chefe decide em função, entre outros fatores, do inimigo, é imperativo que o fluxo das informações seja contínuo e constante, de forma a permitir uma decisão correta e, acima de tudo, oportuna. A garantia do fluxo e da rapidez das informações é um sistema de comunicações capaz de realizá-los.

— O sistema de armas de defesa

De nada adianta um sistema de armas de defesa incapaz de ser acionado em velocidade pelo menos igual à em que é atacado. Uma artilharia anti-aérea, por exemplo, só é válida se puder responder ao ataque das aeronaves inimigas a tempo útil de evitar, ou pelo menos minimizar, os danos sobre os objetivos visados. Assim,

o sistema de armas de defesa deve ser dotado de computadores capazes de resolver os problemas decisórios de neutralização dos ataques inimigos desde a análise das informações injetadas até o desfecho do contra-ataque. Para tanto, óbvia se torna a conclusão de que o sistema de armas de defesa não pode prescindir de um sistema de comunicações que, por um lado, conduza a informação do ataque aos centros de análise e decisão e, por outro lado, acione as armas de neutralização.

— O sistema de apoio administrativo

Já em tempo de paz, a diversificação dos itens de suprimento, a especialização cada vez maior dos combatentes, a complexidade, enfim, das atividades de apoio administrativo, têm levado o Exército Brasileiro, primeiro, a buscar a simplificação dos procedimentos burocráticos envolvidos e, por último, a implantar o controle e a coordenação em computadores eletrônicos, havendo criado a Diretoria de Processamento de Dados com tal finalidade. Em combate, com condições as mais adversas, cresce em proporção geométrica a importância das citadas simplificação e automação, exequíveis só na medida em que se disponha de um sistema de comunicações capaz de responder às suas necessidades.

A situação de desenvolvimento emergente do Brasil, em particular no campo das telecomunicações, aliada à política de tecnologia adotada pelo Governo, permite concluir ser viável, e mesmo provável, que cedo o parque industrial brasileiro terá condições de suprir a maior parte, senão a totalidade, das necessidades do Exército em material de comunicações.

AS COMUNICAÇÕES NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Classificação Geral

As comunicações de campanha encerram dois níveis absolutamente distintos, com características bastante definidas e peculiares, que serão aqui denominados nível inferior e nível superior.

- 1) Nível inferior (até o escalão Unidade) — caracterizado por sistemas simples, baseados em rádio, fio e mensageiros, operados por pessoal orgânico das OM usuárias, e com exigências de sigilo pequenas.
- 2) Nível superior (a partir do escalão Brigada) — sistemas complexos, baseados em equipamentos multicanais, cabos e rádio de longo alcance, operados por pessoal especializado das Unidades de Comunicações, e com exigências de estilo rigorosas.

Situação Atual

As comunicações de campanha de nível inferior, embora ainda não satisfatórias, já se encontram perfeitamente equacionadas no âmbito do Exército, pouco ou nada restando a fazer que não aguardar o tempo de reação da Diretoria de Co-

municações para serem equipadas todas as Unidades, considerados como variáveis da equação-tempo os recursos disponíveis em cada exercício para compra e desenvolvimento, e a possibilidade física de entrega das indústrias contratadas. Assim é que vêm sendo supridas as OM do Exército de conjuntos-rádio dos grupos 1, 2 e 3, centrais telefônicas de pequena capacidade, fio duplo telefônico, telefones de campanha, todos de origem nacional e com índices de nacionalização de componentes cada vez maiores.

Tal não ocorre, entretanto, com relação às comunicações de campanha de nível superior, onde praticamente nada existe, não dispondo ainda as OM de Comunicações de meios capazes de atribuir operacionalidade aos Grandes Comandos e GU que apoiam. Esta situação, se por um lado constitui motivo de grande preocupação dos escalões maiores do nosso Exército, por outro se revela até certo ponto cômoda, na medida em que permite a "queima de etapas" na escolha de um sistema capaz de preencher a lacuna existente, sem preocupações maiores de aproveitamento ou adaptação de materiais e infra-estrutura já existentes.

Para uma melhor análise das necessidades das comunicações militares e um melhor equacionamento das suas soluções, notadamente aquelas que dizem respeito as por nós denominadas nível superior, é conveniente estudar inicialmente um sistema ótimo para planejamento, para no final, inserida a realidade nacional e as possibilidades reais do Exército, concluir por uma forma exequível de abordagem do assunto. Assim, será tratado, como ponto de partida, o Sistema Ideal, para depois, e somente então, ser explicitado o Sistema Exequível.

SISTEMA IDEAL DE COMUNICAÇÕES DE CAMPANHA

Características Básicas

De modo ideal, deve-se ter uma Força Terrestre eficientemente equipada e, acima de tudo, adestrada.

A expressão "eficientemente equipada" encerra toda uma gama de características básicas de que se devem revestir os sistemas, no caso das comunicações:

- mobilidade
- flexibilidade
- invulnerabilidade
- rapidez de ligação
- simplicidade
- rusticidade

Análise das Características Básicas

— Mobilidade

Cada componente do sistema deve ser montado em viatura, com a finalidade de possibilitar um rápido deslocamento de uma posição para outra. Esta exigên-

cia envolve uma série de servidões que devem ser obedecidas (temperatura interna da cabine controlada, espaço para operação e para transporte dos itens externos, etc.), mas que não constituem grandes problemas para o parque industrial brasileiro, já familiarizado com a tecnologia necessária.

O sistema deve permitir a continuidade da comunicação independentemente da movimentação das tropas em campanha.

— Flexibilidade

- a) Qualquer tipo de operação deve obter resposta favorável de comunicações.
- b) O sistema deve permitir rápida evolução de uma situação tática a outra.
- c) Cada canal deve ter possibilidade de transmissão de qualquer tipo de tráfego (voz, teletipo, fac-símile, dados).

— Confiabilidade

- a) Independência das condições atmosféricas.
- b) Operação em qualquer ambiente (especificações militares mecânicas, elétricas e ambientais).
- c) Fontes de energia alternativas.

— Invulnerabilidade

- a) Contra destruição de instalações.
- b) Contra interceptação do inimigo (sigilo).
- c) Contra interferência proposital do inimigo (medidas eletrônicas antibloqueio).

— Rapidez de ligação

- a) Comutação automática.
- b) Possibilidade de intercalação (em situações especiais, um assinante prioritário deve ter condições de desfazer automaticamente a ligação de um assinante secundário).

— Simplicidade

- a) De instalação.
- b) De operação.
- c) De manutenção (depanagem dos equipamentos executada por substituição do módulo defeituoso).

— Rusticidade

ADAPTAÇÃO À REALIDADE BRASILEIRA

Estabelecimento de Prioridades

O sistema ideal encerra uma gama de características cujo atendimento exige um esforço muito grande, não só em termos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, como também, o que é talvez mais relevante na atual conjuntura, de alocação de recursos maciços para sua materialização. Isto posto, necessária se torna uma análise realística do problema, de forma a conciliar as exigências da guerra moderna com a real capacidade da nação em termos de investimentos no setor, parecendo-nos imperioso estabelecer prioridades entre as características básicas desejáveis de forma a escalonar no tempo a sua satisfação. Melhor explicando: partindo-se das premissas de que se deseja um sistema ótimo e de que não há recursos para materializá-lo dentro da conjuntura, melhor será que se selecionem características que devam e possam ser satisfeitas desde logo, secundarizando-se as demais, sem prejuízo da possibilidade de acrescentá-las ao sistema quando tal se fizer necessário ou aconselhável.

A atividade fim do Exército em tempo de paz é a formação de reservas que possam, quando necessário, ser mobilizadas para o emprego na guerra. Sendo assim, conclui-se desde logo que, em tempos de paz, o sistema de comunicações de campanha deve atender às exigências do adestramento, fixando-se nas características que o atenda, e secundarizando aquelas que sejam irrelevantes para a preparação do combatente. No caso de guerra, o poder nacional é mobilizado para atender às necessidades da situação e os recursos, até então escassos para a Força Terrestre, são inexoravelmente multiplicados, habilitando o Exército a materializar o sistema ótimo em benefício da sua operacionalidade. É necessário, portanto, que desde o tempo de paz se esteja preparado para:

- 1) materializar o sistema ótimo de comunicações através da produção local, o que vale dizer, dispor da tecnologia e dos meios materiais para a produção.
- 2) equipar o Exército em bases sistêmicas, implementadas no sistema as características prioritárias.
- 3) adestrar a tropa para o uso de comunicações sistêmicas, habilitando-a a operar também o sistema ótimo, quando e onde tal se fizer necessário.

Características Básicas Adiáveis

Da análise do item anterior, depreende-se que a operação do sistema de adestramento deve ser, tanto quanto possível, idêntica a do sistema ótimo, o que vale dizer que as características secundarizadas devem ser aquelas que não interferem diretamente com a operação do sistema ou, o que é o mesmo, com o adestramento da tropa. Assim, podem ser abandonadas no projeto do sistema inicial as seguintes características:

- especificações elétricas militares — uma vez que na paz os equipamentos serão utilizados em treinamento e manobras, com baixa frequência de emprego portanto, é possível a utilização de componentes cuja vida útil seja menor que a exigida pelas normas em vigor.
- especificações ambientais militares — para adestramento, o TO será o território nacional, cujos limites mínimo e máximo de temperatura são bem mais restritos que aqueles exigidos pelas especificações militares.
- invulnerabilidade contra interceptação do inimigo (sigilo eletrônico) — em manobras o inimigo é figurado, como o são as informações de campanha; como a introdução do sigilo automático em um sistema de comunicações em nada modifica os procedimentos dos operadores e usuários, esta característica é dispensável para o tempo de paz.
- invulnerabilidade contra interferência proposital do inimigo — a solução para tal problema é tecnológica e constitui fisicamente os equipamentos, podendo também ser dispensada quando o objetivo é apenas o de treinamento.
- comutação automática — embora constitua característica das mais desejáveis pelo que de rapidez e simplificação de procedimento encerra, é necessária uma análise acurada da relação custo-benefício, uma vez que representa, a rigor, o abandono do material até agora desenvolvido pelo nosso Exército para a finalidade.
- possibilidade de intercalação — com centrais telefônicas manuais, a intercalação de um assinante prioritário é sempre possível, pela interferência direta do operador da central, razão pela qual o fator poderá ser abandonado caso não se opte pela automação.

SISTEMA INICIAL

Características

Tendo em vista o que já foi dito, o Sistema Inicial, cujo objetivo maior é permitir o adestramento adequado da tropa, o que pressupõe a criação de nova mentalidade de comunicações para operadores e usuários, deve ser revestido das seguintes características:

- Ser parte física integrante do projeto do Sistema ótimo, permitindo, assim, continuidade de utilização até a implantação total do sistema.
- Ter mobilidade não só pela montagem em viatura de cada um de seus componentes como pela manutenção da comunicação independente da movimentação das tropas em campanha.

- Ser flexível para adaptação a qualquer tipo de operação e evolução do combate, e para transmissão de qualquer tipo de sinal (voz, teletipo, fac-símile, dados) em qualquer dos seus canais.
- Ser confiável, consideradas as condições de emprego em treinamento dentro do território nacional.
- Ser invulnerável à destruição simulada ou colapso de um de seus centros de comunicações.
- Permitir rápida ligação, seja pela automação, seja pela intromissão mínima de operadores nos procedimentos, guardada sempre a possibilidade de evolução para o automatismo integral.
- Ser de simples instalação, operação e manutenção.
- Resistir às condições adversas da operação em campanha.

Filosofia Sistêmica

O exame das características do sistema ótimo deve convergir para a seleção da técnica a empregar para a sua satisfação, técnica esta que, embora talvez inicialmente antieconômica (quando aplicada ao sistema inicial), deve ser implementada desde o embrião de materialização sistêmica, a fim de que não ocorra solução de continuidade durante o processo evolutivo. Assim, a decisão quanto à técnica de modulação, por exemplo, se analógica, digital ou mista, deve ser a preocupação primeira de quem tiver a responsabilidade de definir, já que o sigilo e a automação serão conseqüências diretas, entre outros fatores, de tal decisão. Por outro lado, as necessidades de obediência à hierarquia dos Quartéis Gerais e Postos de Comando colidem com a conveniência gerada pelas características de flexibilidade e invulnerabilidade desejáveis para o sistema, sendo imperativa a conciliação das duas tendências pela obtenção de um sistema seguro que não fira a operacionalidade. A exemplo do que já ocorre em outros Exércitos do mundo, a constituição em malhas parece ser a que melhor responde a tal problema, devendo, conseqüentemente, ser igualmente considerada desde os primórdios do equacionamento da questão.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

A gama de recursos necessários à implementação de um projeto tal como ora está sendo apresentado, aliada à conjuntura nacional de parcimônia na distribuição dos mesmos, imediatamente conduz à conclusão de que qualquer equívoco de dimensionamento do sistema, quer por super, quer por infradimensionamento, gerará desperdícios e atrasos que somente sacrifícios grandes serão capazes de contornar. Para evitá-lo, há que se estabelecer determinadas premissas e considerá-las verdades absolutas até que o emprego continuado do equipamento conseqüente demonstrem a sua impropriedade, guardada no entanto permanentemente a possibilidade de sua reformulação. São elas:

Especificações Militares

O EB, por falta de estatísticas e pesquisas sobre o assunto, adota as tabelas e índices dos Estados Unidos, que estão, obviamente, voltados para a capacidade industrial americana e, mais ainda, para os interesses americanos. À guisa de exemplo, poderíamos dizer que um determinado componente que atende às normas, nos Estados Unidos, e é conseqüentemente empregado nos equipamentos, deixa de sê-lo quando a indústria do País inicia a fabricação de um similar com características mais rígidas de tolerância; o Brasil, que poderia estar desenvolvendo um esforço sobre-humano para conseguir produzir tal componente, após ter o gasto de recursos e potencial humano naquele sentido, ao considerar rigidamente a aplicação das normas militares americanas, alijaria da utilização o componente desenvolvido, uma vez que subiram os padrões de exigência, continuando o componente fora das nossas possibilidades de fabricação.

Em face disto, é necessário que se tenha a coragem de estabelecer normas próprias, baseadas tão somente no desempenho do equipamento como um todo, e ignorando a qualidade dos componentes, desde que a resposta que se deseja é de confiabilidade do conjunto e não de cada uma de suas unidades constitutivas.

Canalização

Como o Brasil não tem experiências recentes de combate, é extremamente difícil predeterminar a quantidade de canais necessária à ligação entre dois pontos do sistema.

As tabelas e doutrinas em disponibilidade são estrangeiras, sendo a sua aplicabilidade ao Brasil altamente discutível, considerados principalmente os fatores sócio-culturais do povo brasileiro em comparação com os das demais nações, muito particularmente o idioma, que por si só já modifica inteiramente a disposição das mensagens e o número de palavras e símbolos que as constituem. Recentemente, o Brasil vem de desenvolver e iniciar a produção de terminais multicanais e repetidores com 12 canais de voz. Desta forma, parece que cedo teremos uma idéia da adequabilidade do número selecionado que poderá servir de base à seleção da canalização para o universo das ligações necessárias. Há que se ter sempre em mente, no entanto, que a evolução para o dimensionamento ideal é um anseio, devendo como tal ser considerado por todos os escalões, desde o Estado-Maior da maior GU até o mais simples operador de telefone de campanha. Desta forma poderão ser tratadas estatisticamente as experiências obtidas da fase de treinamento e evitar-se, no futuro, os dois extremos indesejáveis: a ociosidade de canais ou a demanda reprimida.

CONCLUSÃO

Considerando que:

- A noção de guerra moderna exige um sistema de comunicações integrado capaz de responder rápida e eficazmente às novas necessidades criadas;

- O parque industrial brasileiro, dinamizado pelas telecomunicações civis, está habilitado a suprir o Exército na maior parte de suas necessidades para materialização de um sistema;
- Há possibilidades de escalonar as necessidades sistêmicas no tempo, permitindo exequibilizar um programa de implantação do sistema ideal;
- Sendo o desempenho de um equipamento como um todo mais importante que as características técnicas de cada uma de suas partes constitutivas, é possível diminuir-se o grau de dependência externa em suprimento de componentes eletrônicos;
- Já existem, no nível chamado inferior, equipamentos de comunicações militarizados de origem brasileira, que são perfeitamente compatíveis com a concepção sistêmica, podendo ser aproveitados em sua quase totalidade.

Pode-se, como conclusão, afirmar ser o momento presente extremamente oportuno para a introdução de nova concepção de operacionalidade das comunicações de campanha, operacionalidade esta fundamentada na organização dos meios disponíveis em um sistema integrado e único, agindo em benefício de toda a Força Terrestre, razão de ser de sua existência.



CONHECENDO O INIMIGO INTERNO -

Afeganistão... Baluchistão...

A. De Lannes

"... Nossa moralidade é corrente da luta de classes do proletariado. A moralidade Comunista é a moralidade que serve a esta luta. ..."

Lênin - 1920

"Até que o resultado final - entre o capitalismo e o comunismo - seja decidido, o estado de guerra parcial continuará. Dizemos: a la guerre, comme à la guerre. ..."

Lênin - 1921

"... E, se é necessário que alguém seja ensangüentado, envidaremos todos os nossos esforços para que a vítima seja qualquer país burguês e, não a URSS. ..."

Stalin - 1927

"... Muito longe de mim, deitar moral sobre a política de não intervenção, falar de traições, perfídias, etc. Política é Política, como dizem os diplomatas burgueses. ..."

Stalin - 1937

A INVASÃO SOVIÉTICA

E, a União Soviética, pelas botas do Exército Vermelho, invadiu o Afeganistão. Ou, repetindo o eufemismo de Breshnev: "atendeu ao apelo da Nação amiga que estava ameaçada pelas potências imperialistas ocidentais, dirigidas pela camarilha da CIA"

Já tivemos oportunidade de assistir a este filme em outras ocasiões, com outros atores e as mesmas conseqüências. Por sinal, o primeiro capítulo poderia ter acontecido há sessenta anos quando, "a pedido", a URSS avançou para dentro da Mongólia Exterior. Na oportunidade, em todo caso, havia um exército invasor de russos brancos - sempre os russos - na Mongólia Exterior.

Agora, nem isto. A "Invasão Estrangeira" denunciada pelo governo soviético seria de agentes secretos e, por isso, não poderia ser vista. . .

Desde o final da Segunda Guerra Mundial que o Exército Vermelho não era empregado com tanto desembaraço e de maneira tão ostensiva, para alargar as bases físicas do império comunista soviético. Nas últimas décadas, o Exército Vermelho limitou-se a agir operacionalmente nos países do Pacto de Varsóvia.

A decisão da URSS de mandar forças militares para fora de sua zona de domínio direto da Europa Oriental, demonstra uma intenção de agüentar possíveis conseqüências e justifica as especulações de que as ambições imperiais czaristas continuam presentes no regime dos "soviets amantes da paz", como se não tivesse havido uma mudança de regime.

Uma reação militar do ocidente, provavelmente por parte dos Estados Unidos, diretamente, ou através do fortalecimento dos rebeldes afegãos, ou mesmo do exército paquistanês poderia desencadear reações imprevisíveis na área, envolvendo a Índia, o Irã e, levando o bolo, todo o Oriente Médio. As dificuldades que esta situação apresenta acabariam por beneficiar a União Soviética que, depois de guarnecer o Afeganistão com dezenas de milhares de soldados, não sairia dali por bons modos e aproveitar-se-ia do fato consumado.

Afinal, se os Aliados Ocidentais não tiveram meios de impedir a anexação da Europa Oriental, não parece provável que tomariam as dores dos pobres coitados afegãos, como também não se sensibilizaram com os africanos, submetidos ao expansionismo soviético através do exército cubano, fazendo às vezes de capitão-do-mato.

Apesar de ser um país mediterrâneo, o Afeganistão está no caminho para o Mar Arábico, via de acesso escolhida no momento como a mais adequada para o expansionismo vermelho. Faz fronteira com a URSS ao Norte e, ao Sul, onde se confronta com o Paquistão, vivem as tribos baluchis.

Durante o governo de Taraki, funcionários estatais defenderam, orquestradamente, a tese dos "direitos históricos" do Afeganistão sobre as províncias paquistanesas onde predominam os baluchis: o Pachtunistão e o Peluchistão.

AS ÁGUAS QUENTES E LIVRES

Desde os tempos de Pedro O Grande (1672-1712), a URSS, então Rússia, tem um importante objetivo estratégico naquela área: a conquista de um porto de "águas quentes e livres" no Mar Arábico, com o conseqüente controle sobre a entrada do Golfo Pérsico e o acesso do Oceano Índico.

Este objetivo tornou-se mais importante, ainda, depois que o Petróleo do Oriente Médio transformou-se no combustível do mundo industrial. O Czar Pedro havia sentenciado sobre a necessidade da Rússia chegar ao Golfo Pérsico pelo domínio da Pérsia e da Síria, alegando que, isto feito, "o ouro da Inglaterra" seria desnecessário para se dominar o mundo, tão grandes seriam as vantagens geopolíticas daí resultantes, ao abrir o caminho marítimo tanto em direção ao Oriente como ao Ocidente. Catarina II e, depois, Stalin, pretenderam ir até ao Golfo Pérsico através da Ásia Menor. O desdobramento da política mundial através dos tempos ocidentais

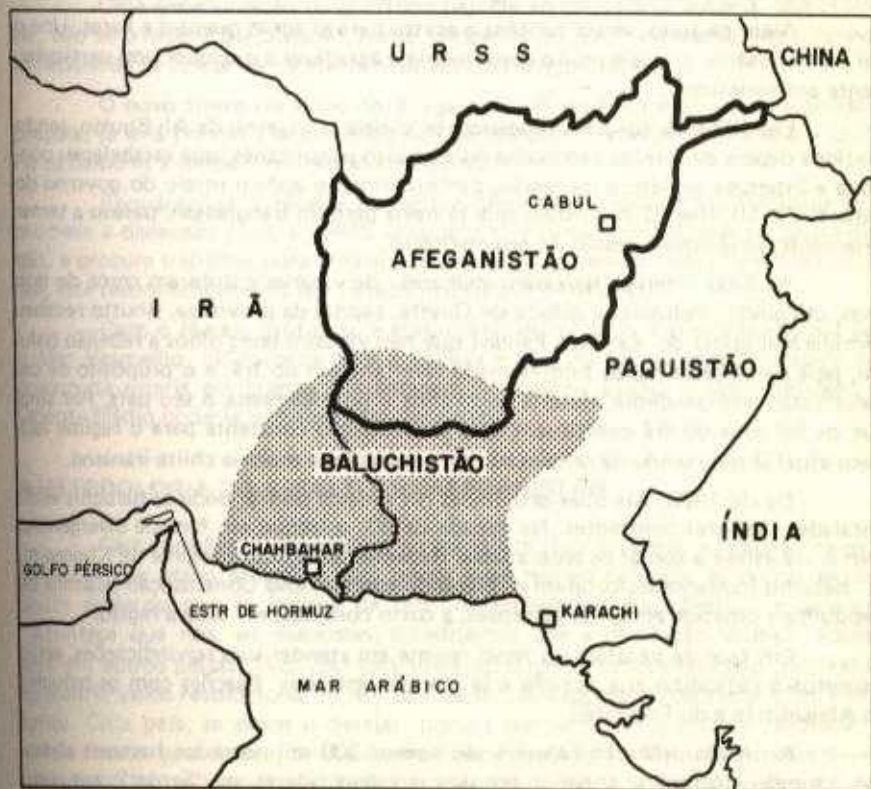
lizou os Balcãs, e Israel bloqueou a via pela Babilônia. Deste modo, o Afeganistão, atrasado e fraco, passou a ser o alvo mais viável, há muito tempo trabalhado e preparado.

Ao aspecto geográfico, junta-se ali, o caso Baluchi encaixando-se perfeitamente nas necessidades soviéticas.

O ressurgimento do Baluchistão como país "independente", mas tutelado por Moscou, voltou às considerações dos principais analistas políticos do mundo, embora nunca tenha saído das cogitações soviéticas.

O pouco noticiado Movimento Separatista das províncias paquistanesas que outrora formaram parte do Baluchistão, ainda que reprimido violentamente, nunca deixou de existir. Comenta-se agora que a frente Popular de Libertação do Baluchistão (FPLB) está recebendo apoio do governo do Afeganistão desde o golpe de 1978, exatamente quando a URSS iniciou a atual fase de satelização desse país, ao conduzir o "putsch" que levou ao poder Nur Mohammed Taraki.

Este, já tendo cumprido a sua tarefa e já tendo sido "espremido como limão", na usual expressão de Stalin, foi jogado fora em proveito de Karmal.



O BALUCHISTÃO

Os baluchis somam cerca de 3 milhões, ou pouco mais, de habitantes, concentrados numa área pouco menor que o Estado do Paraná.

Viveram independentes por cerca de 100 anos nos séculos XVIII e XIX até que, em 1877, foram dominados pelos ingleses.

Quando os britânicos dali saíram, traçaram arbitrariamente os mapas da região criando países, dividindo etapas, contrariando as razões naturais e os fatos históricos. Como resultado, os Baluchis ficaram divididos entre o Paquistão, o Irã e o Afeganistão. A maior parte ficou no Paquistão. A área baluchi do Paquistão é considerada a mais carente do país, mas tem o subsolo mais rico. Seu litoral é famoso pelo potencial de pesca. Suas riquezas naturais estão depositadas e inexploradas. É, portanto, bem atrativa sob o lado econômico, além de, geopoliticamente, bem situada.

Estão provadas as reservas de gás natural e, entre outros minerais, encontram-se carvão, manganês, cobre, bauxita, ouro e ferro. Quase metade da energia elétrica utilizada pelo Paquistão é originária do gás natural da região de Sui.

Além de tudo, ainda contém o acesso para as águas quentes e livres. Une o útil ao necessário, o que é muito conveniente e agradável a qualquer um, particularmente aos soviéticos.

Em 1973, os baluchis rebelaram-se contra o governo de Ali Bhutto, sendo contidos depois de intensa campanha do Exército paquistanês, que estabeleceu contínua e intensiva vigilância na região, particularmente após o início do governo do General Zia UL-Haq. O Paquistão, que já havia perdido Bangladesh, passou a temer seriamente, uma nova secessão no seu território.

As lutas internas deixaram milhares de vítimas e duraram cerca de dois anos, atingindo, inclusive, a cidade de Quetla, capital da província. Bhutto recebeu considerável apoio do Xá Reza Pahlavi que não via com bons olhos a rebelião baluchi, pois parte dessa nação semi-nômade vive também no Irã, e o propósito de um Baluchistão independente afetaria geográfica e politicamente o seu país. Por sinal que os baluchis do Irã constituem uma preocupação constante para o regime islâmico atual já que, sendo de origem sunita, contestam a maioria chiita iraniana.

Desde 1928, nas duas províncias do sudeste do Irã, onde os baluchis estão instalados, há lutas constantes. Na década de 60, o Iraque em face de divergências com o Irã esteve a apoiar os separatistas. Recentemente, sob o regime de Khomeini, os baluchis iranianos boicotaram o referendo sobre a nova Constituição Islâmica da República e provocaram sérias agitações, a custo contidas, em toda a região.

Em face da negativa do novo regime em atender suas reivindicações, estão dispostos a radicalizar sua posição e já mantém estreitas ligações com os baluchis do Afeganistão e do Paquistão.

No Afeganistão, os baluchis são apenas 300 mil nômade, bastante atrasados, vivendo em regime tribal, submissos aos seus líderes, os "Sardar", aos quais

obedecem cegamente. Acredita-se que, se os soviéticos conseguirem alguma influência sobre esses líderes — e nós sabemos que os soviéticos tratarão de conseguí-la se julgarem isto necessário — poderão manobrar os baluchis do Afeganistão.

Não se tem dúvida que a URSS possua planos e esperanças antigas de criar um Baluchistão soviético — preferencialmente, a tentativa de anexação da área ao Afeganistão — agora mais viável, caso se complete o domínio desse país. Acresce, ainda, o fato de que a posição isolacionista do novo regime do Irã, colocando-se numa situação de hostilidade à URSS e aos Estados Unidos ao mesmo tempo, acaba por favorecer aos soviéticos.

Uma bandeira vermelha, no porto de Chabahar, pode ser um grave fator de complicação política na área do Estreito de Hormuz, saída imperiosa do Golfo Pérsico, o Golfo do Petróleo.

Recentemente têm sido veiculadas notícias de que a URSS estaria treinando guerrilheiros na Região Sudeste do Afeganistão, objetivando preparar uma força guerrilheira capaz de desencadear uma ofensiva na primavera, ao mesmo tempo em que os soviéticos tratariam de garantir a ocupação total do país.

Uma generalização da guerrilha baluchi ao sul da área poderia comprometer, não só o regime paquistanês, como também o do Irã, favorecendo aos interesses soviéticos de se firmar na tarefa de ocupação do Afeganistão.

O novo títere soviético do Afeganistão, Brabak Karmal — que segundo se propala, já está prestes a ser substituído — declarou em janeiro deste ano que ajudaria os baluchis a fundar um Estado autônomo.

Enquanto as potências ocidentais lamentam a atitude soviética que compromete a distensão (sic), a URSS atua com o mesmo objetivo, mas em outra direção, e procura trabalhar para uma aproximação do Iêmen do Norte com o Iêmen do Sul, este reconhecidamente um Estado marxista pró-soviético.

Com o Iêmen, unificado e comunista, dominando a apertada entrada para o Mar Vermelho, de parceria com a Etiópia e seus 20 mil cubanos, o mundo não comunista estaria em grande desvantagem estratégica. Então, o negro petróleo do Oriente Médio poderia começar a mudar de cor.

A METODOLOGIA DO ASSALTO AO AFGANISTÃO

Certa ocasião, respondendo ao jornalista Roy Howard, a respeito da existência de um plano soviético para impor suas teorias políticas às outras nações, Stalin declarou que se tratava de um "mal-entendido tragicômico" e garantiu: "Acontece que nós, os marxistas, acreditamos que a revolução também acontecerá em outros países. Mas, isso será somente quando for considerado possível ou necessário pelos revolucionários em tais países. A exportação de revoluções é uma tolice. Cada país, se assim o desejar, poderá promover a sua própria revolução e, se não houver esse desejo, também não haverá revoluções. Mas, afirmar que desejamos concorrer para essas revoluções em outros países, interferindo assim em suas

vidas, é o mesmo que falar de alguma coisa que não existe e que nós jamais desejamos.”(1)

Essas declarações foram prestadas na década de 40, exatamente, a época de maior expansão soviética na Europa Oriental, através da utilização intensa, em cada país, da política do apaziguamento e do anestesiamiento das Frentes Populares, e do uso extensivo do Exército Vermelho, sempre pronto, quando e necessário.

A esse conjunto de sandices dito por Stalin, os comunistas chamam de dialética, arte de mistificar, dentro da sistemática de quase sempre dizer, não o que se pensa, mas o que melhor convém ao planejamento e à execução das ações do Movimento Comunista Internacional.

O comunismo se expande continuamente pela necessidade intrínseca dos regimes totalitários e age com oportunidade, sempre que percebe a fragilidade dos seus opositores e a possibilidade de êxito. No caso do Afeganistão, atacou na hora certa, aproveitando o momento internacional que lhe era favorável. A manobra em direção ao Índico é coisa sabida, como já vimos, desde o século XVIII e, a situação política naquela área, só tem progredido no sentido de beneficiar os soviéticos.

A Índia e o Paquistão tem sérios problemas de relacionamento, o Iraque e o Irã, a Síria e Israel estão em conflito permanente. Os interesses naquela imensa área são muito localizados e demasiadamente conflitantes. Isto impede qualquer ação em conjunto em defesa de um vizinho que, via de regra, é inimigo também.

No instante em que a situação no Irã culminou com a deposição do Xá Reza Pahlavi — que poderia complicar a ação soviética no Afeganistão — e, no momento em que Khomeine inviabiliza qualquer cooperação por parte dos Estados Unidos, face à natureza radical do regime islâmico, agravado pelo seqüestro de Teerã e, ainda mais, no momento em que Indira Ghandi — que sempre manifestou certa simpatia pela URSS e declarados ressentimentos pelos ocidentais colonizadores desde as lutas pela independência de seu país — conseguiu espetacular triunfo eleitoral e se constitui em fator de inibição para um fortalecimento bélico do Paquistão por parte do ocidente e, por final, no momento em que o próprio governo dos Estados Unidos se encontra bastante atarefado, não só com a situação econômica de seu país mas, também, pela campanha eleitoral que se arrisca a perder, a União Soviética sentiu o momento e o aproveitou com grande precisão.

É bem verdade que há quatro ou cinco anos, os soviéticos vinham preparando esta invasão através do regime anterior de Taraki, o que elimina qualquer alegação de surpresa quanto ao desenvolvimento da ação invasora.

Analisando-se as características da Ação Revolucionária em andamento no Afeganistão, verifica-se uma notável repetição de métodos e processos já empregados anteriormente em várias ocasiões, tais como:

- a utilização do Exército Vermelho como fator de força persuasiva e de decisão militar no sentido de subjugar uma nação livre e indefesa, como já ocorrera anteriormente no Extremo Oriente e na Europa Oriental:

(1) Citado por Thomas T. Hammond em ANATOMIA DA SUBVERSÃO (Ed. ARTENOVA).

- a existência de um pormenorizado planeamento de toda a ação revolucionária a ser desencadeada que, no caso presente, sempre existiu e considerou o Afeganistão como uma das hipóteses prováveis para se aproximar do Índico, através da utilização do Exército Vermelho numa operação tipo blitzkrieg nazista. A presença antecipada de elementos soviéticos dentro do país — conselheiros, técnicos, militares e agentes políticos — há mais de cinco anos, demonstra o cuidado com que a operação foi preparada;
- o emprego extensivo da violência que se caracteriza pela eliminação sumária de todos os que se opõem à ação comunista. No Afeganistão, civis e rebeldes (como são chamados pejorativamente os afegãos que se pretendem manter livres dos comunistas) têm sido eliminados sumariamente, aldeias são bombardeadas e, o país, varrido pelas operações militares de um exército bem equipado contra remanescentes de um outro primitivo, apesar das dificuldades impostas pelo inverno rigoroso que já terminou;
- a utilização da camuflagem e da mentira, interna e externamente, não revelando ao povo afegão o que lhe espera. Os soviéticos aprenderam com sua própria revolução que a declaração clara e precisa dos objetivos comunistas traz uma reação inconveniente ao governo de consolidação da ditadura marxista-leninista. A guerra civil, ocorrida na URSS, foi evitada a partir da aplicação na Mongólia, da camuflagem e do gradualismo. Isto é, do faseamento na tarefa de comunização que naquele país, pelo seu atraso industrial, levou mais de quatorze anos. Assim também ocorreu na Europa Oriental, onde as "Democracias Populares" encobriram a preparação do dispositivo de formação das "Ditaduras do Proletariado".
- os soviéticos utilizam no Afeganistão uma propaganda intensa, no sentido de favorecer as operações em curso. Para todos os efeitos, o Exército Vermelho entrou no país para impedir um ataque iminente das potências imperialistas ocidentais e expulsar os "agentes da CIA". Promete sair, tão logo o perigo desapareça. Como dentro da dialética marxista-leninista, o perigo de uma recidiva capitalista jamais deve ser esquecido, já se vê, quando o Afeganistão ficará livre do Exército Vermelho.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIABILIDADE DO SUCESSO SOVIÉTICO NO AFGANISTÃO

Estabelecendo-se um paralelo entre a operação em curso e as ações anteriores dos soviéticos na Europa e na Ásia desde o golpe de outubro de 1917, podemos alinhar algumas considerações no sentido de estimar as possibilidades de sucesso ou fracasso de mais este assalto comunista:

- a capacidade da Força Militar empregada na operação é um dos fatores de maior importância na avaliação das possibilidades de um possível

sucesso soviético no Afeganistão. A história tem mostrado e provado de maneira conclusiva que o Exército Vermelho tem sido a base do sucesso em quase todos os avanços comunistas. Desse modo, podemos avaliar que, considerando-se apenas os remanescentes do frágil exército afegão, transformados em bandos de guerrilheiros sem comando único, como força de oposição aos invasores, o sucesso soviético poderá ser assegurado, ainda que tenha que enfrentar problemas por algum tempo com esses grupos rebeldes. A participação de outras forças enfrentando o Exército Vermelho, por ser remota, dadas as condições atuais, torna mais fácil a tarefa soviética;

- a posição geográfica contígua entre a URSS e o Afeganistão, repete uma situação já ocorrida, anteriormente, quando os países envolvidos tinham fronteiras com os Estados já comunizados, favorecendo bastante as operações militares, como na Mongólia e na Europa Oriental;
- o pequeno grau de desenvolvimento do país agredido contribui para os objetivos dos invasores como é o caso do Afeganistão que é o mais atrasado dos países daquela região, sem a menor possibilidade de oferecer, como não o faz, uma resistência organizada à invasão. Por outro lado, o governo títere ali plantado, teria acertado os termos dessa mesma invasão. Mais uma vez, Marx é desmentido quanto à viabilidade da "transformação das sociedades" nos países subdesenvolvidos. As leis da "revolução marxista", segundo as quais os países deveriam atingir a "exaustão capitalista" para passarem ao estágio da Revolução Comunista, não são levadas em conta quando o Exército Vermelho entra em cena e, "acelera" o processo, estabelecendo uma tutela com o objetivo de "queimar etapas", no mais claro estilo nazista, fascista ou czarista;
- finalmente, os fatos até aqui alinhados permitem avaliar com considerável margem de acertos quanto à possibilidade dos soviéticos manterem por longo tempo o poder no Afeganistão. Lênin sempre afirmou que a tomada do poder não era a questão crítica e sim a sua manutenção. O caráter totalitário e desumano do regime soviético de ocupação, tradicionalmente conhecido nesses últimos sessenta anos, deixa antever um período de dura provação para o povo afegão. Com exceção da Hungria, em 1919, não houve nenhum regime comunista que, tendo conseguido o controle do país por inteiro, fosse desalojado do poder. A exceção citada, confirma a regra. Os fatores presentes na Hungria naquela oportunidade não se apresentam no Afeganistão. Outra era a situação política da Europa. A URSS não avançou seu Exército para dominar mais um país qualquer. Ela tem seus olhos voltados para o horizonte. Observa atentamente o Oceano Índico e, somente, em última instância deixará de cumprir agora a meta há duzentos anos acalentada. Se o Afeganistão por uma questão de destino geográfico colocou-se entre a URSS e o Índico, e foi considerado "o elo mais fraco da cadeia", poderá pagar caro por isso.



A PROBLEMÁTICA DOS TRANSPORTES NO BRASIL

Gerson da Silva Monteiro

Capitão-de-Fragata (FN), possui o Curso Avançado de Operações Anfíbias e Curso de Comando e Estado-Maior (EGN). Atual Encarregado do Serviço de Logística do Estado-Maior do Comando de Reforço da FFE.

Antes de analisarmos como evoluíram os diversos setores de transporte no Brasil, é necessário que se faça um pequeno histórico dos meios de transporte em nosso país e se lembre de seus principais papéis no mundo.

No início da colonização, núcleos populacionais bastante dispersos se espalharam pelo litoral, restando-lhes o oceano como meio de ligação entre si e a metrópole. Em seguida, os portugueses se dirigiram para o interior, seguindo os cursos dos rios. Assim, são as embarcações marítimas e fluviais os primeiros meios de transporte do país.

Mais tarde, com o advento da cultura da cana de açúcar, surge o emprego dos carros de bois e "tropas de muares", estas últimas largamente utilizadas para o transporte a grandes distâncias.

No Século XIX, são construídas as primeiras estradas carroçáveis para viaturas com tração animal, merecendo destaque a União e Indústria (Juiz de Fora — Petrópolis), a Graciosa (Paranaguá — Curitiba) e a Serra da Estrela (Rio — Raiz da Serra de Petrópolis).

Em 1854, no Segundo Império, com o surto cafeeiro fluminense, é implantada a primeira ferrovia pelo Barão de Mauá, ligando a Baía do Rio de Janeiro à Raiz da Serra de Petrópolis. Quatro anos mais tarde, surge a estrada de ferro D. Pedro II, tendo o país 513 km de trilhos em 1866.

O sistema rodoviário aparece em São Paulo, no governo de Washington Luiz (1923 — 1926), com a construção da rodovia Rio-São Paulo e de algumas

estradas no interior do Estado. Em 1928, o Automóvel Clube do Brasil constrói a estrada Rio-Petrópolis.

Com a chegada do avião aos pontos do território não alcançados por trem ou automóvel, implanta-se, em 1927, a aviação civil, logo depois complementada pelo CAN (Correio Aéreo Nacional).

Visto inicialmente como evoluíram os transportes, convém ressaltar agora que, no mundo atual, os sistemas de transportes são de vital importância não só para promover a circulação de riquezas como para desempenhar relevantes funções na correção dos fortes desequilíbrios da Geografia Física e Humana.

O SETOR RODOVIÁRIO

A opção do Governo, após a 2ª Guerra Mundial, por uma política de transportes eminentemente rodoviária, decorreu de um balanço da situação que demonstrou 50% da rede ferroviária existente estar a exigir reconstrução total, ao preço de 295 mil dólares por km, e nos demais 50% a recuperação parcial contabilizar 70 mil dólares por km. A construção da estrada de rodagem custava 125 mil dólares por quilômetro, com a vantagem do material rodante e a parte operacional serem responsabilidades dos usuários.

A carência constante de recursos e a implantação da indústria automobilística na década de 1950 fortaleceram ainda mais a política anteriormente adotada.

Como rodovias de integração nacional e mesmo internacional, já construídas ou em construção, situam-se como orgulho e verdadeiro desafio da capacidade de nossa Engenharia Rodoviária:

- A rodovia Belém-Brasília, atravessando de Norte a Sul 2100 km da Floresta Amazônica;

- As rodovias Porto Velho-Manaus-Boa Vista e a rodovia Cuiabá-Santarém;

- As monumentais Transamazônica e Perimetral-Norte, a primeira, numa extensão de 5.269 km, atravessando o Brasil de Este para Oeste, unindo nossa fronteira Nordeste com o Peru e a outra, cortando a parte Setentrional do Brasil, complementando o maior sistema fluvial do mundo, numa extensão de 4.040 km.

Como resultado da política rodoviária até recentemente adotada pelos últimos Governos, dispomos hoje de 1.240.000 quilômetros de rodovia em tráfego, incluindo as redes estaduais e a rede federal.

Todavia, após 1974, sendo a modalidade de transporte mais utilizada e absorvendo 85% do consumo de derivados de petróleo do setor de transporte, por limitações conjunturais decorrentes da supervalorização do petróleo, a prioridade adotada seria a conservação e restauração das rodovias construídas, reduzindo-se ao mínimo a abertura de novos trechos. A malha rodoviária federal passava de cerca de 65.000 km em 1973 para 73.000 km em 1978, dos quais, 43 mil pavimentados.

O SETOR FERROVIÁRIO

A evolução do transporte ferroviário se fez lentamente, devido a fatores já vistos anteriormente.

De 1900 a 1924, foram assentados 100 km de trilhos por ano, em 1930, 392 km e em 1952, apenas pouco mais de 200 km, sendo que da rede atual cerca de 50% já estavam construídos em 1920.

Confrontava-se o Governo em 1969 com uma rede ferroviária em sua maioria insuficiente e deficitária, estendida sobre cerca de 24.064 km de trilhos, com material, inclusive o rodante, deficiente, obsoleto e em péssimas condições de conservação.

Embora de algum tempo viessem sendo eliminados os ramais deficitários, em 1974, sem descuidar do setor rodoviário, o Governo voltou sua atenção para as ferrovias, elaborando um programa de reaparelhagem e recuperação do material ferroviário. Assim, no período 74/78, haviam sido remodelados 5.062 km da via permanente, bem como construídos 1.142 km de novas linhas e variantes. No tocante à frota de material rodante e do parque de tração, foram incorporados ao setor, neste mesmo espaço de tempo, 298 locomotivas, 17.888 vagões, 100 trens-unidades elétricos e 140 carros de passageiros.

O SETOR HIDROVIÁRIO

Tanto o transporte marítimo como o fluvial, devido à falta, por longos anos, de planejamento adequado, racionalização e modernização dos portos e das frotas, ocuparam durante muito tempo, a exemplo do setor ferroviário, posição irrelevante no contexto geral.

Desenvolvendo-se enormemente a construção naval a partir de 1964, hoje nossos estaleiros já constroem navios de grande porte, de até 277.000 TPB (tonelagem de porte bruto), atendendo parcialmente demandas interna e externa. No período de 1964 a 1978, passamos de 1.250 mil TPB, devendo-se alcançar, após a conclusão do II PCN, 10.472 mil toneladas de porte bruto.

Paralelamente ao desenvolvimento da indústria naval, a PORTOBRÁS (ex-Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis) realiza importantes obras nos rios e nos portos fluviais e marítimos, construindo cais, silos, armazéns-frigoríficos e implantando sistemas de terminais de petróleo, de granel e de contentores nos principais portos brasileiros, ao mesmo tempo que cuida de dotá-los de equipamentos de grande capacidade de carga.

Como principais terminais já em atividade voltados para a exportação, dispõe o país de terminais açucareiros em Recife e Maceió, do terminal de coco em Ilhéus, do terminal salineiro em Areia Branca, do terminal de minério de ferro em Vitória, do terminal de fertilizantes em Santos e do terminal de carvão em Imbituba, estando prevista, para breve, a conclusão do terminal de carvão em Sepetiba.

Nos portos do Rio de Janeiro e Santos foram implantados terminais de contentores e no porto do Rio Grande, terminal para trigo e soja.

O SETOR AEROVIÁRIO

Setor de importância capital num país de grandes distâncias como o Brasil, devido a fatores negativos como supressão de subsídios, elevado custo operacional e concorrência do transporte rodoviário, sua expansão se tornou bastante difícil e, a partir de 1950, aproximadamente 230 cidades deixavam de ser atendidas por empresas aéreas.

Atualmente, as quatro únicas empresas existentes — VASP, CRUZEIRO, TRANSBRAZIL e VARIG — mantêm transporte de pessoal e carga para as primeiras cidades brasileiras, operando ainda a última em linhas internacionais.

No tocante ao material, em 1969, criou-se a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER). Entre os tipos de avião atualmente fabricados, por apresentar grande aceitação na aviação comercial, destaca-se o "BANDEIRANTE", bimotor à turbina, com capacidade para 12 passageiros e ideal para operar nos aeroportos do interior do país.

Além de já exportar aviões e peças, principalmente para a Europa e os Estados Unidos, a EMBRAER prevê em seus planos futuros de expansão de vendas, não só no Brasil como também nos mercados internacionais, a aeronave EMB-120 ("BRASILIA") — projeto de bimotor turbo-hélice, pressurizado, com capacidade para 30 lugares e velocidade de 740 km/hora.

O SETOR DE TRANSPORTES URBANOS

Compatibilizando as Políticas de Transportes Urbanos com os Planos de Desenvolvimento Urbano, o Governo Federal iniciou há três anos a implantação de uma nova política neste setor nas principais cidades, visando a remodelação e ampliação dos sistemas ferroviários suburbanos existentes e a construção de vias expressas e de sistemas de transporte de massa metropolitanos. Além do "metro" já implantado em São Paulo e em construção no Rio de Janeiro, cogita o Governo do retorno de bondes modernizados e da adoção do aerotrem japonês ou transporte similar.

No tocante ao transporte sobre rodas, a implantação de faixas seletivas para ônibus e a padronização de tais viaturas, além de um conjunto de outras medidas, certamente não só ampliará sua eficiência operacional como também os níveis de conforto aos usuários, oferecendo-lhes de fato uma alternativa ao uso do carro particular.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento dos sistemas de transportes em nosso país, como observamos ao analisarmos os mais variados setores, até dez anos atrás se processou

praticamente de modo aleatório e desordenado, modificando-se radicalmente em 1965, quando no Governo Castelo Branco foi criado o Grupo de Estudos da Política de Integração dos Transportes (GEIPOT), cuja finalidade foi analisar, através de firmas internacionais de consultoria, os planos diretores de rodovias, ferrovias e portos.

Em 1967, o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social realizava um levantamento completo não só dos transportes como de toda a situação nacional, traçando diretrizes para uma nova política de transporte que contribuísse para a consecução dos dois objetivos nacionais prioritários — Integração e Desenvolvimento.

Em fins de 1973, o Grupo de Estudos (GEIPOT), então Órgão Autônomo de Administração Federal, subordinado ao Ministério dos Transportes, passou à condição de Empresa Pública, sob a denominação de Empresa Brasileira do Planejamento de Transportes, mantendo sua antiga sigla — "GEIPOT".

Deste modo, hoje o Ministério dos Transportes, com o apoio técnico e administrativo do GEIPOT, procura adequar sua programação à conjuntura sócio-econômica do país, visando como objetivos primordiais:

- a ressurreição de ferrovias modernas e eficientes;
- a integração e complementaridade intermodal dos transportes, com a implantação de modernas tecnologias de manuseio e de cargas, visando não só a circulação da produção para o mercado interno como também para a demanda externa, através dos corredores de exportação;
- a participação mais efetiva no complexo transporte urbano, com atenção especial para resolver em definitivo o problema dos transportes ferroviários suburbanos nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife; e
- associar internamente sua Política à Política Energética, a fim de racionalizar o consumo de derivados de petróleo, visto que cerca de 60% do consumo global é absorvido pelo setor de transporte.

BIBLIOGRAFIA

1. AÇÃO 78. *Ministro dos Transportes*. Rio de Janeiro, 1978.
2. BRAGA, Newton Cyro. *O Ministério dos Transportes*. Conferência proferida na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, novembro de 1975.
3. BRASIL para Comparar (com dados do II PND). *Ministério do Planejamento*. Rio de Janeiro, 1975.
4. BRAZIL'S future (1975-1979). *Revista Manchete especial*. Rio de Janeiro, 1976.
5. HAEFELE, Edwin. *Transporte e Objetivos Nacionais*. Rio de Janeiro, 1973.
6. REZENDE, Eliseu. *Rodovias e Desenvolvimento do Brasil*. Rio de Janeiro, 1973.
7. SILVA, Edmundo de Macedo Soares. *As Instituições de Indústria e Comércio do Brasil*. Rio de Janeiro, 1972.
8. TORLONI, Hilário. *Estudo de Problemas Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1972.



O MOMENTO NACIONAL - O QUE O BRASIL ESPERA DO EMPRESARIADO

Paulo de Oliveira Reis,
Ubiratan Macedo e
José Alberto Assumpção

Os autores — Capitão de Mar-e-Guerra (FN) Paulo de Oliveira Reis, Professor Ubiratan Macedo e Professor José Alberto Assumpção — são membros do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro.

O sentido de *participação* que recentemente ganhou espaços na consciência nacional, é com efeito, algo que a doutrina elaborada pela ESG traz impregnada em si mesma. Não se trata de novidade doutrinária e muito menos um tripé no qual a participação estivesse associada à Segurança e ao Desenvolvimento Nacionais. O que no momento se busca é enfatizar a participação analisando as consequências dessa ênfase em todo o espectro da doutrina e os reflexos possíveis na realidade brasileira.

Assim, para melhor demonstrar o que afirmamos, daremos um trato inicial à esta abordagem, com base em nossa doutrina, salientando alguns conceitos que serão extremamente úteis quando abordarmos o momento nacional e os empresários ao final desta nossa análise. Ademais, devemos ressaltar que a troca de idéias sobre esse assunto já é o início da participação, tal como entendemos.

RESUMO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO DA ESG

Os princípios fundamentais que orientaram a criação da ESG (de um documento de 1949), são:

a) A Segurança Nacional é função mais do potencial geral da Nação do que de seu potencial militar.

b) O Brasil possui os requisitos básicos (área, população, recursos) indispensáveis para se tornar uma grande potência.

c) O Desenvolvimento do Brasil tem sido retardado por motivos suscetíveis de remoção.

d) Como todo trabalho, a orientação dessa aceleração exige a utilização de uma energia motriz e de um processo de aplicação dessa energia.

e) O impedimento até agora existente contra o surgimento de soluções nacionais para os problemas brasileiros é devido ao processo de aplicação de energia adotado e à falta de hábito de trabalho de conjunto.

f) Urge substituir o método dos pareceres por outro método que permita se chegar a soluções harmônicas e equilibradas.

g) O instrumento a utilizar para a elaboração do novo método a adotar e para a sua difusão, consiste na criação de um Instituto Nacional de altos estudos funcionando como centro permanente de pesquisas.

Esses princípios, em sua maioria, são válidos para nós até os dias de hoje, muito embora o grupo de trabalho que o elaborou estivesse sob a influência da guerra-fria que caracterizou o ambiente mundial do pós-guerra.

Era estabelecida claramente uma distinção entre Segurança e defesa e estabelecida para aquela uma função mais do potencial geral da nação do que seu potencial militar.

Aparecia a preocupação com o Desenvolvimento, salientando que seu retardo se devia a motivos suscetíveis de remoção, propugnando a adoção de mentalidade voltada para o trabalho em grupo, atividade que enfatizamos à saciedade internamente em nossa Escola.

ALGUNS ASPECTOS DA DOCTRINA DA ESG

A vida numa sociedade democrática implica em reconhecer-se que todo o poder vem do povo que o efetiva através do processo de eleições. Há, porém, um mecanismo de participação que deve fluir em todas as direções até mesmo respaldando o processo decisório já a nível de Governo. É claro, que na medida da própria evolução social tal participação incorpora vivamente os progressos científicos e tecnológicos a cada instante à disposição de todos os setores da vida nacional.

É evidente para a ESG que a direção dessa sociedade precisa nortear-se em função de **Objetivos Nacionais** que, em síntese, são a cristalização de interesses e aspirações que em determinada fase da evolução uma nação busca satisfazer. Alguns desses objetivos, porque vitais, têm longa duração no tempo, portanto na própria consciência nacional, outros, mais pragmáticos são considerados de grande atualidade e etapa intermediária daqueles.

Em suma: **Objetivos Nacionais Permanentes (ONP)** são aqueles **Objetivos Nacionais** que representam interesses e aspirações vitais e que, por isto mesmo, subsistem longo tempo, e **Objetivos Nacionais Atuais (ONA)**, em síntese, são os **Objetivos Nacionais**, que, em determinada conjuntura e considerada a capacidade do Poder

Nacional, expressam etapas intermediárias com vistas a alcançar ou manter os Objetivos Nacionais Permanentes.

O Objetivo Nacional Permanente, Progresso, por exemplo, pressupõe aspiração de muito longo prazo e uma série de etapas intermediárias vão se impor, em cada período governamental, para sua consecução. Assim, um Objetivo Nacional Atual de fazer-se crescer o PNB 30%, em seis anos, seria um exemplo válido do que estamos falando.

Tal questão, a nível nacional, não se poder colocar no abstrato, é preciso que alguém os capte, interprete, equacione e difunda. A Escola atribui essa função sociológica às elites, termo de muito má procedência no início do século mas que hoje é de uso comum e designa apenas um lado especial de pessoas do grupo social que, em consequência de certas características psicológicas, do poder que detêm ou da influência que exercem contribuem para a ação e evolução histórica de uma coletividade. A esse elenco de pessoas cabe o papel de interpretar os objetivos do grupo, difundindo esses valores e mobilizando aqueles que não compreenderem o processo de conscientização de seus próprios interesses.

Para nós, a elite tem segmentos em todas atividades da vida nacional: a nível Governo, a nível universitário, a nível empresarial; a nível sindical etc., envolvendo de forma abrangente e participativa, situação e oposição.

As mudanças nas estruturas sociais que em nossos dias experimentam, aceleradamente, todas as nações do planeta, para nós reflete o processo de **Desenvolvimento** hoje, impregnado de conquistas tecnológicas com que nos defrontamos no dia-a-dia.

O conceito que adotamos na ESG é entretanto o seguinte:

Desenvolvimento Nacional é o processo de aperfeiçoamento e fortalecimento do Poder Nacional para a consecução e a manutenção dos Objetivos Nacionais.

Por **Poder Nacional** entendemos meios de toda ordem de que dispõe a Nação (e não apenas o Estado) para possibilitar o atingimento de seus objetivos. Com isso, fica claro que **Desenvolvimento** não é meramente econômico, mas também, político, psicossocial e militar, envolvendo todos os campos do Poder Nacional.

Como é imperioso, quando nada por lógica, reconhecer-se que a esses propósitos desenvolvimentistas se antepõem óbices de toda ordem, voluntários ou não, entramos na área da **Segurança Nacional**.

Segurança Nacional é a garantia que, em grau variável, é proporcionada à Nação, principalmente sob a égide do Estado, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, para a conquista e manutenção dos objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos e pressões existentes ou potenciais.

Assim, é claro que não só ao Estado compete proporcionar o grau de garantia a que aludimos. É dever e direito de todo o cidadão, exercendo, inclusive o sentido amplo de participação.

O Desenvolvimento é um processo de conquista, a Segurança é a manutenção dessas conquistas. Como é evidente, também a Segurança transcenderá ao âmbito militar estabelecendo áreas de interesse e não menos importante significação, nos campos econômicos, político e psicossocial.

Como síntese para o que vimos dizendo, as preocupações da doutrina da ESG estão voltadas para o Homem, quer entendido como povo, como população ou como recursos humanos. Este é o sentido antropocêntrico que embasa o pensamento da Escola reconhecendo ser o homem centro de todo o processo do Desenvolvimento, seu agente por excelência, mas, necessariamente, seu principal beneficiário.

O MÉTODO DE AÇÃO POLÍTICA DA ESG

A Escola nasceu com a preocupação de racionalizar a formulação da Política Nacional, buscando criar uma metodologia para esse fim.

Poderíamos apresentar vários conceitos de Política: a arte do possível como queria Bismarck, ou de tornar as coisas possíveis como pensava Richelieu, porém vamos nos fixar no conceito da Escola e entender a Política como a arte de estabelecer os Objetivos Nacionais mediante a interpretação dos interesses e aspirações de toda a Nação.

A racionalização aludida pretende-se alcançar pelo exercício do planejamento da ação de Governo. É necessário lembrar que a noção de planejamento nesse nível, no princípio do século, sofria acentuada repulsa por parte das sociedades de então, impregnadas pela consciência do "laissez faire laissez passer". Com Keynes, tal atividade começou a corporificar-se como meio de eficientizar a ação econômica do Governo, predominantemente pelo exercício das funções administrativa e normativa da economia. Diferentemente do que ocorre nos Estados autocráticos onde o sentido de planificação é global e mandatário, o entendimento do planejamento econômico caracterizava uma ação apenas indicativa para o setor privado da economia.

O método de ação política preconizado pela ESG estabelece uma fase de formulação política com etapas bem definidas, onde é, basicamente, verificado o "que fazer" e chegar-se a uma diretriz estratégica de governo. Segue-se uma fase estratégica onde o "como fazer" é equacionado e corporificado em planos que atingem os setores ministeriais. Em ambas as fases a flexibilidade é enfática e caracterizada por constante realimentação de todo o processo, o que significa necessariamente participação.

O Capitalismo moderno, ou Neocapitalismo, busca adaptar o sentido de intervenção do Estado na ordem econômica via planejamento, dentro de um ideal democrático caracterizado pela economia de mercado, pela livre iniciativa e pelo respeito intransigente à propriedade privada dos fatores de produção.

No caso conjuntural brasileiro, a fase de abertura política em que nos encontramos busca uma democracia de fato onde o pluralismo político possa conviver

com a intervenção do Estado na economia, com vistas a solucionar a grave conjuntura econômica em que vivemos, e isso só poderá ser eficazmente realizado com a participação consciente e responsável de todos. Dessa forma será mais fácil chegar-se a uma sociedade moderna, organizada, desenvolvida e justa, seja pelo alto grau de eficiência de sua economia, seja pela abertura de oportunidades para todos. Assim, seriam eliminados privilégios e discriminações de qualquer natureza e com a participação de todos na repartição da riqueza.

O MOMENTO NACIONAL

Na realidade, o Brasil até 1920 mantinha cerca de 72% de sua população na área rural. A partir de então, predominantemente após 1930, as aspirações gerais de industrialização determinaram um início de migração campo-cidade em cujas periferias foram se instalando, de forma incipiente, as indústrias. A estrutura econômica do País começou a mudar e o setor primário a transferir capital e força-de-trabalho para o setor secundário. Uma série de políticas e estratégias de industrialização facilitaram e estimularam aquela transferência.

O grande empuxe talvez possa ser localizado em 1958 com a instalação da indústria automobilística em São Paulo, com os efeitos multiplicadores verticais e horizontais que de lá resultaram.

Em consequência, já em 1978 apenas 36% da população economicamente ativa vivia no campo. Alterações dessa magnitude não se processam sem problemas e dificuldades de toda ordem. Trata-se de um processo de aceleração crescente com reflexos na infra-estrutura econômica e social bastante amplos. Problemas de mercado, preços, abastecimento, habitação, educação, saúde etc. se acentuam a cada momento, já hoje caracterizando os conhecidos efeitos perversos.

A predominância da pequena e média empresas com bases gerenciais e de administração arcaicas, caracterizando sociedades fechadas, a conseqüente insuficiência de capitais, de renda e poupança, geravam insatisfatória política de investimentos. O Estado é chamado a intervir para disciplinar a ordem econômica e possibilitar apoio de crédito a essas empresas, situação que permanece até nossos dias.

A insuficiência de capitais concorreu também para a instalação das empresas multinacionais e a captação de outras poupanças externas para acelerarem nosso processo de Desenvolvimento.

A existência de petróleo barato condicionou a infra-estrutura industrial do Brasil que experimentou índices significativos de crescimento do produto desde 1967, tornando-nos conhecidos por alguns como o país do milagre econômico.

Efetivamente a comparação das estatísticas que se seguem é extremamente favorável:

DIMENSÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA (1973 e 1978)

MAGNITUDES GLOBAIS	1973	1978*	AUMENTO %
População (Milhões)	101,4	116,4	15
População Economicamente Ativa	36,1	41,9	16
PIB (Per Capita)			
Cr\$ de 1978	24.201	29.255	21
US\$ de 1978	1.308	1.580	21
Investimento Bruto Fixo			
Cr\$ de 1978	557,9	751,2	34
US\$ de 1978	30,2	40,6	34
Produto Industrial			
Cr\$ Bilhões de 1978	704,2	1.004,1	42
Produto Agrícola			
Cr\$ Bilhões de 1978	267,4	336,9	26
US\$ Bilhões de 1978	14,6	18,4	26
Exportações			
US\$ Bilhões de 1978	6,12	12,5	100

* Estimativa

INDICADORES ECONÔMICOS – 1973 e 1978

SETORES	1973	1978*	AUMENTO%
Energia Elétrica			
Potência Instalada (Milhões de KW)	15,4	25,4	65
Consumo (Bilhões de KW/H)	55,1	98,2	78
Petróleo			
Reserva (Milhões de M ³)	123	177	44
Capacidade de Refino (Mil Barris/dia)	805	1.219	51
Carvão Mineral			
Produção (Milhões de T)	5,6	12,0	114
Reservas (Bilhões de T)	6,8	21,0	209
Produção			
Aço em Lingotes	7,1	13,0	83
Produtos Petroquímicos Básicos (Eteno, Propeno, Benzeno etc)	647,4	1.402,9	117

SETORES	1973	1978 *	AUMENTO %
Fertilizantes Nitrogenados	114,0	353,1	210
Fertilizantes Fosfatados	333,0	1.432,0	330
Cimento	13,4	23,1	72
Celulose	972,0	1.542,0	59
Bens de Capital			
Valor de Transformação Industrial (Cr\$ Bilhões de 1978)	157,9	211,4	34
Construção Naval (Mil TPB)	247,8	622,1	151
Produção de Tratores (Mil)	43,7	62,5	43
Produção de Caminhões (Mil)	64,9	89,9	31

* Estimativa.

INDICADORES ECONÔMICOS — 1973 e 1978 (Continuação)

SETORES	1973	1978 *	AUMENTO %
Bens de Consumo Duráveis			
Automóveis Etc	558,0	940,0	68
Refrigeradores	1.029,0	1.584,0	54
Televisores	1.497,0	2.510,0	68
Rádios e Fonógrafos	1.211,0	1.828,0	51
Bens de Consumo não Duráveis			
Valor da Transformação Industrial (Cr\$ Bilhões de 1978) em			
Alimentos	93,5	118,4	27
Têxteis	73,4	81,6	27
Vestuário e Calçados	33,3	39,7	19
Abastecimento			
Centrais de Abastecimento (Nº)	7	20	186
Armazenamento (Milhões de T)	21	47	124
Hortomercados	21	42	100
Transportes			
Rede Pavimentada (Federal)	36,3	43,6	20
Comunicações			
Telefones (Milhões)	2,4	5,6	133
Rede Nacional de Telex			

SETORES	1973	1978*	AUMENTO %
(Mil Terminais)	4,1	23,9	483
Localidades com DDD	138	533	286

* Estimativa

Efetivamente o Brasil possui hoje uma estatura estratégica radicalmente diferente, e relativamente ao PIB nos colocamos hoje como a nona economia do mundo. Tal fato nos induz a especular sobre um dos objetivos da Revolução de 1964 de nos colocar entre as primeiras potências do mundo ao final do século.

Hoje, encontramos-nos na posição ambivalente do último país desenvolvido, ou o primeiro dos subdesenvolvidos, fato preocupante pela constatação de que, na realidade, os indicadores globais que nos colocam nessa circunstância, mascaram o fato de que somos "ilhas" em estágios diferentes de desenvolvimento em nosso próprio país.

Nosso modelo econômico de desenvolvimento, como já nos referimos, baseou-se no pressuposto do petróleo barato e assim toda uma infra-estrutura viária e industrial foi montada. Abaixo é retratada em termos de energia a situação atual:

DA ENERGIA PRIMÁRIA UTILIZADA NO PAÍS

42% é oriunda do petróleo.

Desse percentual, importa-se 83%

cujo valor é, aproximadamente, US\$ 7 bilhões (79)

CONSUMO SETORIAL DE PETRÓLEO NO PAÍS:

Transportes: 45%

Setor Secundário: 34%

Demais Segmentos: 21%

Este fato, por si mesmo grave em termos de dependência externa, vem de agravar-se pelos acontecimentos no Oriente Médio, nosso principal supridor de petróleo, que acarretam extrema instabilidade política e reflexos econômicos graves. Resulta daí, no curto prazo para o Brasil, um grau de vulnerabilidade à nossa Segurança Nacional extremamente preocupante.

E não é só o problema físico da existência do petróleo importável. A constante variação do preço internacional está castigando nosso balanço de pagamentos, comprometendo nossas reservas e agravando a inflação interna pela internalização da externa por essa via. Esses fatos refletem um quadro de preocupações diversas conforme nos mostra a tabela a seguir:

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

DISCRIMINAÇÃO	1973	1974	1975	1976	1977	1978
PtB — Real (Variação Anual)	14,0	9,8	5,6 (E)	9,0 (E)	4,7 (E)	6,0 (E)
Inflação (I.G.P. DI)	15,7	34,5	29,4	46,3	38,7	40,8
Balança Comercial — (1)	7,0	-4.690,3	-3.540,4	-2.254,7	96,8	-988,5 (E)
Reservas — (1)	6.146,0	5.269,0	4.041,0	6.544,0	7.256,0	11.895,0
Dívida Líquida (1)	6.156,0	11.897,0	17.130,0	19.351,0	24.781,0	31.616,0
Relação Dívida Líquida/ Exportação	0,99	1,50	1,98	1,91	2,04	2,50
Saldo B.P. em C/Corrente (1)	-1.688,0	-7.122,4	-6.700,2	-6.017,1	-4.037,3	-5.891,7
Meios de Pagamento — M ¹ (Variação Anual)	47,0	33,5	42,8	37,2	37,5	42,3

Fontes: FGV, BACEN, CACEX, CIEF.

Obs: (E) — Estimativas

(1) — US\$ milhões

Além da delicada posição da dívida externa brasileira, estamos convivendo com elevado endividamento interno também preocupante.

As justas ansiedades de investimentos para o Desenvolvimento Nacional, explicam as situações em ambos os casos. A desejada substituição das importações de insumos básicos e bens de capital acentuada em política específica no princípio desta década, veio a resultar investimentos diretos predominantemente em infraestrutura e no setor secundário. Neste último, alguns segmentos apresentam hoje inaceitável capacidade ociosa num país carente de capitais, como por exemplo:

	Capacidade ociosa
— tratores e máquinas de terraplenagem	45%
— máquinas e acessórios	45%
— equipamento de comunicações	45%
— equipamentos para agricultura (exceto tratores) . . .	34%
— veículos ferroviários	34%
— mecânica	22%
— máquinas motrizes não elétricas	22%
— material eletrônico	16%
— bens de capital de modo geral	22%
— outros	

Entretanto, o quadro a seguir nos mostra o quanto está sendo importante esse programa de investimentos voltado para os insumos básicos em virtude de demandas previstas e comprometimentos adicionais futuros do balanço de pagamentos.

Programas de Insumos Básicos

Programas	Balanço Demanda/Capacidade Instalada *						Acréscimo de Capacidade Instalada 81/74	Investimentos no período 1974/81	
	1974			1981				US\$ Milhões	Cr\$ Milhões
	Demanda	Capacidade Instalada	Saldo	Demanda	Capacidade Instalada	Saldo			
1. Papel e Celulose	3.480	3.650	+ 190	5.690	7.580	+ 1.990	110	3.200	55.600
2. Fertilizantes (a)	1.800	270	- 1.530	4.250	2.510	- 1.740	830	2.000	34.700
3. Defensivos Agrícolas	101	27	- 74	250	130	- 120	380	180	3.300
4. Não-ferrosos Comuns (b)	650	314	- 336	1.035	961	- 74	206	2.200	38.200
5. Siderúrgico (c)	10.500	8.000	- 2.500	18.900	20.100	+ 1.200	134	16.600	288.300
6. Petroquímico (d)	420	320	- 100	1.030	1.140	+ 110	258	3.500	60.800
7. Alcool (e)	600	900	+ 300	4.000	4.000	—	344	1.360	23.600
TOTAL								29.050	504.800

FONTE: SEPLAN

(a) — Nutrientes.

(b) — Capacidade instalada de metal primário mais oferta de metal secundário.

(c) — Aço líquido

(d) — Eteno

(e) — Em milhões de litros

— Taxa de conversão: US\$ 1,00 = Cr\$ 17,37 (meio/78).

* — 1.000 T.

Note-se, por exemplo, no caso do álcool, que para uma demanda em 1981 equivalente à capacidade instalada, necessitou-se investir cerca de 24 bilhões de cruzeiros, e trata-se de um segmento voltado para a instalação de uma fonte alternativa para o petróleo.

O quadro a seguir nos mostra que nossa agricultura foi a grande fonte de sustentação em curto período de 13 anos do crescimento no setor secundário. Hoje, nos encontramos na situação de reversão dessa tendência com vistas a melhorar nossas exportações e atender ao carente mercado interno de produtos primários. Tal fato é, claramente, um dos Objetivos Nacionais Atuais.

Produto Interno Bruto, Segundo Ramos de Atividade

Cr\$ Bilhões/1979

Períodos	Agricultura		Indústria		Serviços		Total
	Valor	Participações no Total	Valor	Participações no Total	Valor	Participações no Total	Valor
1965	7,0	15,9%	14,3	32,5%	22,7	51,6%	44,0
1978	387,7	11,2%	1.279,7	37,1%	1.782,0	51,7%	3.449,4

Fonte: IBRE/FGV

Base: 1965 = 100

É bem verdade que a pujança de nossa indústria tem se revelado também nas exportações onde, aproximadamente, 50% se referem a produtos industrializados, manufaturados ou semi-manufaturados. Como se vê no quadro abaixo a participação do empresário tem sido significativa no esforço de exportação brasileira quando passamos de 7,9 bilhões em 74 para 12,6 bilhões em 1978. Porém, claramente esse esforço não foi suficiente face às necessidades de importações que em 78 significaram 13,6 bilhões de dólares, dos quais, lamentavelmente, 7 bilhões correspondem à importação de petróleo.

Balança Comercial Brasileira

					US\$ Milhões	
Ano	Importação	Incremento (%)	Importação	Incremento (%)	Participação Mundial (%)	
					Exp.	Imp.
1974	7.950	28,26	12.641	104,15	1,0	1,8
1975	8.669	9,04	12.210	3,41	1,0	1,7
1976	10.128	16,82	12.382	0,55	1,1	1,5
1977	12.120	19,67	12.023	2,07	1,2	1,3
1978	12.658	4,45	13.639	13,44	1,0	1,3

Fontes: — CACEX
— FMI

Uma nação que se jacta de ser a nona economia do mundo ocidental em termos de PIB, não pode significar em termos de exportação mundial apenas 1% de todo o comércio. Nossa potencialidade reclama novos esforços e os senhores empresários com a necessária visão macroeconômica, terão que responder a esse desafio. É claro que compreendemos todos que novas conquistas no mercado mundial não se fazem sem grandes esforços o que implica em ação conjunta e ágil governo-empresários.

Sabemos ser meta para 1980, já divulgada pelo Ministro Delfim Netto, exportações no total de 20 bilhões de dólares, o que significa um esforço de aumento de mais de 50% dos níveis alcançados em 1979. Para cumprir esse propósito uma série de medidas de política financeira terão que ser adotadas "vis a vis" com o devido estímulo à participação do empresário que, como é óbvio em uma economia de mercado, terá que ter seus interesses financeiros atendidos.

Aliás, não nos resta outra alternativa senão a de buscarmos a participação consciente de todos nesse esforço de exportação pelas perspectivas da dívida bruta e do seu serviço nos próximos dez anos. Quaisquer projeções que têm sido ensaiadas apresentam de modo geral resultados aproximados. A simulação abaixo, do Economista Lengruber, por exemplo, apresenta números preocupantes nas três hipóteses que levanta:

Simulação feita pelo Economista Lengruber da FGV

Valores Previstos p/1989 em US\$ Bilhões

	Hipótese Otimista	Hipótese Pessimista	Hipótese Realista
Dívida Bruta	101	248	177
Exportações	65	49	55
Serviço da Dívida	20	49	35

O atual quadro, entretanto, não deve ser de molde a atitudes pessimistas, uma vez que nosso País apresenta uma série de características que, a nosso ver, lhe emprestam toda viabilidade como nação emergente e em saliência no conturbado panorama mundial.

Por isso mesmo, e de forma sucinta, quatro são os Objetivos Nacionais Atuais estabelecidos pelo Governo:

- crescimento do PIB às maiores taxas possíveis;
- controle e ajustamento do balanço de pagamentos;
- desaceleração e controle da inflação;
- atendimento interno e a longo prazo de nossas necessidades de energia.

Ao optar por uma postura otimista e de crescimento, o Governo descartou qualquer ação estratégica que conduzisse à recessão. E é não só otimista como pragmática tal posição, porque se não crescermos estaremos concorrendo para a criação de um clima de tensões sociais pelo não atendimento dos necessários um milhão e meio de empregos novos por ano. Como sabemos, os diversos graus de tensão social podem resultar em razões de insegurança e nesse caso meios escassos teriam que ser alocados para o atendimento da área da Segurança em detrimento do Desenvolvimento.

O balanço de pagamentos tal como está, as perspectivas de futuras grandes importações de petróleo e a premente necessidade de captação de novos empréstimos externos, vão acarretar uma série de ações estratégicas e aplicação de determinados instrumentos que, inexoravelmente, implicarão na participação de todos, notadamente os empresários. A questão pode ser colocada hoje como de sobrevivência nacional. Sobrevivência de nosso sistema econômico, do regime político que lhe dá coerência e portanto de nosso modelo de desenvolvimento econômico.

Quanto à desaceleração e controle da inflação parecem-nos óbvias as preocupações atuais que devem ser de todos nós. A inflação é tecnicamente indesejável porém é muito mais penosa para a faixa mais carente da sociedade, em nosso caso cerca de 70% da população economicamente ativa, o que nos leva a especular sobre o perfil da distribuição de renda.

Na área de interesse empresarial voltada para esse aspecto, onde o salário é efetivamente o indicador real, o Brasil está vivendo um momento difícil. Se a concentração se deu, por necessidade de capitalização no início da arrancada para o desenvolvimento, não se pode mais conviver, sem apreensões, com diferenciais de salário de 1 para 20, 1 para 30, 1 para 50 e às vezes mais, em diversas de nossas empresas.

A distribuição mais justa de renda é a contrapartida do trabalho. É o salário. Porém, num país onde a qualificação da mão-de-obra é precária esse nível salarial é naturalmente baixo. Portanto, além de ser buscada uma elevação de salários mais justa em cada empresa, seja pela melhor repartição dos lucros, seja pelo aumento da produtividade, deve o empresário participar ativamente no esforço de qualificação desse homem entendendo esse problema também seu e não apenas do Estado.

Pragmaticamente, devemos lembrar que mão-de-obra de baixa qualificação obriga seja adotada tecnologia de mão-de-obra intensiva, que conflita com aumento de produtividade e assim com nossa possibilidade de exportar. Porém, a qualificação desse homem só poderá ser feita através de educação cuja resposta é lenta, e nossos problemas estão a demandar pronta resposta hoje. Daí entendermos participação a ação dos empresários em suas áreas de atuação, na busca de qualificar sua própria mão-de-obra em benefício seu e do todo nacional, em que pese algum custo inicial aparentemente inócuo.

Quanto às necessidades de energia, a conjuntura recente justifica ampla preocupação dos brasileiros. Encontrar alternativas para o petróleo em nosso País é pensar em biomassa. É pensar no sol abundante em todos os quadrantes. Podemos e devemos plantar energia o que nos vincula a qualquer estratégia voltada para o setor primário, para a agricultura, capaz, não só de ocupar mão-de-obra sem qualificação mas de retardar as migrações campo-cidade e é capaz ainda de criar excedentes exportáveis e de produzir alimentos em maior quantidade e conseqüentemente mais baratos.

Recentemente a imagem de uma economia de guerra foi posicionada por nosso Presidente, num verdadeiro chamamento psicológico. A razão principal foi o acréscimo violento do preço do barril de petróleo de dez para vinte e dois dólares, com perspectivas altistas a curto prazo. Num quadro clássico de economia de guerra certas ações estratégicas são óbvias, porém, trata-se de uma economia de guerra, sem guerra e dentro de um regime de vida democrático.

No quadro abaixo onde podemos apontar algumas características da economia de guerra em nosso País, ações e conseqüências previsíveis tornam enfáticas a participação compreensiva e responsável do empresariado.

SEGMENTOS	ESTRATÉGIAS	CONSEQUÊNCIAS ESPERADAS
Produção	<ul style="list-style-type: none"> — Reorientação do esforço produtivo — Aumento da produtividade — Reorientação da mão-de-obra 	<ul style="list-style-type: none"> — Mudança na estrutura produtiva — Diminuição de bens supérfluos — Racionalização na produção de bens duráveis — Aumento de bens de consumo essencial — Recessão parcial no setor secundário — Aproveitamento de mão-de-obra no setor primário
Consumo	<ul style="list-style-type: none"> — Restrição seletiva 	<ul style="list-style-type: none"> — Racionamento em grau variáveis — Mudança nos hábitos — Menor consumo conspícuo — Situação de escassez seletiva
Energia	<ul style="list-style-type: none"> — Procura de fontes alternativas — Aumento da produção de petróleo — Utilização plena das fontes existentes 	<ul style="list-style-type: none"> — Novos contratos de risco — Ênfase tecnológica na pesquisa energética — Problemas ecológicos — Limitação das importações
Conta corrente	<ul style="list-style-type: none"> — Diversificação dos empréstimos — Reescalamento da dívida 	<ul style="list-style-type: none"> — Dificuldades de fontes de crédito — Dificuldades alfandegárias
Com o exterior	<ul style="list-style-type: none"> — Economia de divisas — Esforço nas exportações 	<ul style="list-style-type: none"> — Turismo declinante — Maximização do "escambo"
Inflação	<ul style="list-style-type: none"> — Reorientação e controle dos investimentos — Controle de preços — Contenção salarial 	<ul style="list-style-type: none"> — Diminuição de créditos e investimentos — PIB crescendo a taxas menores — Reflexos políticos — Insatisfação social — Desemprego
Estado	<ul style="list-style-type: none"> — Maior controle na vida econômica — Adaptação das empresas estatais ao esforço comum 	<ul style="list-style-type: none"> — Legislação apropriada — Maior fiscalização — Implicações de segurança econômica

A intensidade das ações explicitadas e a intensidade das conseqüências serão função da evolução da conjuntura e da perfeita atuação do verdadeiro trabalho em equipe governo-empresários. Nesta oportunidade é importante lembrar o real significado da pesquisa científica e tecnológica realizada a nível de empresas ou grupo de empresas, a despeito, ou em paralelo, com esforço semelhante governamental. É através dessa pesquisa que criaremos nossa própria tecnologia minimizando, pela correta seleção do esforço de pesquisa, o ônus que hoje representa nossa dependência tecnológica do exterior o que é perfeitamente refletido em nosso balanço de pagamentos. Trata-se aqui de mais um dilema, pois aplicar-se recursos de capital naturalmente escassos em pesquisa científica e tecnológica cujo retorno é problemático ou muito lento, conflita com as necessidades de criação rápida de mais riqueza, mais renda, mais poupança e conseqüentemente mais investimentos diretamente na produção. Entretanto, lembramos que os EUA, hoje detendo cerca de 50% do mercado mundial de tecnologia, de 30 ou 40 anos para cá têm, para isso, aplicado em torno de 3% do seu PIB (cerca de 70 bilhões de dólares em 1979).

A participação que pretendemos mostrar é bem caracterizada pela posição daquele empresário que a nível de sensibilidade de sua empresa entendesse correta uma dispensa de 20 ou 30 empregados para diminuição de seus custos operacionais e que, simultaneamente com visão macroeconômica concluisse que o fator de produção abundante em quantidade e carente em qualidade, o trabalho, estaria nesse sentido penalizado. Não concorrer para elevar a taxa de desemprego é evitar problemas e tensões sociais no momento seguinte, obviamente não é de interesse de ninguém especificamente e pode comprometer, como um todo, o sistema econômico que adotamos.

Este e outros dilemas macroeconômicos, a despeito do enfoque naturalmente pragmático do empresário, deve ser motivo da preocupação de todos. Assim, se há uma decisão imperativa de investir no processo de desenvolvimento para o crescimento do produto é preciso concentrar renda, e, ao concentrar-se renda podemos estar minimizando ou acumulando a necessária distribuição de renda. Se os recursos internos são insuficientes para o nível de investimento desejado, não resta alternativa senão captá-los no exterior seja via empréstimo ou investimentos diretos, seja pela admissão das empresas multinacionais aproveitando suas vantagens mas, conscientes de seus riscos.

Se desejarmos sofisticar nossa tecnologia para aumento de produção e produtividade não podemos conviver com um quadro amplo de tecnologia rotineira que vem absorvendo nossa mão-de-obra de baixa qualificação. Porém essa é a realidade com a qual temos que conviver buscando minimizar conflitos.

Se nossas empresas são pequenas e médias em sua maioria, resta-nos fortalecê-las, o que se fará pelo fortalecimento do mercado interno principalmente, logo o poder aquisitivo do assalariado predominante nesse mercado, deve ser compatível com o nível de fortalecimento desejado dispondo de salário adequado.

Em conseqüência, uma indagação óbvia do empresário participante do processo seria: estará a oferta de nossos produtos como um todo coerente com o

perfil da demanda nacional em cada setor observado? O que posso fazer para evitar elitismos indesejáveis ou desperdícios inaceitáveis?

Não é menos conflitante a nível de Governo a utilização de instrumentos amplos de ação econômica como bem nos indica o quadro que se segue:

Ação Conflitante dos Instrumentos no Curto Prazo

Instrumentos	Efeitos sobre os Objetivos		
	Estabilidade de Preços	Crescimento	Equilíbrio do Balanço de Pagamentos
Política Monetária (Contracionista)	Favorável	Desfavorável	Favorável
Política de Gastos Públicos (Restritiva)	Favorável	Desfavorável	Favorável
Política Cambial (Desvalorização)	Desfavorável	Favorável	Favorável
Política Salarial (Liberal)	Desfavorável	Favorável	Desfavorável

O problema será corretamente equacionado na medida em que o equilíbrio e intensidade da aplicação dos instrumentos possam ter seus resultados, ágil e corretamente, avaliados pela análise de estatísticas confiáveis. Ademais, a participação do empresário se impõe pelo menos em dois sentidos; ao agir conscientemente e positivamente quando da aplicação do instrumento e pela análise crítica da validade dos resultados.

CONCLUSÃO

Entendemos grave a conjuntura econômica brasileira atual. Há motivos estruturais internos a agravá-la e, como é notório, motivos externos fundamentalmente ligados à importação de petróleo. São problemas que estão afetando o desenvolvimento e a Segurança Nacionais.

Como buscamos salientar, o Estado democrático moderno age em nome do povo buscando aumentar seu bem-estar e minimizando as razões eventuais de sua insegurança. É, por isso mesmo, democrático.

Porém, não é só o Governo responsável único numa democracia pelo sucesso ou insucesso na solução dos problemas nacionais. A prazo médio e por via eleitoral, poderá sempre ser buscada a renovação dos quadros políticos para serem tentadas novas soluções para aqueles problemas, e isto envolve o povo e um período governamental.

O momento atual está caracterizado pela agudeza dos problemas econômicos num quadro de abertura voltado para o atingimento de uma democracia plena e brasileira. Assim, o empresariado nacional, integrante especial do povo, tem inelutáveis responsabilidades de participação, no sentido de ajudar a demonstrar em nosso país que um regime democrático pleno só se atinge com liberdade individual e respeito à dignidade da pessoa humana. E ainda, que esse regime, o mais próximo do ideal possível, só poderá ter coerência em um sistema econômico no qual seja respeitada a livre economia de mercado e a propriedade privada do capital, porque fora disso estaria comprometido o sentido de liberdade referido. É bastante claro, que o Capitalismo moderno está impregnado de conquistas sociais que, minimizando seus aspectos selvagens iniciais, incorporaram uma certa ética ao móvel do sistema que é o lucro.

É, portanto, direito e dever do empresário participar compreensiva e responsabilmente para o sucesso da política e estratégias governamentais, porque caracterizam e consubstanciam seu próprio envolvimento. A realização de novos dados para alteração de rumos, metas, objetivos etc, se fará predominantemente pela ação do empresário.

Sem esperar esgotar todas as ações possíveis, apresentamos nossa visão da participação do empresário no momento nacional quer como dever, quer como direito.

PARTICIPAÇÃO DO EMPRESÁRIO

(Compreendendo que todas as ações tendentes a comprometer o Sistema Neocapitalista são indesejáveis).

COMO DEVER

- Aumentar a produtividade de suas empresas, inclusive pela adoção de novas técnicas e pesquisas próprias;
- Diminuir as injustiças salariais;
- Propiciar condições seguras e dignas ao trabalhador propiciando, ainda, o aumento de sua capacitação;
- Evitar especulação e prática de controle exclusivo de mercado;
- Não concorrer para o consumo conspícuo;
- Preservar o meio ambiente;
- Maximizar lucros, compreendendo o sentido social dos tributos, taxas e outras obrigações;
- Manter seus órgãos de classe correta e adequadamente informados;
- Reorientar seu esforço de produção para: diminuir eventual capacidade

ociosa; ou, aproveitá-la para o esforço de exportação e; adequar-se ao perfil de consumo de massa;

E, consequência de seus deveres, pode, ainda, o empresário:

COMO DIREITO

- Levar ao Governo seu ponto de vista quanto aos problemas econômicos;
- Atuar em seus órgãos de classe para influir na formulação de políticas;
- Participar e concorrer para o êxito das estratégias do Governo;
- Eventualmente, agir para a alteração dessa política e das estratégias;
- Tomar decisões com liberdade e responsabilidade no mercado;
- Concorrer para baixar normas dentro de seu setor;
- Buscar representar-se no Congresso para defesa de seus interesses;
- Procurar participar nas ações de órgãos federais, estaduais e municipais.

Esperar que o País rompa as amarras do subdesenvolvimento pela ação de uns poucos é irreal, injusto e pouco prático.

Trata-se, isto sim, da participação de todos.

Ainda que reconheçamos como Francis Bacon que a esperança é boa apenas para o desejo mas insuficiente para a ação, estamos certos que cultivando a esperança da participação de todos na solução dos problemas que afligem nosso País, transformaremos em realidade o desenvolvimento harmônico que todos buscamos.



BNH APLICA RECURSOS EM PROGRAMAS HABITACIONAIS PARA MILITARES

Recursos da ordem de Cr\$ 8,1 bilhões (14.937.294 UPC), em valores corrigidos, foram aplicados pelo Banco Nacional da Habitação em programas habitacionais para militares, nos últimos 12 anos. Obteve-se, com isso, a construção de mais de 12 mil casas produzidas, através das caixas militares, pelos programas de cooperativas e de institutos.

Para este ano, o BNH aprovou a realização de mais de 20 mil casas para militares das três Forças Armadas, que envolverá recursos no montante de Cr\$ 13,8 bilhões (25.380.000 UPC). Desse montante, 10.310 unidades serão produzidas pelo Programa Habitacional Empresa (Prohemp), enquanto 2.047 serão financiadas através de institutos e 1.730 por cooperativas.

ATUAÇÃO

Cerca de oito entidades de servidores militares atuam, hoje, como agentes promotores do Sistema Financeiro da Habitação em projetos habitacionais para oficiais e suboficiais. Quando o BNH foi criado em 1964, seus estatutos já incluíam as caixas militares como agentes do Sistema. Foi, no entanto, em 1967 que as primeiras instituições obtiveram credenciamento junto ao Banco.

Pelo Exército, as entidades associativas são a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar, a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, a Cooperativa Habitacional do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército e a Caixa de Financiamento Imobiliário do Exército (CFIEx). Através da Marinha, operam no SFH a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval e Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha, sendo os representantes da Aeronáutica a Carteira Hipotecária do Clube da Aeronáutica e a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica. A Carteira Hipotecária e Imobiliária do Corra (Clube dos Oficiais Reformados e da Reserva das Forças Armadas, que atende indistintamente às três armas, é também agente do BNH.

AS CAIXAS

Cerca de Cr\$ 2,98 bilhões foram aplicados, através das caixas do Exército, no período 1967/1979, na realização de empreendimentos habitacionais. Somente a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar financiou a 2.414 habitações com recursos do Banco da ordem de Cr\$ 1,6 bilhão (3.109.575 UPC), valores corrigidos pela UPC de Cr\$ 546,64. Para este ano a entidade pretende construir, através do Programa Institutos, 34 unidades em Curitiba.

Enquanto a Cooperativa Habitacional do Clube Militar absorvida pela Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército credenciada, recentemente, junto ao Banco — realizou 2.591 projetos, a Caixa de Financiamento Imobiliário do Exército (CFIEx) destinou Cr\$ 38 milhões para a produção de habitações.

Com relação à Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval, desde 1975 operando como agente do BNH, o volume de contratações ultrapassou a casa de 1.200 moradias em todo o País no período 1975/1979, além de envolver recursos que totalizaram a importância de Cr\$ 1,2 bilhão (2.239.831 UPC). Atualmente, encontra-se em análise no BNH empreendimento de 1.344 unidades habitacionais em Nova Iguaçu, no valor de Cr\$ 601 milhões (1.100.000 UPC).

Ainda, dentro do âmbito do Ministério da Marinha, foram financiadas cerca de 2.910 moradias no ano passado, estando, no momento

em exame, projetos para a produção de mais 1979 unidades, além de 310 imóveis construídos através do Prohemp. Desse total, 208 unidades serão realizadas em Manaus. Tais projetos são da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha.

No atendimento aos servidores do Ministério da Aeronáutica, a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube da Aeronáutica financiou, nos últimos 12 anos, 1.421 residências. Já a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Corra executou a construção de 572 unidades habitacionais e deverá construir mais 160. Cerca de 226 moradias deverão ser ainda produzidas, este ano, pela Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica, que canalizará recursos da ordem de Cr\$ 146 milhões para o empreendimento.

Convênio para a construção de 10 mil habitações está para ser efetivado entre o BNH e o Ministério do Exército, na área do Prohemp, em diversos Estados. O projeto demandará recursos do BNH de Cr\$ 10,9 bilhões (20.000.000 UPC) e, atualmente, encontra-se em fase de tramitação pelo Congresso Nacional, a fim de obter aprovação para sua execução uma vez que a operação envolve órgão da administração direta da União.

HABITAÇÕES FINANCIADAS PERÍODO 1967/1979

Programa	Nº de Unidades	Recursos BNH/UPC*	Recursos BNH/Cr\$
Cooperativas	9.448	11.767.372	6.432.516.230,08
Institutos	2.910	3.169.922	1.732.806.162,08
Total	12.358	14.937.294	8.165.322.392,16

* Valor da UPC: Cr\$ 546,64

NO BNH

No BNH a área responsável pelos financiamentos habitacionais, através do sistema de cooperativas, é a Carteira de Programas Cooperativos e Especiais).

Assim, todos os pedidos de concessão de financiamento para a construção de conjuntos habitacionais por esse sistema, encaminhados ao Banco, são examinados na CPC. O mecanismo é o seguinte: o agente financeiro solicita o empréstimo ao BNH e este estuda a sua viabilidade. Se o parecer for favorável, o agente financeiro é comunicado para dar o sinal verde para a implementação do projeto.

Caberá ao agente promotor, no caso as cooperativas, a execução do empreendimento. A renda familiar exigida aos compradores de habitações nestes empreendimentos compreende a faixa de 5 a 12 salários mínimos.

Em 1979, este programa sofreu várias reformulações de forma a agilizar sua execução. Assim, houve redução no custo das unidades através de uma desburocratização nos processos de aprovação dos projetos.

A Diretoria de Programas Habitacionais Cooperativos e Habitacionais, do BNH, idealizou programas como Cooperativas, Institutos, Prohemp, Prosindi, Prohasp e Hipotecas. De todos eles, o de Cooperativas é o mais antigo e o mais conhecido.

Considerando-se as diversas modificações que vêm sendo introduzidas no Sistema Financeiro da Habitação, em função da nova política habitacional, voltada especialmente para a redução dos custos das unidades financiadas, a fim de atingir uma população maior, é de se prever, nos próximos cinco anos, um incremento na produção de casas para militares.

PROJETOS INICIADOS

Em 1980

Programas	Nº Unidades Financiadas	Recursos Estimados (Em UPC) *	Recursos Estimados (Em Cruzeiros)
Cooperativas	1.730	1.615.498	883.095.826,72
Institutos	2.047	3.074.483	1.680.635.387,12
Prohemp	10.310	20.690.019	11.309.991.986,16
Total	22.667	25.380.000	13.873.723.200,00

* UPC = 546,64



INFORMAÇÕES

NOVO MODELO ECONÔMICO DO GERES OFERECE MAIS OPORTUNIDADE PARA DESENVOLVER O ESPÍRITO SANTO.

Recentemente aprovada pelo Governo Federal, a nova regulamentação que disciplina as normas operacionais do Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo — GERES, criou condições suficientemente fortes para que o Governo do Estado, através desse mecanismo, possa agilizar os programas industriais localizados ou a se localizar no Estado.

Sob a direta coordenação da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, este órgão colegiado tem por norma identificar oportunidades de investimentos, aprovar e apoiar planos, pesquisas e estudos relativos à recuperação econômica do Espírito Santo, cabendo-lhe, também articular-se com organismos oficiais de desenvolvimento, com vistas à execução do programa e projetos aqui localizados, assim como disciplinar e administrar os recursos financeiros que compõem o FUNRES — Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, analisar e aprovar projetos e programas, além de acompanhar e fiscalizar a execução desses projetos.

MODELO PROGRAMÁTICO

Já com um acervo de bons serviços prestados ao desenvolvimento do Espírito Santo, mas ultimamente com uma política muito acanhada relativamente ao desenvolvimento que se instalou no Espírito Santo após a fase dos Grandes Projetos Industriais, a nova ação do GERES está desenvolvida para os seguintes objetivos principais:

— interiorização do processo de desenvolvimento, procurando-se diminuir os desníveis existentes entre as diversas regiões capixabas; elevação do nível qualitativo e quantitativo de

emprego na economia estadual; intensificação do apoio financeiro às micro, pequenas e médias empresas; maximização dos efeitos indiretos dos projetos apoiados sobre a estrutura produtiva do Estado; distribuição mais equitativa da renda gerada e harmonização do crescimento econômico com a proteção aos recursos naturais e a preservação do meio-ambiente.

NOVOS CRITÉRIOS

São estes novos critérios que oferecem ao GERES a verdadeira dimensão de sua importância no desenvolvimento capixaba, possibilitando-lhe aplicações mais "audaciosas" para promover a economia capixaba.

O argumento central utilizado como justificativa das mudanças ora propostas nos critérios programáticos do órgão, foi a necessidade — defendida insistentemente pelo Governador Eurico Resende desde o início de sua administração — de interiorizar o desenvolvimento estadual como forma de eliminar ou pelo menos diminuir o desequilíbrio econômico regional.

Essa nova dimensão do GERES, abandonando de vez o modelo centralizador que somente permitia o acesso de grandes empresas aos incentivos fiscais, permitirá que os recursos de que dispõe o órgão sejam usados na implantação de pequenas e micro-empresas em áreas do interior do Estado de resposta econômica urgente, pois a dinâmica do Espírito Santo está a exigir resultados rápidos no exercício de aplicações financeiras.

ENTUSIASMO

Do entusiasmo do Governador do Estado e de toda a classe empresarial do Espírito Santo como o novo modelo econômico do GERES participa também o Secretário da Indústria e do Comércio, Adhemar Musso Leal, representante do Governo no colegiado do órgão:

"A nova política de aplicação dos recursos do Geres é um instrumento de inigualável atratividade a ser aproveitado pelo Governo no desenvolvimento sócio-econômico do Espírito Santo", disse ele.

CARRO DE COMBATE VERSUS MISSIL ANTICARRO

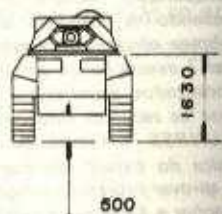
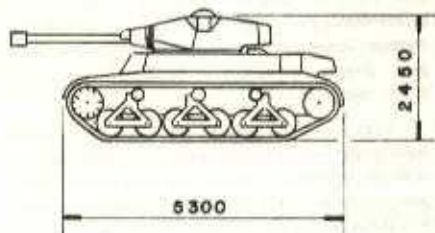
Uma grande inovação, na disputa CC x MAC, acaba de transpirar, dando conta do desenvolvimento em três países do míssil anticarro de terceira geração. Trata-se de um míssil portátil de alcance entre 1500 e 4500 m, e que recebe uma designação de alvo por telêmetro laser. Designado o alvo, o sistema direcional do míssil o conduz até o alvo, através de um mútuo-sistema de controle.

Sabe-se que protótipos têm apresentado um percentual de 97% de acerto, que é considerado um desempenho muito elevado. Esse armamento, colocado à disposição das armas básicas, apoio e serviços nas Forças da OTAN, por certo fará pender novamente a balança em favor dessas forças, diante da desmesurada proporção dos carros de combate em favor do Pacto de Varsóvia, de 8 para 1.

CCL-XIAI

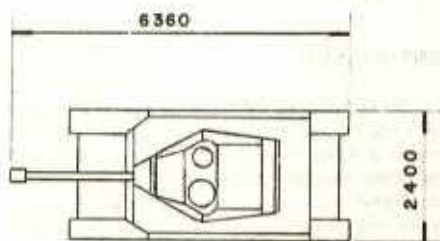
A firma Bernardini S.A. Indústria e Comércio, tradicional indústria metalúrgica de São Paulo, é a produtora e fornecedora das modernas viaturas blindadas adotadas pelo Exército Brasileiro.

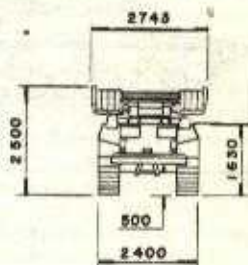
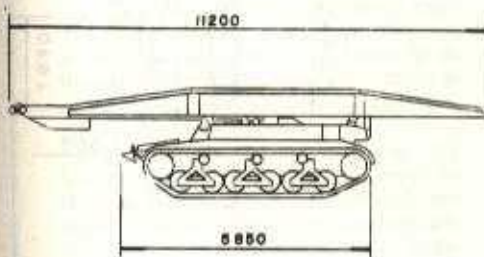
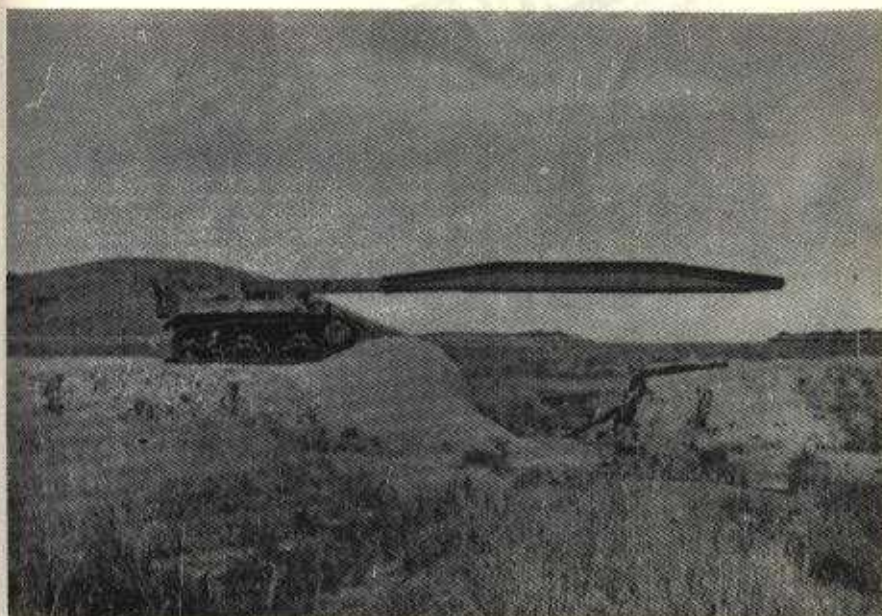
CCL-XIAI — Carro de Combate Leve



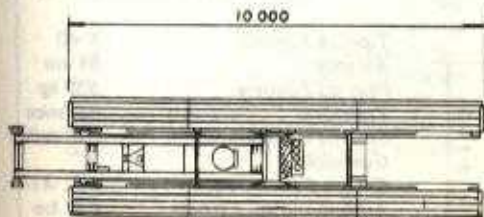
CARACTERÍSTICAS CCL-XIAI

Motor	Scania 280 HP
Peso Total	17.000 kgs
Pressão sobre o solo	0,55 kg/Cm ²
Rampa Máxima	60%
Degrau Máximo	0,80 m
Vau	1,30 m
Velocidade Máxima	60 km/hr
Consumo de Óleo diesel	1,7 km/litro
Canhão	90 Mod 62-F1
Metralhadora .50	1
Metralhadora .30	2
Guarnição	4
Autonomia em Estrada	520 km

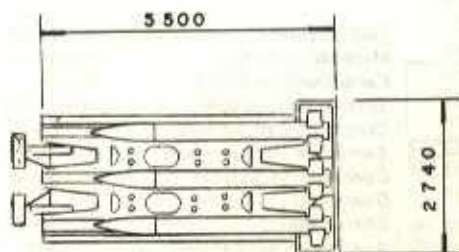
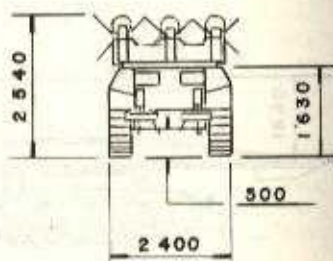
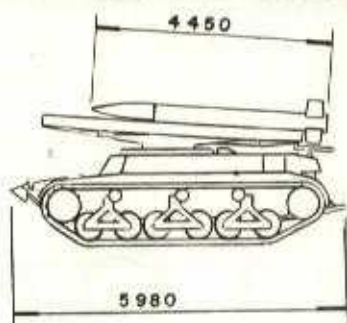




CARACTERÍSTICAS XLP-10



Peso da Ponte	2.750 kgs
Material da Ponte	Alumínio
Capacidade da Ponte	20 ton
Sistema de Operação	Hidráulico
Tempo de Lançamento3 minutos
Tempo de Recolhimento3 minutos
Operador do Sistema	Motorista
Guarnição2
Chassis Básico	CCL-XIAI
Autonomia em Estrada	520 km



CARACTERÍSTICAS XLF-40

Tipo de Foguete	X-40
Alcance	65 km
Peso do Foguete	550 kg
Trajatória	Balística
Sistema de Operação	Hidráulico
Guarnição	3
Chassis Básico	CCL-XIAI
Autonomia em Estrada	520 km



LIVROS

O HOMEM QUE NUNCA EXISTIU — Ewen Montagu. Trad. do Cel. Álvaro Cabral. Rio, BIBLIX, 1978.

As operações de Desinformação diferem da propaganda convencional porque suas verdadeiras origens são ocultas e, normalmente, envolvem alguma forma de ação clandestina. Através da manipulação de dados falsos e, algumas vezes, até verdadeiros, plantados nos canais de comunicação do adversário, este é induzido a mudar os seus planos, provocando perda de tempo, desgaste e, não poucas vezes, a derrota. Quem pode adivinhar que um inimigo que, num só ano, convoca vinte vezes suas tropas de reserva e ocupa os postos de combate, irá atacar na vigésima primeira vez? No entanto, foi por meio desse ardil que os egípcios driblaram astuciosamente as Informações Militares de Israel, atacando de surpresa no Dia do Perdão. A Desinformação e a surpresa estão tão intimamente ligadas que suas intensidades se relacionam de maneira direta. Isto é, quanto maior o esforço da Desinformação, maior será o grau de surpresa.

O último conflito mundial foi particularmente rico em casos desse tipo. Em mais de uma oportunidade, os alemães foram vítimas dos imaginosos enredos que os ingleses plantaram, com mão de gato, nos canais de comunicação de Wehrmacht.

Na madrugada de 10 de julho de 1943, as forças aliadas desembarcaram, tranqüilamente, nas praias da Sicília. O reconhecimento prévio constatou que havia poucas unidades alemãs na zona de desembarque. As guarnições constituídas por tropas italianas não ofereceram resistência significativa. Os combates endureceram, ganhando intensidade, somente no dia 12, quando os aliados se defrontaram com unidades blindadas germânicas. O que havia acontecido?

Uma habilíssima, arrojada e bem planejada operação de Desinformação havia induzido o Alto Comando da Wehrmacht a concentrar suas tropas na Grécia, que chegou a justificar a nomeação de Rommel para comandá-las, e a reforçar as guarnições da Córsega e da Sardenha, à espera da invasão, em prejuízo da Sicília, onde o desembarque efetivamente ocorreu.

Esse caso concreto sobre uma atividade extremamente especializada tomou o exótico nome de OPERAÇÃO MINCEMEAT (Recheio). Seus detalhes permaneceram por longos anos em sigilo. Porém, depois que vários historiadores alemães revelaram alguns aspectos importantes da operação, a inutilidade de mantê-la em segredo tornou-se evidente. Num livro memorável — **O HOMEM QUE NUNCA EXISTIU** —, apresentado, agora, aos nossos leitores, o Capitão-de-Fragata Ewen Montagu descreve, minuciosamente, todas as fases dessa arrojada dissimulação, por ele próprio planejada.

Uma vez concluída a OPERAÇÃO TORCH (conquista da África do Norte), tornou-se óbvio que o próximo esforço dos aliados teria que incidir sobre a parte mais vulnerável da Europa. Se, para os aliados, essa opção, evidente por si mesma, era a Sicília, era igualmente provável que os alemães pensassem da mesma forma. "Com exceção dos idiotas" — asseverava Churchill — "todos sabem que a ilha será o nosso próximo objetivo". A dificuldade, praticamente incontornável, consistia precisamente nisso: o objetivo era, com efeito, a Sicília e o Alto Comando germânico, a despeito de seu pragmatismo, não era nenhum bando de idiotas. Impunha-se, por isso, para os aliados, desfechar uma operação de Desinformação com requintes de tamanha veracidade que pudesse ser aceito por eles próprios, se estivessem no lugar dos alemães.

Ao tempo, funcionava no Ministério da Defesa britânico uma pequena comissão, integrada por oficiais das forças armadas e de civis de vários setores do governo, cuja missão consistia no planejamento da segurança das operações militares. Após longos debates, o autor da presente obra e Chefe da aludida comissão, apresentou um plano com características aparentemente fantásticas, mas que, depois de executado e atingido os seus objetivos, daria título ao livro em exame: **O HOMEM QUE NUNCA EXISTIU**. Esse homem seria um cadáver, disfarçado em oficial de Estado-Maior que levava consigo documentos do Alto Comando aliado, revelando os planos de invasão da Europa, apenas em local diferente daquele suposto pelos alemães, isto é, a Sicília. A causa-moris seria por afogamento, em virtude de seu avião haver-se precipitado no mar em alguma área do Mediterrâneo. O óbito ocorrido em consequência de pneumonia deixa certa quantidade de água nos pulmões. A morte por afogamento apresenta sintomas semelhantes. Não sem alguma dificuldade, a comissão arranhou, afinal, um cadáver com essas características.

Depois de publicado, o **HOMEM QUE NUNCA EXISTIU** tornou-se rapidamente um clássico da Desinformação, citado, obrigatoriamente, em cursos, conferências e adaptado para roteiros de filmes de curta metragem.

Escrito com a seriedade irreverente, tão peculiar ao caráter britânico, **O HOMEM QUE NUNCA EXISTIU** é de leitura extremamente agradável, além de se constituir em exercício de reflexão contínua. O autor descreve, com habilidade incomum, todas as etapas da ação da qual participou, desde o surgimento da idéia básica, dando ao leitor a oportunidade de acompanhar a preparação, a montagem e a execução dessa operação de Contra-Infamação trabalhosa, didática, original e singularmente arrojada.

COLETÂNEA

TERRORISMO, Richard Clutterback, tradução de José Livio Dantas, Agents Editores, Rio de Janeiro 1979, 140 págs.

O terrorismo é uma triste realidade a caracterizar a nossa época, repleta de êxitos científicos e tecnológicos. Motivos ideológicos, políticos, religiosos ou

econômicos são responsáveis por seu aparecimento.

O gesto violento ou desumano e o "atentado" político, é claro, existiram ao longo da História da Humanidade através dos séculos. Há, contudo, em nossos dias, um novo fenômeno: o da intensificação ou exacerbação do terrorismo transformado em instrumento de coação dos governos, de comoção da opinião pública e, até mesmo, em fonte de vultosos resgates.

Causas decisivas dessa exacerbação podem ser identificadas em vários focos: o regime de Fidel Castro, a inspiração revolucionária de Che Guevara, os palestinos revoltados contra o Estado de Israel, o IRÁ com os choques entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte, a aspiração de autonomia dos bascos na Espanha, as Brigadas Vermelhas na Itália, o grupo alemão Baader-Meinhof, o Exército Vermelho Japonês, os Montoneros, os Tupamaros na América Latina, o Ku-Klux-Klan nos Estados Unidos ou a "Máfia siciliana".

A presença do terrorismo, sobretudo no decurso dos últimos vinte anos, passou a ser dolorosamente comum nos noticiários de cada dia. Ninguém escapa à sua sanha. Mulheres ou crianças. Nem um ministro de Estado como o foi Aldo Moro, nem um herói como Lord Mountbatten, tio da Rainha da Inglaterra. Do mesmo modo que jovens mobilizados para o serviço militar, o operário que vai para a sua fábrica, o sacerdote ou o diplomata.

Esse é o sentido elevado dessa obra. Redigido dentro de um plano didático, em linguagem despretenciosa, o livro do General Clutterback, Professor do Departamento de Política da Universidade de Exeter, Inglaterra, foi escrito com a intenção de prevenir e de ensinar a pessoa a defender-se, de prepará-la para os reflexos de que, numa eventualidade, poderá necessitar.

TERRORISMO é um aviso, uma advertência. Seu propósito é esclarecer, orientar, motivar. Para que muitos não sejam apanhados desprevenidos e não saibam o que fazer e como defender-se.

Francisco da Gama Lima Netto



BIBLIOTECA DO

EDITORIAL DE 1979

- 1 — MEMÓRIAS DE GUERRA (3º VOL. — A VITÓRIA)
General de Gaulle
- 2 — TERRA — UM PLANETA INABITAVEL?
Hans Liebmann
- 3 — A GUERRA QUE EU VI
General Patton
- 4 — A ENERGIA NUCLEAR NO BRASIL
Renato de Biasi
- 5 — ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS
Tenente-Coronel Professor Enjolras José C. Camargo
- 6 — CHURCHILL — O LORDE DA GUERRA
Ronald Lewin
- 7 — MARECHAL MALLET — PATRONO DA ARTILHARIA
Coronel J. V. Portella F. Alves
- 8 — BRASIL — FRANÇA AO LONGO DE 5 SÉCULOS
General A. de Lyra Tavares
- 9 — O DESÁFIO DA GUERRA — DOIS SÉCULOS DE GUERRA —
1740-1974
Gaston Bouthoul e René Carrère
- 10 — DESBUROCRATIZAÇÃO
Professor Francisco Gomes de Matos

Ainda há exemplares deste Editorial disponíveis para venda em coleção (Cr\$ 390,00) ou avulsa (Cr\$ 50,00, cada).

AVISO IMPORTANTE

ASSINANTE CIVIL

Mesmo que tenha ingressado como Assinante em fins de 1979 (as Assinaturas vão sempre de janeiro a dezembro), a *Biblioteca do Exército* lembra que a remessa da Anuidade de 1980 deve ser feita o mais breve possível, a fim de que possa ser garantida sua vaga como Assinante do corrente ano, assegurando-lhe, assim, a remessa pontual e regular de 10 a 12 best-sellers.

O preço da Assinatura, para 1980, é de Cr\$ 585,00, o qual pode ser pago, desde já, mediante o envio de um cheque nominal ou vale postal em favor de Biblioteca do Exército, usando o Pedido de Assinatura existente na página seguinte.

ASSINANTE MILITAR

Pede-se procurar o Representante da *Biblioteca do Exército* em sua Organização Militar, a fim de que este promova, junto à Fiscalização Administrativa e à Tesouraria, o desconto de sua Anuidade, em 3 (três) parcelas consecutivas, à razão de Cr\$ 195,00 cada mês.

Garanta desde já sua assinatura para 1980

EXÉRCITO EDITORA

PROGRAMAÇÃO PARA 1980

Entre outras obras em estudo, a Bibliex já tem incluídas em seu Programa Editorial de 1980 as seguintes:

- 1 — A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL (1º Vol.)
General Sir John Hackett e outros
- 2 — A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL (2º Vol.)
General Sir John Hackett e outros
- 3 — ETNIAS E CULTURAS NO BRASIL
Manuel Diêgues Júnior
- 4 — REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI
1865-1870
General Dionísio Cerqueira
- 5 — UMA GEOPOLÍTICA PAN-AMAZÔNICA
General Meira Mattos



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1980: Cr\$ 585,00

FORMA DE PAGAMENTO

☐ Vale postal

☐ Assinante novo

☐ Renovação

☐ Cheque N°

Banco

Data

Assinatura

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Palácio Duque de Caxias (ex.-Ed. do Ministério do Exército)

— 3º andar — Ala Marcílio Dias - RJ — CEP 20221

Tels.: 243-9645 e 243-7650.

DOR N°
LANÇADO EM
CÓDIGO



